

CELSO CASTRO
MARIA CELINA D'ARAUJO
ORGANIZADORES

Militares e política na Nova República





SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
OS ENTREVISTADOS:	
Henrique Sabóia	53
Octávio Júlio Moreira Lima	67
Rubens Bayma Denys	77
Mário César Flores	93
Carlos Tinoco Ribeiro Gomes	115
Sócrates da Costa Monteiro	145
Antonio Luiz Rocha Veneu	171
Ivan da Silveira Serpa	189
Zenildo Zoroastro de Lucena	203
Lélio Viana Lôbo	227
Fernando Cardoso	249
Mauro César Rodrigues Pereira	261
Mauro José Miranda Gandra	293
Alberto Mendes Cardoso	315
CRONOLOGIA	337
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	345
ÍNDICE ONOMÁSTICO	347

INTRODUÇÃO

ESTE LIVRO REÚNE entrevistas com os principais chefes militares da Nova República, período iniciado em 1985 com o fim do regime militar que durante 21 anos teve a instituição militar no centro do poder. Nosso objetivo é compreender como os militares vivenciaram a transição para um governo civil subordinado a regras democráticas e de que forma têm-se inserido na nova ordem política que a partir de então vem sendo construída.¹ As entrevistas fazem parte de uma pesquisa mais ampla sobre a inserção das Forças Armadas nas novas democracias do Cone Sul, região

¹ A realização da pesquisa só foi possível com a colaboração da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), agência que apoiou por muitos anos a linha de pesquisa iniciada em 1991 no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, sobre os militares na história contemporânea do Brasil. Mais recentemente, esse apoio nos foi dado com a aprovação do projeto “Democracia e Forças Armadas no Brasil e nos países do Cone Sul” (processo nº 2.748/96, desenvolvido entre 1997 e 2000), que encerra um ciclo de estudos sobre militares e autoritarismo no país. A pesquisa insere-se também no projeto “Brasil em transição: um balanço do final do século XX”, do Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex — 1997-2001), que tem o CPDOC como instituição-sede e o Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política da Universidade Federal Fluminense como instituição associada.

Além das instituições já mencionadas, contamos com o apoio decisivo e competente de nossa equipe de assistentes e bolsistas de Iniciação Científica (do CNPq e da Faperj): Aline Marinho Lopes, Carlos Sávio Teixeira, Carolina Hippolito von der Weid, João Samuel do Valle, Leila Bianchi Aguiar, Ludmila Catela, Luís André Gazir Soares, Micaela Bissio Neiva Moreira, Priscila Brandão Antunes, Priscila Erminia Riscado, Rosane Cristina de Oliveira, Samantha Viz Quadrat, Simone Freitas, Simone Silva, Suemi Higuchi e Tatiana Bacal. Agradecemos também a Alzira Alves de Abreu, que nos cedeu informações do acervo do *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*, e a Clodomir Oliveira Gomes, técnico de som que acompanhou a maioria das entrevistas. Finalmente, mas não menos importante, é nosso agradecimento a todos os entrevistados, que colaboraram conosco de forma interessada e generosa.

que, além do Brasil, inclui países que também experimentaram, em tempos recentes, governos militares autoritários.²

Com este trabalho sobre os militares e a política na Nova República prosseguimos, e de certa forma encerramos, uma linha de trabalho sobre memória militar, visando a examinar a percepção dos militares sobre a atuação política de sua corporação no Brasil pós-1964.³ O principal resultado da linha de pesquisa é a constituição de um vasto corpo documental sobre como os principais chefes militares do período pós-1964 avaliam sua experiência na política e os principais problemas vividos pela instituição nesse período.

ENTREVISTANDO OS MILITARES: O CONTEXTO DA PESQUISA

Selecionamos nossos entrevistados num universo-alvo constituído pelos ministros das três Forças Armadas, os chefes da Casa Militar da Presidência da República e os chefes do Estado-Maior das Forças Armadas. Enquanto os ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ocuparam as mais altas posições hierárquicas na cadeia de comando da instituição militar, os chefes da Casa Militar e do Emfa desempenharam, em algumas conjunturas, importantes funções de ligação entre as três forças e destas com a Presidência da República.

Foram entrevistados 15 ocupantes dessas posições, num total de 100h45min gravadas em 53 encontros, entre outubro de 1997 e setembro de 1999. Conseguimos entrevistar todos os ministros militares da Nova República até a criação do Ministério da Defesa.⁴ Entre os chefes da Casa Militar e do Emfa selecionados, não conseguimos entrevistar o ge-

² O principal resultado desse esforço comparativo foi o livro *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*, organizado por Maria Celina D'Araujo e Celso Castro (Rio de Janeiro, FGV, 2000).

³ Entre os principais resultados dessa linha de pesquisa está a publicação de cinco livros: *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*, organizado por Maria Celina D'Araujo e Gláucio Soares (Rio de Janeiro, FGV, 1994); *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*; *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*; *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*, organizados por Maria Celina D'Araujo, Gláucio Soares e Celso Castro (Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994/95); bem como a longa entrevista com *Ernesto Geisel*, organizada por Maria Celina D'Araujo e Celso Castro (Rio de Janeiro, FGV, 1997), atualmente em 5ª edição.

⁴ O único ministro que não está aqui incluído é o general Leonidas Pires Gonçalves, pois a parte de sua entrevista referente à transição política e ao governo Sarney já foi publicada em *A volta aos quartéis* (p. 173-88). O mesmo livro inclui parte da entrevista com o último ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), o general Ivan de Souza Mendes (p. 151-71).

neral Agenor, chefe da Casa Militar de Fernando Collor, apesar de repetidos apelos de nossa parte. Também não pudemos incluir aqui a entrevista realizada com o general Leonel, chefe do Emfa no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso, por falta de assinatura da carta de cessão de seu depoimento à FGV, instrumento legal sem o qual a entrevista não pode ser tornada pública.

Todas as entrevistas foram feitas dentro da metodologia da história-de-vida, isto é, acompanhando a trajetória biográfica dos entrevistados, desde a infância até o contexto da entrevista. No caso da nossa pesquisa, as vantagens desse tipo de entrevista em relação às que privilegiam temas ou períodos foram significativas. Além da confiança que se foi estabelecendo, pudemos acompanhar como os entrevistados referiam-se a diferentes situações e contextos históricos vividos ao longo de suas biografias, dando maior densidade aos temas tratados e permitindo uma “sintonia” mais fina entre entrevistador e entrevistado. As entrevistas de história-de-vida, ao serem liberadas à consulta pública, também podem servir de fonte para pesquisadores que estejam perseguindo objetivos diferentes dos nossos.

Parte substancial dessas entrevistas foi editada para este livro, que apresenta o material referente à conjuntura política de um período de aproximadamente 15 anos — da eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral, em 1984, ao final do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1998. Por motivo de espaço, foram deixados para futuros trabalhos temas como defesa, estratégia, serviço militar obrigatório, cooperação militar no Mercosul, Amazônia e regime militar, entre outros.

Quando entramos em contato com os entrevistados, todos já tinham conhecimento de nossas publicações anteriores relacionadas com o tema, em especial da entrevista com Ernesto Geisel. Em vários casos, discordavam de opiniões que expressamos nesses livros, mas, sem exceções, todos colaboraram de forma cordial e interessada. A maioria trouxe espontaneamente documentos e prontificou-se a facilitar contatos que ajudassem nossa pesquisa.

As entrevistas se realizaram principalmente no CPDOC, em sessões de cerca de duas horas, à exceção de algumas feitas em Brasília, com entrevistados que lá moravam. Elas foram transcritas e, conforme previamente combinado, nossos entrevistados tiveram tempo e liberdade para fazer a revisão do texto, introduzindo as alterações que achassem necessárias. Ao final do trabalho, pudemos ver que muito poucas mudanças substanciais foram feitas. Na maioria dos casos, os entrevistados fizeram

pequenas correções em informações prestadas (como datas, nomes de pessoas e locais) e algumas modificações estilísticas. A partir da versão revista, fizemos a seleção do material para este livro, submetendo o texto final a uma revisão para facilitar a leitura, suprimindo redundâncias e vícios de linguagem, porém preservando as idéias dos entrevistados.

A experiência de entrevistar esse conjunto de militares possui tanto semelhanças quanto diferenças em relação às entrevistas que realizamos anteriormente com militares que ocuparam importantes posições durante o regime militar. Neste último caso, não apenas os temas tratados eram muito mais sensíveis, como, em geral, a interação de entrevistados e entrevistadores foi mais tensa, havendo em todas as entrevistas uma situação mais ou menos explícita de distanciamento ideológico entre as partes. Já no caso dos chefes militares da Nova República, essas diferenças eram menos importantes, em parte porque os temas tratados eram menos sensíveis, em parte porque os entrevistados possuíam um perfil geracional e experiências de carreira diferentes. Além disso, se no caso da pesquisa sobre o regime militar havia dúvidas por parte dos entrevistados quanto ao resultado final do processo de entrevista, no caso da pesquisa sobre a Nova República os entrevistados já conheciam — e respeitavam — nosso trabalho anterior.

À diferença, ainda, do que ocorreu com alguns dos entrevistados no projeto precedente, nenhum dos novos entrevistados fora apontado como responsável por violações dos direitos humanos por entidades como o grupo Tortura Nunca Mais. Eram também mais novos, e o cruzamento entre suas biografias e os principais marcos políticos das últimas décadas configura uma nova geração. Os ministros das Forças Armadas que iniciaram o governo José Sarney, em 1985, nasceram entre 1921 e 1926, tendo atingido o generalato entre 1973 e 1975; os que iniciaram o governo Fernando Henrique Cardoso, em 1995, nasceram entre 1930 e 1935 e atingiram o generalato entre 1983 e 1984. Em 1964, todos tinham entre 34 e 43 anos, estando nos postos intermediários da carreira. À exceção do general Leonidas, que chegou ao generalato em 1973, todos os outros ministros tornaram-se generais durante os governos Geisel e Figueiredo, quando se iniciou o processo de abertura política, com a perspectiva do fim do regime militar e a transição para um governo civil.

A maioria dos entrevistados já se encontrava afastada de suas funções quando nos prestou depoimento. No caso dos últimos ministros militares, que ainda estavam em função quando iniciamos a pesquisa, aguardamos o final de suas gestões para iniciar a entrevista. As exceções foram os generais Leonel e Alberto Cardoso, que ainda se encontravam no exercício de funções militares.

O ponto mais destoante em relação a nosso trabalho anterior com uma geração mais antiga de militares é a forma pela qual essa nova leva de entrevistados se refere às relações entre os militares e a sociedade. Aqui não há um discurso que privilegie o antagonismo com a sociedade nem há a percepção de um *outro* diferente e oposto contra quem as Forças Armadas devam se proteger. Ou seja, a idéia de conflito é mais plural. Se é verdade que muitas vezes os militares aqui ouvidos revelam mágoas em relação aos civis — particularmente quando falam em revanchismo —, também mencionam, com a mesma clareza e fluência, conflitos internos nas Forças Armadas. Não deixa de ser surpreendente ver como em boa parte das entrevistas se explicitam rivalidades entre Marinha, Aeronáutica e Exército, bem como diferenças nas culturas internas de cada força.

Quem estuda os militares sabe que eles não compõem um bloco coeso ideologicamente nem têm a mesma visão de mundo. Isso fica mais fácil de perceber em períodos de democracia, quando a instituição está restrita aos quartéis. No entanto, no Brasil, dada a preeminência política que o Exército alcançou em face das outras duas forças, foi muito fácil associar militares a Exército. O almirante Mauro César, por exemplo, é enfático a esse respeito, e o brigadeiro Gandra lembra que os governos militares foram governos de generais e que as demais forças foram, na verdade, “caudatárias do processo”.

Enquanto os chefes de gerações mais antigas poupavam — ou censuravam — as críticas internas em nome da unidade de uma instituição militar forte perante uma sociedade que precisaria ser tutelada, aqui há um criativo debate acerca da natureza do regime militar. Nesse debate aparecem as diferenças e, às vezes, o cálculo de que todos os militares tiveram que arcar com o ônus de um exercício de poder em que apenas uma força teria sido hegemônica. Em nome da dicotomia *sociedade* (passível de comunização) e *militares* (mais preparados para governar), toda a instituição teve que subscrever as ações dos governantes (generais).

As divergências intramilitares não se restringem ao passado, mas são explícitas também em relação ao futuro. Os conflitos entre Marinha e Aeronáutica em torno da aviação naval ou da Marinha com o Exército acerca de políticas de defesa, por exemplo, mostram a falta de unanimidade entre os militares quanto à melhor maneira de cumprir suas missões. Essas divergências, longe de espelhar contradições negativas, têm a faculdade de ampliar o debate e de chamar a atenção dos civis para temas que, numa democracia, não podem ficar restritos às Forças Armadas.

Por tudo isso, é nossa convicção que o método de história oral, visando fundamentalmente a obter *interpretações subjetivas* dos entrevista-

dos sobre sua experiência, e não evidências de verdade factual, fornece pistas importantes na formulação de hipóteses de trabalho. Não atribuímos, por princípio, à fonte oral nenhuma superioridade em relação a outras fontes. Trata-se de uma fonte como qualquer outra e que pode ser útil ou não, dependendo dos objetivos de cada pesquisa.

Finalmente, e ainda em relação ao método de pesquisa, outra preocupação importante de nossa parte foi ter sempre em vista o *conjunto* das entrevistas como universo de análise, e não entrevistas isoladas, devido à segmentação do mundo militar. “O militar” é uma categoria complexa, englobando diferentes segmentos, definidos tanto verticalmente (diferentes níveis hierárquicos e gerações) quanto horizontalmente (as diferentes forças — Exército, Marinha e Aeronáutica). Procuramos fazer um mesmo conjunto de perguntas a todos e pudemos confirmar que não existe uma “versão militar” sobre esse período. Embora existam muitos pontos consensuais, há importantes dissonâncias.

OS ANALISTAS E A FALTA DE CONSENSO

Antes de tratar do conteúdo das entrevistas, é importante assinalar que, ao longo da pesquisa, estava claro para nós que também no meio acadêmico não havia consenso a respeito das questões com que lidávamos. Que aconteceu com os militares depois que deixaram de ocupar o centro do poder político? Voltaram aos quartéis e sua influência política diminuiu? Ou, ao contrário, permaneceram politicamente poderosos, agindo como “tutores” da democracia brasileira? Há defensores de posições excludentes e opostas.

Jorge Zaverucha (1994 e 2000) aponta a inexistência de um controle civil democrático sobre os militares no Brasil, graças à existência continuada de “prerrogativas” militares, por ele definidas como áreas nas quais a instituição militar assume “ter adquirido o direito ou privilégio, formal ou informal, de governar tais áreas, de ter um papel em áreas extramilitares dentro do aparato de Estado, ou até mesmo de estruturar o relacionamento entre o Estado e a sociedade política ou civil”.⁵ A isso ele chama de “democracia tutelada” ou “tutela amistosa”, marcada pela autonomia institucional e política dos militares, que atuariam como “guardiães” da democracia. Nessa situação, os militares, por meio da ameaça, explícita ou não, de golpe, colocariam limites à liberdade de ação dos políticos. Zaverucha aponta a permanência, praticamente inalterada, ao longo de

⁵ Zaverucha, 1994:93.

todos os governos da Nova República — Sarney, Collor, Itamar e o primeiro mandato de FHC (até 1998) —, de uma lista de 15 prerrogativas militares.⁶

Para Zaverucha, os governos civis da Nova República variaram apenas no grau, mas não na natureza de seus comportamentos *vis-à-vis* os militares. Permaneceria, portanto, uma *democracia tutelada*, com a manutenção de muitas prerrogativas militares e pouca contestação militar às ordens civis — que, nesse caso, significaria menos a volta dos militares aos quartéis do que a evidência de sua significativa participação no processo de tomada de decisões políticas. Esse “equilíbrio instável” e não-democrático nas relações civis-militares pode romper-se, segundo Zaverucha (2000:56, 313), assim que um governo civil procure acabar com as prerrogativas militares, detonando “uma reação pretoriana que ameace a existência do governo de plantão”. A transição brasileira seria ainda *frágil e incompleta*, pois o ponto de não-retorno ao autoritarismo ainda não teria sido atingido: “há indícios pouco promissores de que conseguiremos criar um regime democrático a curto ou médio prazo. A longo prazo, como diria Keynes, estaremos todos mortos”.

Wendy Hunter (1997), examinando o mesmo tema, chega a conclusões diametralmente opostas. Em primeiro lugar, ela discorda dos autores que viam a democracia brasileira condenada a sofrer a influência dos militares em função da natureza pactuada da transição — “transição por cima”, como também é comumente descrita. Nesse tipo de transição — muito diferente, por exemplo, da “transição por colapso” argentina — os militares brasileiros manteriam seu papel tutelar, impedindo assim a con-

⁶ São elas: a) Forças Armadas garantem os poderes constitucionais, a lei e a ordem; b) potencial para os militares se tornarem uma força independente de execução durante intervenção interna; c) militares controlam principais agências de inteligência; parca fiscalização parlamentar; d) Polícia Militar e Bombeiros sob parcial controle das Forças Armadas; e) grande possibilidade de civis serem julgados por tribunais militares mesmo que cometam crimes comuns ou políticos; f) pequena possibilidade de militares federais da ativa serem julgados por tribunais comuns; g) falta de rotina legislativa e de sessões detalhadas sobre assuntos militares domésticos e de defesa nacional; h) ausência do Congresso na promoção de oficiais-generais; i) Forças Armadas são as principais responsáveis pela segurança do presidente e do vice-presidente da República; j) presença militar em áreas de atividade econômica civil (indústria espacial, navegação, aviação etc.); l) militares da ativa ou da reserva participam do gabinete governamental; m) inexistência do Ministério da Defesa; n) Forças Armadas podem vender propriedade militar sem prestar contas totalmente ao Tesouro; o) política salarial do militar similar à existente durante o regime autoritário; p) militar com direito de prender civil ou militar sem mandado judicial e sem flagrante delito nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar (Zaverucha, 2000:37).

solidação democrática. Hunter acredita, ao contrário, que as relações civis-militares no Brasil têm demonstrado um dinamismo muito maior e que a democracia, em vez de criar uma estrutura estática, desencadeia dinâmicas competitivas propícias à mudança. Sua pesquisa sugere que países que retornaram ao governo civil através de uma transição negociada pelo alto não precisam ficar indefinidamente constrangidos ou limitados pelas regras, acordos e forças que predominaram durante a fase de transição ou mesmo durante o período imediato após a transição. Dessa forma, o funcionamento das regras democráticas e a competição política a elas associada permitem que o pacto conservador que presidiu a transição seja alterado. Quanto às prerrogativas militares, tão enfatizadas por Zaverucha, Hunter acredita que, embora possam ter continuado existindo, os chefes militares pareceram cada vez menos capazes de utilizá-las. Não haveria, portanto, uma contradição de fundo entre a persistência de algumas prerrogativas militares e uma limitada influência política dos militares.

Hunter entende que os militares perderam sua influência política na Nova República devido à ampliação das regras e normas inerentes à democracia. Para ela, os militares perdem força num cenário democrático. A competição eleitoral cria incentivos para os políticos reduzirem a atuação política dos militares, e as vitórias eleitorais reforçam a capacidade dos políticos para tanto. Configura-se assim uma tendência de *erosão* da influência militar na política e, embora reconhecendo o risco de exagerar, a autora afirma que o Brasil dos anos 1980 e 1990 transformou os militares brasileiros em “tigres de papel”.

Diversos analistas foram-se posicionando de um lado ou outro desses argumentos. Tollefson (1995), por exemplo, faz a defesa decidida das teses de Hunter, criticando Zaverucha e o que chama de “mito da democracia tutelada”. Já Martins Filho e Zirker (1998) chegam a conclusões opostas às de Hunter, afirmando que o espaço político dos militares não foi reduzido e apontando mesmo o surgimento de um novo tipo de influência militar, numa perspectiva que consideram complementar à de Zaverucha.⁷

Para nos situarmos em relação a perspectivas tão opostas, é preciso ver que há grandes dificuldades para se tratar do tema. Temos, em primeiro lugar, a proximidade cronológica dos eventos analisados, dificul-

⁷ Numa perspectiva diferente está o trabalho de Oliveira e Soares (2000), que ressalta a pouca capacidade da sociedade para lidar com o tema da defesa. Ou seja, eles têm, nessa questão, uma avaliação mais negativa em relação aos civis, não aos militares. Podemos adiantar que nossa visão a respeito dessa questão está muito próxima à desses autores.

tando a percepção de tendências de mais longo prazo, para além da sucessão cotidiana de eventos. Acrescente-se a isso a força da permanência de esquemas interpretativos fortemente influenciados pelo papel histórico desempenhado pelos militares na história recente do Brasil. Finalmente, temos a pequena quantidade de fontes de informação disponíveis, além das veiculadas em jornais e pronunciamentos públicos de militares. Esperamos que o presente livro contribua para que esta última dificuldade seja minorada, através da divulgação de uma nova fonte de pesquisa.

Vejamos, então, o que esse novo conjunto documental aqui reunido nos diz sobre os militares e a política na Nova República.

A TRANSIÇÃO, DE TANCREDO A SARNEY

Os entrevistados acreditam que havia um sentimento predominante entre os militares no sentido de que a transição era necessária, de que a sucessão de governos militares deveria encerrar-se. Isso não significa, de modo algum, que houvesse unanimidade entre os militares. Havia insatisfações entre pessoas da “comunidade de informações”. Lembremo-nos, por exemplo, que em certa ocasião elementos do CIE foram detidos, em Brasília, fazendo pichações que tentavam vincular a candidatura de Tancredo aos comunistas. Mas a memória ainda recente do fracassado atentado do Riocentro — que, de resto, sepultou definitivamente a possibilidade da candidatura do chefe do SNI, general Otávio Medeiros, à presidência da República — agia como um poderoso agente inibidor de ações ilegais por parte de elementos remanescentes dos “bolsões sinceros porém radicais” (a expressão é de Ernesto Geisel, segundo o general Moraes Rego) que se opuseram ao processo de abertura.

No segundo semestre de 1984, irrompeu uma crise na cúpula da Aeronáutica. O evento catalisador foi o discurso pronunciado pelo ministro Délio na cerimônia de inauguração das novas instalações do Aeroporto 2 de Julho, em Salvador, no dia 4 de setembro de 1984. Délio criticou duramente os dissidentes do PDS, atingindo indiretamente Antônio Carlos Magalhães, governador do estado, que havia deixado o partido por não concordar com a candidatura de Paulo Maluf à presidência. A resposta do governador foi ainda mais dura, deixando o ministro da Aeronáutica em situação constrangedora.

Os depoimentos dos brigadeiros Moreira Lima, Sócrates e Gandra, aqui reunidos, permitem ver claramente quão séria foi a crise na Aeronáutica — não por representar uma ameaça política à transição, mas pela tensão que gerou no interior da força. O brigadeiro Gandra, que não esta-

va no alto comando da Aeronáutica mas era próximo a Délio, afirma que esse não foi um evento isolado, mas a gota d'água numa série de “tolices” feitas pelo ministro nos meses anteriores, envolvendo questões internas à força, como promoções e nomeações polêmicas e a tentativa de impor como seu sucessor no ministério um brigadeiro que não era desejado por todos.

Já havia, portanto, um “racha” no alto comando da Aeronáutica. Assim, um evento externo e público como o pronunciamento feito em Salvador, que tratava de um tema político extra-força, serviu para que duas facções ficassem claramente distinguíveis: uma apoiando o ministro contra o que ele considerava uma agressão de Antônio Carlos Magalhães, e outra agrupada em torno do brigadeiro Moreira Lima, negando-se a tomar qualquer posição corporativa em defesa de Délio. Esse evento, lembra Moreira Lima, foi um *turning point* da sucessão presidencial, por deixar claro que dificilmente militares descontentes com o rumo dos acontecimentos poderiam agir politicamente em nome da instituição sem provocar conflitos na caserna.

Insatisfações difusas e eventos isolados como esses não foram suficientes para causar transtornos à transição para um governo civil, liderado pelo candidato da oposição. Deve-se também dar crédito à eficiente atuação de Tancredo Neves e outros líderes da Aliança Liberal junto a militares que os apoiavam, e à ação vigilante destes em relação aos companheiros descontentes. Isso era facilitado pelo fato de Tancredo Neves ser, em geral, bem-visto pela maioria dos militares e reconhecido como um político moderado e hábil. Havia a preocupação de que, com a vitória da oposição, indivíduos considerados “radicais” pelos militares subissem ao poder, ficando em condições de praticar atos de “revanche” em relação às Forças Armadas. Mas Tancredo parece ter conseguido deixar claro que suas intenções eram diferentes. Segundo Moreira Lima, ao convidá-lo para o ministério, Tancredo teria dito que seu governo seria de conciliação nacional, e que não toleraria vinditas. Em princípio, tudo indica que a Nova República começava com a confiança recíproca entre o presidente eleito e os militares. Essa confiança parece ter sido revigorada com a posse de José Sarney. Os vencimentos militares foram generosamente reajustados neste governo, e Sarney sempre procurou prestigiar publicamente a instituição e os ministros militares.

Tornou-se comum dizer que o governo Sarney viveu sob *tutela militar*. “Tutela” talvez seja uma palavra forte. De qualquer modo, parece claro que, nesse primeiro governo civil pós-regime militar, os militares continuaram numa posição politicamente preeminente. A legitimidade da

posse de Sarney havia sido questionada nos primeiros momentos após a doença de Tancredo, e o ministro do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves, tivera importante atuação na defesa da interpretação de que a Constituição determinava a posse do vice, mesmo antes da posse do presidente eleito. Sarney viveria seu auge de popularidade durante o plano de estabilização econômica conhecido como Plano Cruzado. Após este fracassar, no final de 1986, o presidente passou a buscar cada vez mais sustentação política nas Forças Armadas. O almirante Sabóia, embora rechace a idéia de uma “tutela” militar, concorda que os ministros militares eram “fiadores daquele processo de evolução democrática que estava acontecendo”.

Entre os ministros militares do governo Sarney, o general Leonidas destacou-se por seus constantes pronunciamentos políticos em assuntos não-militares. A impetuosidade e algumas outras características da personalidade de Leonidas não despertavam admiração nem mesmo dentro do Exército. O depoimento do general Zenildo, a esse respeito, é contundente. Leonidas é criticado por ter feito planejamentos superdimensionados em relação ao futuro do Exército, por ser vaidoso, arrogante, indelicado no trato com seus subalternos e até mesmo preconceituoso em relação a minorias. Por outro lado, é considerado um personagem importante por ter evitado que atos de “revanchismo” atingissem a instituição. O mesmo general Zenildo afirma que essas qualidades foram fundamentais naquele momento histórico: “alguém mais tímido, que não tivesse esses defeitos, não teria obtido os êxitos que ele obteve. Ele não permitiu que ocorresse com o Exército o que ocorreu com alguns vizinhos nossos”.

A referência aos países vizinhos remete aos processos de julgamento, morais ou judiciais, que incriminaram membros da instituição militar por graves violações dos direitos humanos cometidas durante as recentes ditaduras que assolaram os países do Cone Sul. É importante chamar a atenção, desde já, para uma palavra que é absolutamente recorrente nos depoimentos reunidos neste livro: “revanchismo”. Adiante daremos mais atenção ao seu significado para nossos entrevistados; no momento, basta assinalar que esse era o principal temor militar em relação à transição. Tancredo havia afiançado que não permitiria que isso ocorresse, e Sarney dava todos os sinais de que manteria a promessa. No entanto, o país estava prestes a escrever sua nova Constituição, e a Assembléia Nacional Constituinte passou a ser vista como o palco onde uma importante batalha seria travada entre os que defendiam as Forças Armadas e aqueles que, no entender dos militares, eram movidos por sentimentos de revanche.

A BATALHA DA CONSTITUINTE

Embora os ministros militares tivessem pouco ou nenhum conhecimento mútuo, logo no início do governo Sarney estabeleceram uma “comunhão de pensamento muito grande” (Sabóia) que envolvia, além dos ministros das três forças, os chefes do SNI, do Emfa e da Casa Militar. Realizavam-se almoços mensais para a troca de idéias, em que se “acertavam os ponteiros”. Foram também aumentados o *status* e o tamanho das assessorias militares no Congresso, que eram coordenadas pelo Emfa e levavam todas as informações necessárias para discussão entre os chefes militares. Note-se que já na Comissão Afonso Arinos, que antecedeu a Constituinte, os representantes das Forças Armadas reuniam-se para preparar posições comuns. Estavam assim assentadas as bases do que ficaria caracterizado como o eficiente *lobby* militar na Constituinte. Houve uma intensa atuação dos ministros militares e de seus assessores parlamentares junto às lideranças da Constituinte, principalmente junto ao relator, deputado Bernardo Cabral, e ao presidente, deputado Ulysses Guimarães. O *lobby* militar ficou mais facilitado depois que foi criado o “Centrão”, bloco suprapartidário de centro-direita.

Havia consenso a respeito dos principais itens da agenda militar para a Constituinte, embora pudesse haver maior ênfase de uma das forças em relação a algum ponto específico. Por exemplo, a manutenção do serviço militar obrigatório, que interessava principalmente ao Exército, e a manutenção do controle da aviação civil, ponto de honra para a Aeronáutica. Entre os pontos importantes, havia também posições contrárias a mudanças no *status quo*: contra a criação, naquele momento, do Ministério da Defesa; contra o fim da Justiça Militar; contra a ampliação do *habeas data* para a documentação dos serviços de informações.

Duas parecem ter sido as principais preocupações dos ministros militares em relação à Constituinte. A primeira diz respeito à revisão de atos praticados durante o período em que os militares estiveram no poder. Eles aceitavam, mesmo não considerando justo, a concessão das promoções a que teriam direito os atingidos por atos de exceção — desde que permanecessem na reserva —, bem como uma reparação financeira. No entanto, a possibilidade de sua extensão a todos os que haviam sido atingidos por atos administrativos ou, pior, a volta à ativa e com patentes atualizadas dos cassados eram tidas como inaceitáveis, como ameaças à própria existência da instituição em seus alicerces de hierarquia e disciplina. Esse era o “limite do aceitável” (Sabóia).

A segunda questão inegociável, para os militares, era a manutenção da destinação constitucional das Forças Armadas como mantenedoras da

lei e da ordem, em caso de convulsões internas. A solução final para a redação do texto constitucional foi dada por Afonso Arinos, que sugeriu a inclusão de expressão que vinculava essa missão à convocação por um dos poderes constitucionais:

“As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem” (Constituição de 1988, art. 142).

Para vários de nossos entrevistados, a resistência que encontraram em relação a esse ponto da destinação constitucional — e que também poderia estar na base de outras atitudes contrárias à agenda militar — devia-se ao medo de uma “volta ao passado” ou à simples lembrança do regime militar. Uma expressão que se repete nos depoimentos é a de que a Constituição foi escrita “olhando pelo retrovisor”: preocupada com o passado, mais do que com o futuro.

Outro erro da Constituinte teria sido o de “partir do zero”, desprezando estudos anteriores (como o da Comissão Afonso Arinos, por exemplo) e agindo “como se fosse um país novo a ser criado” (Sabóia). O resultado teria sido “uma colcha de retalhos”, que incluía, por exemplo, uma Constituição parlamentarista num regime presidencialista.

Apenas em itens de menor importância os ministros militares não conseguiram fazer valer suas opiniões. Por exemplo, eles eram contra a extensão da gratificação de guerra para os que haviam atuado na vigilância do litoral, durante a II Guerra Mundial. Também não conseguiram evitar que os integrantes das polícias militares fossem considerados “militares” (antes, eram “policiais militares”). O saldo final, no entanto, foi favorável aos militares. Com seu trabalho junto aos constituintes e com o apoio do Centrão, conseguiram derrotar as propostas que consideravam danosas às Forças Armadas e ao país e neutralizar, ao menos nesse campo, o que consideravam iniciativas “revanchistas”.

O “REVANCHISMO”

A idéia de que existiu um espírito “revanchista” contra as Forças Armadas aparece recorrentemente nos relatos sobre a Constituinte. Flores afirma que “havia gente que desejava uma Constituição revanchista, o que não é construtivo”. Essa mesma idéia já aparecera quando o general

Zenildo atribuiu ao ministro Leonidas importante atuação para proteger os militares de ações revanchistas. Flores também considera uma atitude inteligente de Tancredo a escolha do general Leonidas para ministro do Exército, pois ele “inspirava, nos que temiam o revanchismo, uma certa confiança, uma certa segurança”. O almirante Sabóia diz que as conversas com os políticos transcorriam bem. Contudo, “mais difícil era o pessoal de esquerda, com um revanchismo louco, sempre”. As dificuldades encontradas pelos militares na Constituinte são atribuídas ao revanchismo: “quem viveu a época é que sentiu o revanchismo louco, a desconfiância que havia com referência aos militares”. Ainda segundo Sabóia:

“Era revanchismo, mesmo. Não havia dúvida. No governo Sarney, principalmente no começo, o revanchismo dos políticos contra os militares era um negócio inacreditável. Você não imagina a dificuldade que a gente tinha para qualquer coisa. É o que eu digo sempre: a anistia foi *one way*. Nós anistiamos, mas nós não fomos anistiados até hoje. Houve anistia, mas num só sentido. E a anistia é bilateral, é dos dois lados. (...) nós, militares, concordamos com a anistia, mas não fomos anistiados. Até hoje, tudo é culpa da ‘ditadura’.”

A idéia de que não houve anistia “moral” para os militares é um elemento-chave para a compreensão da noção de “revanchismo”. O almirante Serpa explica:

“O que aconteceu em 1979, quando foi dada a anistia? Ela era ampla, geral e irrestrita, não era? Mas aconteceu o seguinte. No momento em que os esquerdistas envolvidos e seus simpatizantes viram que seus correligionários estavam anistiados, começou a haver um processo de desforra. Ou seja, os anistiados do lado de lá não anistiarão os anistiados do lado de cá. E as Forças Armadas estão sofrendo a consequência disso até hoje (...).”

A noção de revanchismo é onipresente em nossas entrevistas e sempre tida como um *dado*, um fato de cuja existência não se duvida. Os entrevistados acham que setores da sociedade têm uma postura revanchista em relação às Forças Armadas devido aos 21 anos de regime militar — embora também admitam que o exercício do poder não foi igualmente partilhado pelas três forças, e sim dominado pelo Exército. De toda forma, a maioria concorda que seria muito melhor para o país se as “contas” desse passado próximo fossem encerradas e esquecidas, em nome de um futuro comum, como afirmou o general Leonidas:

“Isso é coisa do passado. Dou essas declarações para os senhores porque se trata de um registro histórico. Não gosto de discutir o passado, acho que temos que olhar para o futuro desse país. E acho que o futuro do Brasil é problemático. Então, não posso perder tempo em ficar olhando para trás. Quando eu era ministro, dizia: ‘olha a mulher do Lot. Virou estátua de sal’.”⁸

Conforme assinalamos em *Os anos de chumbo*, é comum a avaliação, pelos militares, de que, se venceram a guerra contra as organizações da esquerda revolucionária, foram derrotados na luta pela memória histórica do período. Se normalmente a história esquecida é a dos vencidos, na questão do combate à guerrilha teria ocorrido o inverso: a história ignorada seria a dos vencedores. Dessa forma, teria predominado uma situação peculiar em que o vencido tornou-se o “dono” da história. Na Nova República, os militares estariam, no seu entender, enfrentando ideologicamente essa mesma esquerda, agora atuando na imprensa e no Parlamento, mas ainda em busca de desforra e recusando-se a aceitar a “anistia para os dois lados”.

No início da Nova República, a idéia de que uma esquerda “subversiva” ainda estaria atuante subsistia, principalmente no Exército. Na conferência dos exércitos americanos realizada em Mar del Plata, em 1987, o general Tinoco, então chefe interino do EME, apresentou um documento que ressaltava o “problema da subversão no país”, cujo palco privilegiado seria, então, a Assembléia Nacional Constituinte, onde as esquerdas buscavam — e conseguiram, segundo Tinoco — aumentar sua influência. Congressistas que combateram o regime militar estariam, nas palavras de Tinoco, “sob suspeita” porque haviam pertencido a organizações de esquerda.

Nesse momento da Constituinte, políticos de esquerda são identificados como revanchistas, mas nossa impressão é de que, com o passar do tempo, os militares estabeleceram uma relação mais tranqüila com políticos e partidos dessa matriz ideológica. O jogo eleitoral e a rotina democrática foram diminuindo as prevenções contra aqueles que, em anos passados, eram identificados como *inimigos*. Alguns parlamentares de esquerda são freqüentemente citados, em conversas com militares, como interlocutores interessados e importantes em questões que dizem respeito às Forças Armadas nos dias atuais.

Embora alguns políticos ainda possam ser qualificados como revanchistas, o papel de grande vilão do revanchismo antimilitar está re-

⁸ Apud D'Araujo, Soares & Castro, 1995a:255.

servado, sem dúvida, para a *mídia*. A imprensa escrita, em especial, seria a principal representante do espírito revanchista e da visão estigmatizante das Forças Armadas. Para os militares, essa postura ainda está longe de ser superada. Diz o brigadeiro Sócrates:

“Sabíamos que [o revanchismo] devia existir. Não imaginávamos que fosse tão longe, nem tão escancarado, mas sabíamos que ia acontecer. (...) A revolução de 1964 perdeu a batalha da mídia. Totalmente. Até hoje é execrada. Evidentemente, teve coisa negativa, mas teve muita coisa positiva. Nada do que é positivo é exaltado na nossa imprensa. A imprensa é absolutamente contrária. A nossa imprensa é radicalmente contra as Forças Armadas. Até hoje.”

É recorrente, nas entrevistas aqui reunidas, a alusão aos problemas que tiveram com a mídia os chefes militares da Nova República. O general Veneu fala de um “artigo vulgar, debochado” em relação aos militares, publicado na revista *Veja*; da reclamação que em seguida fez ao responsável pela revista em Brasília; e da vingança deste ao publicar uma reportagem sobre o apartamento funcional duplo que o general ocuparia. Em resposta, Veneu fez o Emfa cancelar sua assinatura da *Veja*... Para o brigadeiro Sócrates, a imprensa adotou “um processo quase de linchamento” da imagem dos militares. Um caso que o aborreceu muito foi o de uma revista dominical que publicou uma matéria sobre sua casa funcional, apresentada como a de um “marajá do ar”. O almirante Mauro César também guarda mágoas de “uma reportagem sem-vergonha da *Veja*, me chamando de moleque etc. Aquilo é ignominioso”. Durante sua gestão à frente do Ministério do Exército, o general Tinoco diz ter ocorrido uma briga constante contra o que ele chama de “hostilidade da imprensa”. Tinoco reclama que a imprensa não publicava o que ele falava, só o que lhes interessava. Conta que, por causa disso, chegou mesmo a descredenciar o repórter da *Veja* no Centro de Comunicação Social do Exército. Além disso, menciona também uma “campanha” de *O Globo* a respeito de um suposto superfaturamento na compra de fardamentos pelo Exército. Chega a afirmar que, durante exposição na Comissão de Defesa da Câmara, um cinegrafista teria propositadamente mantido seu holofote aceso, mesmo sem estar gravando, apenas para atrapalhar sua exposição...

A partir dessas experiências citadas por nossos entrevistados fica evidente o cuidado que devemos ter ao tomar o que é publicado na imprensa como evidência daquilo que os militares pensam. Quando se referem à imprensa, nossos entrevistados a apresentam deturpando ou mesmo inventando suas falas. Portanto, análises baseadas principalmente em ma-

térias de jornais e revistas são problemáticas. Certamente o jornalista dirá que reproduziu o que julgou ser o mais próximo do pensamento de seu interlocutor, mas o que lhe parece mais verossímil pode parecer uma invenção maldosa para o militar citado. Isso não quer dizer, repetimos, que entrevistas como as que apresentamos aqui sejam a fonte documental mais confiável, nem que devam ser vistas como evidência de verdade. O que acreditamos é que o longo, trabalhoso e muitas vezes difícil método de história oral, associado a outras metodologias e fontes, pode funcionar como um poderoso antídoto contra conclusões apressadas.

Outro elemento fundamental para a compreensão do que é revanchismo para os militares é que ele funciona como um *estigma*, uma marca negativa. O almirante Mauro César assim define revanchismo:

“Revanchismo não é botar todo o mundo no paredão. É tratar antinaturalmente tudo que é militar. Um estigma — uma ‘praga nas costas’. Achar que o militar, de saída, é sujo, pensa mal, tem má intenção, está querendo fazer alguma coisa que é contra os outros, querendo ter privilégios.”

Os entrevistados são também pessimistas a respeito de como e quando esse espírito revanchista vai arrefecer. Para o almirante Mauro César, é preciso aceitar a realidade do estigma, “aceitar que vai ter que viver com aquela praga nas costas durante o tempo que for necessário”, o que deve demorar ainda o espaço de outra geração, porque a reação à repressão durante o regime militar foi muito grande: “eu posso dizer: as minhas filhas nunca quiseram saber de namorar um cadete, um aspirante”. Ainda para o almirante Mauro César, na origem do revanchismo temos dois elementos: um positivo, que seria a inveja pelo fato de os militares serem mais organizados e “honestos em essência”; outro negativo, devido principalmente à influência da cultura política do Exército, de querer mandar em tudo, de ser o “pai da pátria”.

Esta última avaliação, sem dúvida, não seria aceita por todos os militares, principalmente os do Exército. Talvez elas sejam mais um reflexo das tensões entre as Forças Armadas, agravadas pelo processo de criação do Ministério da Defesa. O general Zenildo, por exemplo, acredita que o número de indivíduos movidos pelo revanchismo está diminuindo e que está ocorrendo uma progressiva melhoria de credibilidade das Forças Armadas entre a população. Zenildo gosta de citar pesquisas de opinião pública sobre a credibilidade das Forças Armadas como indicador desse prestígio. O almirante Mauro César comenta a esse respeito:

“O general Zenildo preocupava-se demais com pesquisas de opinião. Eu dizia: ‘Não vou botar um centavo da Marinha nessas pesquisas’. Toda

hora ele vinha satisfeito: ‘Olha aqui, o Exército, as Forças Armadas estão na frente de todo o mundo’. Eu dizia: ‘Zenildo, bobagem! Estão na frente, mas se acontecer qualquer fatinho, no dia seguinte está todo mundo contra’.”

O brigadeiro Gandra, em sua entrevista, afirma que já foi mais otimista. Chegou mesmo a escrever um artigo, “Síndrome de perseguição”,⁹ onde dizia que os militares deveriam demonstrar boa vontade e acabar com a síndrome de que havia um revanchismo, uma perseguição. Depois, segundo ele, arrependeu-se ao constatar que, apesar das boas intenções, continuava havendo revanchismo. A principal fonte do espírito revanchista seria, ainda para o brigadeiro Gandra, a repressão ocorrida durante o regime militar. É interessante observar que o próprio brigadeiro vivenciou um caso de repressão em sua própria família, durante o governo Médici. O comportamento das forças de repressão em relação a seus familiares é descrito como uma perversão sem controle. Ele acha que o tratamento dado a muitos jovens de classe média envolvidos no movimento estudantil funcionou como um processo irradiador. Hoje, muitos desses jovens estariam atuando na mídia, como formadores de opinião. Por outro lado, os atos da esquerda armada teriam desencadeado novas ações repressivas violentas. Se na prática é inviável dar um tratamento igual aos “dois lados”, para o brigadeiro Gandra o melhor também seria o país “virar essa página”.

Como dissemos, o espírito revanchista também estaria presente, para os militares, na atuação de alguns políticos de esquerda, e não apenas na mídia. Segundo Mauro César, o mesmo acontece inclusive dentro do próprio governo, e isso é exemplificado quando alguns examinam o funcionamento da Comissão dos Desaparecidos. Mas, por ora, o importante é sublinhar o peso negativo que essa categoria — revanchismo — adquire nas entrevistas com militares. O que resulta claro é o impacto, nos últimos 15 anos, da imagem negativa do regime militar sobre a instituição em geral e sobre as biografias de seus membros, em particular.¹⁰

COLLOR E OS MILITARES

Fernando Collor assumiu a presidência da República tendo pouco contato prévio com o meio militar, no qual era visto com desconfiança. A desavença que teve com o general Ivan, chefe do SNI, a quem chamou de

⁹ *O Globo*, 15-7-1995.

¹⁰ Trata-se, cumpre observar, de uma imagem negativa mais comum principalmente nos estratos superiores da população, nas camadas médias urbanas com educação de nível superior — segmento ao qual a oficialidade militar se equipara, simbolicamente.

“generaleco”, e a promessa de extinguir o órgão logo no início de seu governo foram vistas como postura demagógica e hostil aos militares. Segundo o general Denys, também já havia informações e boatos desabonadores em relação à vida pessoal e administrativa de Collor. No entanto, a preocupação com uma possível vitória de Lula era maior, e Collor, nesse contexto, tornou-se o adversário capaz de derrotar a esquerda. O almirante Sabóia, falando de Lula, exemplifica uma visão comum não só à elite militar, mas também à maior parte da elite brasileira:

“Aquele indivíduo não tem preparo, não tem capacidade, não tem postura, não tem cultura para ser presidente desse país. Esse país é muito importante, é muito grande para ser dirigido por um indivíduo que é semi-analfabeto. Não pode. (...) O problema não é ser um indivíduo de origem humilde, mas a falta de preparo. E ele não tem postura, não tem compostura para ser presidente da República.”

No início de seu governo, Collor tomou diversas medidas que afetaram direta ou indiretamente as Forças Armadas, sem consultar previamente os ministros militares. Nossos entrevistados apontam as que lhes causaram incômodo. A principal foi a extinção do SNI, que trouxe incerteza em relação ao futuro da atividade de informações no Brasil, até então monopólio dos militares. A SAE, que reuniu parte do espólio do SNI, teve sua área de informações radicalmente diminuída, graças principalmente à demissão de oficiais da reserva que lá trabalhavam. O secretário Pedro Paulo Leoni Ramos, amigo pessoal de Collor, não possuía experiência na área. Outras medidas de Collor que desagradaram e teriam causado problemas funcionais (principalmente na área de pessoal) foram a perda do *status* de ministro dos chefes do Emfa e da Casa Militar da Presidência e a venda dos apartamentos funcionais que o governo mantinha em Brasília.

No início, a maior preocupação parece ter sido não com Collor em si, mas com seus assessores mais próximos, que, embora inexperientes, tinham grande influência sobre o presidente (Pedro Paulo Leoni Ramos, Renan Calheiros, Luís Estevão, Paulo Otávio, Cláudio Humberto, Paulo César Farias, entre outros). Tinoco conta que, logo após a eleição de Collor, apressou-se em colocar o quanto antes o general Agenor, por ele indicado para a Casa Militar, no “Bolo de Noiva”,¹¹ para acompanhar a montagem do novo governo.

O general Zenildo, então na vice-chefia do Estado-Maior do Exército, fala da absoluta inexperiência de Pedro Paulo Leoni Ramos e de “alguns ministros terríveis”, como João Santana e Zélia Cardoso de Mello. A

¹¹ Prédio onde funcionava a equipe de transição para o governo Collor.

esta última, atribuiu o hábito de não cumprimentar ninguém quando transitava em aeroportos militares.

O relacionamento pessoal entre Collor e os militares, no início do governo, era difícil. Segundo Sócrates, Collor “falava muito e ouvia pouco”, fazia questão de se manter distante e nunca se reuniu informalmente com os ministros militares. Para Tinoco, Collor, no início, se colocava “numa espécie de pedestal. Os oficiais-generais o cumprimentavam e ele não estendia a mão. Então isso causava uma certa espécie”.

A falta de simpatia mútua foi aos poucos sendo revista, segundo os ministros, em grande parte devido à influência do general Agenor, que se tornou cada vez mais próximo de Collor. Além disso, os ministros militares esforçaram-se por fazer o presidente conhecer melhor as Forças Armadas, levando-o a visitar diversas unidades militares, inclusive bases na selva amazônica, e convidando-o a viajar em jatos da Força Aérea e a visitar navios de guerra.

Em setembro de 1990, ainda no primeiro ano de governo, um evento incomodou profundamente os militares: o do “buraco da serra do Cachimbo”. Collor havia manifestado aos ministros das Forças Armadas, logo no início de seu governo, a decisão de suspender as iniciativas que visassem à utilização da energia nuclear para fins militares. Nessa ocasião, a imprensa noticiou a existência de um buraco para testes nucleares mantido pela Aeronáutica numa área militar da serra do Cachimbo, sul do Pará. Collor reuniu imediatamente os três ministros e, junto com eles e a imprensa, pôs-se a caminho para destruir o buraco, o que foi feito. Segundo o brigadeiro Sócrates, “aquilo desagradou profundamente às Forças Armadas”, pois da maneira como ocorrera ficava evidente tratar-se de um ato de *marketing* que aparentava, para a opinião pública, ser *contra* os militares e seu programa nuclear paralelo, quando, na verdade, os próprios militares já não estariam mais dispostos a dar continuidade a esses projetos. O general Tinoco confirma que viu o episódio como puro *marketing* e que isso repercutiu mal na oficialidade, que o interpretou como uma hostilidade.

Uma informação até hoje inédita é que — segundo conta o brigadeiro Sócrates — o verdadeiro buraco seria mais embaixo! Dias depois de Collor haver jogado uma pá de cal no buraco, um oficial da Aeronáutica informou ao ministro que aquele era um buraco desativado e que o verdadeiro continuava lá, preservado... Que fazer? Collor, avisado, teria aceitado a solução proposta por Sócrates: o buraco verdadeiro seria detonado secretamente. Engano, má-fé, histórias mal contadas? Haveria militares que resistiam ao fim do programa nuclear paralelo? Haveria mesmo

um “buraco verdadeiro” que foi detonado depois do falso? Nosso trabalho não pode responder a tais perguntas.

Ainda em 1990, outra atitude de Collor desagradou aos militares. Desde 1936, todo dia 27 de novembro comemorava-se a vitória militar sobre a revolta comunista de 1935 — a “Intentona”. Todos os presidentes da República, desde então, compareceram à cerimônia, realizada inicialmente no cemitério de São João Batista e depois na praia Vermelha, em frente ao monumento que evoca o episódio. Collor foi o primeiro presidente a não fazê-lo. Não consultou os militares a respeito de sua decisão: apenas comunicou que não iria.

Afora os ministros militares de Collor, sempre mais moderados em suas críticas ao presidente, outros entrevistados são mais incisivos em relação aos atos do presidente. O general Zenildo, então vice-chefe do Estado-Maior do Exército, acha que o período do governo Collor foi muito ruim para os militares: “nós nos sentíamos lá embaixo (...), no nível mais baixo do nosso moral, da nossa auto-estima”. O almirante Mauro César afirma que, para a maior parte da oficialidade da Marinha, a sensação era de que Collor tentava deliberadamente “espezinhar” os militares, tratando-os não apenas com “um desprezo total”, mas, pior que isso, “com a intenção de machucar”.

A CAMINHO DO IMPEACHMENT

Olhando em retrospectiva a história republicana brasileira, dificilmente um analista, nos anos iniciais da Nova República, apostaria que, na eventualidade de uma séria crise política que levasse ao *impeachment* do presidente da República, em meio a graves acusações de corrupção e intensa crise econômica, as Forças Armadas se manteriam voluntariamente afastadas do debate político. O que aconteceu foi exatamente isso. Contrariando uma histórica “vocação messiânica”, os militares se mantiveram em posição estritamente institucional, sem pronunciamentos ou ameaças de golpe ou intervenção a pretexto de “salvar” quer o presidente, quer a nação. Este foi o “batismo de fogo” dos militares na nova democracia. Apesar da expectativa geral de que iriam tomar alguma atitude contra ou a favor do *impeachment*, os ministros militares limitaram-se a dizer que seu papel era o de respeitar a Constituição e o processo político legal.

Isso não quer dizer que os militares simplesmente “não tenham feito nada”, ou que tenham ficado “de braços cruzados” nos quartéis. Como veremos adiante, os ministros militares acompanharam atentamente o

desenrolar do processo e, em várias ocasiões, conversaram com políticos e com o próprio presidente sobre a gravidade do momento. Mas não se arvoraram em “representantes” ou “salvadores” da pátria. Mantiveram facilmente a ordem nos quartéis, e todo o processo se desenrolou, na esfera política, sem que ocorressem prontidões, problemas hierárquicos ou disciplinares.

A atuação dos militares nessa conjuntura marcou um momento importante nas relações entre a instituição e um Estado democrático. Ao romper com uma tradição intervencionista de longa duração, criaram um fato concreto que pode ser visto como momento fundador de uma nova fase no comportamento político das Forças Armadas — uma nova fase que, por definição, não é uma posição imutável. Sabemos que são lentas as mudanças na mentalidade e na cultura das instituições. Mas sabemos também que elas ocorrem, e que alguns momentos críticos, como a conjuntura anterior ao *impeachment*, são importantes para isso. A meio caminho entre uma visão determinista e outra voluntarista, acreditamos que, embora limitada por um campo de possibilidades historicamente dado, a ação social envolve o exercício da escolha. Os indivíduos podem adotar linhas de ação não previstas que ajudam a alterar padrões prévios de comportamento.

Seria aquele um sinal de adesão dos militares ao espírito democrático? Ou refletiria apenas uma posição instrumental, no sentido de preservar a instituição? Estas perguntas não podem ser respondidas apenas a partir das fontes reunidas neste livro. Nossos entrevistados afirmam que a instituição estava perfeitamente inserida no novo contexto democrático, mas acreditamos que é preciso levar em consideração pelo menos cinco outros fatores que, em conjunto, ajudam a compreender o absenteísmo político dos militares durante a crise que levou ao *impeachment*.

Em primeiro lugar, havia a percepção, pelos militares, de que tinham “apanhado” muito desde a transição. Vimos o peso que o “revanchismo” assumia para eles. Criticadas pela mídia, pelos políticos e por diversos setores da sociedade, as Forças Armadas sentiam-se “achincalhadas”, segundo o brigadeiro Lôbo: “de maneira que, quando chegamos nesse episódio, pensamos que seríamos usados enquanto e como conveniente, e depois descartados”. O importante, acima de tudo, era “não dar chance para que acusassem as Forças Armadas de alguma intranquilidade que viesse a ocorrer”. Havia, portanto, a percepção clara, entre os chefes militares, de que aquele era um momento crítico, pelo qual as Forças Armadas seriam posteriormente julgadas. O peso da opinião pública contrária a Collor também foi crucial. Segundo o general Tinoco:

“Se o encaminhamento das coisas tivesse sido diferente, vamos supor que fosse só um problema da área política ou da imprensa, e a opinião pública estivesse do lado dele [o presidente], seria um pouco diferente. Talvez se pudesse fazer até um documento de apoio, mas nós não nos sentimos, na ocasião, encorajados a fazer isso.”

Em segundo lugar, é preciso observar que não havia grupos políticos ou segmentos sociais importantes pedindo que os militares intervissem no processo. Isso difere de todo o passado republicano do país, sempre pontuado por tentativas de envolver os militares contra ou a favor de governos estabelecidos. Some-se a isso, como já observamos, o peso da “derrota” que os militares tiveram na memória histórica sobre o regime militar, e a falta de apoio e credibilidade política daí resultante. Na história recente do Brasil, os militares sempre evitaram agir politicamente sem o apoio de importantes grupos sociais. Na falta de apoio societal, na ausência de aliados civis para quarteladas ou *pronunciamientos*, o risco de uma ação desse tipo tornava-se muito alto.

Em terceiro lugar, devemos perceber que a *velocidade* de todo o processo político que levou ao *impeachment* dificultava sobremaneira a compreensão, pelos militares — mas certamente não só por parte deles —, do que estava acontecendo. Dificultava também a busca de opiniões consensuais — não mais havia, como durante o regime militar, um chefe militar supremo — e a conseqüente definição da melhor linha de conduta a ser seguida. Os chefes militares parecem ter decidido, ainda cedo, que, na dúvida, seria melhor não sair dos quartéis e evitar engajar a instituição em qualquer ação que implicasse protagonismo na cena política.

O processo transcorreu, segundo nossos entrevistados, em aceleração contínua. As reuniões entre os ministros militares, antes das denúncias, eram ocasionais — quando se debatia no Congresso algum assunto de interesse dos militares, por exemplo; ou, então, quando surgia algum fato considerado importante. Flores conta que, em março de 1991, a ministra Zélia visitou-o em casa para conversar sobre a gravidade da situação econômica do país e a falta de colaboração do Congresso a esse respeito. Flores afirma ter comentado tratar-se de assunto fora da sua alçada e que logo no dia seguinte reuniu-se com os demais ministros para expor-lhes o ocorrido.

Na fase inicial das denúncias, os ministros militares acreditavam tratar-se de uma campanha vingativa de setores derrotados na eleição de 1989 e ficavam incomodados com aquilo que percebiam como falta de respeito à autoridade presidencial. A imagem do presidente da República, independentemente da pessoa específica que exercesse a função, deveria ser preservada.

À medida que as denúncias foram-se avolumando, os ministros disseram a Collor que consideravam importante uma resposta pública, clara e convincente, às acusações. A resposta, decepcionante para eles, veio através da chamada “Operação Uruguai”. Esta e outras tentativas de explicação de Collor eram insuficientes para esclarecer as denúncias e provar sua inocência. Ao mesmo tempo, o movimento pelo *impeachment* crescia no Congresso, na mídia e nas ruas.

Segundo o brigadeiro Sócrates, boatos não confirmados sobre a atuação de P.C. Farias cada vez mais chegavam aos militares, através de empresários conhecidos. Também foram, cada vez mais, vindo a público denúncias: “isso nos foi dando mais cautela no acompanhamento do processo e, no final, a convicção de que era necessária uma isenção total”. Em seu depoimento, Sócrates usa palavras como “estupefato” e “perplexidade” para descrever seu sentimento e o dos oficiais da Aeronáutica.

Eventualmente, informações detalhadas chegavam ao conhecimento dos ministros militares através de comentários de oficiais servindo no Gabinete Militar da Presidência da República, ajudantes-de-ordens e pilotos que tinham acesso, ao menos parcial, ao cotidiano do presidente. Daí vinham, segundo Sócrates, “detalhes sobre a vida no palácio e até sobre a intimidade doméstica do presidente”, embora, segundo ele, sem valor político. Isso nos permite supor que algumas informações pessoais a respeito de Collor possam ter contribuído para o afastamento dos militares. Ainda segundo Sócrates:

“Não havia convicção da inocência dele [Collor] no processo. Esse é o grande motivo para explicar uma porção de coisas. As acusações eram firmes, fortes. (...) Nós estávamos cobertos de dúvidas sobre o comportamento ético dele. Havia uma lealdade funcional, mas havia uma tremenda insegurança pessoal em relação à pessoa física do presidente. As coisas foram explodindo, explodindo, e nós éramos surpreendidos a cada dia com a imprensa, com uma coisa nova, com uma resposta que nos parecia não convincente.”

Perguntados se os órgãos de informações das Forças Armadas, na ausência do SNI, forneciam informações sobre o que se passava na cena política, as respostas dos ministros são negativas, enfatizando que esses órgãos — agora com seus nomes mudados para “inteligência”, numa tentativa de evitar o estigma da palavra “informações” — estavam totalmente convertidos para atividades internas às forças. Sócrates diz que a imprensa assumiu o lugar antes ocupado pelos órgãos de informações: “houve uma troca de agentes. O agente do serviço de informações passou a ser o repórter”.

Por outro lado, o depoimento do general Tinoco, embora não afirme que recebia informações políticas através do CIE, revela que o órgão havia, sob sua orientação, ampliado a atuação no exterior, através dos adidos, em função da extinção do SNI e da precariedade da SAE. Ou seja, os órgãos de informações/inteligência militares eram, de fato, os únicos a funcionar de forma efetiva, naquela ocasião. Quando uma comitiva brasileira visitou o Suriname, por exemplo, foi o CIE que forneceu as informações sobre o país.

Os órgãos de informações das Forças Armadas haviam perdido sua vinculação direta aos gabinetes dos ministros e passaram a ser subordinados aos estados-maiores das forças. Vários depoimentos mostram que isso desagradou ao “pessoal da área” e que ainda havia, apesar da conversão efetuada, “muita gente do passado” (Zenildo) ligada ao acompanhamento de atividades consideradas subversivas em movimentos sociais, partidos de esquerda e na Igreja.

A partir das fontes de que dispomos, não é possível especular sobre a atuação (ou não) desses órgãos no acompanhamento da crise e no fornecimento de informações aos ministros. De qualquer modo, fica claro que os ministros militares procuravam, cada vez mais, compartilhar informações e opiniões e manter-se em uníssono em relação à linha de ação a ser seguida. Segundo Sócrates, os ministros militares passaram a reunir-se “com uma frequência absolutamente anormal”, em suas casas ou nos ministérios, “para que nenhum de nós fosse surpreendido com pronunciamentos ou ações dos outros”. Às vezes ocorriam “discussões acaloradas”. Nem todas as reuniões, é bom observar, eram sobre temas políticos. Havia também preocupação com orçamento, vencimentos e questões administrativas. Eram os primeiros ministros a ter que lidar com as novas formas de controle surgidas com a Constituição de 1988, que diminuiu a autonomia do Executivo e dos militares na confecção orçamentária.

O general Fernando Cardoso, que chefiava o CIE durante toda a crise, ressalta a *velocidade* com que tudo evoluiu: “foi um processo confuso, veloz, e que fugiu do controle talvez até de quem o tivesse deflagrado”. Para ele, “tudo se passou muito rápido, ficou todo mundo atordoado”. O brigadeiro Sócrates usa a imagem de um carro desgovernado descendo a ladeira:

“Perdeu-se o controle. Como um carro ladeira abaixo, sem freio. Quem dirigia aquilo, na ocasião, era o Ibsen Pinheiro, que tentava apenas não deixar que o veículo batesse nas árvores e nos postes. Ou seja, que não se adotasse uma linha fora da lei. E nós, militares, nos reuníamos, acompanhávamos passo a passo aquele processo, e, embora alguns episódios

sugerissem que alguma coisa devia ser feita, ninguém propôs nada de concreto. Mas parecia que alguma coisa deveria ser feita para frear aquele movimento, para impedir a distorção dos fatos. Surgiam sugestões e nós abandonávamos... Não quero ser injusto com ninguém, imaginar que alguém tenha proposto que a gente fechasse o Congresso, ou que a gente fizesse do presidente o grande líder nacional, com censura. Não houve nada disso. Mas é claro que nós nos reunimos e pensamos no que fazer. Até onde ia esse processo. E sempre concluímos que havia necessidade de acompanhar o processo. Primeiro, não interferindo nele, enquanto ele se mantivesse dentro da lei e da ordem; segundo, mantendo a tranquilidade dentro das Forças Armadas, para que radicais não surgissem, nem de um lado, nem do outro. E isso foi feito. Nós fomos felizes nessa ação de reunião periódica das forças, para dar explicação aos oficiais, pedir que chamassem os comandantes, mantivessem os comandantes informados. Sempre foi uma preocupação de, acompanhando o processo, manter a força coesa, disciplinada, à margem do processo político.”

Também é importante lembrar, para compreender a atuação dos militares durante o processo que levou ao *impeachment*, a postura assumida pelo próprio presidente Collor, com seu distanciamento e dificuldade de relacionamento com os militares. O general Veneu lembra que Collor tinha uma personalidade difícil, muito confiante, e que não se relacionava bem com os militares nem os defendia quando atacados pela imprensa: “por exemplo, num episódio de acusação de superfaturamento na compra de fardamento, ele não levantou uma palha para defender o Tinoco”. Além disso, mesmo fragilizado politicamente, parece não ter tentado aproximar-se das Forças Armadas em busca de apoio — porque não quis ou porque já era tarde demais?

Finalmente, parece ter havido, se não em todos, ao menos em alguns casos, uma legítima convicção de respeito ao papel das instituições, com a conseqüente adoção de uma linha de ação compatível.

Alguns eventos contados pelos entrevistados, ocorridos nos momentos finais do governo Collor, são importantes e ainda pouco conhecidos.

O primeiro, narrado pelo almirante Flores, refere-se a uma visita confidencial feita à sua casa pelo presidente do Congresso, deputado Ulysses Guimarães, no final de setembro de 1992, poucos dias antes da votação na Câmara para conceder ao Senado a autorização para processar o presidente. Segundo Flores, Ulysses disse não ter certeza de que a autorização para processar Collor seria aprovada, e perguntou, caso isso ocorresse, “como ficaria a situação?” Flores:

“Eu respondi que, no meu entendimento, o presidente continuaria presidente. Aí ele perguntou: ‘E o povo, como fica?’ Eu respondi que quem representava o povo eram os deputados, e que se os deputados achassem que não deviam conceder a licença, não me cabia nada a respeito. Ele foi muito cordial, disse-me que eu tinha toda a razão, despediu-se e foi embora.”

Flores afirma que deu conhecimento imediato da visita aos outros ministros militares e também a alguns almirantes mais antigos. Todos acharam que ele havia dado a resposta certa. Ulysses, segundo Flores, não chegou a sugerir nada; mesmo assim, o ministro manifestou aos colegas sua opinião “de que aquilo era ambíguo e eles concordaram que era ambíguo mesmo”.

O brigadeiro Sócrates parece estar-se referindo a essa mesma visita, quando fala, sem citar nomes, de um evento “nebuloso” envolvendo “uma determinada figura histórica do Brasil” que procurou os militares, sondando que tipo de atuação eles imaginavam ter em um eventual afastamento de Collor e a subsequente posse do vice-presidente, Itamar Franco. Ainda segundo Sócrates:

“Não houve uma proposta concreta de ‘façam isso’, ou ‘façam aquilo’, mas de engajamento: ‘É preciso que vocês se reúnam, é preciso que vocês discutam o assunto, é preciso que vocês encontrem saídas. Nós não podemos deixar esse processo continuar, o país não pode mais sofrer’”.

O general Tinoco, por sua vez, não menciona esse fato, mesmo quando perguntado por nós.

Os ministros militares chegaram a sugerir a renúncia a Collor? O general Tinoco afirma que, ao final do governo, quando o *impeachment* já era visto como irremediável, alguns políticos ligados ao governo, como Jorge Bornhausen e Ricardo Fiúza, tentaram, sem sucesso, sugerir a Collor que renunciasse. O almirante Flores afirma que Ricardo Fiúza teria aventado a possibilidade de os militares sugerirem ao presidente que renunciasse. Flores afirma ter retrucado dizendo que a idéia não tinha cabimento. Ainda segundo Flores, Jorge Bornhausen, então chefe da Casa Civil, interveio com veemência, dizendo que isso era problema dos civis, e não dos militares, com o que teriam concordado os demais civis presentes. O brigadeiro Sócrates diz que essa reunião ocorreu no Gabinete Militar da Presidência, com a presença dos três ministros militares, do chefe da Casa Militar e de três ou quatro lideranças políticas:

“Discutiu-se a situação do presidente, concluiu-se que a situação estava perdida, politicamente, que o presidente não tinha saída, e que a melhor

saída para ele era ele renunciar e encerrar o processo, tornando menos doloroso para o país e para ele os dias futuros. Discutiu-se como levar a ele a proposta...”

Essas informações são confirmadas pelo general Tinoco, que, diferentemente de Flores, conta que os ministros militares decidiram delegar ao general Agenor a missão de sugerir a renúncia. Collor teria repellido a sugestão, segundo Tinoco, de forma bastante negativa, perguntando ao seu chefe da Casa Militar: “Como um militar vem me propor tal coisa? O militar tem que brigar até o fim”. Na versão de Sócrates, Agenor teria sido tratado por Collor com veemência e agressividade: “Eu quero um general para me ajudar na batalha, não quero alguém para me indicar a rendição”. Ainda segundo Sócrates, Collor teria se afastado do general Agenor por alguns dias.

Esses episódios já são suficientes para mostrar que, embora mantendo-se afastados de uma intervenção política, os chefes militares acompanhavam passo a passo o processo, tendo inclusive conversado com políticos e com o próprio presidente. O general Tinoco também conta que, em certa ocasião, os ministros militares conversaram com o presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, sobre o processo de *impeachment* e viram que ele “queria abreviar todos os prazos”. O general Veneu, então chefe do Emfa, diz que já havia perguntado a Collor, numa fase anterior da crise, se ele não preferia renunciar a enfrentar todo aquele processo. A resposta de Collor teria sido: “Eu tenho espírito militar. Recebi o mandato do povo, fui eleito por uma grande maioria, não vou abandonar o barco. Vou me defender e reverter essa situação”. Mas em nenhum momento, note-se bem, os entrevistados dão a entender que, nessas ocasiões, se tratava de uma “pressão” sobre o presidente, e sim de sugestões dadas com o intuito de aliviar o trauma de um desfecho considerado inevitável.

Os ministros militares afirmam que Collor permanecia impassível, agindo como se nada acontecesse ao seu redor e sem tocar no assunto do *impeachment*. A única exceção teria ocorrido numa última reunião com os ministros militares, incluindo os chefes do Emfa e da Casa Militar, às vésperas de sua saída, já depois do episódio envolvendo o general Agenor. Segundo o depoimento de Tinoco, Collor teria agradecido a postura dos ministros militares durante todo o processo e afirmado que não iria renunciar, pois raciocinava como os militares, ou seja, não abandonava uma missão no meio do caminho. Disse ainda que não devia coisa nenhuma, que tinha a consciência tranqüila e que ia enfrentar tudo até o fim. Tinoco teria respondido que os militares, às vezes, analisando determinadas si-

tuações, chegam à conclusão que devem recuar. Collor, segundo ele, não quis “pegar a deixa”.

O brigadeiro Sócrates também menciona uma última reunião, talvez na véspera do *impeachment*, mas à qual estiveram presentes apenas os três ministros militares. Collor teria dito que era vítima de uma grande injustiça, que a vontade popular estava sendo desrespeitada, que o Congresso estava exorbitando de suas atribuições e que queria ouvi-los a respeito disso. Segundo Sócrates, os ministros, que já se haviam reunido antes de ir encontrar o presidente, responderam:

“que o processo democrático às vezes não era justo, às vezes era doloroso, mas que nós achávamos que o Brasil precisava que o processo democrático prosseguisse na linha que vinha adotando. Ele ouviu isso com todas as letras.”

Sócrates é claro ao afirmar que Collor em nenhum momento pediu ou mesmo sugeriu que os militares o apoiassem, e acredita que o presidente tinha apenas curiosidade de ouvi-los a esse respeito. Segundo Flores, “na conjuntura de crise, o presidente teve a grandeza ou o cuidado, as duas coisas, de não querer nos usar”.

Os momentos finais foram constrangedores. No último dia, antes de ser oficialmente notificado de que seria afastado do cargo, Collor convocou o ministério e funcionários da Presidência, agradeceu a colaboração e despediu-se. Os ministros lamentam a vaia que o presidente sofreu, ao deixar o Palácio do Planalto.

O general Tinoco guarda até hoje uma imagem favorável de Collor, a quem considera inteligente e de grande visão como estadista. Em sua opinião, Collor pagou o preço de hostilizar os políticos: “não entrava na linha de fazer a política da maioria deles, que era o fisiologismo, a barganha política”. Tinoco também acha que Collor já estava afastado de P.C. Farias e que “não sabia de detalhes relacionados com esse trânsito que o P.C. Farias tinha em algumas áreas do governo. (...) Eu sempre achei e continuo achando que ele não tinha conhecimento das minudências, dos detalhes, do que fazia P.C. Farias”.

Essa convicção, manifestada pelo ministro do Exército de então, não foi capaz, como vimos, de fazer com que os militares decidissem interferir no processo político. Além de um possível aumento da adesão a valores democráticos e dos elementos que já destacamos como importantes para a compreensão da ação militar, é preciso ver também que, nesse período, a cúpula das Forças Armadas já estava muito mais profissionalizada do que, por exemplo, ao iniciar-se o regime militar. A lei que limitava o tempo no generalato, aprovada por Castelo Branco, já havia surtido

feito, diminuindo a possibilidade de se formarem *entourages* em torno de chefes militares. Além disso, o cenário internacional mudara significativamente. A queda do muro de Berlim e o início de uma “nova onda” de democracias, associado, no plano regional, ao início das negociações sobre o Mercosul, fizeram crescer as dúvidas a respeito do papel das Forças Armadas. Finalmente, há que mencionar a responsabilidade individual dos chefes militares da época, evitando que a instituição se lançasse em aventuras políticas de resultados potencialmente desastrosos para si própria e para o país.

O GOVERNO ITAMAR

Afastado Collor, assumiu Itamar Franco, politicamente rompido com o ex-presidente. Os ministros militares de Collor haviam tido relacionamentos diferentes com o até então vice-presidente da República. O almirante Flores lhe fazia visitas periódicas e dele se tornou amigo. O brigadeiro Sócrates também tornara-se próximo de Itamar, a quem conhecia havia 20 anos. Já com o general Tinoco, a falta de simpatia era mútua e notória. Tinoco criticava principalmente, para colegas de farda, a posição de Itamar contrária às privatizações feitas por Collor.

Apesar desse bom relacionamento com dois dos ministros militares, quando Itamar assumiu não se sabia se ele os manteria. Ao fim, o único a permanecer foi o almirante Flores, mas agora na SAE, embora, na versão do almirante Mauro César, ele tivesse manobrado para continuar ministro da Marinha.

Pelos depoimentos, fica evidente que o relacionamento dos militares com Itamar foi muito melhor do que com Collor. Itamar era reservista do NPOR e entendia mais das coisas militares do que Collor. Além disso, procurou prestigiar as Forças Armadas e atender reivindicações de mais verbas para reequipamento e aumento nos vencimentos. Os chefes militares reconhecem seus esforços. O almirante Serpa declara que é extremamente grato a Itamar, que “sempre atendeu com muita grandeza às minhas solicitações”. O general Zenildo diz que Itamar foi “um chefe excelente”, “que começou a nos ajudar a levantar”. Para o general Fernando Cardoso, chefe da Casa Militar, Itamar era muito bem-intencionado e teve grande felicidade na condução do governo, tendo sido também justo e correto com os militares.

O GOVERNO FHC E A CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA

O chefe do Emfa, general Leonel, e o ministro do Exército, general Zenildo, permaneceram em suas funções no governo Fernando Henrique

Cardoso. Já havia um bom relacionamento entre Zenildo e FHC no ministério de Itamar (no qual FHC foi ministro das Relações Exteriores e da Fazenda).

Uma das principais medidas de FHC em relação aos militares seria a criação do Ministério da Defesa (MD). Quando FHC falou a Zenildo de sua intenção de criar o novo ministério, Zenildo sugeriu que, já no convite aos outros ministros militares, o presidente eleito deixasse clara essa diretriz. Zenildo diz que sempre fora partidário do MD e que se comprometeria com os novos ministros a criá-lo. No entanto, em sua opinião, FHC queria criar o ministério por pressão americana e do próprio Itamarati.

De fato, os outros ministros confirmam que a disposição de criar o MD foi comunicada já ao serem convidados. Eles aceitaram trabalhar nesse sentido, embora sem empolgação. Temiam que a idéia subjacente fosse simplesmente colocar os militares sob maior controle civil (e, em particular, que a perda do *status* de ministros colocasse os futuros chefes das forças em situação vulnerável diante de eventuais ações na Justiça) ou que o equilíbrio entre as Forças Armadas fosse ameaçado por uma possível hegemonia do Exército no MD — a chamada “teoria da vitamina de abacate”: quando se mistura abacate, leite e outras frutas no liquidificador, o resultado é sempre verde...

Gandra afirma ter dito a FHC, no momento em que foi convidado a assumir o Ministério da Aeronáutica, que a origem socialista do presidente ainda preocupava alguns segmentos das Forças Armadas. Mauro César disse que, embora a Marinha e ele próprio discordassem da idéia de se criar o Ministério da Defesa, iriam, depois de tomada a decisão política pelo presidente, passar a trabalhar a seu favor. Fernando Henrique, que votara contra o Ministério da Defesa na Constituinte, teria dito que mudara de opinião e garantido que nada seria feito com pressa.

O MD, no entanto, só seria criado no final de 1998. Por que demorou quatro anos para criá-lo? O general Zenildo responde que os militares foram incompetentes nessa tarefa. Em primeiro lugar, porque a quebra feita no rodízio do Emfa, ficando o Exército com o cargo, teria constrangido muito as outras forças, em especial a Aeronáutica, que era a “bola da vez”. É importante notar que já em 1985 parece ter havido, dentro do Exército, vozes contrárias a que se fizesse, como de praxe, o rodízio no Emfa, mas ele foi feito e assumiu a Marinha. Em 1994, no entanto, quando a perspectiva de criação do MD tornou-se mais próxima, o rodízio foi interrompido, permanecendo o Exército na chefia, através do general Leonel. Ainda segundo Zenildo, a demora deveu-se também ao gênio

pessoal do general Leonel, que quis criar o ministério “sem conversar muito com as outras forças”. Durante dois anos, o representante do Exército na comissão chefiada pelo Emfa não teria participado de nenhuma reunião.

Também parece correto pensar, como fazem o brigadeiro Lôbo e o almirante Mauro César, que a demora deve ser atribuída, em boa parte, ao fato de o presidente ter outras prioridades. FHC, aliás, segundo seus ministros militares, reunia-se pouco com eles. Era evidente, no entanto, que as Forças Armadas não se empolgavam com a idéia. Havia, no caso da Aeronáutica, uma preocupação específica com o destino da aviação civil. No entanto, depois que o presidente, em meados de 1997, tomou a decisão política de criar o MD, até o fim de seu mandato nenhum dos ministros colocou-se contra e todos procuraram se ajustar. Nesse momento, a tarefa de coordenar o planejamento da estrutura do MD saiu das mãos do Emfa e passou ao âmbito do Conselho de Defesa, cujo secretário era Clóvis Carvalho. Esta, segundo Zenildo, foi uma “jogada” bem-sucedida do almirante Mauro, ao defender, junto ao presidente, que o âmbito da discussão estava muito restrito e precisava ser ampliado. O Itamarati, a Casa Militar e a SAE passaram a participar das reuniões. No processo final de discussão sobre a estrutura do MD, Exército, Aeronáutica e Emfa aparecem alinhados contra o projeto da Marinha. Esta, contando com o apoio dos outros participantes, teria vencido a disputa em questões-chave.

O clima nas reuniões desse grupo de trabalho interministerial não parece ter sido dos melhores. O general Zenildo costumava dizer para o presidente e para os participantes das reuniões — brincando, segundo ele — que a Marinha não era brasileira, mas britânica, pois não pensava no Brasil em primeiro lugar: “é a Royal Navy. Ela está de costas para o Brasil”. O almirante Mauro comenta o que qualifica de “uma grossura” do general Zenildo:

“(…) só não respondi porque era uma reunião oficial e achei que tinha que engolir o sapo. Ele acha que tudo o que a Marinha faz é besteira, que só fazemos para tirar fotografia etc. Nessa reunião de vários ministros, ele disse: ‘A Marinha é de águas azuis, vive de costas, não toma conhecimento do Brasil, vai na Amazônia, faz uma voltinha de navio, tira fotografia e volta’. Nós estamos na Amazônia desde 1863. Era uma reunião oficial, o que me obrigou a engolir fundo e não dizer nada. Isso foi no ano passado, já não adiantava mais.”

Para o ministro Mauro, o que “não adiantava mais” era tentar estabelecer um diálogo sério com o Exército. No primeiro ano do governo FHC,

reuniões informais entre os ministros ocorriam cerca de uma vez por mês, mas depois, segundo o almirante Mauro, os contatos foram desaparecendo e, no final, praticamente não ocorriam mais. Ele diz que, no início, também tentou estabelecer um diálogo franco com o general Leonel, mas não conseguiu:

“No caso do Zenildo, a inveja dele com a Marinha é terrível. A tentativa enorme que ele faz de provar que o Exército é a força mais antiga não tem propósito. A ponto de os portugueses ficarem sem graça. Porque, para os portugueses, Guararapes é uma vitória portuguesa, cantada e decantada em Portugal, e agora dizem que é uma vitória brasileira!”¹²

Há, ao fundo, importantes divergências estratégicas. Para Zenildo, o mais importante seria a “presença territorial”, e não “projetar poder”. Mauro César discorda e diz que essa visão denuncia a permanência da idéia de “pai da pátria”. Segundo ele, a leitura do depoimento de Ernesto Geisel¹³ foi esclarecedora da profundidade histórica dessa “preocupação do Exército em se meter na política e em mandar”. Segundo o almirante, o Exército insiste na idéia de “presença territorial” e em seu corolário — manter unidades espalhadas por todo o Brasil —, com a preocupação “de mandar no prefeito, ser a maior autoridade local, e por aí vai”. Com isso, o Exército pretenderia apenas justificar e manter o *status quo*: “Para que o Brasil precisa continuar a ter 23 generais no Sul?”, questiona Mauro César.

No primeiro governo FHC, as tensões entre a Marinha e a Aeronáutica também foram significativas. A antiga reivindicação da Marinha, de uma aviação naval própria, ressurgiu com vigor. Tratava-se de demanda antiga, que gerara sério conflito com a Aeronáutica desde a compra do porta-aviões *Minas Gerais* na década de 1950 e que atingira seu clímax durante o governo Castelo Branco, acarretando inclusive a demissão de ministros militares.

Em 1994, a Marinha passou, por conta própria, a treinar pilotos na Argentina e no Uruguai, que possuíam aviação naval. O almirante Mauro César admite que isso ocorreu por causa da rivalidade existente entre a Marinha e a Aeronáutica brasileiras a respeito da aviação naval. A Aeronáutica teria sido consultada várias vezes, mas nunca aceitava treinar pilotos para a Marinha. O brigadeiro Lôbo, por sua vez, alega que ficou sabendo desse treinamento no exterior “por vias transversas”.

¹² Referência à criação, pelo general Zenildo, do Dia do Exército no dia 19 de abril, aniversário da primeira batalha dos Guararapes.

¹³ Ver D'Araujo, Soares & Castro, 1994.

Após longa insistência com FHC, o almirante Mauro conseguiu, ao final de 1997, autorização para comprar aviões para a Marinha. Pediu então ajuda técnica à Argentina, que prontamente enviou dois oficiais para ajudar na compra. A escolha acabou recaindo sobre antigos A-4 vendidos pelo Kuwait (segundo o general Zenildo, “porcarias” que nunca vão conseguir voar). A Marinha argentina continuou dando apoio para a manutenção e o preparo desses aviões. Ou seja, o relacionamento entre as marinhas brasileira e argentina estava melhor do que entre a Marinha e a Aeronáutica brasileiras...

Segundo Mauro César, a aproximação do brigadeiro Lôbo com as posições do Exército, ao final das discussões sobre o MD, tem a ver com o fato de ele ter sido perdedor na questão da aviação naval:

“Por mais racional que tivesse sido, ele sempre ia olhar para mim como o camarada que ganhou dele. Então, a partir daí, a minha conversa com o Lôbo começou a ficar mais difícil. E, com isso, ele começou a se chegar um pouco mais para o lado do Zenildo.”

Em relação à escolha do primeiro ministro da Defesa, o general Zenildo achava que, nessa fase de transição, o ministro da Defesa deveria ter sido um militar. No caso de ser escolhido um civil, fica evidente, pelo depoimento dos ministros, que a preferência seria por um político de peso e expressão nacionais. Mas a escolha acabou recaindo em Élcio Álvares, um ex-senador pelo Espírito Santo que não conseguira reeleger-se. Segundo Mauro César, ele próprio teria sugerido esse nome a quem considerava um bom articulador político. A escolha teria ocorrido após sondagem com vários políticos de maior expressão, que não aceitaram o convite. Os outros ministros militares, quando consultados, parecem não ter levantado objeções. Para o general Zenildo, Élcio Álvares “é uma figura interessante, pois é um homem com trânsito fácil”. O brigadeiro Lôbo também aprovou a escolha de Élcio, a quem considerava pessoa séria, serena e tranqüila.

No dia 18 de janeiro de 2000, pouco mais de um ano após a criação do Ministério da Defesa, o presidente Fernando Henrique Cardoso exonerou Élcio Álvares. A demissão seguiu-se a uma crise iniciada em dezembro de 1999, quando a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o narcotráfico resolveu iniciar investigação a respeito do possível envolvimento da principal assessora do ministro na lavagem de dinheiro do crime organizado no Espírito Santo. Pouco depois, o então comandante da Aeronáutica, Walter Bräuer, perguntado em uma entrevista sobre o que achava do episódio, respondeu que todo homem público precisa ter vida

ilibada. O ministro acabou exonerando (17-12-1999) o comandante da Aeronáutica, por considerar que sua declaração havia sido um ato de indisciplina, e também sua assessora, acusada pela CPI. Para acalmar os ânimos, FHC convidou para o comando da Aeronáutica o brigadeiro reformado Carlos Almeida Batista, então presidente do Superior Tribunal Militar e pessoa respeitada na força.

Um almoço em homenagem ao brigadeiro Bräuer, no dia 28 de dezembro, reuniu mais de 700 pessoas e deu ensejo a alguns discursos radicais, mas os presentes, em sua grande maioria, eram oficiais da reserva. Na verdade, as divergências entre o ministro e o comandante da Aeronáutica podem ter incluído outros pontos sensíveis, como a questão da privatização dos aeroportos e a criação de uma Agência Nacional da Aviação Civil desvinculada do Ministério da Aeronáutica, que até então dirigia o setor e era grande empregador de militares da reserva.

A situação do ministro Êlcio no governo se tornou insustentável pouco mais tarde, após ter ele concedido à revista *Época* uma entrevista na qual, procurando defender a si mesmo e sua assessora, fez críticas a dois colegas de ministério: José Serra, da Saúde, e José Carlos Dias, da Justiça. A demissão tornou-se questão de dias. Em seu lugar foi nomeado Geraldo Quintão, advogado-geral da União, que tomou posse em 24 de janeiro de 2000.

É importante observar que todo esse episódio não refletiu uma “crise militar”, como pensaram alguns jornalistas e analistas. Tratou-se, isso sim, de uma crise *política*, provocada principalmente pela inabilidade do ex-ministro Êlcio Álvares ao lidar com as acusações contra sua assessora. Deve-se observar também — o que é um bom sinal — que durante todo esse período os comandantes do Exército e da Marinha mantiveram-se à margem do episódio, sem manifestar-se quer sobre as acusações à assessora do ministro, quer sobre a saída do colega.

Em toda a sua história, o Brasil nunca teve um Ministério da Defesa. O comandante de cada força era o ministro e, durante todo o regime militar, foram militares, e não civis, que ocuparam essas funções. Como o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e o chefe da Casa Militar da Presidência da República também tinham *status* de ministro, o Brasil havia tido, nas últimas décadas, pelo menos cinco ministros militares ao mesmo tempo. Com o Ministério da Defesa, essa situação se modificou significativamente. Os comandantes das três forças perderam o *status* de ministros, ficando subordinados ao ministro da Defesa (e, em última instância, ao presidente da República, que continua sendo constitucionalmente o comandante-em-chefe das Forças Armadas). O Emfa foi extinto

e, recentemente, a Casa Militar foi transformada em subchefia do novo Gabinete de Segurança Institucional, um órgão civil, embora seu primeiro ocupante seja o general Alberto Cardoso, pessoa da confiança do presidente e que, com o passar dos anos, passou a acumular várias funções. Deve-se registrar que o fim de uma Casa Militar com *status* de ministério é uma novidade na vida republicana do país.

As entrevistas aqui reunidas mostram, de forma inequívoca, a tensão entre os ministros militares durante o primeiro governo FHC, o que certamente contribuiu para explicar a demora na criação do MD. Essas tensões eram visíveis já no início da Nova República, se bem que de forma muito menos intensa do que às vésperas de se criar o ministério. O denominador comum era que o Exército — força hegemônica durante o regime militar — relutava em perder sua preeminência *vis-à-vis* as outras duas forças; e estas, Marinha e Aeronáutica, por sua vez, temiam ficar “a reboque” do Exército, como ocorrera durante os 21 anos em que generais do Exército ocuparam a presidência da República.

Certamente houve um trabalho conjunto e cooperativo entre as três forças durante o regime militar. No entanto, o que queremos enfatizar aqui é a presença de um elemento que, embora sempre presente, ainda que de forma latente, só veio a adquirir visibilidade durante a Nova República: a existência de arestas e desconfortos entre as três forças. No período democrático iniciado em 1985, por exemplo, o *estigma* lançado sobre a atuação dos militares na política, principalmente devido à atuação dos órgãos de repressão, era um peso mais incômodo para a Marinha e a Aeronáutica do que para o Exército — força que mais profundamente se envolveu no processo político. Além disso, a perspectiva de se criar o Ministério da Defesa despertava o temor de que viessem a ocorrer mudanças profundas na orientação estratégica ou em termos de prioridades no âmbito da organização das Forças Armadas — instituição que, por sua própria natureza, é mais refratária a mudanças.

A demora na criação do Ministério da Defesa, como vimos, deve ser atribuída antes à existência de importantes divergências *entre os próprios militares* do que a tensões nas relações entre civis e militares. Cada força possuía uma visão diferente do desenho institucional que o novo ministério deveria ter. As tensões foram especialmente sensíveis entre a Marinha, de um lado, e o Exército e a Força Aérea, de outro. No regime militar, essas divergências eram minimizadas e o Exército assumia uma posição claramente hegemônica. Além disso, a existência de um presidente militar servia como elemento decisivo de controle e de resolução de conflitos.

tos. Na Nova República, essa situação se modificou. O fim do regime militar trouxe à tona maior competição entre as três forças, diminuindo a capacidade de ação conjunta dos militares.

Mas se a competição entre as Forças Armadas cria problemas à consolidação do MD, o arbitramento dessa competição é justamente uma das principais justificativas para sua existência. Sem dúvida, o Ministério da Defesa ainda tem um longo caminho a percorrer até tornar-se efetivamente o órgão responsável pela condução dos assuntos militares, mas sua criação já evidencia mudanças nas relações entre civis e militares no Brasil.

OS MILITARES E A COMISSÃO DOS DESAPARECIDOS

A Comissão dos Desaparecidos começou a funcionar em 1995, com o objetivo de solucionar a situação jurídica das famílias de pessoas desaparecidas durante o regime militar e ainda sem atestado de óbito. A aplicação dessa lei implica o reconhecimento, pelo Estado brasileiro, da responsabilidade por essas mortes, por ter falhado em seu dever de proteger a vida de presos sob sua guarda (na maioria das vezes, sob a guarda das Forças Armadas).

Em 22 de janeiro de 1996, o primeiro resultado prático do funcionamento da comissão foi a entrega do atestado de óbito do ex-deputado Rubens Paiva, preso em sua casa em 1971 e “desaparecido” desde então. Durante a cerimônia, realizada no Palácio do Planalto, ocorreu um abraço entre o chefe da Casa Militar da Presidência da República, general Alberto Cardoso, e a viúva de Rubens Paiva. A cena, fotografada e estampada nas primeiras páginas dos jornais do dia seguinte, foi interpretada como uma nova postura dos militares em relação ao passado (embora tenha sido criticada por alguns oficiais da reserva). O general Alberto Cardoso acha que a indenização das famílias dos desaparecidos representou a “pedra de toque” da verdadeira transição para um governo de plena democracia.

A maioria dos militares da ativa, inclusive os chefes militares, ficaram profundamente incomodados com pelo menos duas das indenizações efetuadas pela comissão: a do ex-deputado e guerrilheiro Carlos Marighella, morto numa emboscada em 1969, e, principalmente, a do ex-capitão do Exército Carlos Lamarca, que desertou em 1969 para tornar-se um dos principais expoentes da luta armada, até ser morto em 1971.

Antes do julgamento do caso Lamarca, o general Alberto Cardoso havia antecipado que não ocorreria nenhum problema institucional de

indisciplina, caso fosse concedida a indenização. O ministro Zenildo não nega que tenha havido descontentamento no Exército, mas afirma que não houve indisciplina nem manifestações — somente “pequenas reações” entre o pessoal da reserva: “Não vou dizer que tenha sido tranqüilo, mas segurei. Não transpirou nada”. E explicava a seus comandados: “O dinheiro não é do Exército, a decisão é do presidente, é uma decisão política, não nos afeta. Os nossos já estão apoiados”. A insatisfação ficou registrada em nota interna do ministro do Exército, afirmando que, segundo os códigos militares, Lamarca continuava sendo considerado um traidor. No entanto, não houve contestação militar ao funcionamento da comissão como um todo, prevalecendo a visão de que não se tratava do julgamento moral da instituição, e sim de uma questão entre o Estado brasileiro e essas famílias.

Outros depoimentos acrescentam ponderações quanto ao funcionamento da Comissão dos Desaparecidos. O almirante Serpa, por exemplo, diz que alguns “desaparecidos” teriam sido “justiçados” pelos próprios companheiros ou até mesmo estariam vivos, mas que a imprensa não publicava esse tipo de notícia, nem a comissão se preocupava em apurar. Isso, para ele, é odioso: “o que se verifica é que os anistiados do lado de lá não querem saber de anistia para o lado de cá. Eles querem ir à desforra! E é isso que as Forças Armadas brasileiras estão sofrendo”. O almirante Mauro afirma que “a cicatriz” histórica está só de um lado, e que isso é equivocado. Por mais que uma justificativa “técnica” aparentemente prevaleça (de que se tratava de uma reparação a pessoas que tinham sido mortas quando estavam sob a guarda do Estado), fica claro, mais uma vez, para os militares, o peso da visão revanchista a influenciar o funcionamento da comissão. No entanto, segundo o almirante Mauro, os ministros militares, embora eventualmente comentassem entre si o funcionamento da comissão, nunca fizeram uma reunião formal para tratar do assunto, nem tocaram nesse tema com o presidente.

O brigadeiro Gandra também vê com reservas o funcionamento da comissão. Segundo ele, no início, Nelson Jobim e José Gregori reuniram-se com os ministros militares e manifestaram-se reticentes em relação à comissão, que queria ampliar a lista original. Gandra sentiu-se posteriormente iludido, pois, embora achasse que os dois estavam agindo de boa-fé, acredita que o processo foi “absolutamente viciado”, pois a comissão teria sido criada já com as cartas marcadas.

O funcionamento da comissão também foi criticado pelo Clube Militar e por uma dezena de pequenos grupos de direita que têm entre seus

membros militares da reserva.¹⁴ Devemos, no entanto, chamar a atenção para o perigo de se tomar as manifestações do Clube Militar como representativas daquilo que atualmente pensam “os militares”. O Clube Militar é hoje constituído sobretudo de antigos oficiais da reserva, com pequena representação das gerações mais jovens de oficiais. Num encarte da *Revista do Clube Militar*, o presidente do clube, general Ibiapina, observando os índices de associação ao clube, reconhece que:

“(...) até 1956, o nível de adesão era excelente e que, a partir de 1957, passou a descer de tal forma que vamos encontrar o absurdo de nas sete turmas [formadas na Aman] de 1994-2000 só há 82 sócios, menos que nas sete turmas mais antigas de 1927-34 (apesar do estrago feito pela idade), das quais ainda temos 105 sócios! (...) A continuar assim, o Clube Militar será uma instituição em extinção.”¹⁵

MUDANÇAS NAS COMEMORAÇÕES MILITARES

Algumas mudanças ocorridas em comemorações militares durante a Nova República não receberam ainda a devida atenção dos analistas. A outrora importante comemoração da vitória sobre a “Intentona” comunista de 1935 entrou em franco declínio a partir da ausência do presidente Collor ao evento, em 1990. Outra mudança foi a suspensão da ordem do dia conjunta dos ministros militares na comemoração do 31 de março de 1964. Em 1995, pela primeira vez, ela não ocorreu. A iniciativa foi do almirante Mauro, que procurou o brigadeiro Gandra e sugeriu que a ordem do dia não fosse feita. A idéia, segundo Gandra, era “apaziguar os ânimos, desarmar os espíritos”. Gandra diz que imediatamente concordou e que, juntos, conseguiram convencer os generais Zenildo e o Leonel, que relutaram: “Mas isso é uma tradição!” Nós dissemos que tínhamos que esquecer, virar essa página. (...) O Zenildo e o Leonel ficaram um pouco reticentes. Mas aí eles saíram, voltaram, nós chegamos a um acordo”. Gandra afirma que não houve nenhuma interferência do presidente FHC e que se tratou de uma iniciativa surgida entre os próprios militares: “até porque a decisão foi minha e eu não consultei ninguém”.

Em 1994, por iniciativa do ministro do Exército, foi criado o Dia do Exército na data de realização da primeira batalha dos Guararapes (19 de

¹⁴ Em relação à questão da isonomia salarial, o Clube Militar chegou a processar judicialmente os ministros militares, mediante autorização dada ao seu presidente em assembleia geral. Para o general Zenildo, essa seria “uma das mágoas que eu guardo, porque ser acusado de ação e omissão, deixar de atender aos legítimos interesses da força, vocês hão de convir que é pesado”.

¹⁵ *Revista do Clube Militar* (379):3, jan. 2001.

abril de 1648). Essa comemoração celebra o momento-chave da expulsão dos holandeses do Nordeste, segundo a idéia de que aí nasceram ao mesmo tempo a nacionalidade e o Exército brasileiro. A força simbólica do evento é reforçada pelo “mito das três raças” constitutivas do povo brasileiro — o branco, o negro e o índio —, encarnado nas tropas reunidas para a batalha. Além disso, ao contrário das duas outras comemorações, não se trata aqui do enfrentamento de um “inimigo interno”, mas de uma guerra contra invasores estrangeiros.

Guararapes é o exemplo mais recente da tentativa de se atualizarem, em um novo contexto histórico, antigas conexões entre Exército e nação. É claro que sempre se pode pensar que a renovação de vínculos simbólicos indissolúveis com a nação pode ser apenas a atualização da mesma visão que moldou projetos como o do “Brasil Grande”, do período do regime militar. A diferença é que, pelo menos até o momento, não há indicação de que esse vínculo simbólico esteja transformando-se em algum “projeto” de ação política específico, como no passado. Ao contrário, as atitudes dos últimos chefes militares parecem ter ido na direção oposta, numa tentativa de restabelecer uma imagem socialmente valorizada e positiva, desfazendo o *estigma* que o regime militar deixou. Ainda há um caminho longo a percorrer — e incerto, como todos os caminhos longos —, mas que poderá ajudar a redefinir o peso da herança negativa que o envolvimento recente dos militares na política trouxe para a instituição.

FORÇAS ARMADAS E POLÍTICA NO FINAL DO SÉCULO XX

Isto posto, parecem-nos evidentes a menor presença militar no cenário político nacional durante a Nova República e a crescente aceitação, pelos militares, de um novo padrão nas relações civis-militares. Acreditamos, como Hunter (1997) e Oliveira e Soares (2000), que os militares tenham de fato perdido força e influência na nova ordem política brasileira.

Devemos fazer, no entanto, duas ressalvas. Primeiro, é preciso diferenciar os primeiros anos da transição dos que se seguiram. Na fase inicial da Nova República, durante o governo de José Sarney (1985-90), os militares ainda exerceram significativo poder político.¹⁶ Segundo, mesmo reconhecendo, como Hunter, que a influência militar no Brasil tem diminuído desde 1985 e que possivelmente continuará a decrescer, à

¹⁶ A análise da atuação militar durante o governo José Sarney é feita, com competência, por Oliveira (1994).

medida que o jogo democrático se for fortalecendo, devemos ser cautelosos antes de afirmar que os militares brasileiros são “tigres de papel”. Um exame da atuação militar na história do Brasil republicano, associado à percepção dos enormes problemas e desigualdades sociais que ainda caracterizam a sociedade brasileira, nos permite imaginar, por exemplo, que o agravamento de crises sociais ou econômicas poderá alterar a tendência à subordinação militar. Além disso, a cultura política brasileira também possui uma longa tradição autoritária, muito anterior à existência do regime militar. Nada impede que, em outros cenários, as “vivandeiras” voltem a bater às portas dos quartéis ou que ressurjam variantes da antiga visão messiânica e das doutrinas de segurança interna professadas pelos militares durante tantos anos.

Feitas essas ressalvas, devemos perguntar como e por que as mudanças no comportamento militar foram possíveis. Em primeiro lugar, como foi enfatizado por Hunter, um dos principais fatores a diminuir a influência política dos militares foi o próprio funcionamento da democracia — e a percepção, pelos militares, dessa situação. No entanto, é interessante pensar na sugestão de Ferraz (1999:181) de que, em vez de uma “erosão” do poder militar, tenha sido desencadeada uma “retirada” militar, em face da “combinação das investidas bem-sucedidas dos políticos civis em suas possessões e prerrogativas políticas, das dificuldades e perigos da cizânia no seio da tropa e do peso de uma auto-estima institucional seriamente comprometida pelo passado recente”.

Outros elementos, portanto, devem ser mencionados, como as influências externas derivadas do cenário internacional. O fim da Guerra Fria e, posteriormente, da bipolarização ideológica no cenário internacional, somado à maior integração regional através do Mercosul, pôs em xeque cenários estratégicos e clivagens ideológicas que haviam prevalecido por quatro décadas. Além disso, foram importantes os efeitos da “derrota” que os militares tiveram na memória histórica sobre o regime militar, bem como a falta de apoio e credibilidade política daí resultantes. O consenso a respeito da democracia é hoje muito maior do que no passado. Finalmente, com o tempo, vai acontecendo a natural substituição da geração que viveu o regime militar por outra emocionalmente desvinculada desse período. Em geral, se o pensamento dos chefes militares da Nova República transmitido pelas entrevistas aqui reunidas dificilmente pode ser caracterizado simplesmente como “democrático”, também não se pode dizer que nada ou muito pouco mudou. As Forças Armadas foram paulatinamente se adaptando às regras democráticas, e não é trivial observar que não geraram nenhuma crise *política* nesses 15 anos.

Oliveira e Soares (2000) enfatizam a importância de maior *direção política* sobre as Forças Armadas para sua adequação à democracia, e este parece ser um conceito importante para entender essa nova fase de seu comportamento. Esses analistas também insistem na existência de problemas, como a tímida atuação do Congresso em questões militares e de defesa e o pequeno envolvimento da academia no debate sobre questões de defesa e estratégia. Por essas razões, grande parte dos temas que poderiam e deveriam estar na agenda das discussões nacionais acaba restringindo-se aos militares, que continuam tendo um poder opinativo diferencial em certos assuntos. É isto o que hoje se observa, por exemplo, nas discussões sobre as possibilidades — imaginárias ou não — de “internacionalização” da Amazônia e de combate ao narcotráfico no plano local ou internacional. As Forças Armadas brasileiras têm assumido posição muito clara em relação a ambos os temas. No primeiro, entendem ser hoje a Amazônia um dos principais exemplos de afirmação da segurança nacional, e sua ação, portanto, é afirmativa. No segundo caso, parecem levar a cabo uma ação defensiva, isto é, escapar das pressões norte-americanas quanto ao envolvimento das Forças Armadas locais no combate ao narcotráfico. Em ambos está presente o espírito de soberania, de independência e de organização em face de agentes externos, tal como simbolizado pelas comemorações de Guararapes. Em ambos, também, pode-se inferir a existência de temas que ainda são reservados ao âmbito militar não tanto por escolha da instituição, porém mais pela permanência, entre nós, de uma cultura que transferiu para o setor temas que na verdade dizem respeito a toda a nação.

Esses temas, em meio ao debate sobre a globalização, propiciam a reedição de um nacionalismo que pode ou não deitar raízes sociais e, em deitando, produzir expectativas messiânicas em relação às Forças Armadas. Nossos entrevistados por vezes lembram que a ação de militares na política é prática própria de países pouco desenvolvidos. Nesses casos, os militares preencheriam espaços deixados pela falta de capacidade da sociedade civil para manter um pacto político estável. Embora as expectativas de sucesso econômico e desenvolvimento social não sejam muito enfáticas para nossos entrevistados, parece haver a convicção de que a profissionalização é produto do desenvolvimento e que portanto o afastamento da política é sintoma da maturidade nacional que ajudaram, direta ou indiretamente, a construir. A esse respeito, é bom observar que, quando abordam a crise do *impeachment*, praticamente todos lembram que então a intervenção não se fazia necessária porque o sistema político estava operando e, principalmente, porque a sociedade não pediu tal in-

tervenção. A opinião pública estava contra o presidente, e os militares optaram por ficar ao lado do povo. Em outras ocasiões fizeram o mesmo, normalmente quando parcelas significativas da opinião pública demandavam a quebra da ordem institucional. De toda forma, o que este livro nos ensina é que os militares ainda se sentem como representantes da opinião popular. Será esta uma posição conceitualmente adequada? O soberano, em qualquer ordem política democrática, é o povo. Mas a soberania popular deve expressar-se através de um pacto definido por instituições, regras e procedimentos que impeçam, da melhor forma, ações diretas abruptas e desestabilizadoras.

Há ainda outros temas que ganham notoriedade nas sociedades ocidentais, mas para os quais as Forças Armadas brasileiras ainda se fecham ou são reativas. Questões como gênero e preferência sexual permeiam a pauta da instituição militar em vários países. Em que pese às mudanças já introduzidas pela presença de mulheres nas Forças Armadas, em geral os chefes militares continuam associando preferencialmente a capacidade de defesa e heroísmo à população masculina, idéia que tende a ser cada vez mais questionada.

Em meio a tantas mudanças comportamentais, políticas e estratégicas, as Forças Armadas brasileiras têm apresentado significativa capacidade de adaptação, se considerarmos seu passado recente de hegemonia e autonomia política. Este livro, portanto, retrata uma instituição *em movimento*, aqui entendido não no sentido de manobras militares, mas em seu sentido sociológico.

OS ENTREVISTADOS

(em itálico, os nomes de guerra)

- **Henrique *Sabóia***
Ministro da Marinha de 15-3-1985 a 15-3-1990 (governo Sarney)
- **Octávio Júlio *Moreira Lima***
Ministro da Aeronáutica de 15-3-1985 a 15-3-1990 (governo Sarney)
- **Rubens Bayma *Denys***
Chefe da Casa Militar de 15-3-1985 a 15-3-1990 (governo Sarney)
- **Mário César *Flores***
Ministro da Marinha de 15-3-1990 a 8-10-1992 (governo Collor)
- **Carlos *Tinoco* Ribeiro Gomes**
Ministro do Exército de 15-3-1990 a 8-10-1992 (governo Collor)
- **Sócrates da Costa Monteiro**
Ministro da Aeronáutica de 15-3-1990 a 8-10-1992 (governo Collor)
- **Antonio Luiz Rocha *Veneu***
Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas de 18-4-1991 a 16-4-1993
(governos Collor e Itamar)
- **Ivan da Silveira *Serpa***
Ministro da Marinha de 8-10-1992 a 1-1-1995 (governo Itamar)
- **Zenildo Zoroastro de Lucena**
Ministro do Exército de 8-10-1992 a 1-1-1999 (governos Itamar e Fernando Henrique Cardoso — 1º mandato)
- **Lélvio Viana *Lôbo***
Ministro da Aeronáutica de 8-10-1992 a 1-1-1995 e de 19-11-1995 a 1-1-1999 (governos Itamar e Fernando Henrique Cardoso — 1º mandato)

- **Fernando *Cardoso***
Chefe da Casa Militar de 8-10-1992 a 1-1-1995 (governo Itamar)
- **Mauro César Rodrigues Pereira**
Ministro da Marinha de 1-1-1995 a 1-1-1999 (governo Fernando Henrique Cardoso — 1º mandato)
- **Mauro José Miranda *Gandra***
Ministro da Aeronáutica de 1-1 a 19-11-1995 (governo Fernando Henrique Cardoso — 1º mandato)
- **Alberto Mendes *Cardoso***
Chefe da Casa Militar (depois Gabinete de Segurança Institucional) desde 1-1-1995 (governo Fernando Henrique Cardoso)

HENRIQUE SABÓIA

NASCEU EM SOBRAL (CE) em 1925. Ingressou na Escola Naval em 1943, tendo concluído o curso no final de 1946. Durante o governo Juscelino Kubitschek, serviu no gabinete do ministro Matoso Maia. Em 1964, cursou a Escola de Guerra Naval, no Rio de Janeiro, e em 1974, a Escola Superior de Guerra. Promovido a contra-almirante em 1975, foi diretor da Escola de Guerra Naval de julho de 1977 a janeiro de 1980, de onde seguiu para a Diretoria de Portos e Costas (até agosto de 1981) e, depois, para o comando do 1º Distrito Naval (até janeiro de 1983) e o Comando-em-Chefe da Esquadra (até janeiro de 1984). Promovido a almirante-de-esquadra em novembro de 1983, foi diretor-geral de Pessoal da Marinha, antes de aceitar assumir, a convite do presidente eleito Tancredo Neves, o Ministério da Marinha. Permaneceu nesta função até o final do governo José Sarney. Em 1993, a convite do presidente Itamar Franco, assumiu a função de diretor-presidente da Vale do Rio Doce Navegação S.A. (Docenave), onde permaneceu até sua privatização, em 1997.

Depoimento concedido a Celso Castro e Maria Celina D'Araujo em duas sessões realizadas no Rio de Janeiro nos dias 17 e 20 de fevereiro de 1998.

Por que o sr. foi convidado para o ministério?

Isso é uma pergunta que eu pretendia fazer ao presidente Tancredo, mas ele morreu. Eu não o conhecia, só estive com ele uma vez, no dia em que me convidou. Recebi um telefonema dele me convidando para ir a Brasília conversar. Havia dois cargos que seriam da Marinha: ministro da Marinha e ministro-chefe do Emfa. Fui para Brasília sem saber qual convite ele iria me formular. Lá, ele me convidou para ser ministro da Marinha.

E ele não disse o porquê do convite?

Não, nunca me disse. Também não perguntei. Pensei: “Depois, com a convivência, vou perguntar por que me convidou, se não me conhecia...”, mas aí ele morreu. Eu tinha uma carreira muito boa, acho que foi por aí.

O presidente Tancredo estava informado a respeito da Marinha?

Estava informado, sabia o que queria. Mas foi uma conversa mais sobre o ramo político, a composição do ministério como um todo.

E que orientação política ele passou?

Não chegou a haver uma orientação. Isso era uma coisa que seria feita na primeira reunião ministerial, que, infelizmente, não houve.

Qual foi sua impressão pessoal dele?

Eu tive um contato único. Muito afável, um indivíduo muito vivo, muito inteligente. Mas, uma impressão absolutamente superficial. Eu iria formular um conceito com o tempo. Mas só tive esse contato.

O sr. conhecia o novo ministro do Exército, o general Leonidas?

Não, conheci depois que fui convidado. Telefonei para ele, nos encontramos aqui no Rio. Eu era muito amigo do Ivan de Sousa Mendes, que foi do SNI, porque, quando comandeí a Escola de Guerra Naval, ele era comandante da Eceme. São escolas vizinhas e que tratam dos mesmos assuntos. Nós tivemos muito contato nessa época. Do ministério que iria assumir, eu conhecia muito o Ivan, o Renato Archer — que tinha sido da Marinha, contemporâneo de escola, inclusive — e mais ninguém.

Nessa época, noticiou-se na imprensa que havia pressões de alguns setores do Exército para que não fosse feito o rodízio no Emfa.

Acho que sim, e essa é uma das explicações que dou para ter demorado tanto a escolha do ministro da Marinha. O convite para o general Ivan

ir para o SNI também foi feito um ou dois dias antes da posse do presidente da República. Quer dizer, a gente sentia que havia qualquer coisa relacionada com SNI, Emfa, Marinha...

A Marinha se sentia ameaçada de perder o Emfa no rodízio?

Isso nunca chegou a ser especulado. Considerávamos que eram favas contadas, que o Emfa seria da Marinha.

O que a imprensa noticiava era que o general Leonidas foi favorável a que se mantivesse o rodízio, mas que essa não era a única opinião no Exército.

No Exército, o pessoal não gosta muito de rodízio. Tanto que acabaram. O atual [1998] chefe do Emfa, o Benedito [Leonel], acabou com o rodízio: passou para a reserva e continuou lá. O ministro-chefe do Emfa era, obrigatoriamente, oficial da ativa e ficava lá no máximo dois anos. Quando saía, entrava outra força. Mas, no governo Fernando Henrique, saiu um decreto alterando isso. Agora pode ser da reserva.

Também se noticiou que a demora na nomeação do ministro da Marinha seria devida a uma disputa entre o ministro Karam, que teria preferido nomear o almirante José Maria do Amaral para o cargo, e um grupo liderado pelo Paulo Bonoso, que apoiava o sr.

Não, isso não existiu. O Karam queria continuar como ministro. Não tenho a menor dúvida. Acho isso porque ele tinha ficado só um ano. E sei que ele andou tendo encontros com o presidente Tancredo. O almirante Branco também queria ser nomeado. Uma porção de gente queria. É natural um oficial de Marinha querer ser ministro da Marinha.

Como era o entrosamento entre os ministros militares durante o governo Sarney? Havia reuniões? E os despachos com o presidente Sarney, eram sempre individuais?

Como disse, não conhecia o Leonidas, nem o Moreira Lima. Conhecia o general Ivan. Mas tivemos uma comunhão de pensamento muito grande. Todo mês havia um almoço dos ministros militares, cada mês era um ministério que promovia, num lugar diferente. Então, compareciam o ministro do Exército, ministro da Marinha, ministro da Aeronáutica, ministro-chefe do Emfa, Casa Militar e SNI. Uma vez por mês, almoçávamos juntos e conversávamos muito. Com isso, ficamos isentos de qualquer fofoca, porque trocávamos idéias sobre todos os assuntos com a maior franqueza que se possa imaginar. Então, realmente, havia um entendimento muito grande.

Agora, o despacho com o presidente era individual, os dias até eram diferentes. Podia ser no mesmo dia, mas em hora diferente. Às vezes, nós tínhamos algumas reuniões dos ministros militares com o pessoal da área da Fazenda, porque tínhamos problemas orçamentários, problemas de salário — nós estávamos num período inflacionário. E havia as reuniões do ministério como um todo. Mas, reuniões dos ministros militares com o presidente Sarney, só naquelas festas de conagração do fim do ano. Cada ano uma das forças fazia uma festa de Natal, um almoço de homenagem ao presidente. Tivemos um entendimento muito bom com o presidente Sarney, muito cordial, muito amigo. Também não o conhecia e hoje sou amigo dele. Ficamos amigos durante o tempo do ministério. Apesar das agruras da Constituinte, que deu um bocado de trabalho.

Apesar de o sr. ter tido uma carreira com perfil profissional, o cargo de ministro é um cargo que envolve posicionamento em relação a temas políticos. Um deles foi a Constituinte. Como foi sua experiência neste caso?

O envolvimento foi total. Tive sorte, logo que fui indicado para ministro, de ter um oficial, que já tinha trabalhado comigo antes, que foi considerado, unanimemente, o melhor assessor parlamentar: o almirante Reguffe. Ele foi extremamente bem-sucedido na função. Antes de começar a existir aquele grupo dos 50 “notáveis”, do Afonso Arinos, eu já tinha nomeado, informalmente, três almirantes para irem pensando no assunto.¹⁷ Chamei e disse: “Eu queria que vocês fossem pensando nos problemas que afetam a Marinha, na Constituição. Vamos conversar para ir estabelecendo pontos de vista que a gente possa defender”. Depois, quando começou aquele grupo dos 50 “notáveis”, nomeei, formalmente, o almirante Flores, que tinha muito acesso ao Afonso Arinos, para participar desse grupo. E, no Congresso, o comandante Reguffe acompanhava o dia inteiro tudo o que acontecia lá. Tudo que interessasse à Marinha ele trazia, era analisado pelo Estado-Maior, ia para o ministro, a gente discutia e formava a opinião da Marinha: o que nós somos contra, o que nós somos a favor... Nessas reuniões mensais dos ministros militares, nós acertávamos os ponteiros entre nós, sobre esses vários aspectos.

Havia consenso em relação aos principais pontos?

Havia consenso. Não havia discordância, não. Algumas pessoas tinham mais interesse numa determinada coisa do que noutra. Mas os nos-

¹⁷ Refere-se à Comissão Afonso Arinos, encarregada, durante o governo João Batista Figueiredo, de fazer um anteprojeto de Constituição.

sos pontos de vista eram muito acertados. Os nossos assessores parlamentares trocavam muita idéia, não eram, absolutamente, estanques. Falei no comandante Reguffe, mas ele tinha uma equipe de oficiais. O Exército e a Aeronáutica também tinham equipes. E eles trabalhavam juntos.

Hoje em dia, sempre que é mencionada a atuação dos militares em relação à Constituinte, pensa-se em um lobby que deu certo.

E foi. Havia barbaridades. Por exemplo, a anistia sempre foi pautada pela idéia de que aquele pessoal que houvesse sido punido por atos de exceção seria anistiado e compensado pelas perdas que tivera. E o Covas fez uma emenda — sem entrar em maiores detalhes, porque a história é comprida à beça — que anistiava também o pessoal que tivesse sido afastado ou transferido para a reserva por atos administrativos. Então, todo o pessoal que tivesse saído das Forças Armadas naquele período iria voltar para o serviço ativo, com promoções e recebimentos atrasados. Ora, de cada 10 capitães-de-mar-e-guerra, um vai a contra-almirante, nove saem; no Exército, a proporção é de 50, 49 saem. Então, todo esse pessoal que tinha saído por atos administrativos ia voltar ao serviço ativo com pagamento de atrasados, promoções. Era uma maluquice que não tinha mais tamanho. Deu um trabalho infernal, porque não conseguimos convencer os homens responsáveis de que isso acabava com as Forças Armadas. Teve que ir a votação — ninguém consegue convencer o Covas de coisa nenhuma! No plenário foi derrubada.

Qual era a principal preocupação da área militar em relação à Constituinte?

A principal preocupação era a ampliação da anistia, além daquilo que nós achávamos que era razoável e conceptível. Nós tínhamos uma posição muito firme e considerávamos a Lei de Anistia do Figueiredo como o limite do aceitável. Ela anistiava o pessoal afastado por atos de exceção e dava direito a promoções, mas mantinha esse pessoal na reserva. Nós também não achávamos justo pagar atrasados. Porque o pessoal, naquele período todo, trabalhou, fez alguma coisa, obteve meios. Mas esse não era um problema que afetasse diretamente as Forças Armadas, porque quem ia ir arcar com esses custos não era o orçamento militar, mas a nação. Mas o que não aceitávamos era que um indivíduo que ficou 20 anos fora de uma força, que teve uma evolução técnica espetacular, pudesse voltar como capitão-de-mar-e-guerra, por exemplo. Não tem o menor sentido. Isso iria quebrar toda a disciplina, a hierarquia.

Para os militares, nessa conjuntura, os projetos que desagradavam eram vistos como resultado de desinformação, de desconhecimento da realidade, ou como “revanchismo”?

Era revanchismo, mesmo. Não havia dúvida. No governo Sarney, principalmente no começo, o revanchismo dos políticos contra os militares era um negócio inacreditável. Você não imagina a dificuldade que a gente tinha para qualquer coisa. É o que eu digo sempre: a anistia foi *one way*. Nós anistiamos, mas nós não fomos anistiados até hoje. Houve anistia, mas num só sentido. E a anistia é bilateral, é dos dois lados. O que eu quero dizer é o seguinte: nós, militares, concordamos com a anistia, mas não fomos anistiados. Até hoje, tudo é culpa da “ditadura”.

Sobre esse revanchismo, o sr. acha que vinha mais dos políticos, da mídia, dos intelectuais...?

Da mídia. A revolução de 1964 perdeu a batalha da mídia. Totalmente. Até hoje é execrada. Evidentemente, teve coisa negativa, mas teve muita coisa positiva. Nada do que é positivo é exaltado na nossa imprensa. A nossa imprensa é radicalmente contra as Forças Armadas. Até hoje.

Vou dar um exemplo. Tive um problema sério no ministério com o naufrágio do *Bateau Mouche*. A imprensa fez uma campanha violenta contra a Marinha, dizendo que era corporativismo, que nós não íamos apurar coisa nenhuma. Mandeí abrir três inquéritos e, de 15 em 15 dias, distribuía para toda a imprensa uma nota oficial do Ministério da Marinha sobre o andamento desses trabalhos. Nenhuma delas foi publicada. E todo dia eles diziam que havia corporativismo, que nós não dávamos informação. Tanto que, quando saiu o resultado do inquérito, responsabilizando 12 oficiais de Marinha, paguei dois jornais de cada capital do Brasil — matéria paga — para poder sair. Se não, não saía.

Hoje deve ser muito diferente a conjuntura que um jovem oficial de Marinha, saindo da Escola Naval, encontra, em comparação ao seu tempo, quando o prestígio social da profissão era mais alto.

Era muito grande. Hoje, não. Pelo contrário. O grande problema é o seguinte. Quem escolhe a carreira militar sabe de uma coisa: nunca vai ser rico. Nunca vai viver folgado, com uma porção de benesses. Mas, também, sabe que nunca vai lhe faltar o essencial. Do governo Collor para cá, está faltando o essencial. O oficial, hoje, já não tem condição de morar decentemente, por causa da degradação dos salários. Então, hoje, realmente, é um problema atrair os jovens para a carreira militar. O que está acontecendo? A grande quantidade dos candidatos à Escola Naval

vem de um nível para quem aquilo representa uma elevação social. Hoje, o nível social dos candidatos à Escola Naval caiu. É uma consequência dessa demolição que houve no salário, nas condições, no prestígio dos militares.

E quanto ao Ministério da Defesa? Na ocasião, o sr. achou que era uma época oportuna para ser criado?

Sempre fui contra o Ministério da Defesa e continuo sendo. Sou contra por uma razão muito simples: acho que o Ministério da Defesa é uma panacéia que não vai levar a coisa nenhuma, a não ser a muito mais despesas. Quando se fala no Ministério da Defesa, se diz que é uma necessidade para a integração operacional das Forças Armadas. O Ministério da Defesa não tem nada a ver com isso. O Ministério da Defesa é uma integração administrativa. A integração operacional é proporcionada pelo Emfa. O papel do Emfa é exatamente esse. Mas, o que se falava na época da Constituinte, como razão dominante para a criação do Ministério da Defesa, era exatamente o mesmo de agora: botar o militar embaixo de um civil. No fundo, é só isso, não tem outra coisa. Como se os militares não fossem subordinados a um civil, que é o presidente da República.

Vão baixar a posição dos ministros militares, o que, na minha opinião, é muito ruim, porque hoje o ministro tem dever de lealdade ao presidente da República. É ele quem convida e nomeia. E lealdade, para o militar, é uma coisa importantíssima. Dever de lealdade ao chefe está na nossa alma. Com o Ministério da Defesa, o dever de lealdade do comandante da Marinha vai ser com a força, não com o presidente, porque não foi convidado por ele. Chegou lá porque era o mais antigo etc.

Os ministérios da Marinha e do Exército são dois dos ministérios mais antigos do Brasil. E se vai acabar toda uma tradição para quê? O que se vai lucrar com isso? Nada. Você vai criar um novo ministério, não vai alterar em nada a estrutura da Marinha. Vai-se criar um novo ministério com tendência de gigantismo, como aconteceu em todos os países do mundo onde foi criado. Então, vai haver um bocado de gente, vai ter despesa à beça, e não se vai alterar em nada os ministérios. Vai continuar a mesma coisa.

O que se comenta é que a Marinha era a força mais resistente à criação do Ministério da Defesa, com medo de que o Exército tomasse conta do novo ministério.

Não é questão de tomar conta. O general Leonidas, que era ministro do Exército, também era contrário. Por que o grosso dos países do mun-

do tem Ministério da Defesa? Primeiro, porque a grande maioria só tem Exército. Marinha não existe, Força Aérea, muito menos. Então, o Ministério da Defesa é o Ministério do Exército. Mas, uma das condições que vejo para se criar o Ministério da Defesa, que foi o que aconteceu nos Estados Unidos, é que as forças tenham tamanhos semelhantes. Agora, aqui, no Brasil, o Exército é maior que a Marinha e a Aeronáutica juntas. Então, quando se for fazer o Estado-Maior do Ministério da Defesa, vão ser dois terços para o Exército. Isso, na minha opinião, não traz vantagem nenhuma, vai ser um foco de problemas. Enfim, não existem problemas, hoje, nas Forças Armadas, que justifiquem a criação do Ministério da Defesa.

Houve também a idéia de continuar com os ministérios militares e criar mais um ministério, o da Defesa. Isso não tem o menor sentido, seria mais um cabide de emprego. Não serve para nada. Eu acho que o Brasil tem “n” problemas, mas essa área não é problema, vem funcionando muito bem. Para que mexer numa coisa que está funcionando? Desde o futebol, em time que está ganhando não se mexe. Vai ser um foco de atrito. Não tenho dúvida disso. Sempre fui contra, na Constituinte lutei contra.

Como o sr. viu o funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte?

Na minha opinião, eles cometeram o primeiro grande erro quando partiram do zero, como se fosse um país novo a ser criado. Na realidade, há muitos anos a nação brasileira já existia, e não se podia jogar fora todas as constituições anteriores, para começar do zero. Na minha opinião, foi um erro muito grande. Aliás, sobre isso, existe até uma historinha, não sei se é história ou estória. Dizem que o presidente Tancredo falava muito que ia convocar a Assembléia Nacional Constituinte para fazer uma nova Constituição. Mas dizem também que ele, na intimidade, dizia: “Vê se eu sou maluco! Não vou fazer isso, vou fazer emendas às Constituições existentes”. Mas o fato é que, com a morte de Tancredo, o presidente Sarney herdou o discurso e os compromissos públicos dele. E daí saiu a Assembléia Nacional Constituinte. Então, começaram como se não existisse país, como se fosse um país a ser criado.

Aí, incorreram no segundo grande erro, na minha opinião. Fizeram uma Constituição voltada para trás, olhando pelo retrovisor e não para o futuro. Essa Constituição é completamente retrógrada. Ela estava preocupada com o que tinha havido antes, a “ditadura” etc., em criar antidotos para essas coisas que tinham ocorrido. Mas, na Constituição, você tem que olhar para a frente. Então, resultou numa colcha de retalhos.

Houve ainda um terceiro erro: começaram a fazer uma Constituição para um regime parlamentarista. Quando chegou em mais da metade da Constituição, foi-se votar o artigo que afirmava que o Brasil teria um regime parlamentar, e deu presidencialismo. Então, a Constituição é parlamentarista, num regime presidencialista. Está aí a necessidade permanente de se fazerem reformas, alterações da Constituição. Porque ela é superdetalhada, é um código de direitos e regalias, ninguém tem obrigação com nada, não tem uma só palavra de deveres. O próprio presidente Sarney já dizia que aquela Constituição ia tornar o Brasil ingovernável. E, realmente, ela não permite governar. Porque torna necessário fazer alterações em cima de alterações, e vai construindo uma colcha de retalhos, cada vez fica pior.

E em relação à parte específica sobre as Forças Armadas?

Nessa parte, nós tivemos sorte de conseguir convencer os parlamentares sobre certos pontos fundamentais. Deu muito trabalho, mas conseguimos. Depois que foi criado o “Centrão”, nós tivemos mais facilidade.¹⁸ Tivemos oportunidade, com um trabalho profundo, bem-feito, cuidadoso, de preservar as coisas que julgávamos essenciais. Umas pequenas coisas ainda passaram, mas o que era essencial para as Forças Armadas nós preservamos.

Quais eram esses pontos?

Um ponto fundamental era o Ministério da Defesa. Nós éramos contrários. Outra coisa: a amplitude que queriam dar ao conceito de anistia. Quando foi convocada a Assembléia Nacional Constituinte, foi homologada uma emenda à Constituição que estabelecia os limites da anistia. Mas foram ampliando, no tempo, no espaço e no dinheiro, até que chegou à barbaridade de que todo o mundo que tivesse tido qualquer problema, desde 1930, seria anistiado. Todo o mundo que nas várias revoluções anteriores havia sido punido, e tinha sido anistiado, seria anistiado de novo. Teve que haver interpretações jurídicas.

Existiam outros pontos. Por exemplo, pretendiam acabar com a Justiça Militar; pretendiam dar *habeas-corpus* para punição disciplinar, queriam ampliar o tal do *habeas data* para a documentação dos Serviços de Informações. E, assim, uma série de outros pontos. Nós não ficaríamos felizes se isso ficasse na Constituição.

¹⁸ “Centrão” é o termo usado para denominar o grupo conservador, suprapartidário, que atuou durante a Constituinte de 1987/88.

Durante o governo Sarney, apareciam com bastante frequência, na imprensa, boatos sobre possíveis golpes. O sr. acha que, se esses pontos não tivessem sido contemplados, haveria uma possibilidade concreta de os militares...

Não, não havia possibilidade. Eu até escrevi um artigo nessa época em que dizia que nós, militares, só tínhamos um compromisso, que era com a nação brasileira. Portanto, não adiantava pessoas quererem usar os militares para qualquer outra coisa que não fossem os interesses da nação.

Mas, por outro lado, a imprensa explorava muito isso, particularmente na questão de um mandato de cinco anos para Sarney.

Se houvesse a redução do mandato do Sarney de seis para quatro anos, daria em eleição presidencial em 1988. Eu dizia que era uma barbáridade, porque a Constituição estaria na metade — foi promulgada em outubro de 1988. Imagine se, antes disso, entrasse o processo eleitoral, começando em abril ou março desse ano. A Constituição estaria pela metade e não ia andar mais, ia parar. Então, realmente, nós todos achávamos que era uma maluquice o que se estava querendo fazer, era uma coisa que não podia dar certo. E não tinha sentido porque o mandato do Sarney era de seis anos. Tiraram um, passou para cinco, depois queriam tirar mais outro, passar para quatro.

Mas, e se tivessem tirado? O sr. acha que os ministros militares teriam feito alguma intervenção política?

Não acredito, não.

Na literatura acadêmica sobre esse período, o governo Sarney é quase sempre caracterizado como uma “democracia tutelada”, que só poderia funcionar dentro de limites dados pelos militares.

É uma visão distorcida, não existia tutela. O que aconteceu é que nós, ministros militares, na ocasião, tínhamos uma responsabilidade muito grande, porque estávamos sendo observados por todo o mundo: pelos políticos, pela imprensa e inclusive pelo próprio pessoal das Forças Armadas, porque éramos fiadores daquele processo de evolução democrática que estava acontecendo. E, evidentemente, existia muita gente nas Forças Armadas que achava que esse processo não deveria ocorrer. Tínhamos que procurar conduzir as coisas com muito cuidado para evitar exageros. De vez em quando, os políticos se perdiam e começavam a querer extrapolar numa porção de coisas sobre as quais nós tínhamos feito um trabalho de convencimento — se for militar, é visto como “pressão

militar”, nos outros é convencimento. Nós fizemos realmente um trabalho permanente — o que eu convidei de deputado, senador para visitar, para conversar, para almoçar... O Leonidas, o Moreira, todo o mundo fez a mesma coisa. Mostrávamos que havia um processo democrático em evolução, que a situação não era fácil. Não esqueçam que, na ocasião, o PMDB sozinho tinha maioria absoluta, e o PMDB não era o partido de origem do Sarney.

O Ulysses era uma sombra do presidente, de alguma forma?

Ele era o dono do PMDB. Então, era uma situação complicada, difícil, delicada. Se o PMDB resolvesse pegar o freio nos dentes, podia fazer até um *impeachment*, porque tinha maioria absoluta. Então, nós conversávamos muito com todos os políticos para mostrar que se estava querendo uma evolução democrática, mas que era preciso que todo o mundo trabalhasse nesse sentido. E acho que fizemos um belo trabalho de convencimento. Não houve pressão, não houve nada.

Quais eram os parlamentares de mais fácil relacionamento, os que tinham mais sensibilidade nessas questões? E os que eram mais difíceis, que incomodavam mais?

Mais difícil era o pessoal de esquerda, com um revanchismo louco, sempre. E os mais fáceis eram os que tinham mais afinidade, o pessoal do “Centrão”, com quem havia mais facilidade de diálogo, de entendimento. Quem viveu a época é que sentiu o revanchismo louco, a desconfiança que havia com referência aos militares. Então, realmente era preciso vencer, primeiro que tudo, essa desconfiança. Foi um trabalho, modéstia à parte, de nós todos, bem-feito, em que se conseguiu a volta à plena democracia. Nós somos democratas, mas nem todos sabem viver a democracia. Muitos pensam que democracia é bagunça, é desordem. Mas democracia não é nada disso! E os direitos de uma pessoa vão até onde começam os direitos do outro. Então, teve não sei quantas mil greves no governo Sarney, teve milhões de agitações, porque o pessoal não tem sensibilidade para a democracia, acha que democracia é baderna.

A obrigatoriedade do serviço militar e a questão da destinação constitucional das Forças Armadas de atuar no caso de convulsões internas também eram dois pontos importantes?

Eram dois pontos fortes. Para a Marinha, o serviço militar não é importante, mas para o Exército é fundamental. E acho importante que o

jovem tenha essa obrigação. Na realidade, no Brasil, nem 10% da classe alistada são realmente convocados para o serviço ativo, porque os nossos efetivos são pequenos. É convocado um percentual muito pequeno, e, no fim, vem pouquíssima gente que não seja voluntária. Em geral, vem o pessoal das classes sociais mais baixas: durante um ano eles têm trabalho, educação, comida, casa e aprendem uma profissão. É até um trabalho social que se faz. Agora, a Marinha trabalha muito pouco com conscrito, com o pessoal reservista. O pessoal da Marinha é formado nas suas escolas de aprendizes de marinheiros e nas escolas de oficiais. Então, para a Marinha, pouco interessa isso, embora seja fundamental, na minha opinião, para as Forças Armadas como um todo.

Com referência à destinação constitucional, é uma barbaridade pensar que em hipótese nenhuma, caso se entre em uma convulsão social no Brasil, as Forças Armadas não possam participar. O governo não tem o direito de utilizar as Forças Armadas se houver uma convulsão social que ultrapasse a capacidade das polícias? O governo constituído não pode utilizar as Forças Armadas nisso? Isso era o que pretendiam. Tudo por quê? Estavam olhando para trás ainda, com medo de que os militares tomassem o poder.

Como o sr. avalia a imagem que ficou do governo Sarney para a sociedade?

No último ano do presidente Sarney, fui eu que lhe fiz a saudação de fim de ano. Naquela ocasião, o índice de popularidade do presidente Sarney estava muito baixo. Tudo aquilo que é conquista, que se consegue, o pessoal esquece. Fica só pensando, martelando, nas frustrações, no que deixou de ser alcançado. Então, disse ao presidente Sarney que o julgamento daquele momento era um julgamento pela paixão, que com o passar do tempo, afastando o ponto de vista dos julgadores, dos apreciadores, a nação brasileira teria uma outra idéia do governo Sarney, iria ver com mais propriedade o tremendo esforço que ele fez para manter essa revolução democrática, o tremendo esforço que fez, dentro das regras da democracia, para enfrentar milhares e milhares de greves políticas. Imagine o que era ter greve todo dia! E tudo isso foi enfrentado com as armas da própria democracia. Então, o que acontece é que hoje o Sarney tem uma popularidade maior do que naquela ocasião em que estava deixando o governo. Por quê? Porque estão vendo mais os méritos do que os defeitos que na ocasião eram salientados. E a imprensa — e o PMDB também, que não gostava dele — salientava muito essas coisas. Então, a avaliação que se faz hoje daquele período é diferente daquela avaliação da paixão daqueles que estavam vivendo o momento. Hoje, acho que já há um reco-

nhecimento de que houve realmente uma evolução democrática tranqüila, apesar de todas as forças que se opuseram.

O sr. teve alguma participação na indicação do seu sucessor no ministério? O sr. foi consultado pelo presidente Collor?

Fui. Eu estava no ministério ainda quando uma pessoa me procurou dizendo que o presidente Collor gostaria de ter uma conversa comigo. Eu disse: “Pois não. Tem dois caminhos: ou ele vem aqui, para uma audiência aqui no ministério — ele já era presidente eleito — ou então nós nos encontramos na casa de alguém para conversar, como ele quiser”. Nós nos encontramos na casa de um amigo dele, lá em Brasília. Discutimos muito sobre vários assuntos, e ele me disse que queria a indicação de três nomes para o meu sucessor. Eu fiz isso, dei os três nomes, numa determinada ordem. Na ocasião, ele me disse: “Olhe ministro, vou fazer a minha cabeça e depois vou lhe pedir para o sr. fazer o convite em meu nome”. Eu respondi: “Presidente, o sr. vai me desculpar, mas acho que o convite o sr. tem que fazer”. E ele: “Eu não estou querendo contato com a área militar sem ser por intermédio dos atuais ministros”. “Não tem nada, o sr. me diz, quando fizer a sua cabeça, com quem o sr. quer conversar, que eu mando essa pessoa conversar com o sr.”. Uns dias depois ele me telefonou e a expressão que ele usou no telefone foi: “Sr. ministro, o sr. fez o seu sucessor. O sr. quer pedir ao almirante Flores para se encontrar comigo?” Então chamei o Flores, e ele foi lá no tal “Bolo de Noiva”, no dia em que foi anunciado o ministério.

Qual foi sua impressão a respeito do presidente Collor, nessa época?

Olha, eu tive uma impressão muito boa. Depois, soube que ele não era muito de ouvir, fazia as coisas de maneira meio imperial, mas me deixou falar, perguntou e ouviu. Esse foi o único contato que tive com ele.

Houve uma crise com a área militar naquela época, por causa do episódio com o general Ivan, a quem Collor chamou de “generaleco”. Gostaríamos de ouvir sua versão sobre esse episódio.

A minha não é versão, é fato. O Collor ainda era o governador de Alagoas e tinha marcado uma entrevista com o general Ivan, ministro do SNI. Quando chegou, dois dias antes da audiência, deu uma virulenta declaração contra o Sarney, daquele tipo bem agressivo. Aí o Ivan mandou avisar que estava cancelada a audiência, tendo em vista aquele pronunciamento. Aí, o Collor resolveu ir na marra e, quando chegou ao pa-

lácio, telefonaram da portaria para o general Ivan dizendo que estava ali o governador Collor, com audiência marcada. O Ivan disse: “Não, a audiência foi cancelada”. Foi isso que houve. O Collor ficou furioso e falou aquele negócio do “generaleco”. Foi uma tremenda injustiça para o Ivan, porque é uma pessoa preparada, tranqüila.

Em função disso, não havia um certo receio dos seus colegas militares em relação ao Collor?

Havia uma desconfiança muito grande. Mas, como disse, a impressão que tive no único contato com ele foi boa.

O sr. ficou preocupado com a perspectiva de o Lula ganhar a eleição em 1989?

Ah, eu fiquei, realmente. Acho que ficaria muito triste se ele fosse o representante do meu país.

Os ministros militares chegaram a conversar sobre isso?

Não é preocupação de militar, é preocupação de brasileiro. Aquele indivíduo não tem preparo, não tem capacidade, não tem postura, não tem cultura para ser presidente deste país. Este país é muito importante, é muito grande para ser dirigido por um indivíduo que é semi-analfabeto. Não pode.

Se ele fosse eleito, o sr. acha que haveria reação de algum setor militar?

Acho que não, acho que a reação viria depois, com o descalabro que seria o governo dele. Não sei qual seria a reação depois, mas não tenho dúvida de que seria um descalabro. Deus queira que eu esteja errado. O problema não é ser um indivíduo de origem humilde, mas a falta de preparo. E ele não tem postura, não tem compostura para ser presidente da República. Acho que falta algo, falta alguma coisa. Enfim, eu sou só um voto.

OCTÁVIO JÚLIO MOREIRA LIMA

NASCEU EM 1926, no Rio de Janeiro. Formou-se em 1945 pela Escola de Aeronáutica, hoje Academia da Força Aérea, onde permaneceu vários anos como instrutor de voo. Durante o governo João Goulart, serviu como instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, no Rio de Janeiro. Foi oficial-de-gabinete do ministro Eduardo Gomes em 1965/66. Em 1972, foi subchefe do gabinete do ministro Araripe Macedo, onde permaneceu um ano. Em seguida, foi delegado da Organização de Aviação Civil Internacional, em Montreal, voltando ao Brasil em 1975, quando foi promovido a brigadeiro. Permaneceu dois anos na função de chefe do Estado-Maior do Comando Geral do Ar, sendo depois designado comandante da V Força Aérea de Transporte Aéreo, no Campo dos Afonsos, onde ficou três anos. Em 1980, foi promovido a major-brigadeiro e designado para o Comando de Transporte Aéreo, onde permaneceu até 1982. Nesse ano foi promovido a tenente-brigadeiro e assumiu o Comando Geral de Apoio, que deixou em 1985, para assumir o Ministério da Aeronáutica. Após o final do governo Sarney, assumiu a presidência do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica.

Depoimento concedido a Celso Castro e Maria Celina D'Araujo em três sessões realizadas no Rio de Janeiro entre 5 e 16 de março de 1998.

Vamos falar do final do governo Figueiredo, quando o sr. teve uma desavença com o ministro Délio.

O Délio era um homem muito cercado pelos amigos. Era um homem de bom coração, muito liberal, e tinha um perfil muito simpático, junto à força. Tive um bom relacionamento com ele até determinado ponto. Infelizmente, no fim da sua administração, tive uma discordância com ele, porque havia um grupo dentro das Forças Armadas que queria conduzir a sucessão do Figueiredo, querendo um sucessor arranjado. E nós, a metade do alto comando na Aeronáutica, não concordávamos com isso. Nós achávamos que tinha que haver isenção. Inclusive, éramos favoráveis a uma eleição direta. O que aconteceu foi que o brigadeiro Délio, como era um homem muito ligado ao general Figueiredo, se engajou demais na sucessão. Quando chegou no último ano da sua administração, nós começamos a discordar. Eu achava que tinha que haver uma abertura, que a revolução estava extenuada, que não havia mais o que fazer. Tínhamos que promover a redemocratização, o mais rápido possível. Isso era uma opinião dominante, dentro da Aeronáutica.

Havia pessoas do alto comando favoráveis às eleições diretas naquele ano?

Ninguém entrou em campanha, eram apenas opiniões. E houve, no final, uma situação desagradável, porque havia um grupo que começou, politicamente, a puxar a campanha do Maluf para dentro da Aeronáutica. E nós, que já tínhamos sofrido, no passado, um problema político que dividiu a Aeronáutica,¹⁹ discordávamos. Maluf era o candidato do ministro e do grupo que lhe era mais íntimo. Nós, a outra metade do alto comando, discordávamos.

Até que ocorreu o episódio do discurso que ele faria em Salvador no início de setembro de 1984. Ele reuniu o alto comando, disse que ia inaugurar o aeroporto de Salvador e nos deu o discurso. Metade do alto comando foi contra: “O sr. não pode fazer esse discurso. Primeiro, porque o Antônio Carlos Magalhães é o cacique absoluto de lá. O sr. vai entrar na toca do lobo”. Houve, então, uma situação desagradável no alto comando: quatro ficaram contra, e quatro, a favor do pronunciamento, uma discordância grave. Nós aconselhamos: “O sr. não faça isso; o sr. vai que-

¹⁹ Refere-se aos episódios ocorridos em novembro/dezembro de 1971, quando o ministro da Aeronáutica, Márcio de Sousa e Melo, deixou o cargo após graves acusações envolvendo a Aeronáutica em casos de tortura, como o de Stuart Edgar Angel Jones, morto na Base Aérea do Galeão. Em seguida, o comandante da III Zona Aérea, João Paulo Moreira Burnier, e o chefe do Cisa, Carlos Afonso Dellamora, ligados ao ministro Melo, também foram afastados de suas funções.

brar a cara”. Ele fez, e deu no que deu. Quando chegou no alto comando, de volta, disse: “Fui agredido...”

Inclusive, havia um discurso, que foi modificado, que era ainda pior. Nós dissemos: “Se o sr. fizer esse discurso, vai ser um Deus nos acuda”. Aí, ele amainou. Dissemos: “Se o sr. não quer falar bem do ACM, também não fale mal. Diga que aquilo [o aeroporto] foi uma obra que teve a participação dos governos federal e estadual etc. Não cite o nome dele e fale de uma obra administrativa”. Mas ele quis dar um tom político, digamos, uma espécie de advertência a esse grupo que estava apoiando o Tancredo e que tinha formado a Frente Liberal.

Consta que alguém pegou o discurso dele e deu para o Dornelles, que o passou para o ACM. Então, quando ele chegou à Bahia, o ACM já tinha lido, de véspera, o discurso e já tinha preparado a resposta.

Isso nós sabíamos. Não sabemos quem foi que passou. Não foi à toa que o Antônio Carlos deu a resposta na hora. E foi uma resposta meio acachapante. Délio foi tocar a onça com vara curta. O ACM é PhD em política. É, a meu ver, um dos políticos mais habilidosos que temos. É inteligente; não seja inimigo dele. Eu me dou com ele; não sou amigo, mas me dou com ele. E aprecio uma série de suas qualidades. Agora, não seja inimigo dele...

Isso criou uma situação muito desagradável no alto comando e chegou, naturalmente, ao conhecimento do Tancredo. E quando o Tancredo fez a escolha do ministro da Aeronáutica procurou um que tivesse uma linha mais cordata.

Esse apoio do ministro Délio ao Maluf estava articulado também com pessoal do Exército?

Não. Délio era amigo do Figueiredo, era ligado ao Maluf. E o brigadeiro Délio era, de todos os ministros militares, o mais político.

Nessa mesma época, prenderam dois sargentos do Centro de Informações do Exército, que estavam fazendo panfletagem e pichação contra Tancredo.

Houve uma tentativa de fazer a intriga de que o Tancredo estava com os comunistas. Mas Tancredo era carola, carregava andor. O Tancredo era um homem absolutamente íntegro.

O discurso do ministro era muito hostil à candidatura de Tancredo.

É, e falava dos traidores: o pessoal que tinha discordado do apoio ao Maluf — Sarney, que era presidente do PDS e renunciou, o Antônio Carlos

Magalhães etc., com quem tivemos muito contato. Eu tinha muita ligação com o Aureliano Chaves, que entrou em choque com o Figueiredo e era um dos articuladores desse grupo. Ele, depois, se apagou completamente, não sei o que houve. Mas foi uma figura muito importante na articulação da candidatura do Tancredo. Aquele discurso do ACM foi o *turning point* da campanha do Tancredo. Ali selou-se a sorte do Maluf. Até então, nenhum político tinha enfrentado um ministro militar.

Quando — essa parte é impressionante — houve a resposta, o brigadeiro Délio ficou um pouco desarvorado, porque o Antônio Carlos, inclusive, insinuou corrupção. Aí o brigadeiro Délio reuniu o alto comando: queria nosso respaldo em relação àquilo que ele tinha considerado uma agressão. Quando chegou no alto comando, nós dissemos: “Não, brigadeiro; o sr. foi alertado. Seus amigos é que o induziram a fazer uma coisa que o sr. não deveria jamais ter feito”.

Houve uma cisão...

Houve. Total. Eu gostava muito do brigadeiro Délio, era amigo dele, servi com ele muitas vezes, era um homem bom. Mas se envolveu politicamente, sem ter experiência. O militar não é educado para a política. Primeiro, o nosso código de ética é completamente diferente. Não somos melhores nem piores que ninguém, somos uma classe educada para uma determinada finalidade. Temos um código de ética rígido, o que não ocorre com o político. Não é que eles sejam aéticos. É que a ética deles é diferente. Eles, hoje, estão apoiando A, amanhã estão apoiando B, mudam de lado com a mesma cara. Isso faz parte da política. Já o militar, não. O militar é rígido, não tem o jogo de cintura que o político precisa ter. Então, quando o militar se mete na política, raros são aqueles que têm sucesso. O próprio brigadeiro Eduardo Gomes — sabe por que ele perdeu para o Dutra? Os padres foram a ele e disseram: “Nós queremos fechar o jogo, fechar os cassinos”. Foi uma das condições que eles impuseram para apoiá-lo. O brigadeiro se recusou — e olha que ele era um homem que ia à missa todo dia, era um tremendo carola. Eles foram então ao Dutra, e o Dutra aceitou. E foi eleito.

Além do sr., quem era contra as posições do ministro Délio?

O brigadeiro George Belham, que foi para o Superior Tribunal Militar, ainda na minha gestão; o brigadeiro Bertolino, que era o chefe do Estado-Maior; o brigadeiro Berenguer, que era comandante-geral do Ar. Do lado do ministro Délio, os outros quatro. Nós todos nos dávamos

bem. Tivemos discordância de uma linha política, ninguém era contra o brigadeiro Délio. Pelo contrário, gostávamos dele. Antes de ele morrer, ele disse: “Poxa, aqueles é que foram os meus verdadeiros amigos”. Ele reconheceu.

Essas pessoas que ficaram com o ministro Délio seguiram normalmente na carreira ou houve algum “gelo”?

A maioria, quase todos agiram por lealdade pessoal. Não que eles tivessem concordado. Foi uma questão de lealdade. Mas nós consideramos que, no caso, não se tratava de lealdade pessoal; tratava-se de uma lealdade à instituição. É o tal negócio: existe a lealdade canina e existe a lealdade consciente. A canina é aquele que sai atrás do dono e faz tudo que o dono mandar. E tem a lealdade consciente, em que se é leal até o ponto em que o líder está de acordo com o pensamento, a ética e os princípios da instituição. Essa é a verdadeira lealdade. Então, o verdadeiro homem leal é aquele que chega para você e diz: “Não faça isso, você está errado”. E o leal canino é o que diz: “Amém”. Essa é a grande diferença. Nós achamos que tínhamos sido leais ao brigadeiro Délio, porque quisemos impedir que acontecesse o que aconteceu. A partir daquele momento, o pessoal de oposição, do grupo do Tancredo, perdeu a cerimônia com os ministros militares. Porque os ministros militares eram tidos, mais ou menos, como bicho-papão, e o pessoal viu que não era bem assim.

O ministro Délio não ficou azedo com isso?

Ficou, até o final, meio azedo, mas nunca houve falta de respeito. Quando fui escolhido ministro, ele, naturalmente, não desejava que fosse eu, apesar de termos sido muito amigos. Ele tinha outro candidato, um companheiro muito decente, também, o Luís Felipe.

A imprensa noticiou, na época, que havia três candidatos: Deoclécio, Luís Felipe e o sr. Quem apoiava Deoclécio?

Éramos nós que apoiávamos o brigadeiro Deoclécio, que estava no STM. Desejávamos que ele fosse ministro porque era um homem muito decente. Agora está muito doente, muito mal, fui visitá-lo ontem.²⁰ O Deoclécio é um homem inteligente, tem um padrão do tipo do Fernando Henrique: culto, historiador, bom orador, é um homem bem mais antigo

²⁰ O brigadeiro Deoclécio morreu em 23-3-1998.

que nós e que nós sempre apreciamos. Era de interesse da corporação termos um nome que fosse de consenso. Os quatro que eu citei apoiavam firmemente o Deoclécio. Inclusive, o Tancredo sabia disso, porque nós tínhamos muito contato com o Aureliano. Mas o que aconteceu foi que o Tancredo fez outra escolha. A única vez em que eu falei com o Tancredo, pessoalmente, foi quando ele me convidou. Ele me explicou: “Brigadeiro, escolhi o seu nome, entre alguns que estavam disponíveis, porque não queria alguém que já estivesse como ministro do STM; queria alguém que viesse da tropa e tivesse comando”.

Que pessoas do grupo de Tancredo procuraram o seu grupo, na Aeronáutica, para conversar?

Antônio Carlos Magalhães, Sarney, Marco Maciel, Íris Rezende, Hélio Garcia... O único que não tinha tido contato era o Tancredo.

O Maluf também os procurou ou mandou emissários?

Não, porque ele sabia que quem o apoiava era o grupo que estava com o brigadeiro Délio. Como ministro, fui até ao casamento da filha dele. O Maluf me convidou e fez questão de sentar à minha mesa. Ele é um homem cativante, muito inteligente, educadíssimo, uma conversa agradável. Eu nunca fui contra o Maluf, não participei da sucessão, estávamos fora disso.

Esse grupo com quem o sr. e o brigadeiro Deoclécio conversavam tinha alguma preocupação em relação à área militar como um todo?

Havia a preocupação de que alguns, talvez mais radicais, quisessem tumultuar. Inclusive, quando o Tancredo morreu, ficou uma situação muito delicada, e o general Leonidas teve uma atuação muito boa. Foi ele e o Ulysses que definiram a sucessão, definiram que o Sarney tinha que tomar posse. Porque havia um grupo que queria tumultuar, “passar uma borracha”.

Passar a borracha seria fazer outra eleição?

É, fazer outra eleição, uma coisa desse tipo. O Figueiredo não queria isso, queria entregar o governo. Estava louco para sair.

O sr. acha que o ministro Délio chegou a simpatizar com a possibilidade de prorrogação do mandato do Figueiredo?

Ele era muito amigo do Figueiredo, mas o próprio Figueiredo não queria continuar. Depois que fez aquelas operações cardíacas, ficou com-

pletamente incapacitado. Tanto que ele disse aquela frase: “Quero que me esqueçam”. E saiu do governo pela porta dos fundos. Ele ficou com raiva do Sarney, achou que ele o traiu. Eles não traíram. Aquele grupo que apoiou o Tancredo não morria de amores pelo Tancredo, mas o apoiou porque achava que não havia mais condições de continuar aquela situação. E o Maluf representava uma espécie de continuísmo.

Um assunto que causou tensão foi o das fotos trocadas, noticiado pela revista Veja.

Esse é uma beleza! Nisso faço *mea culpa*. Foi uma coisa absolutamente sem a menor significação, mas que foi explorada. Eu já tinha sido indicado ministro, estava na sala com os meus companheiros, o brigadeiro Belhan, que depois foi para o STM, o chefe do Estado-Maior, o brigadeiro Murilo, que depois foi meu chefe de gabinete, meus oficiais-de-gabinete, meus assessores. Em suma, a sala estava cheia. E tinha um camarada, um fotógrafo da *Veja*, que já estava há horas me esperando, queria me fotografar. Eu estava tirando medidas no alfaiate para fazer uma farda nova para a posse, e ele queria porque queria entrar na sala — naturalmente, para me fotografar de cuecas, como fizeram com o deputado Barreto Pinto, que foi cassado. Eu disse “negativo”, em hipótese alguma. Ele falou, então, com meu assessor: “Essas fotos vão ficar no arquivo da *Veja*; toda vez que o ministro der entrevista, houver algum problema, publica aquela fotografia”. Conversa de fotógrafo. A fotografia que geralmente publicavam era uma em que eu estava com cara meio de raiva. É sempre a pior que eles publicam.

Lá pelas tantas, o meu ajudante-de-ordens disse: “Brigadeiro, o fotógrafo está aí há não sei quantas horas, atrás de uma fotografia”. Mandei entrar. A situação era a seguinte: eu estava sentado e, atrás da minha mesa, havia as fotografias do Figueiredo e do Délio; na parede ao lado, havia a do Santos Dumont e do Salgado Filho. Aí ele tirou a minha fotografia sentado, em pé, aquele negócio de fotógrafo. Lá pelas tantas, alguém disse: “Moreira, você só está tirando fotografia com o fundo do Délio e Figueiredo; agora tira uma com o fundo do Salgado Filho e Santos Dumont”. Eu disse: “Boa idéia”. Chamei o meu ajudante-de-ordens: “Vamos trocar as fotografias”. E quando eu estava virado, mudando os dois quadros, o fotógrafo foi tirando fotos. Nem percebi. Ingenuidade, não é? Eu não tinha maldade. Depois que terminou, botei novamente as fotografias no lugar. Não deu outra: logo em seguida, saiu que eu tinha pegado as fotografias e jogado no lixo, um horror! Aí, entrou a maldade. Aquilo

ali era a coisa mais imbecil que podia ter acontecido. Ia passar pela minha cabeça tirar fotografias, hostilizar o ministro?

Aí, entrou o grupo que não queria que eu fosse ministro. Compraram centenas de revistas e espalharam no ministério. E foram até o Tancredo, dizendo que eu não tinha condições, e não sei mais o quê. Quando vi que a repercussão tinha sido realmente desagradável — diziam até que o Délio ia me prender —, lá de casa mesmo liguei para o Tancredo: “Presidente, houve uma situação muito desagradável, aconteceu isso, e eu não quero causar transtorno ao sr. Eu queria declinar do convite para o cargo de ministro”. “Brigadeiro, de maneira nenhuma. Estão fazendo campanha não é contra o sr., é contra mim. Querem desmoralizar a mim, e não ao sr. Eu o escolhi ministro, o sr. vai ser meu ministro da Aeronáutica”.

Em relação a esse episódio das fotos, o sr. falou com o ministro Délio?

Falei, inclusive escrevi, não uma justificativa, mas uma explicação do que tinha ocorrido. Eu dizia, na pequena carta, que, de forma nenhuma, eu tinha tido a menor intenção de adotar uma atitude hostil, porque seria uma coisa mesquinha. Ele aceitou, a contragosto. Não queria que eu fosse ministro.

Quando ele lhe transmitiu o ministério, ocorreu algum problema?

Constrangimento houve, mas não houve nenhuma hostilidade.

Como foi o convite de Tancredo para o sr. ser ministro?

Eu tinha ido a Brasília, estava hospedado na casa do brigadeiro Deoclécio. Nós tínhamos tido uma reunião, no Palácio Jaburu, com o vice-presidente Aureliano Chaves. Estavam o Marco Maciel e mais uma meia dúzia de pessoas. Estávamos discutindo problemas do ministério, porque já tinham sido escolhidos os ministros da Marinha e do Exército. O brigadeiro Deoclécio falou com o Aureliano que achava que deveria fazer a escolha o mais rápido possível, para evitar especulação. Aureliano ligou para o Tancredo na nossa frente, que respondeu: “Dentro de 24 horas, vou escolher”. Saí, fui para a casa do brigadeiro Deoclécio, dormi lá. No dia seguinte, de manhã, ia voltar para o Rio. Tinha acabado de tomar café, ia para o aeroporto, recebo um telefonema do secretário do Tancredo pedindo que eu fosse ao palácio em que ele estava hospedado para falar com ele. Fui lá e ele me convidou.

Conversamos sobre as linhas mestras etc. Ele era um homem muito equilibrado, disse: “A minha preocupação é a de que, no meu governo,

não deverá haver vinditas. Vai ser um governo em que vou procurar conciliar. Conciliação nacional. Vou procurar acabar com essas vinditas que estão ocorrendo agora. Agora parece que todo mundo foi atingido pela revolução. Tem gente que nem era nascida, mas está sendo aposentada por ter sido atingida pelo Ato Institucional”. Era um homem de altíssimo nível. E disse ainda: “Eu não quero, na minha administração, nenhuma perseguição, quero esquecer o passado e partir daqui para uma democracia”. Era um homem idealista, não tinha o menor ressentimento de nada. Ele queria, apenas, levar o país para um processo de pacificação nacional. Um homem que, realmente, me impressionou.

A grande preocupação dos ministros militares durante o primeiro governo civil era a de que não houvesse revanchismo?

Ah, era. Revanchismo dos políticos. Como houve depois. Agora, mais recentemente, a gente ainda sente a preocupação de revanchismo. Inclusive, eleger Lamarca como herói nacional. Tudo isso é revanchismo.

E como foi o seu relacionamento com o presidente Sarney?

Sarney era um homem muito identificado conosco. Não tenho a mínima queixa dos cinco anos que passei como ministro, sempre fui atendido com a maior delicadeza, gentileza. Sarney tinha irrestrita confiança nos seus ministros militares. Eu levava os decretos para ele, ele mal lia e assinava, tal o grau de confiança que tinha em todos nós. Não tenho a mínima queixa. Geralmente, problemas que você leva para o presidente são aqueles que você não consegue resolver, são problemas complexos. Sempre tivemos apoio dele. Basta dizer o seguinte: passei cinco anos, nunca houve uma prontidão, na Aeronáutica, nunca houve indisciplina, nada. Tive uma gestão maravilhosa, sob o aspecto disciplinar. A tropa, impecável. Os únicos problemas que poderia citar foram na aviação civil, quando fiz a intervenção na Nordeste e na Transbrasil.

O sr. teve uma atuação muito grande na Constituinte, em várias questões: na questão do controle da aviação civil, da Justiça Militar...

A fase da Constituinte, da qual, naturalmente, tivemos oportunidade de participar — inclusive através de contatos com os parlamentares, com as lideranças no Congresso —, de um modo geral, foi muito positiva. Sempre encontramos por parte dos parlamentares uma receptividade muito grande para com os pontos que defendíamos. Havia pontos controversos. Inclusive, havia determinados grupos que procuraram reduzir

a importância do papel das Forças Armadas dentro da sociedade brasileira. Isso era perfeitamente natural. Nos pontos mais polêmicos, tivemos a necessidade de ter uma atuação junto às lideranças, principalmente junto ao relator, o deputado Bernardo Cabral, e ao presidente, deputado Ulysses Guimarães, para defendermos nossos pontos de vista.

Desses pontos, um dos mais importantes era justamente o problema da aviação civil. Havia um grupo parlamentar que procurava, através de uma inclusão na Constituição, tirar a aviação civil do âmbito do Ministério da Aeronáutica. Isso nos deu bastante trabalho. Houve, então, essa necessidade de mantermos uma permanente atuação junto às lideranças, a fim de que não se concretizasse a pretensão de alguns elementos, principalmente da oposição, que procuravam, através da influência do Sindicato dos Aeronautas, influir junto aos parlamentares, a fim de retirar o DAC do âmbito do Ministério da Aeronáutica. A última votação que houve na Constituinte foi a do DAC, e nós ganhamos, pela atuação não só do deputado Ulysses Guimarães, como do deputado Bernardo Cabral, que tiveram uma ação muito forte, muito importante, para impedir que a aviação civil saísse do âmbito do Ministério da Aeronáutica. Mas a votação foi difícil, foi apertada, não foi muito tranqüila.

O sr. foi consultado por Collor para indicar seu sucessor no ministério?

Sim. Bem antes da eleição, fui convidado pelo Collor para ter um encontro com ele. Se o Lula tivesse me convidado, eu conversaria com ele, mas ele não me convidou. Mas o Collor me convidou, e eu fui lá. Nos reunimos em uma residência em Brasília, e ele manifestou simpatia pela Aeronáutica. Isso ele fez também com a Marinha e com o Exército, não só comigo. Disse que não conhecia ninguém da Aeronáutica e que, caso vencesse a eleição, me consultaria. Foi o que fez. Venceu a eleição, me convidou para um encontro e pediu que eu indicasse três nomes. Levei toda a relação do alto comando com fotografia, *curriculum vitae*, tudo direitinho. Aí ele me falou: “Eu queria me fixar em três nomes, mais operacionais, que estivessem na força”. Ele não queria um do Superior Tribunal Militar. Indiquei três nomes, entre eles o do brigadeiro Sócrates, que ele escolheu. O Sócrates tinha um fator mais favorável: quando serviu em Washington, como adido, estava lá na embaixada o Marcos Coimbra, que é cunhado do Collor. Então, naturalmente, isso — além da minha indicação — pesou, e o Sócrates assumiu. Era meu amigo. Aliás, todos do alto comando eram meus amigos, fui instrutor de todos: Sócrates, Lôbo, Gandra...

RUBENS BAYMA DENYS

NASCEU NO RIO DE JANEIRO em 1929. Entre 1947 e 1949, cursou a Academia Militar das Agulhas Negras, onde seria também instrutor em 1953/54 e, posteriormente, comandante (1984/85). Em 1955/56, foi ajudante-de-ordens do então general Odylio Denys, seu pai. Em março de 1964, ingressou na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro, e apoiou o golpe de 1964. Terminado o curso na Eceme e promovido a major, lá permaneceu como instrutor. Em 1969, foi ser assessor da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional e, a partir do ano seguinte, tornou-se assistente do chefe de gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN). Em agosto de 1973, assumiu o comando do 1º Batalhão de Guardas, no Rio de Janeiro. De 1977 a 1979, esteve na chefia do Estado-Maior da 1ª Brigada de Infantaria Motorizada, em Petrópolis (RJ). Em setembro de 1979, passou a ocupar o cargo de adido militar na embaixada do Brasil na Itália, retornando ao Brasil em 1981. No ano seguinte, foi promovido a general-de-brigada e designado para o comando da 4ª Brigada de Infantaria Motorizada, em Belo Horizonte (até fevereiro de 1984), de onde seguiu para o comando da Aman. Em 1985, foi convidado por Tancredo Neves para assumir o cargo de ministro-chefe do Gabinete Militar, que ocupou até o final do governo Sarney. Em seguida, foi comandar a 6ª Divisão de Exército, em Porto Alegre. Promovido a general-de-exército em março de 1991, assumiu o Comando Militar do Sul e, em 1993, o Comando Militar do Leste, no Rio de Janeiro. Foi ministro dos Transportes de março a dezembro de 1994, durante o governo Itamar Franco.

Depoimento concedido a Celso Castro e Maria Celina D'Araujo em seis sessões realizadas no Rio de Janeiro entre 18 de fevereiro e 20 de março de 1998.

Como foi vista a eleição de Tancredo Neves no meio militar?

Normal. O dr. Tancredo era um político reconhecidamente moderado. Estava servindo em Belo Horizonte, quando ele foi governador do estado de Minas Gerais. O dr. Tancredo tinha sido getulista, era conhecido do meu pai, havia aquela simpatia pela corrente do antigo PSD, partido getulista. Uma coisa era a revolução, o apoio ao sistema implantado, outra era a amizade, a simpatia anterior. Não foi como em 1955, que abriu aquela brecha entre as correntes democráticas opostas.

Sempre se diz que Tancredo Neves cultivou um relacionamento muito amigável com os militares. Quando o sr. serviu em Minas, encontrava-se regularmente com ele?

Não. Almocei com ele mais de uma vez, não havia intimidade, nossas relações eram bastante cordiais. Eu tratava os governadores, o dr. Francelino e o dr. Tancredo, da mesma maneira. Não havia diferença.

Por que o sr. foi convidado para o Gabinete Militar?

Eu não sabia como surgira o meu nome para assumir o Gabinete Militar. Convivi, em Belo Horizonte, durante um ano com o dr. Francelino (1982) e um ano com o dr. Tancredo (1983), como governadores de Minas Gerais. Com o dr. Tancredo, foi aquele relacionamento funcional, ele ia a uma solenidade no quartel, eu o recebia, conversava, despedia. Eu participava também nas solenidades do estado e da polícia. Mesmo nas solenidades que se realizavam no seu gabinete, eu também participava. Mas eram atividades funcionais. Uma ou outra vez ele dava um almoço ou um jantar em sua residência, com a dona Risoleta, *petit comité*, e eu ia. Mas não havia nada mais que cordialidade em razão do cargo que eu exercia e, talvez, da deferência com que eu o tratava como governador.

Quando ele foi eleito presidente, eu já estava no comando da Academia Militar há um ano e esperava ficar mais um, porque é um comando bom que engrandece o oficial-general, e o normal são dois anos. Um dia, em fevereiro de 1985, eu estava lá em casa, em Resende, quando tocou o telefone, e o dr. Tancredo fala comigo: “General, eu sei que o sr. está aí no sétimo céu em Resende, mas eu estou lhe convidando para ser o chefe do Gabinete Militar e sofrer comigo no governo”. “Com muita honra”, respondi na mesma hora. Eu só não queria ir para a chefia do gabinete do Exército.

O sr. acha que Tancredo, quando fez a escolha dos seus auxiliares militares, levou em consideração antigas linhagens? Conversou, por exemplo, com o seu pai, o marechal Denys?

Não conversou. Tenho a impressão de que ele me distinguiu pela relação com o meu pai e pelo comando da brigada.

Alguns jornais noticiaram na época que seu pai teria pedido a Tancredo para o sr. ser nomeado.

Não, isso é maldade. Felizmente eu não li isso. Acredito que a última ocasião em que meu pai falou com o dr. Tancredo foi ainda no tempo do governo do Juscelino, em 1960, ou por ocasião da crise de agosto de 1961. Em 1985, meu pai já tinha completado 93 anos.

O general Leonidas já estava escolhido quando o sr. foi chamado. Ele teve alguma ingerência sobre sua indicação para a Casa Militar?

Tudo que sei a respeito vem de uma informação do ministro José Hugo Castelo Branco. Segundo ele, o general Leonidas não teve ingerência em minha indicação para a Casa Militar.

E os demais auxiliares militares de Tancredo?

Parece que o general Leonidas foi sugestão do presidente Sarney. Isso o dr. José Farani me falou. O Ivan parece que foi indicação do general Ernesto Geisel. O ministro do Exército, segundo a sugestão do presidente Geisel, dizem, seria o general Ademar da Costa Machado.

O sr. concordaria com a opinião de que Leonidas representa um lado mais duro do Exército? O sr. acha que sua escolha foi para garantir que não haveria revanche?

Ele é muito cioso, um chefe inteligente. Mas não é duro na concepção que eu penso que vocês têm de “linha dura”. Trabalhei com ele e com o general Reinaldo naquela época da distensão e pude observar bem o seu comportamento. Tem muita personalidade. Dos três ministros militares, era o que tinha mais facilidade de contato pessoal com o presidente Sarney.

Já se sabia do estado de saúde de Tancredo, antes do dia da posse?

Logo após receber a chefia do Gabinete Militar do general Rubem Ludwig, este me disse: “Denys, você está sabendo que o dr. Tancredo está muito doente?” Eu disse: “Não, não estou sabendo”. “Pois ele está, mande apurar.” Como havia uma missa às 18h, na catedral, na véspera da

posse, chamei o chefe da segurança pessoal do presidente e disse: “Olha, vai lá, observa bem o presidente. Veja se nota algum sinal que possa refletir seu estado de saúde. Perceba qualquer sinal”. Mais tarde, após a missa, ele voltou: “Ele estava suando muito e parecia muito cansado”. Aí telefonei para o dr. Renault, que era o médico do Senado, às seis e meia ou sete da noite, e narrei as observações do chefe da segurança. Acho que o dr. Renault já sabia do estado de saúde dele, pelo que deparei da sua reação. Em seguida, falei com o general Leonidas e saí do caso. Depois fiquei sabendo dos desdobramentos políticos, com a baixa do dr. Tancredo ao hospital e a decisão de se dar posse ao vice-presidente Sarney. As discussões sobre a questão da posse foram levadas pelo dr. Leitão de Abreu, que, ao que parece, queria que se desse o cargo como vago. O deputado Ulysses Guimarães, parece-me, queria que o vice-presidente Sarney tomasse posse.

Desde o início Ulysses tinha essa percepção de que deveria ser o Sarney?

Penso que sim. Os detalhes eu acho que os generais Leonidas e Ivan sabem explicar. A história da doença do dr. Tancredo, o Ivan sabe melhor do que eu. Eu vi os médicos em Brasília, inclusive o dr. José Farani, falem com ele.

O que o sr. acha que houve? Por que Tancredo não quis se tratar a tempo?

Presume-se que ele não quis se tratar porque o quadro era de incerteza para eles, os políticos dos partidos que tinham ganhado a eleição. Veja bem, eu não tinha essa incerteza, não sei se é porque eu fazia parte da área militar e acreditava que não havia mais clima para alterar a sequência da sucessão para o novo governo eleito, mas o dr. Tancredo era um homem político muito experiente e poderia ter pensado que, se ele adoecesse, fizesse a operação, retardasse a posse, poderia ter problemas para assumir posteriormente. De fato, as circunstâncias às vezes mudam de uma hora para a outra. Vamos dizer que o deputado Ulysses Guimarães não aceitasse aquela argumentação do general Leonidas e achasse que deveria ser ele a assumir em vez do vice-presidente Sarney. O deputado Ulysses assumiria e, com a morte do dr. Tancredo, como ficaria? Haveria nova eleição? Aí diriam: “Mas houve um golpe!” E se o dr. Tancredo tivesse feito a operação antes? Aí alguém do governo poderia dizer: “Não se deve entregar o governo ao deputado Ulysses, presidente da Câmara dos Deputados, nem ao vice-presidente eleito. Vamos fazer outra eleição”. Então, acho que o dr. Tancredo pensou muito e retardou o tratamento. Era homem experiente, como eu disse, tinha vivido 1954, 1955, 1961, 1964, e

conhecia todas as tramas que, de uma hora para outra, poderiam mudar o curso da história, pela fragilidade da estabilidade do nosso regime político.

Com a doença e morte de Tancredo e a posse de Sarney, o sr. sabe se chegou-se a cogitar a mudança dos ministros militares?

Logo após a morte do dr. Tancredo, eu disse: “Presidente Sarney, o sr. tem o meu cargo à disposição”. Mas o presidente Sarney não mudou ninguém. Ficou com o ministério do dr. Tancredo até janeiro de 1986, quando o ministro José Hugo Castelo Branco sugeriu que todos colocassem os cargos à disposição. Ele era o ministro-chefe do Gabinete Civil, pessoa muito ligada ao dr. Tancredo. Diziam que ele e o dr. Aníbal Teixeira eram os que sabiam de todos os compromissos políticos do dr. Tancredo. E aí, em janeiro, saíram os civis que o Sarney julgou que tinham que sair. O presidente Sarney pôde assim compor o seu ministério com remanejamento de alguns ministros civis e a inclusão de novos; mas, dos militares, ele não abriu mão de nenhum.

Ficou a imagem de que Sarney herdou compromissos políticos que nem conhecia.

Ele herdou todo o ministério, estava preso ao compromisso político anterior do dr. Tancredo e levou esse compromisso até onde pôde. Ele me dizia: “Se o dr. Tancredo estivesse aqui, talvez não estivesse mais preso ao compromisso anterior à eleição. Não é o meu caso, eu estou preso ao compromisso da aliança da Nova República”. As dificuldades que ele teve foram muito grandes. E disso não fazia mistério.

Foi noticiado na imprensa que o sr. participava de reuniões informais dos ministros militares, que o sr. secretariava essas reuniões.

É, eu assistia. Não havia nada para fazer, nem ata nem nada — só quando havia necessidade. Participava porque era chefe do Gabinete Militar e secretário do Conselho de Segurança Nacional. O dr. Tancredo me disse pessoalmente, na única ocasião em que eu estive com ele, antes de ele adoecer, que eu iria acumular a secretaria geral do Conselho de Segurança com a chefia do Gabinete Militar. Aí perguntei: “E a energia nuclear?” “Vai ficar com o sr.”

Como secretário-geral do Conselho de Segurança e chefe do Gabinete Militar, eu praticamente participava de todas as reuniões com o presidente da República na área militar. Só não participava quando não estava em Brasília ou quando fosse alguma coisa mais específica de um ou de outro ministério.

O governo Sarney foi muito marcado, na imprensa, por matérias a respeito dos militares. Falava-se muito da “ameaça da volta dos militares ao poder”. Houve, em algum momento, preocupação em relação à área militar?

Eu não achava que houvesse tal preocupação. O presidente Sarney sempre procurou prestigiar as Forças Armadas. Assumiu realmente a postura de um comandante supremo das Forças Armadas. Assim, os anseios da área militar foram por ele bem atendidos, acredito. Nossos vencimentos foram reajustados em 1987, 1988, em um nível que nunca tinha acontecido. Daí em diante começou a deteriorar, mas o ponto alto foi aí.

Eu devia estar muito alienado com esses noticiários, porque nunca li essas matérias. Durante o governo Sarney ocorreram 11 mil greves e eu lhe dizia: “Isso ocorre porque temos um regime de liberdade bastante amplo. O sr., presidente, nunca teve uma quartelada, nunca teve uma prontidão”. Quem faz greve é porque tem plena liberdade. O emprego estava fácil, então fazia-se greve.

Como o sr. avalia a imagem que ficou do envolvimento da instituição militar com a repressão política, durante o regime militar?

A minha idéia sobre a questão da entrada institucional dos militares na repressão é a seguinte: até hoje se condena certas pessoas que não tinham o poder de decidir nada. Vejam só: 15 anos depois de ter perdido a guerra, e apesar do que o nazismo fez no mundo inteiro, a Alemanha já era a primeira potência econômica da Europa e ninguém falava mais de nazismo. Por quê? Porque o nazismo foi institucional. A repressão no Brasil foi institucional. Foi consequência de uma reação governamental contra aqueles que pegaram em armas e realizaram ações terroristas, guerrilheiras.

Sempre fui de parecer que o Exército deveria escrever o seu “livro branco” para narrar essa história e tomar para si a responsabilidade que lhe cabe institucionalmente. A instituição militar foi que conduziu a repressão, e não um tenente, um sargento, um policial civil ou militar, que foram instrumento dessa repressão institucional. Se eles erraram, se exageraram, é porque não houve as correções necessárias nos diversos níveis dos canais de comando. Então, não se pode aceitar certas acusações feitas a alguns militares individualmente, apenas porque serviram em tal ou qual órgão de operação de informações. Da mesma maneira que não se está, agora, indo contra os anistiados que cometeram assassinatos porque estavam dentro da sua ideologia. Esses militares estavam amarrados pelos liames do dever à instituição. É isso que eu quero dizer.

Eu até conto o caso do coronel Brilhante Ustra. Acompanhei o presidente Sarney na primeira visita que fez ao Uruguai, e o coronel Ustra era adido lá. Havia uma artista, Bete Mendes, que estava na comitiva do presidente. Veja bem, assisti à Bete Mendes beijar o Ustra, abraçar a mulher dele, e perguntei: “Ustra! Você sabe quem é ela?” E ele respondeu: “Sei. Ela foi presa, chegou lá no quartel, cheia de doenças venéreas, nós cuidamos dela, minha mulher deu-lhe toda a atenção etc.”

A mulher do Ustra trabalhava no quartel?

Não, ela deu-lhe atenção, visitando-a, certamente a pedido do Ustra; ou mesmo levou-a para a casa deles. Ela foi tratada, tendo toda a atenção possível dentro da situação em que se encontrava. Disse-me ele que ela era uma menina...

Por que ela não foi levada para um hospital?

Não sei. Certamente deveria ser caso de tratamento ambulatorial ou coisa parecida, mas não de hospital. Veja bem, não sei os detalhes, só sei que no Uruguai a Bete Mendes estava tratando a mulher do Ustra como uma pessoa a quem ela devia uma atenção. Mas quando ela entrou no avião, na volta do Uruguai, três dias depois, já havia mudado. Creio que houve um patrulhamento em cima dela, e ela escreveu aquela carta. Isso eu estou contando porque assisti. Não sei da história do Ustra, não sei como ele trabalhou, não sei por que e como ela foi presa, mas naquela ocasião, em Montevideu, o Ustra me disse: “Não, não há nada demais nesse nosso encontro. É que ela chegou lá com doenças venéreas, nós cuidamos dela e ela ficou muito agradecida”. É isso.

Agora [1998] está havendo uma discussão sobre o general Fayad.

O general Fayad é um excelente médico, um daqueles em quem você pode confiar. Agora, dificilmente há como fugir do dever de médico. Não acredito que ele tenha dito que poderiam bater no preso, como disse um de seus desafetos, ex-colega de faculdade. Ele não podia dizer que não atenderia a um preso que necessitasse de atenção e cuidados médicos. Ele não podia dizer que não poderia cumprir sua tarefa. Fazia parte de um sistema em que havia chefes responsáveis acima dele, inclusive havia mérito para quem se destacasse no serviço. Havia a Medalha do Pacificador para quem se destacasse no combate contra os terroristas.

O sr. acompanhava muitos assuntos na Casa Militar. Como o sr. se organizava e quem eram os seus principais assessores?

Eu tinha estrutura para isso e trazia muita gente de fora para participar dos grupos de trabalho. Na Secretaria Geral do CSN, depois Saden, o chefe de gabinete era militar, oficial do Exército, no posto de coronel. Nessa função tive quatro chefes: o primeiro foi o então coronel Carlos Fragomeni, que vem de uma família de militar, lá de São Gabriel, no Rio Grande do Sul. Depois, os coronéis Mendes Ribeiro, Da Silva e Gustavo. No Gabinete Militar havia dois coronéis do Exército que trabalhavam diretamente comigo. Um deles, meu assessor direto no Gabinete Militar, é hoje o general Expedito Hermes, quatro estrelas, comandante da ESG. No Gabinete Militar eu ainda tinha três subordinados diretos de nível coronel, do Exército, Marinha e Aeronáutica. E lá na secretaria havia mais seis chefes de subchefias, também de nível coronel, quando militar.

Quais eram as subsecretarias?

A 1ª Subchefia tratava dos Assuntos Políticos, e o chefe era um capitão-de-mar-e-guerra da Marinha. A 2ª Subchefia tratava dos Assuntos Econômicos, e o chefe era um diplomata, no posto de conselheiro do MRE. A 3ª Subchefia tratava dos Assuntos Psicossociais, e o chefe era um oficial coronel da Aeronáutica. A 4ª Subchefia, sob chefia de um coronel do Exército, tratava de Assuntos Militares e do Programa Ambiental. A 5ª Subchefia tratava dos Assuntos Territoriais e era chefiada por uma funcionária civil do Incra que tratava de assuntos ligados aos projetos da Amazônia, como o Calha Norte e outros ligados à Faixa de Fronteira. Havia ainda a 6ª Subchefia, que tratava dos Assuntos Estratégicos, chefiada por um coronel do Exército, Flávio Acanam Souto, e uma Assessoria de Assuntos Jurídicos. Então, a secretaria geral era bem-estruturada e em seus quadros havia técnicos competentes de diversas áreas. Na 2ª Subchefia, por exemplo, havia economistas, civis, gente do Banco Central e do Ministério das Relações Exteriores, entre outros órgãos do governo. Eu tinha, nessas subchefias, gente civil e gente militar trabalhando junto. No conselho, entre oficiais e funcionários civis de nível de oficial, devia haver umas 30 e poucas pessoas, talvez 40, contando com os juristas.

E na Casa Militar?

A Casa Militar também era dividida, mas não havia tanta gente. Não chegava a 20 oficiais. Acontece que a administração geral do palácio, que hoje é entregue a um secretário-geral da Presidência, era da responsabili-

dade conjunta do chefe do Gabinete Civil e do chefe do Gabinete Militar, que a exerciam através de um administrador nomeado por ambos, por concordância mútua. Durante todo o governo Sarney, o administrador do palácio e seus principais auxiliares eram oficiais das Forças Armadas, a maioria do Exército. Então, era uma administração com ossatura militar que se destinava a realizar todos os serviços de apoio dos palácios da Presidência da República: garagem, serviço de manutenção, setor de provisionamento, serviço médico etc.

Quando fui nomeado chefe do Gabinete Militar, indiquei um coronel de minha confiança para dirigir todos os serviços administrativos dos palácios, em substituição ao que já estava lá. Quando ele foi promovido e saiu, perguntei ao ministro José Hugo se ele iria indicar alguém para o lugar desse coronel. Ele respondeu: “Não, está bom assim. Vocês, militares, cuidam bem dessa questão”. E foi nomeado o coronel Cahim. A mesma coisa aconteceu quando o coronel Cahim foi promovido a general, e assim por diante. Nenhum dos ministros-chefe do Gabinete Civil quis indicar um civil para ser o chefe da administração geral dos palácios. Eram de parecer que devia continuar como estava porque nenhum civil com certo padrão de competência administrativa ou técnica aceitava assumir aqueles cargos pouco remunerados com responsabilidades e horários rígidos e sem prestígio político. Os DAS e as gratificações de gabinete pagos aos civis e militares, naquela época, não correspondiam a uma retribuição satisfatória em dinheiro. Quando se executavam as viagens presidenciais, o cerimonial se subordinava à coordenação do Gabinete Militar, porque eu tinha a responsabilidade direta dessa função, seja para organizar a programação detalhada da viagem, seja para prover a segurança do presidente e da comitiva. Quando saiu o governo Sarney e entrou o do Collor, eles entregaram a chefia da Administração Geral da Presidência a um diplomata: não levou um ano e o diplomata a largou. Não sei como está. Certamente está funcionando bem, porque aquilo era uma máquina bem estruturada, com pessoas bem selecionadas e assistidas. Quando vou ao Palácio do Planalto, ainda encontro muitos dos mesmos funcionários antigos; fazem aquela festa, aquela coisa toda.

A Secretaria Geral do CSN tinha também uma estrutura bem montada e verba orçamentária separada da administração da Presidência da República. Então, podia pagar diárias, passagens etc. para trazer pessoas para discutir e estudar assuntos diversos.

O Conselho de Segurança Nacional acabou sendo substituído pelo Conselho de Defesa.

É, mas não exprime a mesma coisa. Segurança nacional, a meu ver, está acima da idéia de defesa nacional, que se restringe mais às ações ligadas aos ministérios militares. A antiga Secretaria Geral do CSN, depois Saden e agora Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), hoje com o ministro Ronaldo Sardenberg, está praticamente com a mesma estrutura desde que de lá saiu a antiga estrutura do SNI. É o seguinte: quando o presidente Collor chegou, houve uma idéia de juntar na SAE as estruturas do SNI e da Secretaria Geral do CSN, que passara a ser Saden, depois da Constituição de 1988. Para salvar aquela estrutura, nós mudamos o nome através de decreto, moldando-a às alterações já da nova Constituição. Aqueles que a julgavam responsável por tudo de ruim do regime autoritário e queriam vê-la extinta ficaram brabos, mas não se podia perder aquela estrutura. Quando veio o presidente Collor, juntou-se na SAE o SNI e a Saden. Veio o sr. Leoni Ramos, filho de um coronel do Exército, para chefiá-la. Depois veio o almirante Flores, no governo do presidente Itamar. Com o início do governo Fernando Henrique, foi nomeado para o cargo o embaixador Ronaldo Sardenberg, em cuja administração a estrutura restante do extinto SNI saiu da SAE e foi para a futura Abin, subordinada ao chefe do Gabinete Militar.

Na Constituinte, o sr. chegou a fazer lobby no sentido de manter o Conselho de Segurança Nacional?

Foi, de fato. Na ocasião, os congressistas buscaram uma forma de manter o órgão, mudando o nome para Conselho de Defesa. Foi a solução encontrada para contornar a pressão preconceituosa existente contra a denominação de Conselho de Segurança Nacional. Mas não há como substituir a idéia de segurança nacional pela de defesa nacional. A defesa nacional está muito ligada às Forças Armadas e é uma parte da segurança nacional, que é mais abrangente. Como o próprio nome está dizendo, a segurança nacional, termo que o americano, o francês e o alemão usam, tem um sentido mais amplo, mais abrangente, muito mais relacionado ao sentido de soberania da nação, à integridade da Federação, ao caráter nacional, ao bem-estar social e a outros valores que não são só militares. A nação brasileira tem que defender prioritariamente os seus interesses estratégicos dentro dos seus limites territoriais, que é onde eles se concentram. Não é como na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos, que aqui e ali têm interesses fora do seu território continental.

A própria fragilidade da nossa democracia, com os desequilíbrios sociais e regionais, é um problema de segurança nacional, e não de defesa. Então, o que eu não entendi, mas tive que aceitar, foi a mudança do nome do Conselho de Segurança Nacional para Conselho de Defesa Nacional.

Tendo em vista manter a estrutura da então Secretaria Geral do CSN para apoiar o futuro Conselho de Defesa Nacional nos moldes que viria a existir, solicitei ao ministro Saulo Ramos encontrar uma fórmula para evitar que toda a estrutura da Secretaria Geral do CSN, com todo o seu acervo, fosse extinta com a promulgação da Constituição Federal. Ele ajudou-me a fazer um decreto e nós mudamos a denominação da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional para Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional, Saden. Penso que muita gente ficou surpresa e zangada com isto. Cheguei a fazer uma palestra para 60 e tantos parlamentares mostrando o que era a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. Aí, no final, um deles fez a pergunta: “Vocês tomam conta de todo o governo?” Não era bem isso, é que nós acompanhávamos ou conduzíamos com interesse estratégico atividades geralmente ligadas ao desenvolvimento regional e social, à soberania, à unidade e à integridade nacionais, mas não tínhamos interferência em todas as ações do governo. O então deputado Roberto Campos dizia que o Conselho de Segurança Nacional manteve um espírito nacionalista, durante os trabalhos da Constituinte. Mas nós não interferimos, não demos parecer, oficialmente. É possível que algumas pessoas do conselho tivessem sido consultadas informalmente por parlamentares mais de esquerda que iam lá e perguntavam: “O que vocês acham disso e daquilo?” Um ou outro falava qualquer bobagem, dando sua opinião pessoal, por exemplo: que o minério tinha que ser explorado só por brasileiros e não sei o que mais, e o parlamentar que consultara ia dizer aos constituintes que o Conselho de Segurança Nacional era de tal parecer a respeito de determinado tema controverso.

Convém esclarecer que qualquer parecer da Secretaria Geral do CSN só tinha validade quando apoiado pelo seu secretário-geral, enquanto o do Conselho de Segurança Nacional somente tinha valor quando apoiado pelo presidente da República. Eu nunca opinei nada funcionalmente nem nunca ninguém fez uma consulta por escrito. Então, a Secretaria do Conselho de Segurança, nesse ponto, ficou fora. Ela só defendeu a idéia da transformação da SG/CSN em Saden e da criação de um Conselho da República e do Conselho de Defesa em substituição ao Conselho de Segurança Nacional. Mas não defendeu nenhum outro dispositivo como

instituição. Nenhum dispositivo, seja a favor do índio ou contra o índio, seja a favor da exploração dos minerais. Não entrou institucionalmente em nada. Ninguém fez perguntas por escrito. Mas havia parlamentares que falavam: “Eu soube na secretaria do conselho que eles querem isso”. Não era *lobby* nosso, eram algumas pessoas, alguns deputados que iam ou diziam ter ido conversar com assessores do gabinete da Secretaria Geral do CSN e voltavam dizendo que havia essa idéia lá. Talvez eu devesse ter enviado um documento escrito ao presidente da Constituinte, dr. Ulysses, dizendo que a secretaria não estava opinando sobre nada para evitar exploração. Talvez essa tenha sido uma falha.

A Secretaria do Conselho de Segurança Nacional durante muito tempo foi um órgão meio assustador. Era um superpoder, não?

É um pouco de verdade, com um pouco de exageros, de preconceitos e de falta de informações. Tentei mudar a imagem da SG/CSN, procurando mostrar que sua finalidade era tratar apenas do planejamento e da implantação de ações estratégicas de interesse geral para o país e de caráter apartidário, mas não adiantou.

Como foi a passagem do governo Sarney para o governo Collor? Criou-se um ambiente hostil aos militares?

Não me pareceu que Collor chegava a atingir as Forças Armadas como instituição pela forma como conduzia as coisas, o que revelava uma postura demagógica. Foi agressivo com o general Ivan, pessoalmente, porque o general mostrou os podres dele, dados de informação bastante negativos. E não perdoou o general. A postura do ex-presidente Collor contra os militares era devida, em parte, a isso e ao ambiente de revanchismo latente durante a Nova República. Não tive nada pessoal contra ele. Ele me tratou bem nas poucas ocasiões em que tivemos contato.

Depois da definição de que Collor era o presidente eleito, a área econômica começou a se preocupar porque a inflação começou a entrar num clima de aceleração. Não era uma questão do governo que estava saindo, era a expectativa do próximo. Coisa semelhante ocorrera no governo Alfonsín, na Argentina, com a eleição de Menem, e ele teve que antecipar o final do mandato. Os ministros da área econômica, o Mailson principalmente, achavam que o presidente Sarney devia antecipar a saída do governo. Os três ministros militares, Leonidas, Moreira Lima e Sabóia, também discutiram o assunto. Eu disse: um presidente não consegue deixar o governo em menos de dois meses, porque há um ritual a ser cumprido,

tem que preparar uma cerimônia de passagem de cargo, chamar estrangeiros, fazer uma programação. Se vai sair em março e antecipa para janeiro, se a expectativa da inflação tiver que funcionar, vai funcionar em qualquer circunstância, porque não é contra o governo que está saindo; é a insegurança com relação ao governo que está entrando.

Os ministros militares em geral estavam contra ou a favor da antecipação da posse de Collor?

A favor de completar o mandato, de não sair. Afinal de contas, o que é isso? Sair correndo? A alta da inflação não era culpa do presidente Sarney.

Qual era a visão e a informação que o sr. e os ministros militares tinham de Collor?

Penso que nenhum dos ministros militares gostaria que o Collor fosse presidente, depois que se soube dos dados de informação do general Ivan e dos da mídia, mas foi uma situação irreversível. Depois que a candidatura do sr. Afif Domingues naufragou, tentaram colocar outro no lugar. Houve um movimento para colocar até o sr. Sílvio Santos, mas caiu por água. Então a posição de Collor cresceu. Foi aquela história: o poste contra o Lula tomou nome. Collor surgiu e foi para o segundo turno junto com o Lula e ganhou.

O general Ivan já tinha informações sobre P.C. Farias?

Não, as informações eram sobre ele, Collor, em Alagoas. A maneira dele, os procedimentos, os hábitos. Quero contar um fato. Com toda aquela campanha contra o presidente Sarney, em meados de fevereiro, o sr. Collor já presidente eleito, o presidente Sarney me disse: “Estão me procurando, querem que eu receba o Collor, mas quero que esse encontro seja conduzido pelo sr., como chefe do Gabinete Militar. Vou dizer para ligarem para o sr.”. Aí, pouco depois, o futuro chefe do Gabinete Militar, general Agenor Homem de Carvalho, ligou para mim, e marquei o encontro na fazenda do presidente Sarney, em Luziânia, Goiás, junto aos limites do Distrito Federal. Colocamos à disposição os helicópteros da Presidência. O sr. Collor chegou lá na fazenda e se dirigiu de braços abertos para o Sarney: “Presidente, dona Marli, como vão? General, o sr. está bem?” Ele me conhecia de uma viagem a Alagoas. Conversaram os dois sozinhos no salão. O presidente Sarney falou sobre algumas questões estratégicas, sobre o Mercosul, o Calha Norte. Dona Marli, eu e o general Agenor ficamos conversando do lado de fora.

Quinze dias depois, houve outra reunião no Palácio do Planalto, esta programada oficialmente, quando Collor perguntou se havia contrabando de minérios e espionagem estrangeira na região do Calha Norte e na Amazônia em geral. Eu disse: “Certamente há, em toda parte existe isso, mas não há comprovação. Há notícias da existência de pesquisadores estrangeiros percorrendo a Amazônia, procurando contatar as comunidades indígenas e colher conhecimentos sobre plantas medicinais e outras informações em geral. Isso é possível, mas não há comprovação de espionagem. Muitos se dizem antropólogos, estudando a linguagem dos índios”. Soube, mais tarde, que foi nessa segunda ocasião que o sr. Collor pediu uma autorização do presidente Sarney para um decreto de fechamento dos bancos, na véspera da sua posse. O presidente Sarney se lamenta muito disso, porque foi para a adoção daquelas medidas drásticas de confisco das poupanças e porque houve vazamento do lado do pessoal do Collor. O presidente Sarney atendeu à solicitação porque tinha consciência das responsabilidades inerentes ao cargo de presidente da República.

Durante o encontro na fazenda do presidente Sarney, o sr. Collor disse que os ataques que fizera contra o presidente Sarney faziam parte do calor da campanha eleitoral. Eu mesmo recebi o meu sucessor, o sr. Paulo Leoni Ramos, já indicado para a SAE, que passou a ser a reunião do SNI e da Saden. Falei umas duas horas, durante dois dias, sobre os trabalhos que eu vinha desenvolvendo na Saden. Eu olhava para ele e achava que ele estava pouco interessado ou não entendia nada.

Depois o sr. foi para o Sul, comandar a 6ª Divisão de Exército, em Porto Alegre, e em seguida foi para o Comando Militar do Sul. O sr. ficou no Sul durante todo o governo Collor e o impeachment. Como a área militar acompanhou essa fase complicada?

O *impeachment* do presidente Collor foi político-partidário. As Forças Armadas não se envolveram. Os três ministros militares ficaram, até o fim, favoráveis ao presidente Collor. A gente sabia de fatos. Eu sabia, através de amigos de muito trânsito em Brasília, de fatos bem sérios, desabonadores, contra o governo. Mas o *impeachment* foi político.

Collor não tentou o apoio das Forças Armadas?

Não que eu saiba. Eu era comandante do Comando Militar do Sul, o comando mais importante, operacionalmente, e nunca soube nada nesse sentido. Vivíamos um ambiente profissional, desenvolvíamos instruções de toda natureza.

Essa foi a primeira grande crise política durante a República na qual as Forças Armadas não participaram ativamente. Houve alguma divergência interna?

Não houve nem comoção nem discussão interna na tropa. Antes de 1964, muitos militares participavam ativamente da política partidária e havia muita divergência ideológica. Depois de 1964 e até março de 1985, as Forças Armadas deram apoio incondicional aos governos constituídos. Durante esse período, os militares que tinham participação política faziam isso institucionalmente.

Então, no impeachment, a área militar estava tranqüila em relação a não intervir?

Sei que o general Tinoco foi pessoalmente contra o *impeachment*.

Mas em algum momento ele chegou a pensar que seria o caso de os militares tomarem uma posição de defesa do Collor?

Nem tocou nesse assunto conosco.

E com o impeachment, Itamar assumindo, a situação na caserna continuava inalterada?

Continuava igual.

MÁRIO CÉSAR FLORES

NASCEU EM 1931, em Itajaí (SC). Em 1947, ingressou na Escola Naval, formando-se em 1952. Em 1964, servia como chefe de máquinas do cruzador *Barroso*. Em 1968, fez o curso de comando e estado-maior na Escola de Guerra Naval e, em 1969/70, estudou no Naval War College americano. De 1976 a 1978, foi adido militar junto às embaixadas do Brasil em Buenos Aires e Montevidéu. Foi promovido a contra-almirante em novembro de 1978 e passou a exercer o cargo de subchefe de estratégia do Estado-Maior da Armada. Entre 1984 e 1985, já como vice-almirante, foi diretor da Escola de Guerra Naval. No início do governo Sarney, foi indicado representante da Marinha na Comissão Afonso Arinos. Promovido a almirante-de-esquadra em novembro de 1987, assumiu em 1988 o cargo de comandante-em-chefe da Esquadra. Em 1989, tornou-se chefe do Estado-Maior da Armada e, com a posse de Fernando Collor na presidência da República, assumiu o Ministério da Marinha, lá permanecendo até a posse de Itamar Franco, em cujo governo assumiu a Secretaria de Assuntos Estratégicos. É autor do livro *Bases para uma política militar* (Unicamp, 1992).

Depoimento concedido a Celso Castro e Maria Celina D'Araujo em cinco sessões realizadas no Rio de Janeiro entre 1º de julho e 9 de setembro de 1998.

Como foi vivenciada, na Marinha, a conjuntura do final do governo Figueiredo, época da campanha das diretas, Colégio Eleitoral, Maluf ou Tancredo...?

A Marinha não era malufista. A tendência, diante das opções existentes, era Tancredo. O almirante Maximiano foi um defensor das eleições diretas e foi demitido do cargo de ministro por isso.²¹ Eu diria que a transição, o ocaso do regime militar, na Marinha, foi rotina suave.

Por que a transição política foi pacífica para a Marinha? Foi devido a um condicionamento técnico, educacional?

A Marinha, primeiro, nunca esteve engajada no regime militar no nível em que esteve o Exército. Nós tivemos o almirante Rademaker como vice-presidente do general Médici, mas em circunstância muito peculiar. Segundo, como na concepção estratégica dos Estados Unidos nossa Marinha tinha um papel clássico no conflito da Guerra Fria — a proteção do tráfego marítimo —, o grosso da Marinha se manteve profissional. Talvez por isso não estivéssemos tão maciçamente envolvidos como o Exército no problema interno. Com exceção do almirante Rademaker, a Marinha não teve personalidade forte no regime militar. Os ministros da Marinha foram pessoas que não se intrometiam nas questões internas do país.

A escolha do ministro da Marinha de Tancredo foi tranqüila?

Havia uma competição, sem nenhum reflexo político, entre o almirante Amaral e o almirante Sabóia. O presidente Tancredo, habilmente, os fez ministros do Emfa e da Marinha, respectivamente.

Qual era o perfil do almirante Sabóia?

O almirante Sabóia sempre foi dedicado às questões de administração de pessoal. Foi bom marinheiro, comandante de destróier e até comandante da Esquadra; foi instrutor da Escola de Guerra Naval e seu diretor, mas sempre preocupado com pessoal. Também se preocupava com a área das Capitânias dos Portos, foi capitão de Porto e diretor de Portos e Costa. O almirante Sabóia tinha, portanto, uma formação bastante eclética.

Na Constituinte, há uma atuação considerada muito eficiente do lobby militar. Como o sr. acompanhou esse processo?

Fui indicado pelo ministro almirante Sabóia para representar a Marinha na Comissão Afonso Arinos. Os representantes do Exército, da Ae-

²¹ O ministro Maximiano da Fonseca foi substituído pelo almirante Karam em março de 1984.

ronáutica e eu nos reuníamos na Escola de Guerra Naval, de que eu era diretor, para preparar posições comuns. Tivemos muitos contatos com a Comissão Afonso Arinos, cujo produto o presidente Sarney não usou. Eu não sei por que ele não aproveitou. Alguma razão de ordem política de que eu não estou a par.

Nossa intervenção no processo se limitou às questões que pudessem ter relação com as Forças Armadas. Os assessores das forças tinham instruções muito claras de seus ministros. O que não significa que a gente não se preocupasse com o resto. Mas não se interferia, não se dava opinião na ordem econômica, na ordem social, na ordem política. Nos trabalhos da Constituinte, só fui usado eventualmente, pois não era o representante da Marinha e servia no Rio de Janeiro. Uma participação eventual ocorreu na superação do impasse sobre a destinação constitucional das Forças Armadas. Havia constituintes que não queriam admitir a hipótese do uso das forças para manter a lei e a ordem, hipótese que as forças, em especial o Exército, queriam constitucionalizada. O ministro almirante Sabóia mandou-me conversar com o senador Afonso Arinos. Depois de duas horas de conversa agradabilíssima, ele me perguntou qual a razão da visita. Expliquei-lhe que, embora todos preferíssemos não ter que usar a hipótese de intervenção interna, as forças achavam necessário consigná-las para esse fim porque ninguém poderia ter certeza de que isso nunca seria necessário. Ele prontamente rascunhou a fórmula adotada: “e por iniciativa de um dos poderes constitucionais, da lei e da ordem”, fórmula aceita sem problema pelas forças.

E o Ministério da Defesa?

Na verdade, houve quem quisesse pôr o Ministério da Defesa na Constituição, mas isto não progrediu porque ministério não é figura constitucional, é figura legal. Tanto assim que cada presidente que entra cria, recria, extingue ministério. O Exército também defendia um preceito que não empolgava a Marinha, e acho que à Aeronáutica tampouco, que era o serviço militar obrigatório. Na Marinha, hoje, a imensa maioria dos marinheiros vêm de escolas de aprendizes, são voluntários e profissionais. Então a Marinha não fazia questão, e o ministro almirante Sabóia optou por uma posição de indiferença. O Exército insistiu e conseguiu, usando argumentos de integração nacional e social, em parte verdadeiros. Quanto à enxurrada de preceitos estatutários que havia na Constituição antiga, critérios de promoção, critérios de passar para a inatividade etc., nós sabíamos que teriam que sair da Constituição e não os defendemos nem na Comissão Afonso Arinos nem no Congresso. Falam muito do *lobby*

das Forças Armadas, eu acho que com preconceituoso exagero. Houve, porém muito menor do que o dos juizes, das polícias e outros.

Como o sr. avalia os resultados da Constituição de 1988?

No que concerne às Forças Armadas, o projeto da Comissão Afonso Arinos e a Constituição são parecidos. Em ambos temos o serviço militar obrigatório e o uso das Forças Armadas para manter a ordem interna. Acho que a Constituição de 1988 foi um fruto da época, uma Constituição feita olhando pelo retrovisor: contra o passado, não a favor do futuro. É uma Constituição ambígua, que mistura preceitos de natureza parlamentarista com um governo presidencialista. Tinha que dar o “rolo” que está dando. Ela manteve a ideologia estatizante bastante forte, mas isso está mudando, com as privatizações e a quebra dos monopólios. Devo ressaltar, porém, que tanto na Comissão Arinos como na Constituinte as assessorias militares procuraram opinar só em assuntos relacionados com as Forças Armadas. Na minha opinião, a sugestão da comissão sobre o Conselho de Defesa Nacional era melhor que a do texto constitucional, pois deixava para a lei definir sua composição e atribuições. Sempre achei que, no tocante à composição desse conselho, a Constituição deveria mencionar: “ministros responsáveis pela defesa externa e ordem interna, conforme definido em lei”. Ainda sobre o Conselho de Defesa, chamo a atenção para um erro do texto: citam-se “ministros militares”, com letra minúscula; ora, se o ministro dos Transportes for um general, ele deve ser membro do conselho? Obviamente não houve esta intenção, mas a ambigüidade existe.

Na época da Constituinte, e durante todo o governo Sarney, quando se lêem declarações dos ministros militares, uma palavra que aparece muito é “revanchismo”. Havia mesmo essa preocupação?

Havia. Havia gente que desejava uma Constituição revanchista, o que não é construtivo. Não é que isso representasse riscos para A ou B ou C. Representaria, evidentemente, mas não era essa a preocupação. É que uma Constituição voltada para o revanchismo dificilmente seria útil para o futuro. A Constituição tem erros, mas não é revanchista. Prevaleceu a maioria mais serena, moderada.

Dos três ministros militares, o Leonidas era o mais exaltado.

Politicamente, era o mais envolvido. O ministro da Aeronáutica era uma boa pessoa, uma pessoa agradabilíssima. O ministro almirante Sabóia era um homem muito discreto, não se metia no que não afetasse a Marinha. O general Leonidas refletia a tradição republicana do Exército, mas

esta tradição parece estar se desvanecendo por força das questões existenciais a respeito das Forças Armadas, sua razão de ser, sua configuração. Para que Forças Armadas? Qual a sua finalidade? A sua finalidade vai definir a sua configuração. Essas questões superam hoje a tradição tutelar.

Uma explicação que já ouvimos é que o general Leonidas foi escolhido por ser uma pessoa exaltada, para defender a imagem do Exército e evitar o revanchismo.

A escolha do general Leonidas foi uma atitude inteligente da parte do presidente Tancredo, porque o general Leonidas inspirava, nos que temiam o revanchismo, uma certa confiança, uma certa segurança. Mas o general Leonidas só se empenhou, na Constituinte, nos temas de interesse militar.

O governo Sarney é caracterizado, em trabalhos acadêmicos, como um período de “tutela” militar.

Mas o que seria isto? Eu não visualizo qual teria sido a tutela militar concreta. Consta que teria havido, mas não sei se é verdade, uma influência opinativa do general Leonidas na questão de quem deveria assumir, com a doença do presidente Tancredo. No fundo, aquilo está meio enrolado, porque a Constituição diz que o vice-presidente assume no impedimento ou na falta do presidente, e Tancredo não chegou a ser presidente. Durante o governo Sarney, ocorreram alguns episódios de ação militar, como foi o caso de Volta Redonda, mas tutela militar não houve, a acusação é exagerada e preconceituosa.

A história do mandato de cinco anos para Sarney também é caracterizada como mais um episódio desse poder tutelar.

Os cinco anos, o almirante Sabóia também defendia. A razão não sei e nunca me interessei em saber.

A imprensa chegou a noticiar um propósito de golpe de Estado, por parte do ministro do Exército, caso não fossem dados os cinco anos para o Sarney.

Em 1987, eu era um vice-almirante antigo, no cargo de comandante-em-chefe da Esquadra. Era, portanto, o comandante da maior Força Naval e não ouvi falar disso. Se houve a hipótese, ficou muito restrita. Jamais ouvi o almirante Sabóia falar disso como um ponto de honra. Eu acho que os cinco anos eram uma vontade forte do presidente Sarney. Quanto aos militares, ao menos na Marinha, nunca percebi que o assunto fosse considerado vital. Talvez desejável, mas não vital.

O sr. não acha que Sarney, em seu governo, passou a se apoiar, cada vez mais, nos ministros militares? Talvez daí tenha vindo a idéia de tutela.

A idéia efetivamente existia, mas razões de ordem concreta para a idéia, eu nunca as vi. Isso é histórico no Brasil. Os presidentes, seja por que forma tenham chegado ao poder, na medida em que se sentem acuados, fragilizados, por circunstâncias de ordem política e econômica, buscam um amparo nas Forças Armadas, mas isso não é tutela. No caso do presidente Sarney, não há nenhuma razão em evidência para supor que a aproximação tenha se traduzido numa tutela militar. Aliás, houve uma única crise na República brasileira, na qual o presidente da República, acuado e fragilizado, não se aproximou das Forças Armadas em função da crise. Foi a crise do impedimento do presidente Collor. A meu ver, isso foi um passo adiante na história das relações institucionais brasileiras: uma crise grave que redundou no impedimento do presidente da República e na qual as Forças Armadas não interferiram. A única coisa que os militares diziam é que deveria ser respeitado o ritual da Constituição.

Como o sr. se tornou ministro da Marinha do governo Collor?

O almirante Sabóia nunca me disse, mas soube que o presidente eleito pediu-lhe uma lista de três nomes, e ele me incluiu nela em primeiro lugar. O presidente Collor não conhecia nenhum, pegou o primeiro da lista.

O sr. não conhecia a equipe do presidente Collor?

O que seria a equipe dele? Conheci antes o então deputado Bernardo Cabral, porque o encontrava na residência de um amigo meu em Brasília, o professor Azevedo, que foi reitor da Universidade de Brasília. Conhecia também o que foi ministro da Infra-estrutura, oriundo da Aeronáutica, Osires Silva, mas ele não era da equipe, foi ministro, como eu. Acho que não conhecia mais ninguém.

Na época da campanha presidencial, saíram algumas matérias em jornais, que diziam que o sr. era a maior “barbada” da escolha ministerial, pois seria ministro da Marinha de Collor, Covas ou Lula.

Havia a possibilidade, é claro. O meu passado essencialmente profissional talvez facilitasse isto, mas não estou certo a respeito. Acho, porém, que não teria sido ministro do Ulysses, nem aparecia na imprensa essa possibilidade.

E Mário Covas e Lula, o sr. conhecia? Teria aceitado ser ministro, caso eles tivessem sido eleitos?

Não os conhecia, mas teria aceitado. Ser ministro de um ministério militar, salvo uma aberração política muito forte, é um encargo mais técnico-profissional que político. Pelo menos, desejamos, agora, que seja assim. O almirante Mauro César, atual ministro da Marinha [1998], se restringe a questões profissionais ou de responsabilidade da Marinha. O general Zenildo e o brigadeiro Lôbo, idem.

Não é necessário haver afinidade política com o presidente?

Não. Se houver afinidade política, algo está errado. Não pode haver afinidade política, no sentido da prática política.

O sr. participava do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp, antes de ser ministro?

Participava de atividades e seminários, desde muito tempo, mas não era ainda conselheiro, como sou hoje. Conhecia, no núcleo, os professores Quartim de Moraes, Eliézer Rizzo de Oliveira e o coronel Cavagnari, figura importante na implantação do núcleo. Na época, era reitor da Unicamp o professor Paulo Renato de Souza, que deu força ao núcleo.

O sr. foi consultado para a plataforma dos candidatos?

A mim, nada foi perguntado e, portanto, nada foi dito. O presidente Collor anunciou sua escolha dos ministros militares em 17 de janeiro, mas dessa data até 15 de março, data da posse, nada me foi perguntado a respeito de programas militares, a respeito de nada. As medidas provisórias e os projetos de lei que foram encaminhados, no dia seguinte à posse, ao Congresso Nacional, mesmo os que afetavam as Forças Armadas, eu nem sabia deles; nem os demais futuros ministros militares. A consequência disso foram alguns erros que produziram dificuldades, erros que poderiam ter sido evitados se um de nós três fosse ouvido — um de nós quatro, porque havia também o chefe do Emfa. Por exemplo, a medida provisória que “privatizou” as residências funcionais de Brasília sob condições excepcionais e de que foram beneficiários os mesmos funcionários que resistiram às outras privatizações. Ora, como nós não fomos ouvidos, não houve quem alertasse sobre a rotatividade dos militares no Emfa e na Casa Militar da Presidência. Resultado: hoje, é difícil resolver o problema habitacional dos militares designados para essas organizações, porque os imóveis foram vendidos e os aluguéis em Brasília são muito altos.

A impressão que se tem é de que Collor, como candidato, não tinha nenhum relacionamento com os militares. Ou, pelo menos, ele gostava de passar essa imagem. Ele era um desconhecido dos militares?

Completamente desconhecido.

Como foi sua primeira conversa com ele?

Ele convidou os três que seriam ministros militares ao gabinete que funcionava num anexo do Itamarati. Fomos os três, o general Tinoco, o brigadeiro Sócrates e eu, na mesma tarde, em horários defasados de meia hora. Ele me disse que havia examinado os nomes dos almirantes e havia optado por me convidar. Não me deu nenhuma orientação de ordem presidencial. Foi uma conversa de uns 10 minutos. Aí passei para uma outra sala, onde fiquei conversando amenidades com o diplomata Marcos Coimbra, que foi secretário da Presidência, até que os outros dois tivessem cumprido o ritual, e então nós três fomos levados pelo presidente a uma sala aberta à imprensa. O presidente apresentou-nos como seus convidados para ministros militares. Ausentou-se, em seguida, deixando-nos, os três, com o deputado Bernardo Cabral, já convidado para a Justiça, respondendo às perguntas da imprensa, predominantemente relacionadas com o futuro comportamento militar na política. Foi tranquilo. No intervalo entre meados de janeiro e a posse, eu o vi uma vez numa cerimônia. Continuei a ser chefe do Estado-Maior da Armada até dois dias antes da posse.

Já perto da posse, fui procurado por um deputado que ajudava no preparo das medidas provisórias e projetos de leis, para alguns esclarecimentos sem muita importância. Por exemplo, se seria aceitável o chefe do Emfa não ter *status* de ministro. Não o assessoriei sobre a questão residencial porque simplesmente eu a desconhecia. E houve uma reunião realizada na Base Aérea de Brasília, informada à imprensa, em que estavam presentes os três futuros ministros militares, o futuro chefe da Casa Militar, o general Agenor, o Pedro Paulo Leoni Ramos, que viria a ser o primeiro secretário da SAE, e o Lindolfo Collor, tio do presidente Collor, que tinha recebido do sobrinho a incumbência de estudar a reestruturação da inteligência. A reunião foi para nos apresentar o que ele iria levar ao presidente. Suas idéias preconizavam um enxugamento do SNI e de seus campos de atividade, restringindo muito a área de controle político. Nós ouvimos, não tínhamos nada a opor. Na verdade, o presidente não adotou nada daquilo. Ele extinguiu o SNI e criou na SAE um Departamento ou Divisão de Inteligência.

Pensando no início do governo Collor, como o sr. via as ações do presidente na área militar e na área política em geral? Como o sr. se relacionava com ele e com a equipe do governo?

Ações na área militar, houve muito poucas. Resumiram-se às de rotina: nomeações de pessoas, as rotineiras reclamações ministeriais quanto a recursos, coisas dessa natureza. Os demais ministros militares e eu acompanhávamos as questões de ordem política e econômica com preocupação, mas não como atores ativos. Houve um problema, um caso em que o presidente nos apoiou, nos autorizou a fazer gestões. Foi a tentativa de um senador do Distrito Federal de, através de um projeto de lei eleitoreiro, estender a venda das residências aos militares, o que seria o caos. Procuramos os senadores, alertamos para as conseqüências, e o projeto não passou.

E quanto ao episódio da serra do Cachimbo, em setembro de 1990?

Num certo dia, o presidente reuniu os três ministros militares, o chefe do Emfa, o chefe da Casa Militar e o Pedro Paulo Leoni Ramos, e nos disse que desejava cessar o programa nuclear visando à arma atômica. Reagi, dizendo que não havia programa que levasse à arma atômica. Ele insistiu, nos disse que soube desse programa numa visita que havia feito ao presidente Sarney, antes da posse. Ele desejava que nós verificássemos o que havia e sustássemos o que houvesse.

Saímos dali para o meu ministério perguntando-nos: há ou não há? Eu tinha convicção de que não havia. Eu conhecia o programa nuclear da Marinha, que nada tinha a ver com arma nuclear. E o brigadeiro Sócrates foi taxativo em afirmar que nada havia na Aeronáutica. De qualquer forma, ele iria tentar verificar, mas achava inverossímil que houvesse. Começamos a tentar saber das coisas e chegamos à conclusão de que, lá no início dos anos 1980, teria havido um projeto de se chegar à arma nuclear, conduzido pela Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, apoiada num grupo que estudava o uso do laser para o enriquecimento de urânio, no Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA). Além disso, houvera então um breve e incompleto estudo sobre a engenharia mecânica do artefato e início do sítio do teste, os buracos da serra do Cachimbo. Nós fomos à serra do Cachimbo, onde a Aeronáutica mantinha — e mantém — pista e instalações úteis como alternativa para Manaus e Belém, e um oficial mostrou-nos alguns buracos. Todos já inutilizados, nenhum deles teria servido para a experiência. Todos esbarraram em lençóis freáticos, e onde há lençol freático não pode haver essa experiência nu-

clear. O presidente insistiu em ir lá “fechar” o buraco, numa cena testemunhada pela imprensa, com televisão ao vivo. Repito: nenhum teria servido para a finalidade, todos já estavam inutilizados.

Marketing político?

É. Parece que foi. Talvez de alcance internacional.

Isso não causou constrangimento? Ele jogando pá de cal e os três ministros...

Nós não aparecemos na cena.

Por que não?

Por que iríamos participar de uma jogada política? Diante das informações que havíamos colhido, sabíamos que tudo estava inutilizado há cinco ou mais anos, e que o projeto todo havia sido sepultado ainda no governo Figueiredo.

No início de seu governo, Collor tinha em relação à área de inteligência militar da Marinha, especificamente, alguma diretriz, alguma exigência, como a que fez a respeito do problema nuclear? Ele falou em extinguir os órgãos de informação das Forças Armadas?

Jamais tocou no assunto comigo e isso pode ser perguntado ao brigadeiro Sócrates e ao general Tinoco. Comigo, em momento nenhum, desde o pré-governo até o fim, jamais tocou na questão da inteligência desenvolvida pelo Ministério da Marinha. Mas já que foi citado o assunto inteligência, aproveito para complementar meu comentário anterior sobre a reunião pré-posse do presidente Collor, em que o embaixador Lindolfo Collor apresentou o esboço de um novo SNI, abortado pela decisão do presidente de extinguir o SNI e criar a SAE, reunindo o espólio magro do SNI e a Secretaria do Conselho de Defesa Nacional. Este complemento abrange facetas da atividade de inteligência nos governos Collor e Itamar; neste último, porque nele fui secretário de Assuntos Estratégicos.

O Departamento de Inteligência da SAE foi dramaticamente enxugado. Muitas centenas, provavelmente mais de mil funcionários do ex-SNI, não-estáveis, a grande maioria oficiais de reserva, foram demitidos. Gerou-se um clima de contrariedade, e o presidente Collor ficou sem instrumento de inteligência interna. Não sei exatamente quando, mas a falta desse instrumento acabou levando à criação de uma “coordenação” de inteligência interna no gabinete do secretário de Assuntos Estratégicos, e

assim foi até o fim do governo Collor. A meu ver, uma organização precária, com deficiências no seu funcionamento.

Quando o presidente Itamar assumiu, nomeou para o Departamento de Inteligência da SAE o coronel Wilson Romão, um dos demitidos do SNI e seu amigo pessoal, e 10 ou 15 dias depois me nomeou secretário de Assuntos Estratégicos. Fiz ver ao presidente que não tinha sentido a existência de um órgão de inteligência no gabinete do secretário da SAE. Ele concordou, e criamos a Subsecretaria de Inteligência. Logo depois, fui alertado para o fato de que estava havendo o retorno de demitidos do velho SNI para as funções comissionadas dessa subsecretaria. E aí devo fazer justiça ao presidente Itamar: eu lhe disse que aquilo não estava bem, perguntei se tinha a concordância dele, ele respondeu que não e orientou-me a desfazer as nomeações. Na verdade, eu não as desfiz, ainda eram poucas, mas segurei e não houve mais. Cerca de um mês depois, ele tirou o coronel Romão da Subsecretaria de Inteligência. A partir daí, o subsecretário foi civil.

Quem foi o mentor da política de informações do governo Collor?

Eu desconfio, embora sem certeza, que foi ele próprio. E o condutor foi o secretário Pedro Paulo Leoni Ramos, que não tinha experiência na área. A pessoa próxima ao presidente que conhecia o assunto era o embaixador Lindolfo Collor, cujo esboço de reestruturação do SNI não foi usado, como já disse antes.

De onde veio Pedro Paulo, como foi parar no governo?

Pelo que sei, ele era amigo pessoal do presidente. A esposa dele foi a primeira chefe de gabinete do vice-presidente, Itamar Franco. Parecia-me inteligente, embora nos contatos de finalidade limitada que eu tive com ele nada tenha percebido de anormalmente positivo nem negativo. Era um homem de agradável convívio pessoal, cortês, educado, praticava uma clara deferência pelo fato de eu ser bem mais velho que ele. Esteve comigo pouquíssimas vezes, para familiarizar-se com as questões relativas à área nuclear, que passara da Secretaria do Conselho de Defesa Nacional para a SAE. Sempre em clima de atenciosa e construtiva cortesia.

Com que periodicidade o sr. despachava com o presidente Collor?

Eu tinha despachos quinzenais com o presidente, no primeiro ano. Depois, passou a ser mensal, porque não havia razão para despachos mais frequentes. Quando havia alguma razão, o presidente chamava. Na ver-

dade, os despachos formais dos ministros militares são, em geral, os mais fáceis para qualquer presidente. As coisas são levadas “mastigadas”, com lógica, sem nenhuma opção absurda, nenhuma arapuca. Nos meus despachos, em média 40 minutos, os 10 primeiros minutos eram de despacho e o resto era conversa. Conversas agradáveis, o presidente demonstrava curiosidade intelectual, apontava livros que ele achava interessantes. Mas o despacho formal mesmo era simples. Eu apresentava os decretos e as pendências que dependiam dele, e ele, confiante, ia assinando. Às vezes perguntava “o que é isto?”, eu explicava, e tudo seguia normalmente. Certa vez ele parou e viu o meu nome passando para a reserva. Houve, então, um diálogo mais ou menos assim: “Por que isso, por que o sr. vai embora?” “Porque completei 12 anos de oficial-general, isso é lei, não há conversa.” “Essa lei é absurda!” “Não é, não, presidente. Não afeta nada ser ministro, que pode ser civil. Ela é uma lei do presidente Castelo Branco, que dificulta a criação de lideranças corporativas militares fortes, prejudiciais à normalidade das forças.” Ele concordou.

Ele conversava sobre assuntos de política de governo?

Comigo, conversava muito sobre questões internacionais e globais. Eventualmente, tocava em algum tema interno, como as dificuldades enfrentadas pelo seu “emendão” constitucional, similares, aliás, às que o presidente Fernando Henrique Cardoso enfrenta hoje [setembro de 1998].

Com que frequência havia reuniões entre os ministros militares?

Havia, mas não rotineiras. Vou dar um exemplo. O Emfa preparou um projeto de lei reformulador das pensões militares, que excluía as filhas dos militares do rol de pensionistas. Certo dia, o ministro general Tinoco convidou-nos, o brigadeiro Sócrates, o general Veneu e eu, para almoço em seu gabinete. Com base num caso concreto, ele alertou-nos sobre a situação das filhas com 50 anos ou mais, mulheres de uma época em que o trabalho feminino não era regra geral. Pareceu-me que a ponderação era razoável, e redigi um preceito escalonando no tempo de contribuição, em coerência com a idade das filhas, a entrada em vigor da exclusão das filhas. No Congresso, o *lobby* corporativo, mas não institucional, manteve todas as filhas solteiras! Outro exemplo: quando a ministra Zélia visitou-me em casa, eu convidei os ministros do Exército, Aeronáutica e Emfa ao meu gabinete para expor-lhes o ocorrido.

Por que a visita da ministra Zélia?

Isso foi bastante noticiado na imprensa. Ela esteve na minha casa na noite de um determinado dia do mês de março de 1991. Ela me fez uma

longa dissertação sobre dificuldades na manutenção do que já começava a se degradar, a estabilidade produzida pelo Plano Collor I. Ela foi incisiva no sentido de que as dificuldades eram particularmente graves, dada a não-compreensão e a não-colaboração do Congresso Nacional. Perguntei o que ela achava que eu podia fazer. Ela não sugeriu nada contra o Congresso, mas disse que seria impossível conter a inflação, que voltaria a partir de junho ou julho, como voltou realmente. A dissertação pareceu-me tecnicamente certa. Fiquei preocupado, mas observei-lhe tratar-se de um assunto fora da minha alçada. No dia seguinte, convidei ao meu gabinete os outros ministros militares e o chefe do Estado-Maior da Armada, para expor-lhes o que havia acontecido.

O sr. lembra que medidas ela queria que se tomasse?

Ela não especificou medidas concretas de qualquer natureza, dentro ou fora dos trilhos da lei.

O sr. escutava muitos comentários desse teor, do tipo: “O Congresso atrapa-lha... o Congresso não está colaborando...”? Isso era comum?

Não. A única vez que ouvi tal tipo de crítica foi na visita que ela fez à minha casa.

O que se teria em mente? Uma espécie de fujimorização?

Pode ser, mas a idéia não foi posta. Acho que não seria posta, mas, se fosse, eu apontaria a fidelidade ao ritual da Constituição.

O sr. disse que no dia seguinte se reuniu com os outros ministros militares, inclusive o general Veneu. Eles também compartilharam dessa posição?

Imediatamente aprovaram o que eu havia dito, e ponto final.

Os senhores não ficavam inquietos? Aquilo era uma sondagem para saber até onde os senhores estavam dispostos a apoiar o governo, não?

Talvez, mas nada foi claramente dito e não houve continuidade. A inquietação não decorreu por causa da visita, e sim do fato de que se estava novamente perdendo o controle da estabilidade monetária, depois de um sacrifício grande para consegui-la. A inquietação com relação ao que poderia estar por trás da conversa não houve.

Cerca de um mês depois, fui com o presidente à Amazônia, e embarcamos num navio da Marinha para uma curta viagem, para que o presidente visse como é o rio e a selva. À noite, conversando com o coman-

dante do Distrito Naval e com o general Agenor, chefe da Casa Militar, relatei a visita, cuja ocorrência fora noticiada na imprensa. Um ou dois dias depois, fui solicitado pelo general Agenor a informar o dia em que aconteceu a visita. Dei a resposta, e uns quatro ou cinco dias depois ela deixou o governo, mas, na verdade, ignoro a razão.

Em seguida, a essa inquietação econômica juntou-se a inquietação política com aquilo que viria a dar no impeachment. O presidente Collor chegou a fazer alguma sondagem junto aos militares?

Quando começou a subir a temperatura da crise e, particularmente, depois das declarações do Pedro Collor, nós nos reunimos e acordamos que a nossa posição seria objetivamente *out* e que a nossa atitude seria a de preceituar o respeito à Constituição. Isso foi logo no início da crise. Semanas depois, saiu uma reportagem com declarações graves de um motorista. O presidente estava numa reunião de presidentes na Argentina, e eu estava num sítio aqui no interior do estado do Rio, quando recebi um telefonema pedindo meu regresso a Brasília, o que fiz imediatamente. O então chefe da Casa Civil, Jorge Bornhausen, havia coordenado uma recepção ao presidente. Na base aérea, na sala privativa do presidente, aconteceram várias reuniões. Uma delas com os ministros militares, presente também, se minha memória está certa, o secretário da Presidência, Marcos Coimbra. Não me lembro se o general Agenor também estava. Nessa reunião, dei a opinião de que era preciso que ele, presidente, apresentasse ao povo, de uma maneira clara, explícita, convincente, uma resposta às acusações. Ele foi cortês, agradeceu a opinião e prometeu a resposta. A resposta foi a Operação Uruguai. A temperatura continuou a subir, e os ministros militares continuavam apenas a afirmar que o importante era ser cumprido o ritual da Constituição.

Há várias declarações dos ministros nesse sentido.

Como estou dando um depoimento que pode no futuro ser objeto de uso para pesquisa histórica, há um fato que quero registrar, acontecido comigo, mas que dele dei conhecimento aos outros ministros militares e a almirantes antigos. A votação na Câmara para conceder ao Senado a autorização para processar o presidente foi num dos últimos dias de setembro de 1992. Poucos dias antes, o deputado Ulysses Guimarães manifestou o desejo de conversar comigo. Encontramo-nos no mesmo dia, em minha casa.

O sr. estava sozinho?

O ajudante-de-ordens me acompanhou, mas não ouviu a conversa. O deputado falou muito sobre a situação desagradável que estava acontecendo e me disse que não tinha certeza de que seria aprovada a autorização para processar o presidente Collor. Se não fosse dada a autorização, como ficaria a situação? Eu respondi que, no meu entendimento, o presidente continuaria presidente. Aí ele perguntou: “E o povo, como fica?” Eu respondi que quem representava o povo eram os deputados, e que se os deputados achassem que não deviam conceder a licença, não me cabia nada a respeito. Ele foi muito cordial, disse-me que eu tinha toda a razão, despediu-se e foi embora.

Ele conversou só com o sr., e não com os outros dois ministros militares?

Só comigo. Mas passei a bola imediatamente. Procurei os dois e falei pessoalmente com eles.

E o que seus colegas acharam?

Disseram que eu havia dado a resposta certa.

Mas eles não ficaram, vamos dizer, meio cismados, achando que a conversa de Ulysses era ambígua?

Eu manifestei a minha idéia de que aquilo era ambíguo e eles concordaram que era ambíguo mesmo.

Como os senhores acompanharam esse processo que levou ao impeachment? No início era o irmão falando, depois teve a Operação Uruguai, o caso PC...

Os sintomas de que havia irregularidades eram crescentes, mas na Marinha não detectamos nenhuma, e creio que nos outros dois ministérios militares também não. Nada que a gente pudesse identificar como tentativa de ação irregular por influência de Paulo César Farias ou de quem quer que seja. A impressão que tenho a respeito é de que fomos respeitados; o que houve não chegou aos militares. O nosso acompanhamento da situação foi tranquilo do princípio ao fim.

Saiu na *Veja* uma notícia desagradável segundo a qual eu participava de reuniões secretas no Palácio do Planalto e rapidamente levava o conteúdo dessas reuniões ao vice-presidente. Se houve reuniões secretas no Palácio do Planalto, nunca fui convidado. Quanto ao vice-presidente, mensalmente eu lhe fazia uma visita. Geralmente eu tentava juntar os despachos do presidente às visitas, no Palácio do Planalto e seu anexo.

Todas as vezes em que o vice respondeu pelo presidente, eu pedi despacho para cumprimentá-lo como presidente. Quando ele entrou em rota de colisão com o presidente Collor e não mais compareceu ao gabinete do anexo do Palácio do Planalto, continuei a fazer uma visita mensal na residência. Mas era às claras.

O sr. tinha algum vínculo pessoal com Itamar?

Eu o conheci já eleito vice-presidente.

E por que o sr. resolveu que todo mês ia lá? Comia pão de queijo, tomava cafezinho?

Porque ele era vice-presidente da República e eu era ministro de Estado. Foi da minha cabeça. Pão de queijo ele nunca me ofereceu, não; cafezinho ofereceu, sempre.

Como os senhores tinham informações sobre o que estava se passando? O sr. colocava o seu Serviço de Inteligência para saber?

Fundamentalmente pela imprensa, sabia-se das histórias reais ou supostas, ou inflacionadas, envolvendo o Paulo César Farias. Através do meu Serviço de Inteligência, nunca soube de nada, até porque era uma política da Marinha restringir a atividade do seu Serviço de Inteligência às atribuições legais da Marinha.

Mas no governo Collor o SNI foi desmontado. E organismos de inteligência organizados continuavam apenas os dos três ministérios militares, além da Polícia Federal.

Posso assegurar que o Serviço de Inteligência da Marinha não atuou fora da sua alçada, nos episódios pré-impeachment.

Qual era o clima da Marinha em relação a essa conjuntura?

Isso nunca me preocupou, porque o clima da Marinha era tranquilo, no respeito à posição que havíamos adotado. Quando eu vinha ao Rio de Janeiro, procurava reunir os almirantes e expunha a situação tanto quanto eu a conhecia; nunca houve qualquer dúvida sobre a posição de respeito à Constituição.

Por que, na sua opinião, essa foi a primeira grande crise política nacional durante a República na qual os militares não tiveram intervenção? O que mudou?

Eu acho o seguinte: primeiro, ao longo dos últimos 10 anos, o processo de promoções — eu posso afirmar isso com relação à Marinha, mas

acho que não foi muito diferente nas outras duas forças — levou à cúpula da Marinha oficiais sem envolvimento político. Esses oficiais, essencialmente profissionais, não estão tentados por temas políticos. O almirante Sabóia esteve envolvido na questão da Constituinte porque era ministro da Marinha, mas no passado nunca tinha tido envolvimento com esse tipo de assunto. Além disso, havia, sem dúvida alguma, um certo rescaldo das consequências negativas do regime militar sobre as Forças Armadas. Problemas de deterioração do preparo militar e alguma deterioração do nível social e salarial do pessoal. Esse rescaldo reforçava a relutância a dar marcha à ré na história e voltar às interveniências. Finalmente, três ministros militares que, decididamente, não admitiam essa marcha à ré. Hoje prevalece a convicção de que, se houver uma situação de crise tão grave que degenera em desordem, cabe às Forças Armadas o papel constitucional da garantia da lei e da ordem, não lhes cabendo dar a solução política ao problema. Creio que tudo isso ajuda a explicar por que, em toda a história da República, foi essa a primeira crise grave em que não houve intervenção militar. Isso merece uma atenção que nunca foi dada.

A impressão que temos é de que havia uma expectativa, da imprensa, do governo e dos políticos em geral, de que os militares fizessem alguma coisa.

Se havia expectativa, era absolutamente inócua.

Como Collor se comportou até o momento do impeachment? Procurou aproximar-se dos militares? Afastou-se?

No que me diz respeito, continuou absolutamente na rotina do despacho formal periódico. Perto do desfecho da crise, tive despachos com ele e conversamos sobre assuntos que nada tinham a ver com a crise. Comigo ele não tocou no assunto da crise nem disse algo que eu pudesse interpretar como uma insinuação de pedido de apoio.

Nem de explicação? Na véspera do impeachment, eu imagino que ele se tenha manifestado...

A mim, não. Uns dois ou três dias antes da concessão da licença para o processo de impedimento, eu e os outros ministros militares tivemos despachos em separado com ele. Deu-me a impressão de que ele visualizava que haveria a licença que o afastaria do governo, e usou os despachos para assinatura de alguns últimos atos, coisa de 10, 15 minutos. Comigo não falou no assunto da crise.

Qual sua impressão da última reunião ministerial?

Parecia que não havia nada. A última reunião ministerial foi convocada por questões gerais de governo, e ele a presidiu como se não existisse crise, não existisse nada. Nos chamou a atenção a força daquele homem, certamente vivendo um drama profundíssimo; ele presidiu uma reunião de ministros com absoluta normalidade. Os assuntos da pauta foram tratados como se não houvesse crise nenhuma. O presidente Collor tinha, nas reuniões do ministério, uma atitude muito forte. Parecia à vontade na cultura do poder. De todo o primeiro escalão eu só vi, uma só vez, uma pessoa tratá-lo com familiaridade: foi o secretário do Meio Ambiente, Lutzemberg.

Houve uma vez em que ele começou a reunião ministerial se queixando dos vazamentos para a imprensa. Foi um tanto duro, um puxão de orelha forte. Aí deu a palavra aos ministros. Fui o segundo e disse que a Marinha é uma instituição mais que centenária, fundamentada na disciplina e hierarquia, e não se enquadrava na hipótese de autoria dos vazamentos, de modo que eu considerava que a admoestação não havia sido dirigida ao Ministério da Marinha. Ele só balançou a cabeça, entendeu e aceitou.

Já ouvimos a impressão de que Collor, nessas reuniões ministeriais, tinha uma grande capacidade de síntese.

Tinha, sim, sua capacidade de síntese era extraordinária. A rapidez com que “pescava” o que interessava era muito grande. Aliás, acho que ninguém chega lá sem ter essa capacidade. Eu diria que ele tinha uma cultura razoável, mas talvez lhe faltasse a experiência indutora de equilíbrio, que só a vida pode dar. Dificilmente alguém a tem no grau necessário à presidência aos 40 anos. O governo de Alagoas não me parece ser uma experiência capaz de suprir a lacuna.

Ele se despediu dos senhores quando aconteceu o impeachment?

No dia em que o primeiro-secretário do Senado levou ao presidente a decisão do Senado de que o processaria, e que isso implicava seu afastamento, ele convocou o ministério e os funcionários da Presidência ao salão onde seria feita a entrega. Entrou um pouco antes de chegar o senador e aí disse que todos sabiam do que se tratava e que ele ia aproveitar a oportunidade para agradecer a colaboração e despediu-se. Foi uma despedida educada, com palavras atenciosas. Em seguida entrou o senador, leu a decisão do Senado, e o presidente a assinou. O senador se retirou e

ele também foi embora. Cena braba! Seguiu-se uma situação a meu ver não correta: os funcionários do Palácio do Planalto foram às janelas vaiá-lo, numa demonstração de caráter falho, porque se ele continuasse presidente o aplaudiriam, mas, como foi afastado, vaiaram. Foi uma cena tensa.

Teve choro, emoção?

Não que eu visse. A senhora dele estava presente, com a fisionomia que lhe era habitual, não se detectava nada de diferente nela.

Como o sr. interpreta o governo Collor? Ele foi um presidente injustiçado, inexperiente? Ou o chefe de uma quadrilha?

O presidente Collor tinha idéias sobre o país. O “emendão” parecia-me correto. Só que ele subestimou as dificuldades de governar o país e, em particular, não soube lidar com o Congresso Nacional, que é cheio de defeitos, mas é o Congresso Nacional. Ademais, a primeira fase do governo dele estava aquém das necessidades do país. Por exemplo, a ministra Zélia, que pessoalmente sempre me tratou com muita cortesia e educação, não tinha a vida e a experiência necessárias para ser ministra da Fazenda de um país complexíssimo, em crise grave. Outros auxiliares importantes, relativamente jovens, também eram inexperientes, embora aparentemente aplicados. Vejam o caso do ministro Magri. Companheiro agradável, alegre; mas será que sua experiência de líder sindical competente, é bem verdade, o credenciava para lidar com a complicadíssima Previdência, que fora associada ao Trabalho num só ministério? E a ministra Margarida Procópio, vinda de Maceió para o Ministério da Ação Social, sujeito às injunções do clientelismo? Aliás, área que produziu mágoa pessoal no presidente, quando sua esposa teve problemas na LBA; lembro-me de ter ouvido dele um desabafo sincero, mais ou menos assim: “Eu disse à Rosane que ela devia ser presidenta de honra, não se meter a administrar, ela não tem experiência”.

Havia, é claro, gente mais experiente, como o professor José Goldenberg, o coronel Osires Silva, Jarbas Passarinho e o dr. Alcení Guerra, injustiçado em problema pelo qual não foi responsável, mas essa gente não era o núcleo forte do governo. Quando houve a crise e a troca de ministros, entraram no ministério pessoas como Hélio Jaguaribe, Celso Lafer, Célio Borja, Jorge Bornhausen, dr. Jatene, Marcílio Marques Moreira, tudo gente de alto gabarito. Houve uma mudança sensível, só que tardia.

Voltando ao presidente, acho que tinha idéias razoáveis, boas, mas não soube se cercar e subestimou a dificuldade da condução dos proble-

mas nacionais. E, ao subestimar a dificuldade, não soube se articular com o Congresso Nacional. Os erros da reestruturação administrativa do início do governo, que o Congresso referendou ao aprovar as medidas provisórias pertinentes, demonstram a inexperiência da equipe-núcleo. Um deles foi a junção dos ministérios dos Transportes, das Comunicações e de Minas e Energia no Ministério da Infra-estrutura. A idéia da junção não é, em tese, absurda, mas a junção exigia detalhado estudo de suas particularidades e conseqüências.

Me recordo que, alguns dias depois de ter sido sumariamente extinta a Portobrás, o secretário da Administração, João Santana, procurou-me para sondar se o Ministério da Marinha aceitava ficar com a responsabilidade da dragagem dos portos, já que, com a extinção da Portobrás, a dragagem ficara órfã. Neguei, e a dragagem acabou entregue à Companhia Docas do Rio de Janeiro. Citei esse episódio porque ele mostra não ter havido estudos profundos no preparo das medidas adotadas.

No caso militar, houve um episódio que consegui sustar, por mero acaso. Uma pessoa que estava ajudando na montagem do governo certo dia pediu-me uma idéia sobre onde “pendurar” a ESG. Deduzi que pensavam em extinguir o Emfa. Convidei meu interlocutor ao meu gabinete de chefe do Estado-Maior da Armada — isso foi antes da posse do presidente —, mostrei-lhe as atribuições do Emfa, como eram os planejamentos combinados, doutrinas operacionais, salário, etapa de alimentação, assistência social, esporte, enfim, tudo que é comum às forças ou envolve as três forças. Ele viu, ouviu, e o Emfa continuou, embora seu chefe tenha perdido o *status* de ministro.

O que mais atingiu os militares, além daquilo que o sr. já mencionou?

Houve questões de segundo nível. Outro problema foi a proibição do uso do carro oficial. É óbvio que havia abusos, mas estes são corrigíveis sem necessidade de leis radicais. O almirante Sabóia já havia começado uma redução do uso de carro oficial na Marinha, e certamente eu teria continuado. Mas aí aconteceu a proibição total. Então fui ao presidente e disse que a proibição total era inviável, expliquei as razões, e ele concordou. Houve também um problema que afetou todos os ministros: o das residências dos ministros, concentradas naquilo que ficou conhecido como “península dos Ministros”. Havia residências desnecessariamente luxuosas, outras não. A do ministro da Marinha, por exemplo, era uma residência comum, mas o presidente não quis os ministros morando na “península dos Ministros”. Na entrada da península foi estendida uma imensa faixa com a demagógica frase: “Vendem-se casas impopulares para com-

prar casas populares”. Será que a receita da venda das ex-casas de ministros foi mesmo usada para comprar casas populares? Curiosamente, a casa que serviu ao ministro da Marinha não foi vendida, o vice-presidente Itamar foi morar nela. Eu morei em casa particular.

A imprensa chegou a noticiar que o sr. era o interlocutor militar com o grupo que negociava a substituição pelo vice Itamar.

Nunca fui tal interlocutor e nunca soube de tal grupo. Houve um evento qualquer em que casualmente estávamos juntos, não só os militares, mas alguns civis também, em que um dos civis, me parece que o Ricardo Fiúza, aventou que os militares poderiam sugerir ao presidente que renunciasse. Retruquei dizendo que a idéia não tinha cabimento. O então chefe da Casa Civil, Jorge Bornhausen, interveio com veemência, cortou a idéia no ato, dizendo que isso não era problema de militar, era problema dos políticos, e, ao que eu saiba, nunca foi levada ao presidente a sugestão.

Mas demandou-se das Forças Armadas alguma posição mais enérgica?

Que eu saiba, não houve tal demanda. Talvez tênue insinuação, sem nenhuma consequência.

Por tradição do regime militar, o chefe da Casa Militar era uma grande personalidade da República. Seria lógico supor que o general Agenor, uma pessoa próxima a Collor, funcionasse como um canal de ligação entre os militares e o governo.

Mas vocês estão se fundamentando no pressuposto de que o presidente Collor tivesse muito interesse na área militar, profissional, mas esse interesse não era grande, acho eu. Nas questões de rotina, o general Agenor funcionava como ligação, sim, e isso era atribuição normal sua. Na conjuntura de crise, o presidente teve a grandeza ou o cuidado, as duas coisas, de não querer nos usar. Quanto ao seu aparente desinteresse pelas Forças Armadas como instrumento de defesa externa, compreensível na ausência de ameaça, penso que ele procurava compensá-lo com gestos simpáticos: voar em avião de caça, mergulhar em submarino etc.

Quando o presidente Itamar assumiu, ele pediu para o sr. indicar seu sucessor?

O ministro Sócrates e eu fomos chamados por ele, juntos. Ele nos comunicou que, por motivos que ele não disse quais, nós não continuaríamos ministros e, imediatamente, pediu para eu indicar meu sucessor.

Perguntei-lhe se ele tinha pressa da resposta, disse-me que sim, e, diante da pressa, sugeri o mais antigo, o chefe do Estado-Maior, almirante Serpa. Ele era o mais antigo, era o chefe do Estado-Maior, a *rationale* foi essa. Ele não chegou a ser o mais antigo no serviço ativo à toa. Ao ministro Sócrates, o presidente perguntou sua impressão sobre o brigadeiro Lôbo, teve resposta positiva, e o brigadeiro Lôbo foi escolhido; ele já estava na reserva.

O almirante Ivan Serpa acabou tendo posições em relação à Marinha bem diferentes das suas. O sr. não levava isso em conta?

Na hora não imaginei, não. As posições diferentes dizem respeito às concepções de defesa nacional no mar, não têm nada a ver com questões políticas. Nas questões políticas, o almirante Serpa continuou coerente com o que vinha desde o almirante Sabóia. Quer dizer: “não me meto nisso”. Quanto à defesa nacional no mar, eu enfatizo o submarino, que é instrumento útil para o poder menor dissuadir o maior, ou defender-se dele; ademais, há anos eu me convencera de que não há mais espaço para as longas campanhas navais de atrição, com os seus comboios e navios-escolta. Quanto ao almirante Serpa, cuja carreira transcorreu durante muitos anos em contratorpedeiros, é natural e compreensível sua propensão pelo conservadorismo estratégico herdado da II Guerra Mundial e consolidado na Guerra Fria. Como o presidente tinha pressa, a lógica da pressa apontou naturalmente o mais antigo, que teve uma carreira decente, nunca houve nada contra ele, subiu todos os postos normalmente. O seguinte ao almirante Serpa em antiguidade, almirante Jelcias da Silva Castro, era submarinista. Se fosse ele o ministro, provavelmente a minha linha de pensamento sofresse apenas pequenas variações.

Mas seria complicado se na hora o sr. indicasse o segundo, não?

Ia ser complicado porque, sob o ângulo de presidente, não havia razão alguma para não ser o mais antigo; seria inócuo comentar com ele a diversidade das concepções de defesa no mar. Assim foi a escolha do almirante Serpa e do brigadeiro Lôbo, mas não sei como foi a escolha do general Zenildo, quatro estrelas na época, relativamente moderno.

CARLOS TINOCO RIBEIRO GOMES

NASCEU EM 1928, no interior do estado do Rio de Janeiro. Em 1945, ingressou na Academia Militar das Agulhas Negras, tendo concluído o curso em 1948. Entre 1961 e 1963, cursou a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro, onde permaneceu por mais três anos, como instrutor. Em 1966, passou a integrar a Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai. De volta ao Brasil no final de 1968, serviu no Estado-Maior do Exército, já como tenente-coronel e, em seguida, fez o Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas da Escola Superior de Guerra. Em 1971, passou a servir no gabinete do ministro do Exército, general Orlando Geisel. Ao final do governo Médici, já promovido a coronel, foi designado para comandar o 3º Regimento de Infantaria, em São Gonçalo (RJ). Em 1976, tornou-se chefe do Estado-Maior da 2ª Brigada, em Niterói, e em 1980, promovido a general-de-brigada, foi para o gabinete do ministro do Exército, general Valter Pires. Em 1982/83, chefiou o Estado-Maior do II Exército, em São Paulo, e, em 1984, assumiu o comando da 4ª Brigada de Infantaria Motorizada, em Belo Horizonte. No ano seguinte, foi promovido a general-de-divisão e assumiu o comando da 4ª Divisão de Exército, ainda em Belo Horizonte. Foi designado, em 1987, para a vice-chefia do Estado-Maior do Exército. Promovido a general-de-exército em julho de 1989, passou a chefiar o Departamento Geral do Pessoal. Quatro meses depois, assumiu o Comando Militar do Sudeste, em São Paulo, onde permaneceu apenas dois meses. Com a posse de Fernando Collor na presidência da República, assumiu o Ministério do Exército, onde ficou até a posse de Itamar Franco.

Depoimento concedido a Celso Castro e Maria Celina D'Araujo em seis sessões realizadas no Rio de Janeiro entre 3 de julho e 27 de agosto de 1998.

Tancredo, ainda candidato, conversava com militares? Sua candidatura causava incômodo na área militar?

Tancredo sempre foi uma pessoa muito querida, extremamente dada, educada e habilidosa no trato com todas as pessoas. Basta dizer o seguinte: quando ele estava se afastando do governo de Minas, em 1984, foi me visitar. Eu era comandante da 4ª Brigada de Infantaria Motorizada, em Belo Horizonte. Ele não tinha obrigação de me visitar, a norma seria ele visitar o comandante da divisão, que era o meu superior. Como o batalhão de São João del Rei, o 11º, era diretamente subordinado a mim, ele foi pedir autorização para fazer uma visita de despedida à unidade. Eu disse: “Mas o que é isso, governador? O sr. é o dono do batalhão!” Então, isso mostra o que era o Tancredo. Era uma pessoa extremamente polida. Só provocava ambiente favorável a ele, nunca criava arestas. E todo o mundo gostava dele. Em Minas Gerais, e em Belo Horizonte particularmente, a morte do Tancredo foi um trauma.

Ele conversava sobre questões políticas com os chefes militares de Minas?

Comigo, não. Nunca tratou desses assuntos, nem eu provoquei. Nós conversávamos, fundamentalmente, sobre o 11º BI, que era a unidade “xodó” dele.

Havia algum medo, na área militar, em relação à vitória de Tancredo?

Ninguém receava o Tancredo presidente. Eu, particularmente, preferiria que fosse eleito o Maluf. Não pelo Tancredo em si, mas porque entendia que ele poderia ser envolvido por outras personalidades, das quais a gente não tinha boa impressão. E, no meu caso específico, achava que as eleições diretas para presidente já deveriam ter vindo há algum tempo. Para mim, o Castelo Branco deveria levar seis anos e, depois, ter eleições diretas. Só que ele não ia aceitar. Depois, para a frente, a coisa se complicou por causa da subversão e do combate ao terrorismo. Mas acho que, no final do governo Figueiredo, devia ter havido eleição direta.

Por que Tancredo escolheu o general Leonidas para ministro do Exército?

Quem o Tancredo escolheu para trabalhar mais diretamente com ele? Dois ex-comandantes da 4ª Brigada, com sede em Belo Horizonte: o general Leonidas e o general Denys. Pessoas com quem ele tinha convivido de perto. Não há outra explicação. O general Leonidas foi comandante lá de 1977 a 1979, e, poucos anos depois, o general Denys, a quem eu substituí. O pessoal lá de Minas até mexe: “Essa galeria [de fotos dos comandantes] da 4ª Brigada só tem ministro!”

Tancredo foi internado e, durante um dia, ficou a indefinição sobre se o vice, ou quem mais, deveria assumir.

Aí, o general Leonidas pegou a Constituição, foi para uma reunião dos ministros com o Sarney e mostrou que o normal seria o vice-presidente assumir. Havia quem achasse que não, porque o Tancredo não tinha assumido, mas a palavra dele dirimiu as dúvidas. Tenho para mim que a solução melhor era exatamente a que ocorreu. Porque imaginem a confusão que seria até realizarem uma outra eleição, se chegassem à conclusão de que o Sarney não devia assumir. Como o país ia ficar?

E qual era a imagem predominante, no meio militar, a respeito de Ulysses Guimarães?

O Ulysses, como pessoa, era completamente diferente do Tancredo. Tinha aquela pose, aquele jeito de ser. Era uma pessoa simpática no trato, mas muito radical em suas posições, ao contrário do Tancredo, que era mais versátil, maleável e inspirava mais confiança. Achava-se que o momento era para alguém com “cintura” suficiente para não enrijecer posições, para que se encontrasse solução para os problemas. Esse era o pensamento. Mas a coisa ocorreu do jeito que ocorreu.

Do Estado-Maior do Exército, o sr. acompanhou o chamado lobby militar na Constituinte?

O chamado *lobby* militar, em realidade, o que era? Era a participação efetiva do pessoal da assessoria parlamentar que trabalhava diretamente no Congresso e que era encarregado de mostrar aos deputados as facetas dos problemas que interessavam ao Exército. Eu estava sempre em contato com esse pessoal que trabalhava no Congresso. Depois, como ministro, a mesma coisa. A assessoria parlamentar das Forças Armadas de um modo geral, e do Exército em particular, é considerada pelos deputados e senadores como a mais eficiente. Como vice-chefe do Estado-Maior, adquiri uma vasta experiência, que foi de grande valia quando fui ministro. Pelo vice-chefe do Estado-Maior passam todos os assuntos de interesse da força, e ele tem ação de decisão, ação executiva, na maioria deles. Os assuntos que não cabe a ele decidir são apresentados ao chefe do Estado-Maior.

Nessa ocasião ocorreu um fato singular, algum tempo depois de minha chegada ao Estado-Maior, em maio de 1987. Em outubro, o chefe do Estado-Maior faleceu num acidente de pára-quedas, em Foz do Iguaçu. Com isso, assumi interinamente a chefia por indicação do general Leoni-

das, que era o ministro. Então, nesse meu primeiro ano no Estado-Maior, passei quase três meses como chefe interino. Nessa qualidade, chefieei a delegação do Exército brasileiro à conferência dos exércitos americanos em Mar del Plata, em 1987. Fui entrar no assunto apenas um mês antes, mas aí passei a me dedicar quase que integralmente a isso. Tinha reuniões diárias com o general Aquino, que era o chefe da primeira subchefia, que cuidava do assunto, e com os oficiais que estavam preparando a documentação. O principal documento que nós apresentávamos estava em gestação, e eu ainda tive a oportunidade de influir em alguns trechos de sua redação. Paralelamente, tive que fazer vários contatos com o Itamarati, porque, embora essas conferências sejam de chefes de exércitos americanos, é preciso estar seguro da posição do governo brasileiro. Nós tínhamos no Estado-Maior um representante do Ministério das Relações Exteriores, que foi muito acionado por mim nessa ocasião, buscando cópias de tratados anteriores — o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, o Pacto Amazônico —, enfim, uma série de assuntos da alçada do Ministério das Relações Exteriores aos quais eu queria ter acesso para poder me situar. Felizmente fui bem assessorado e fui para a conferência me considerando preparado.

A imprensa noticiou muito o documento do acordo secreto que teria sido feito, basicamente contra o comunismo, nessa reunião de 1987. O que aconteceu?

Os jornais enfatizavam justamente esse aspecto do terrorismo, particularmente na América Central. Os americanos fizeram, inclusive, uma apresentação relacionada com isso. Mas o que se procurava fazer? Procurava-se difundir conhecimentos. Assim como o Exército brasileiro levou um documento relacionado com o problema da subversão no país naquela época, os outros países também levaram. Isso era discutido no comitê número dois da reunião, que era o de informações e visava à difusão de conhecimentos sobre o que estava acontecendo na América como um todo.

Quantos comitês funcionavam na reunião?

Três. O comitê número um, que era o dos comandantes, o comitê número dois, que era o de informações, e o comitê três, de assuntos gerais.

E no comitê número dois, cada país apresentava um relatório sobre sua situação política interna?

Não é bem situação política, é a situação de subversão. A subversão está aí até hoje na Colômbia. Eu estava relendo o livro do Ustra²² e nele

²² Ustra, 1987.

aparece uma transcrição de alguns trechos da cartilha de guerrilha do Marighella. Só quem sabe como funciona uma guerrilha é que entende que não adianta querer parlamentar com o guerrilheiro; se o guerrilheiro chega a parlamentar e a seguir o que acordou, em realidade, não é guerrilheiro. Então é isso que está aí até hoje. Nas conferências atuais dos exércitos americanos, certamente esses assuntos são debatidos. E têm que ser.

O que o documento do Brasil falava, nessa época?

Nessa época já não havia praticamente nada. O que havia era a busca de influência das esquerdas na Assembléia Constituinte, onde em realidade todos queriam influir, mas as esquerdas tinham um *lobby* muito grande.

O sr. não achava na época que essa “síntese da situação da subversão no Brasil” era exagerada? O documento falava que 30% da Assembléia Constituinte pertenciam a organizações subversivas, que o feminismo fazia parte dela... Isso não era um pouco caricato?

Quando se analisa um documento fora da época, às vezes temos idéias equivocadas. Quando se diz que um percentual determinado era de ex-integrantes de organizações subversivas, é porque era. O que acontecia? A maioria dos estudantes que eram ligados às organizações — o que não significa que eles tivessem sido terroristas — acabou sendo eleita, estava no Congresso. Daí a grande influência das esquerdas na Constituição de 1988, uma influência muito grande, que não teve como ser combatida.

Mas esquerda é uma coisa, movimento subversivo é outra.

Claro. Mas no documento não se fala em movimento subversivo, fala-se em organizações.

Fala-se que 30% dos parlamentares pertenciam a organizações subversivas.

Mas isso era uma sigla que vinha desde a época da subversão e que continua sendo usada. Esses indivíduos, que nessa ocasião estavam no Congresso, haviam pertencido a essas organizações. Então eles estavam, digamos assim, sob suspeita. E quando se faz um documento de informações, sempre se raciocina com a pior hipótese, nunca com a melhor. Mas que havia uma influência grande na Assembléia, havia. Não precisava estar num centro de informações, bastava a nossa assessoria parlamentar para ver isso. O clima era mais ou menos esse, e o documento reflete o que se percebia na ocasião.

O final do documento dizia o seguinte: “as esquerdas vêm atuando na vertente da via pacífica para a tomada do poder, concentrando esforços na Assembleia Constituinte”.

Essa é a conclusão, em linguagem de informações.

Quais eram os principais assuntos que interessavam aos militares na Constituinte?

Fundamentalmente, a estrutura, a organização e a missão das Forças Armadas, o problema do Ministério da Defesa, os problemas relacionados com vencimentos, orçamento e ainda outros que surgiam. Por exemplo, havia na Constituição um dispositivo que garantia uma gratificação para quem havia participado, na época da II Guerra, da vigilância do litoral. Então, o que acontecia? Todos os soldados, sargentos, que tivessem participado de algum tipo de missão de vigilância seriam promovidos a segundo-tenente, iriam receber soldos de segundo-tenente. O Exército achava que isso era uma injustiça com os que realmente foram combater na Itália. Por que quem ficou aqui e participou de uma ou outra missão de vigilância no litoral seria promovido a segundo-tenente e os que foram para a Itália, soldados, cabos e sargentos, não seriam? O Exército se posicionou contra isso, mas não conseguiu impedir que fosse aprovado na Constituição. Isso é só para citar um exemplo de coisas que apareciam.

Um dos pontos principais era o Ministério da Defesa. Achava-se que não havia condição de funcionar naquela ocasião. Mas o principal era o emprego, o papel constitucional das Forças Armadas. Mas isso acabou ficando de uma maneira que pôde ser aceita. Seu emprego na manutenção da ordem interna passou a depender de autorização expressa de qualquer dos poderes, mais autorização expressa do chefe do Executivo, que é o comandante-em-chefe das Forças Armadas.

Não conseguimos influir no problema de considerarem militares os integrantes das polícias militares. Parece não haver muita diferença, mas há. Eles são considerados militares mas não são. É uma distorção. Queríamos que continuasse como estava nas Constituições anteriores: polícias militares.

No trabalho junto à Constituinte, quem eram os assessores do Exército?

Desde a minha passagem pelo gabinete do ministro, como coronel, havia uma assessoria parlamentar que era integrada por um oficial superior, normalmente um coronel, e alguns auxiliares. Nessa ocasião da Constituinte, essa assessoria passou a ser integrada por vários oficiais, uns

quatro ou cinco, que viviam permanentemente em contato com os trabalhos da Constituinte, levando sugestões, trazendo coisas para serem examinadas. Em suma, fazendo um trabalho de “meio de campo”, digamos assim, com relação aos assuntos que fossem de interesse das Forças Armadas, do Exército em particular.

E a questão da isonomia salarial? Era importante?

Acho que uma das coisas boas da Constituição de 1988 foi a definição da isonomia de vencimento entre os três poderes. Só que, na prática, não se conseguiu realizá-la. O que acontece é que o Judiciário e o Legislativo têm os vencimentos muito acima do Executivo. Um motorista, por exemplo, no Legislativo e no Judiciário, ganha cerca de três vezes mais do que ganha um motorista no Executivo. Não tem cabimento, mas não se conseguiu acabar com isso. O presidente Collor chegou a conversar com os presidentes da Câmara, do Senado e do Supremo Tribunal Federal em relação a isso. Começaram a trocar idéias, quase chegaram a um consenso, mas em seguida houve o problema com o Collor, e o assunto morreu. Nós, militares, achávamos que a isonomia era importante. Sempre se buscou uma isonomia dos oficiais-generais de quatro estrelas com os ministros do Superior Tribunal Militar, o que na época do Sarney chegou a ser estabelecido, mas que a Constituição acabou. Mas isso não era, digamos assim, um assunto que chamasse tanta atenção, porque eu, particularmente, achava que não prevaleceria, como acabou ocorrendo.

Pensando no saldo da Constituinte como um todo, em relação às questões que interessavam aos militares: foi positivo ou negativo?

Foi bom, foi positivo. O que não se conseguiu era coisa de menor importância, que não prejudicava o funcionamento normal das Forças Armadas.

Como foi o convite para o sr. ser ministro de Collor?

O Leonidas foi consultado, indicou três nomes, entre os quais o meu, e o presidente me escolheu. Talvez eu não fosse o primeiro nome, provavelmente era o último, porque era o mais moderno, e normalmente as listas são por antigüidade. Imagino que o general Leonidas tenha me indicado em decorrência do meu trabalho como vice-chefe do Estado-Maior e principalmente como chefe interino do Estado-Maior. Nesse cargo, semanalmente ia conversar, despachar com ele, trocávamos idéias, e eu fazia questão de procurar entender o pensamento dele com relação aos problemas da força.

Quais eram os outros dois nomes indicados por Leonidas?

Um certamente era o Wilberto Lima, porque foi o seu chefe de gabinete; o outro, não sei. O próprio Leonidas diz: “Esse ninguém saberá”. Bom, foi o próprio Leonidas quem me telefonou dizendo: “O presidente Collor quer o seu comparecimento hoje, às três e meia da tarde, lá no Bolo de Noiva. Ele vai te convidar para ser o novo ministro”.

Como foi esse contato com Collor? O sr. já o conhecia?

O contato foi normal. Eu havia estado com ele antes duas vezes. Uma ocasião, na casa de um companheiro de Exército mais antigo, cujo filho era muito amigo dele. Nessa ocasião, ele ainda era candidato e estava querendo trocar idéias com referência a assuntos relacionados às Forças Armadas. Então fomos eu e um outro oficial-general, também meu companheiro de turma, e conversamos com o Collor cerca de uma hora, basicamente sobre o Ministério da Defesa, que era um assunto que o preocupava. Ele tinha a idéia de criar o Ministério da Defesa e foi desestimulado em função das conversas que teve com o Leonidas, além de outros. Depois, estive com ele numa outra ocasião, quando já ia disputar o segundo turno, também para trocar idéias sobre assuntos de interesse das Forças Armadas.

A impressão que se tem é de que ele tinha pouco contato com o meio militar.

Tinha muito pouco contato. Inclusive tinha uma certa ojeriza, porque ele teve um problema com o general Ivan. Foi uma pena, na ocasião, o presidente Collor cismar de acabar com o SNI.

Mas o que o sr. conversou com o presidente Collor?

Conversa simples. Ele me disse que havia se fixado no meu nome para ser o novo ministro, que tinha tido as melhores referências, inclusive do ministro, o general Leonidas, e que eu estava sendo convidado para ficar com ele até o fim do governo. Nessa ocasião, ele também me disse que o chefe do Gabinete Militar seria um oficial-general do Exército e me pediu que fizesse uma indicação. Uma semana depois, indiquei o general Agenor Francisco Homem de Carvalho e mais dois nomes. Ele perguntou: “Qual dos três o sr. indica?” “O que está em primeiro lugar.” Era o Agenor. Por quê? Porque eu já o conhecia. Quando comandeí a 2ª Brigada, o Agenor tinha sido comandante de uma das unidades dessa brigada. Sabia o que ele valia. Era diplomático, incisivo, mas com uma facilidade muito grande para lidar com pessoas e ambientes adversos. E também

um camarada de mente aberta. E percebia que era preciso botar alguém que raciocinasse racionalmente, naquele início, lá no Bolo de Noiva. O presidente concordou com a indicação e perguntou quando o Agenor podia começar a trabalhar — quer dizer, veio ao encontro do que eu estava pensando. Eu queria colocar o Agenor no Bolo de Noiva o quanto antes. Minha preocupação, naquele início, era com o grupo que cercava o presidente, que tinha idéias preconcebidas e nem sempre adequadas.

Idéias preconcebidas em relação ao Exército, especificamente?

Não, com relação a problemas globais do país. Quando estive com o presidente, na ocasião em que fui levar essa relação, ele já falava em morar na Casa da Dinda, e sugeri que desistisse por causa da segurança. Teria que ser montada uma estrutura de segurança junto à Casa da Dinda, e isso importava em recursos. Mas ele me cortou: “Ministro, existem três coisas das quais eu não abro mão: morar na Casa da Dinda, acabar com o SNI e com as residências oficiais da península dos Ministros”. Ele achava que morar num palácio causava um impacto negativo nos descamisados, como ele chamava. Uma bobagem. Eu disse: “Presidente, quem dá segurança ao sr. é o Exército, é o Batalhão da Guarda Presidencial e o Regimento de Cavalaria de Guardas. Vou ter que montar uma estrutura na Casa da Dinda para atender às necessidades de sua segurança, e o Exército não pode despende um tostão com relação a isso”. Ele virou-se para mim: “Ministro, não se preocupe, tudo o que for necessário lá na Casa da Dinda correrá por minha conta”. Tanto que, quando começou o governo, o pessoal do Exército ficou acampado, em barraca, em frente à Casa da Dinda, num terreno que era de propriedade da família. Com o correr do tempo, ele mandou construir as instalações onde essa guarda ficava. Quando se afastou do governo, montou ali sua biblioteca.

Como o sr. via o grupo de pessoas que cercava o presidente Collor?

O que eu via era um grupo de pessoas jovens e inexperientes que tinham uma influência grande sobre o presidente, o chamado “Grupo de Pequim”.²³ Esse pessoal preocupava, porque queria acabar com o SNI, com o Emfa, com a consultoria jurídica da Presidência da República, com uma série de órgãos. A nossa preocupação, a minha em particular, era com relação ao SNI, porque era uma estrutura importante para a Presidência da República. O SNI já havia sido transformado, pelo general Ivan,

²³ “Grupo de Pequim” refere-se ao círculo íntimo de amigos de Collor que em jantar durante viagem a Pequim, em 1989, teriam decidido entrar na campanha presidencial.

de um organismo dedicado a acompanhar o trabalho de subversão em um órgão de assessoria ao presidente da República. Havia também preocupação com relação ao Gabinete Militar, que tinha uma série de encargos relacionados com assuntos de interesse do Exército, inclusive o Calha Norte. Como isso ia ficar? O Exército tinha recursos provenientes do Calha Norte, estava instalando pelotões na Amazônia para densificar a humanização da fronteira, isso era extremamente importante. E o SNI, quem ia se encarregar dos assuntos que eram tratados ali? Isso inclusive gerou a criação da Secretaria de Assuntos Estratégicos, em decorrência do trabalho do general Agenor mostrando ao presidente a importância de um órgão que se encarregasse daquelas funções que eram exercidas não só pelo SNI, mas também pelo antigo Conselho de Segurança Nacional.

A seu ver, a idéia era acabar com o SNI e não deixar nada no lugar?

Não deixar nada no lugar, como aconteceu depois com o Instituto do Açúcar e do Alcool, que foi extinto, mas se esqueceram de definir quem se encarregaria de fazer o que ele fazia. Está certo, era cabide de empregos, mas tinha uma função importante de intermediação entre o plantador de cana e o usineiro. Mas os plantadores de cana, particularmente os mais modestos, ficaram desamparados. Só se pensava em acabar com organizações consideradas desnecessárias. “Desregulamentação” era o termo que usavam, objetivando a simplificação da estrutura do governo.

O Pedro Paulo Leoni Ramos, que foi para a SAE, era filho de militar. O sr. o conhecia?

O pai dele foi meu contemporâneo na Academia Militar. Foi inclusive na casa dele que tive o primeiro encontro com o Collor. O Pedro Paulo é outro indivíduo com boa vontade, mas absolutamente inexperiente para a função de secretário de Assuntos Estratégicos. Mas, como ele tinha uma ligação muito grande com os ministros militares, nós o ajudamos naquele início, procurando colocar as coisas no caminho certo. Porque essa Secretaria de Assuntos Estratégicos ficou encarregada não só da parte de informações, como também dos chamados projetos especiais, onde estava incluído o Calha Norte.

O Gabinete Militar, quando o Collor assumiu, foi totalmente esvaziado. Até as viagens do presidente, no início, passaram a ser coordenadas pelo Gabinete Civil. O Agenor veio falar comigo sobre isso, eu disse: “Agenor, deixa. Daqui a pouco, não vai demorar muito, o presidente vai ver que é inviável”. Por quê? Porque o Gabinete Civil não tem estrutura nenhuma no território nacional para coordenar visitas do presidente, coisa

que o Gabinete Militar tem, pois utiliza a estrutura das Forças Armadas. Então o presidente chega e diz: “Amanhã quero ir a Roraima”. Como ele fez: assumiu num final de semana, no final de semana seguinte ele estava indo a Roraima. Quem cuidou disso? Quem tinha estrutura para permitir uma visita dessa? Só as Forças Armadas. E quem lida com as Forças Armadas? O Gabinete Militar.

O sr. disse que quis que o general Agenor fosse imediatamente para Brasília, para acompanhar essa fase inicial, no Bolo de Noiva, antes da posse de Collor. Ele conversava regularmente com os senhores, os três futuros ministros militares, dizia o que estava acontecendo?

Conversava. Não tanto quanto desejávamos, porque cada um dos futuros ministros estava num lugar diferente. Mas eu conversava bastante com o general Agenor quando ia a Brasília — e ia a Brasília toda semana — e também nos falávamos por telefone. Basta dizer que a estrutura da Secretaria de Assuntos Estratégicos foi esboçada numa reunião que fizemos na Base Aérea de Brasília: marcamos um encontro dos três ministros escolhidos com o general Agenor e com a pessoa designada para ser o secretário, que era o Pedro Paulo Leoni Ramos, e estruturamos a Secretaria de Assuntos Estratégicos. Ela tinha um Departamento de Inteligência, que representava o que sobrou do SNI, um de Projetos Especiais, e um outro, de Programas Especiais, onde estavam inseridos o Programa Calha Norte e o chamado Programa Nuclear. Também se resolveu que algumas coisas deveriam passar para a Secretaria de Ciência e Tecnologia.

Em relação à área de inteligência militar, Collor tinha alguma diretriz?

Não. Esses órgãos de informação militares formavam um sistema que se juntava, no final, no SNI, que era o órgão de cúpula. Cortada a cabeça, o que aconteceu? Esses serviços tiveram que, digamos, se tripartir, passando a ter três cabeças, não tendo para onde encaminhar as informações que julgavam de interesse do governo. Os serviços de informações da Marinha e da Aeronáutica, desde o governo Sarney, haviam se esvaziado um pouco, mas o CIE continuava trabalhando normalmente, e procurei, de uma certa forma, fazer com que o CIE tivesse a sua missão, particularmente no exterior, ampliada. Como? Através de uma busca maior de informações através dos adidos. Centralizei todas as informações no CIE, porque nessa época elas eram descentralizadas. As informações internas eram cuidadas pelo CIE, e as informações externas, oriundas das aditâncias, eram coordenadas pelo Estado-Maior. Então, juntei as duas no CIE e depois vinculei o CIE ao Estado-Maior. Por quê? Porque eu sentia a

necessidade de que as informações do campo interno tivessem uma ligação com as do campo externo, porque, às vezes, uma informação que vem de fora, jogada com uma informação daqui de dentro, dá idéia de alguma coisa.

Havia certas informações que vinham a mim, através do CIE, que eu julgava de interesse do presidente, mas não havia mais o canal, então o que eu fazia? Passava para o general Agenor. Algumas coisas foram levadas ao presidente e geraram decisões ou mudança de decisões. Estou me lembrando de uma relacionada com o Suriname. Uma delegação brasileira ia ao Suriname, e não havia informações adequadas para essa comitiva. E essas informações foram proporcionadas por nosso adido. Então veja bem: o que eu imaginei é que, em função da extinção do SNI, o CIE tinha que fazer esse papel de colher informações e ampliar esse trabalho, em benefício da própria Presidência.

Operacionalmente, era melhor o CIE estar subordinado ao Estado-Maior do que ao gabinete do ministro?

Veja bem, isso pôde ser feito depois da criação do Comando de Operações Terrestres, o Coter, porque o Estado-Maior era muito asoberbado com a execução de uma série de coisas. Com a criação do Coter, toda a parte executiva saiu do Estado-Maior, que pôde então ter tempo disponível para cuidar de sua missão precípua. Nessa ocasião vinculei o CIE ao Estado-Maior, e as informações ficaram centralizadas num único órgão — as de campo externo e as de campo interno. Isso não tinha nenhuma implicação de ordem prática, porque diariamente eu me reunia com o chefe do Estado-Maior, o chefe do CIE, o chefe do Ccomsex, e isso continuou sendo feito.

Quem era o chefe do CIE nessa época?

Era o general Mendes, que havia sido meu chefe de Estado-Maior em São Paulo. Antes da escolha do general Agenor, escolhi meu chefe de gabinete, o general Tamoio Pereira das Neves, que tinha servido comigo em São Paulo e que foi o meu chefe de Estado-Maior na 4ª Brigada, em Belo Horizonte. O general Tamoio, nessa ocasião, era o comandante da Aman. Pedi ao general Tamoio para me fazer uma visita no fim de semana, em São Paulo, depois que eu havia sido escolhido ministro, e conversamos um dia inteiro. Ele era um auxiliar extremamente importante, porque havia servido no gabinete do ministro algum tempo, foi chefe do CIE durante a administração do general Leonidas e era um homem de estrita confiança. Dessa conversa, cheguei ao nome do chefe do Estado-Maior

do Exército. Era o general Moreira, um companheiro de turma que ia ser promovido no final de março. Dessa mesma conversa saíram o general Mendes para o CIE e o general Nialdo para o Ccomsex.

Eu pensava em propor ao presidente que o general Jonas, que era o ministro-chefe do Emfa na época do Sarney — tinha sido nomeado no fim do ano, em dezembro —, continuasse. Mas havia um problema: o Emfa tinha perdido o *status* de ministério. Então, antes de propor isso ao presidente, tive uma conversa com o general Jonas, que é mais antigo do que eu, mas meu amigo, na residência oficial do chefe do Emfa. E ele concordou em continuar.

Qual era a impressão a respeito do presidente Collor na área militar? Achar-se que era bem informado, bem-intencionado, ou havia coisas que os senhores não compreendiam?

O presidente, quando assumiu, não tinha idéia exata do que fossem as Forças Armadas. Desconhecia muita coisa, mas gostava de ouvir e era um homem racional, tanto que concordou em não criar o Ministério da Defesa naquela ocasião, em função de nossa argumentação. Ele havia tido aquele atrito com o general Ivan e criou outro problema, mais em função de seus auxiliares, que foi o da venda dos apartamentos funcionais em Brasília, tanto na área civil, como na área militar, a despeito de levantarmos o problema de que na área militar a coisa era diferente: os militares vivem se movimentando e, se não existisse apartamento para eles em Brasília, não tinham como ir para lá, pois não se podia pagar o aluguel que se cobrava na cidade. Mas a despeito disso, o decreto que permitiu essa aquisição não fez a ressalva. Então começou uma série de demandas, no Judiciário, de militares que queriam comprar as casas onde moravam. Isso gerou um problema incrível para nós, um problema extra.

Também surgiu outro, decorrente não tanto do Collor, mas da Constituição, que previa estabilidade aos cinco anos. Nós temos os oficiais R2, que são os oficiais da reserva convocados. O oficial R2 faz o CPOR (Centro de Preparação de Oficiais da Reserva) ou o NPOR (Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva) e depois é convocado para suprir os claros de tenentes, particularmente, na tropa. Isso é feito porque, pelo plano de carreira, nós não podemos ter o efetivo de tenentes necessário, porque senão entope lá em cima. Esses oficiais começaram a entrar na Justiça, alegando que haviam adquirido estabilidade. E nós tivemos que contestar isso na Justiça. E ainda apareceu o Bolsonaro para estimular os dois lados — o dos apartamentos e o dos R2 — a entrarem na Justiça. Isso

levou uns três ou quatro anos, mas ganhamos em todas as instâncias, nos dois casos.

O presidente não tinha idéia exata do que eram as Forças Armadas, e os ministros militares começaram a entender que precisavam fazer com que o presidente, aos poucos, comesse a entender. No caso específico do Exército, levei-o a visitar as unidades principais de Brasília. Ele visitou o BGP, o RCG, que eram as unidades que davam guarda ao palácio, o Centro de Instrução de Guerra Eletrônica, o Centro Cartográfico do Exército. Na semana seguinte à posse, ele fez uma viagem a Roraima, foi visitar o Pelotão de Surucucu, onde existe uma aldeia Ianomami bem em frente ao quartel. Lá ele assistiu a uma exposição de um tenente, comandante do pelotão, e viu a qualificação desse oficial para mostrar certas coisas, falar, expor. Viu como vivia aquela tropa e as famílias dos oficiais e sargentos que havia ali. Começou a perceber aos poucos o que eram as Forças Armadas. Tanto que, no fim desse primeiro ano, 1990, ele fez uma visita à Amazônia e, no Batalhão de Selva de Tabatinga, fez um discurso e um elogio enorme às Forças Armadas, particularmente àquele pessoal da fronteira. E com isso ele foi se informando. Depois veio aqui ao Rio visitar a Brigada Pára-quedista e o Batalhão de Forças Especiais. Visitou nessa ocasião a Escola Superior de Guerra, a Fortaleza de São João. Então, paralelamente, a Marinha e a Aeronáutica faziam algo parecido: ele voou em jato da Força Aérea, andou em navio da Marinha etc. Nessa visita que fez à Amazônia, passou uma noite numa base de selva do Centro de Instrução de Guerra na Selva. Demonstrou também vontade de visitar o Pantanal, e nós organizamos essa visita. Ele passou lá uns três ou quatro dias acampado numa barraca.

Nesse ano de 1990, houve outros episódios que deram a impressão de que o presidente não estaria dando muita atenção às coisas militares. O primeiro foi o da serra do Cachimbo...

O presidente, no início, se colocava numa espécie de pedestal. Os oficiais-generais cumprimentavam e ele não estendia a mão. Então isso causava uma certa espécie. O militar se apresenta e espera que a autoridade superior estenda a mão. Isso era uma norma de todo presidente, e ele não fazia. Aos poucos foi revendo isso através do general Agenor, que foi lhe mostrando como deveria agir.

Esse problema de Cachimbo tem relação com o contencioso com os Estados Unidos em relação à utilização da energia nuclear. Quando o presidente, antes de tomar posse, esteve nos Estados Unidos, esse tema deve ter sido tratado com autoridades americanas. E ele tinha na cabeça

que devia eliminar ou minimizar esses problemas. Uma das formas que encontrou foi o marketing, no qual ele era mestre. O que fez? Foi a Cachimbo e fechou um buraco que na realidade já estava fechado, estava praticamente obstruído. Nunca foi usado e não seria usado. Aquilo havia sido aberto numa época, sei lá quantos anos antes, em que se pensava realmente em fazer explodir alguma coisa ali. Mas ficou para a imprensa a idéia de que ele tinha posto uma pá de cal no assunto — e ele usou uma pá de cal mesmo. Era marketing. Então, o que procuramos fazer? Mostrar, durante as reuniões de alto comando, o motivo de certas coisas, porque a tropa de um modo geral via as notícias da imprensa e pensava: “Poxa, o presidente está massacrando a gente”. Mas eu procurava mostrar que, em realidade, não tinha havido nada demais.

No episódio de Cachimbo os ministros militares não ficaram constrangidos?

Não, nós fomos lá e não houve constrangimento nenhum. Se não me engano, foi até num domingo. Saímos de manhã de Brasília para ir lá participar da solenidade e voltar.

Como Collor soube que existia aquele buraco em Cachimbo?

É provável que tenha lido alguma coisa a respeito. Ele tinha uma curiosidade muito grande, vivia conversando com a gente sobre esses assuntos, era um homem extremamente curioso. Quando queria esclarecer alguma coisa, ia até o final. E em função desse contencioso que havia, ele achou que devia fazer alguma coisa que tirasse dos Estados Unidos a idéia de que ele estava querendo continuar o programa nuclear. Essa é a razão.

Como Collor pediu aos senhores para irem até Cachimbo? Foi de surpresa?

Não, não foi nada de surpresa. Inclusive os três ministros militares estiveram antes em Cachimbo. Fomos lá porque o assunto vinha sendo tratado há algum tempo. Aquilo foi feito normalmente. Ele entrou em contato com o ministro da Aeronáutica e pediu que examinasse o assunto. O brigadeiro Sócrates deve ter dado para ele todas as informações.

O presidente Collor tratava os ministros militares com extrema consideração. E prestigiava a ponto de, às vezes, em reuniões ministeriais, nos deixar constrangidos pelos elogios que fazia e pelo que cobrava de alguns dos integrantes civis do ministério. À medida que o tempo foi passando e ele foi tomando conhecimento de como os ministérios militares funcionavam, foi ficando mais crítico com relação aos ministérios ci-

vis. Quando começou o governo, só os ministérios militares funcionavam, tinham condições de funcionar, por causa da continuidade. Os ministérios civis tinham que começar tudo de novo. O pessoal que entrou não tinha conhecimento do que estava se passando, basta dizer que nós tivemos até que dar algumas minutas de documentos oficiais para alguns ministérios, para eles começarem a deslanchar.

Collor também decidiu não participar das comemorações da Revolução de 1964. Isso causou espécie?

Causou, causou espécie. Mas ele disse para nós que não ia. Não nos impediu de fazer comemoração nenhuma, mas disse que não ia participar da solenidade, como não participou de várias outras. Mas essa talvez tenha sido a primeira que ele, digamos, definiu que não ia. Ele certamente tinha opinião de que não se devia continuar comemorando, mas nós continuamos. Continuou a mesma coisa com a ordem do dia conjunta dos ministros militares.

O sr. teve que explicar isso para o alto comando?

Não tinha muita coisa que explicar, era só dizer que o presidente tinha decidido não ir. Houve uma decisão. Não se contesta. Se o presidente tivesse levantado o problema para discussão... mas ele não levantou. Então, o assunto estava decidido.

Isso não dava a impressão, para a alta oficialidade militar, de que o presidente Collor às vezes se aproximava, às vezes se afastava dos militares?

Não, ele tinha idéias formadas sobre determinados assuntos, esse era um deles. Em outros assuntos, era aberto à discussão. Normalmente, as sugestões que se faziam eram aceitas. Nessas visitas todas que foram feitas, ele aceitava as sugestões. Até começou a cobrar: “Onde vamos ainda esse ano?” Uma ocasião, fomos visitar uma unidade da caatinga, um batalhão de infantaria com sede em Petrolina, Pernambuco, fronteira com a Bahia. Ele chegou para mim e disse que queria pernoitar no batalhão. Tivemos que tomar uma série de medidas. Ele não queria ficar no hotel na cidade e fez questão de jantar no quartel na companhia dos oficiais. Sentou na mesa, pegou o prato e foi se servir. Então isso aí dá bem uma idéia do ponto de integração, de sensibilidade a que ele chegou. Para chegar a esse ponto, realmente, no meu modo de ver, não fica dúvida de que ele passou a compreender e a gostar de conviver com oficiais e com a tropa nas unidades.

Que perfil psicológico o sr. traçaria do presidente Collor?

É difícil traçar um perfil psicológico, mas eu via no presidente Collor alguém com um conhecimento muito profundo dos problemas do país e das implicações desses problemas em nível mundial e com uma capacidade muito grande de discuti-los e tomar decisões. Às vezes, havia uma certa teimosia com relação a determinados assuntos, mas aos poucos ele ia amaciando. Passou, digamos, a aceitar rever assuntos sobre os quais já firmara alguma idéia. Nós, no final do governo, quando o *impeachment* estava se aproximando, chegamos a sugerir que ele renunciasse. Nós, que eu digo, é o general Agenor, por delegação nossa e de alguns políticos, mas ele afastou a possibilidade. Havíamos chegado à conclusão de que era irremediável o *impeachment*. Mas ele não tinha ainda absorvido isso, porque continuava vivendo o dia-a-dia do governo, como se nada estivesse acontecendo.

Como os ministros militares acompanhavam as acusações contra Collor que iam sendo divulgadas pela imprensa?

No início, despreocupados, mas, à medida que o tempo foi passando, fomos ficando preocupados. Cada vez que o presidente ia à televisão, ao invés de melhorar a situação, piorava. Depois, começamos a perceber uma disposição muito grande dos políticos com relação à chamada CPI do PC, porque o presidente, de um modo geral, hostilizava os políticos, não entrava na linha de se fazer a política da maioria deles, que era o fisiologismo, a barganha política, e começou-se a falar de *impeachment*. No início ele até nem recebia políticos, criava dificuldades, depois foi amaciando um pouco. Mas a verdade é que ele não contava com a boa vontade da maioria do Congresso, que começou a se posicionar claramente contra a ele. A imprensa também, pouco a pouco, foi passando a atacar cada vez mais. A mocidade, a opinião pública, a mesma coisa. Ele chegou ao ponto de pedir que as pessoas se vestissem de verde e amarelo pouco antes do Sete de Setembro de 1992, e todo mundo se vestiu de preto. Então a coisa foi se agravando, e nós íamos acompanhando. Num determinado momento, chegamos à conclusão de que ele estava perdido, o Congresso ia tirá-lo. Foi nessa ocasião que se tentou, primeiro através de alguns políticos mais ligados a ele, como o Bornhausen e o Ricardo Fiúza, convencê-lo de que era melhor renunciar. Mas ele nem os recebeu. Aí os políticos trouxeram isso para nós. Nós conversamos com o general Agenor e demos a ele a missão de conversar com o presidente. Ele também não conseguiu êxito.

Qual foi a reação de Collor?

A pior possível, não aceitou e brigou com o general Agenor: “Como um militar vem me propor tal coisa? O militar tem que brigar até o fim”. Ele se identificava, nesse ponto, com o que pensava. Cheguei, inclusive, numa reunião que tivemos com ele, talvez um mês antes, a dizer para ele que os militares, às vezes, chegavam à conclusão de que deviam recuar, numa determinada situação. Fiz um paralelo e deixei o assunto no ar, mas ele não aceitou nossa sugestão. Conclusão: foi renunciar quando não tinha mais solução, na véspera do julgamento pelo Senado, após o *impeachment* ter sido aprovado na Câmara.

No início desse processo que levou ao impeachment, a impressão que os senhores tinham era de que se tratava de uma campanha da oposição?

O que se imaginava era o seguinte: que a campanha contra ele persistia, o PT nunca perdoou a vitória sobre o Lula, essa é a realidade. Então qualquer coisinha pegava. Depois a imprensa também começou a se voltar contra ele à medida que aqueles problemas iam cada vez mais envolvendo o PC. Aquilo foi num crescendo, até que chegou num ponto que nós concluímos que não havia solução, ia acontecer o *impeachment*. Chegamos a ter uma conversa com o presidente da Câmara, o deputado Ibsen Pinheiro, sobre isso e vimos que ele queria abreviar todos os prazos.

Quando os senhores sugeriam a renúncia ao presidente Collor, a perspectiva era de Itamar assumir ou de se fazer uma nova eleição?

Era o Itamar assumir, porque já estávamos com mais de dois anos e meio de mandato, como previa a Constituição.

Itamar sabia das conversas que os senhores estavam tendo?

Não, pelo menos de minha parte. Só na reta final o Sócrates e o Flores tiveram contato com ele.

Ulysses conversou com o sr. sobre a crise?

Não. Nós conversávamos muito sobre a crise com o Célio Borja, o Bornhausen, o Fiúza, o Marcílio Marques Moreira. Tanto que houve uma reunião de todos os ministros para dar apoio ao presidente naquela etapa final, para que houvesse governabilidade até o julgamento do processo do *impeachment*.

A natureza das acusações a Collor eram sérias. Pelo que o sr. disse, o CIE era o único órgão de informações funcionando plenamente. Havia preocupação, no CIE, de saber se havia algum fundo de verdade nessas denúncias?

Não, a gente não tinha acesso a isso. O que se dizia é que o PC procurava conduzir certos assuntos junto aos ministérios civis, e que isso talvez gerasse alguma vantagem financeira para ele. Mas, com relação aos ministérios militares, nunca houve nada, o Paulo César Farias nunca foi lá. Ele não se metia com os ministérios militares, de modo que nós não tínhamos informações, nem buscávamos esse tipo de informação.

O sr. não pediu ao adido militar no Uruguai para que investigasse por lá a Operação Uruguai?

Não, o acompanhamento daquilo ficou a cargo do Ministério das Relações Exteriores, que também tem condições de dar informações. Nesse caso, até melhores que o adido. Há muita gente que diz: “Se o SNI existisse, o presidente talvez pudesse ser informado”. É possível, porque o SNI tinha uma amplitude maior de atuação. Outros dizem o contrário: “O presidente extinguiu o SNI justamente por causa disso, para não...” Mas eu, particularmente, acredito que o presidente não sabia de detalhes relacionados com o trânsito que o P.C. Farias tinha em algumas áreas do governo.

Era a primeira vez que a República brasileira passava por uma crise política séria, sem o protagonismo militar. Afinal, pediram ou não para o sr. dar golpe?

Não.

Havia duas possibilidades a respeito de um possível golpe: abreviar a questão do impeachment e substituir o presidente, ou a fujimorização do Brasil, ou seja, fechar o Congresso.

Não havia nada disso. O que havia na área militar eram opiniões no sentido de que as Forças Armadas deviam dar uma força para o presidente. Mas também achávamos o seguinte: as Forças Armadas sempre ficaram do lado da opinião pública, do lado do povo. E o povo havia se definido claramente. Depois, nós não tínhamos o que fazer. Como íamos dar o apoio, digamos, fazer um documento de apoio específico? Não havia como fazer isso em função da opinião pública que a gente acompanhava no dia-a-dia. Então, qual era a solução? Era acompanhar aquilo de perto, com cautela, e deixar as instituições funcionarem. Foi essa a conclusão a

que chegamos. Se o encaminhamento das coisas tivesse sido diferente, vamos supor que fosse só um problema da área política ou da imprensa, e a opinião pública estivesse do lado dele, seria um pouco diferente. Talvez se pudesse fazer até um documento de apoio, mas nós não nos sentimos, na ocasião, encorajados a fazer isso.

A opinião pública estava contra Collor, mas não contra os militares.

As Forças Armadas, nessa época, estavam com um prestígio muito grande e foram muito elogiadas, inclusive no exterior, por não intervirem.

Durante o processo de impeachment, os senhores se reuniam para discutir, conversar, entre si?

Diariamente trocávamos idéias e estávamos sempre nos reunindo, inclusive com os políticos, porque queríamos ouvir a opinião dos políticos mais próximos do presidente. Quando o presidente não quis ouvi-los, eles vieram pedir a nossa ajuda, porque estavam convencidos, também, de que o presidente só tinha uma solução: renunciar. Fiúza e Bornhausen vieram pedir o nosso apoio no sentido de convencer o presidente a renunciar.

Há um comunicado dos ministros à nação, de 25 de agosto de 1992, que fala da governabilidade e que foi discutido entre os ministros. Depois, esse documento foi mostrado ao presidente. O que se procurou foi, de uma certa forma, dizer à opinião pública que os ministros estavam com o presidente, que não iriam abandoná-lo. Saiu outro documento no final de setembro, quando ele foi afastado para ser processado e o Itamar assumiu. Foi uma solenidade muito constrangedora no Palácio do Planalto, eu estava lá. Veio um senador, não me lembro exatamente qual, e leu um documento. O presidente, lá na frente, ouviu tudo, assinou o documento e deixou o palácio. Uma claque organizada o vaiou na saída. Deixou o palácio acompanhado pelos ministros e pegou o helicóptero para ir para sua residência.

Em algum momento ele sondou se os militares estariam dispostos a tomar alguma atitude?

Nunca tocou nesse assunto, jamais. Aceitou tranquilamente sua saída, com muito *fair-play*.

Havia diferenças de opinião entre os ministros militares? O sr. sentia avaliações diferentes?

Não se fazia avaliação sobre o governo, fazia-se apenas avaliação sobre aquela conjuntura, relacionada àquele problema específico. A con-

clusão a que se chegou, depois de algum tempo, é que só havia um caminho, a renúncia, pois não havia mais condição para o presidente. Os ministros entenderam que precisavam fazer um documento de apoio ao presidente para preservar a governabilidade do país. Porque a ação da imprensa, particularmente, estava criando uma intranquilidade tal que beirava a ingovernabilidade.

O sr. achava, na época, que o presidente Collor era culpado de alguma coisa?

Não. Sempre achei e continuo achando que ele não tinha conhecimento das minudências, dos detalhes, do que fazia P.C. Farias. O P.C. ficou cuidando das sobras de campanha, que deve ter sido um montão de dinheiro, porque naquele final do segundo turno a área empresarial encheu o Collor de dinheiro, todo o mundo sabe disso. O P.C. Farias ficou gerindo esse montante e depois ficou comprovado que era usado em algumas coisas relacionadas ao presidente. Agora, em realidade, esse dinheiro não era público. Se o presidente tinha alguma culpa, era em relação ao imposto de renda. Esse dinheiro não tinha sido declarado, e o presidente estava se beneficiando dele. Sempre achei, e continuo achando, que ele, em realidade, não sabia detalhes do que estava se passando. E entendo que só nessa ocasião, quando se afastou, é que realmente se deu conta do que se tratava.

O sr. conversava com os oficiais, com o alto comando, sobre o que estava acontecendo? Eles davam opinião?

Opinavam, inclusive na última reunião do alto comando se discutiu muito isso. Já estava praticamente definido que o presidente ia sair e haveria a continuidade do governo através do vice-presidente, e os integrantes do alto comando achavam que realmente a maneira como o problema havia sido encaminhado era a mais adequada nas circunstâncias. Nessa última reunião, eles manifestaram a idéia de que os ministros militares deviam continuar. Mas a essa altura eu já tinha quase certeza de que não íamos continuar. Quando o presidente Itamar assumiu e se definiu a substituição dos ministros militares, ele me convocou à sua residência para dizer que havia pensado em me indicar para o Tribunal Militar. Disse-me que o Flores ia ser o secretário de Assuntos Estratégicos e o Sócrates ia para Genebra. Então, disse para ele o que, creio, ele já sabia: “Presidente, não posso ir para o tribunal porque já estou na reserva. Mas o sr. não precisa se preocupar comigo”.

Mas Itamar lhe ofereceu uma coisa que ele sabia não podia ser aceita?

É a maneira de ele ser. O que acontece é o seguinte: manifestei algumas vezes, aos dois outros ministros militares, que não tinha simpatia pelo Itamar. Nunca tive simpatia por ele desde que havia passado por Minas. Achava que ele não se comportava adequadamente com o problema das privatizações, sendo vice-presidente de um governo que havia decidido privatizar algumas empresas. Eu achava isso absurdo, podia até entender que ele fosse contra, mas achava que não devia se manifestar. E dizia aos meus companheiros: “não simpatizo com o Itamar, posso até continuar no ministério, vou ser leal, vou cumprir minha missão. Mas, satisfação em continuar, confesso que não tenho”.

Itamar pertenceu à ala autêntica do MDB. Em relatórios do CIE feitos durante o governo militar, ele estava relacionado entre os parlamentares comunistas. Itamar fazia parte do grupo que era objeto de observação por parte dos serviços de inteligência militar?

Em realidade, o Itamar nunca foi considerado comunista. Era considerado uma pessoa instável, que mudava de opinião de uma hora para outra. Quando servi em Minas, o Itamar e o Newton Cardoso reivindicavam a candidatura a governador do estado pelo PMDB. E o Hélio Garcia, em cima do muro, custando a se definir, se definiu pelo Newton Cardoso e me disse: “General, vamos conversar ali na biblioteca, que esse assunto de política mineira é meio complicado. O dr. Newton vai ser um desastre para Minas, mas é um homem absolutamente previsível. Todo o mundo sabe o que vai fazer. Já o doutor Itamar é absolutamente imprevisível”. Então essa, em realidade, é a figura do Itamar.

Ele lhe pediu indicação para seu sucessor no ministério?

Ele me telefonou, disse que havia escolhido o general Zenildo e me pediu que fizesse contato com ele para avisá-lo de que seria o próximo ministro. Não pediu opinião. Creio que tudo isso tem relação com o episódio da publicação, em um jornal de Brasília, de um artigo do Haroldo Holanda, que me acusava de ser contra a contratação de uma empresa estrangeira para fazer auditoria no caso PC. Depois, um político meu amigo disse: “Isso é coisa do Itamar”. Fiquei com a convicção de que aí estava a origem do tal artigo no jornal.

Certamente o Flores e o Sócrates comentaram qualquer coisa do que eu dizia para eles do Itamar, porque nunca deixei de dar minha opinião. E ele deve ter ficado influenciado. Tanto que o Sócrates, num determina-

do momento, disse: “Nós não vamos continuar ministros por sua causa”. Não disse nada, sabia o porquê. O Itamar não queria que eu continuasse e não se sentiu forte o suficiente para tirar só a mim.

Observando todo o período republicano, percebe-se que, em todos os momentos em que as Forças Armadas consideravam a situação política crítica, houve, de fato, algum tipo de manifestação ou pronunciamento mais explícito. Nesse momento, não houve. O que mudou?

Talvez o comportamento da sociedade como um todo. Porque, à medida que o tempo foi passando, a sociedade, a imprensa, os órgãos representativos da sociedade passaram a ser mais atuantes e, quando esses órgãos atuam mais, as Forças Armadas ficam menos atuantes. Há quem diga que se mede o grau de atraso de um país pela participação das Forças Armadas nos seus problemas políticos e econômicos. Quanto mais atrasados, mais as Forças Armadas são chamadas a intervir. À medida que o país amadurece, se desenvolve, as Forças Armadas se retraem, naturalmente. Elas vão muito pela opinião pública — não a opinião dos jornais. A opinião dos jornais, no que se relacionava com o Exército, eu vivia combatendo. Passei muito tempo brigando com ela. Cheguei mesmo a descredenciar o repórter da *Veja* no Centro de Comunicação Social do Exército, que é o órgão de ligação externa do Exército.

O sr. teve algum contato mais particular com os ministros da Fazenda, Zélia e depois Marcílio, além das reuniões ministeriais?

Costumo dizer o seguinte: preferia lidar com a ministra Zélia do que com o ministro Marcílio. Por uma razão muito simples: a ministra Zélia tinha um raciocínio racional e lógico, parecido com o nosso. Então, eu ia discutir um problema com ela, nós lançávamos os argumentos e depois chegávamos a uma solução. Sempre havia uma solução. Já com o ministro Marcílio, nunca havia. Ele é um diplomata, um homem do Itamarati, então ouvia muito, mas não chegava a nenhuma solução. Outra razão é que a ministra Zélia era muito mais sujeita às observações do presidente do que o Marcílio. Se eu chegasse para o presidente e dissesse: “Presidente, fiz essa reivindicação para a ministra Zélia, ela não está com muito boa vontade, o sr. podia dar uma palavrinha com ela”, ele dava e o problema se resolvia.

Houve uma ocasião em que estávamos para ter um aumento pequeno, de 9%, e a ministra Zélia já tinha dado o parecer favorável, estava faltando só botar o preto no branco. Durante uma reunião do alto co-

mando, ela me telefonou e apresentou uma última argumentação contra a concessão. Contra-arguntei, rebati o que ela tinha dito e adiantei mais alguma coisa. Ela me ouviu e disse: “Ministro, o sr. está com a razão, os 9% vão ser concedidos”. Aliás, o ano de 1990 foi o mais difícil, porque o presidente assumiu com uma inflação de 84% ao mês. Quando chegou no final de abril, nossos recursos acabaram, precisava haver suplementação. Por outro lado, o fundo do Exército, que é a reserva que nós temos, estava sem condições de prestar muito apoio, porque o meu antecessor, o Leonidas — não vai aí nenhuma crítica —, tinha usado parcela grande dele para terminar a obra da Aman. Então, o fundo estava esvaziado e nós ficamos numa situação tão crítica que alguns comandantes de unidade por esse Brasil afora foram levados à Justiça por falta de pagamento. Continuavam recebendo material de fornecedores, mas não tinham como pagar. Não tínhamos dinheiro. Aí entrou o problema de meio expediente, de acabar com almoço, restringir exercícios e uma série de coisas. O Congresso só foi votar a suplementação em outubro, depois das eleições. Tivemos que antecipar licenciamento, tomar uma série de medidas muito drásticas para sobreviver. Alguma coisa se remediou em função desse contato com a ministra Zélia e da influência que o presidente exerceu junto à ministra, a essa altura, já ciente dos problemas que estávamos vivendo.

Dos ministros civis, quais os senhores procuravam mais?

A ministra Zélia, o ministro da Infra-estrutura, o ministro da Justiça e o secretário de Administração, João Santana — este, basicamente, em função das medidas que precisavam ser tomadas com relação aos apartamentos e à alienação de viaturas funcionais. No início, começou-se a fazer um corte muito grande de despesas, e era ele quem cuidava dos funcionários civis — nós tínhamos um determinado número de funcionários civis e havia solicitação de que fossem reduzidos —, e eu dizia que não tínhamos mais o que cortar, porque, de uma previsão de 29 mil, só tínhamos 14 mil; então, já estava mais do que cortado. Não cortei nenhum funcionário civil com essa linha de argumentação, e eles se convenceram. Depois eu dizia: se eu dispensar funcionário civil, vou ter que desviar militares da atividade-fim para a atividade-meio, e isso vai afetar mais ainda a operacionalidade, já muito delicada em função da restrição de recursos. Isso sensibilizava muito o presidente. Em 1990, nós tivemos que suspender todos os exercícios da fase final de instrução, por falta de recursos.

Diante dessa situação dramática, os senhores tinham impressão de que isso era uma coisa passageira, viam alguma luz no horizonte?

Víamos, tanto que 1991 foi um ano bem melhor. O orçamento para o ano de 1991 já nos deixou em melhores condições, e a inflação havia baixado. Mas o Exército tinha algumas dificuldades, e houve inclusive o problema com a licitação do fardamento em 1991. Foi essa licitação que gerou aquela campanha de *O Globo*, um verdadeiro absurdo. Eles faziam comparações de peças de fardamento do varejo impossíveis de serem comparadas, porque os uniformes do Exército são feitos com um tipo de fazenda especial, com uma série de características, e têm de durar um ano — se uma peça estiver defeituosa, o fabricante tem que trocar. E devia ser entregue em todo o território nacional, porque não havia recursos para receber esse fardamento todo em São Paulo ou no Rio de Janeiro e distribuí-lo. Tínhamos também que fazer a licitação antes de saber o valor dos recursos que teríamos, porque ele só ia ser votado depois. Aí, *O Globo* tirou conclusões absolutamente estapafúrdias, fazendo comparação de preço, dizendo que havia superfaturamento.

Houve um inquérito?

Não houve inquérito nenhum. O que houve foi a participação normal do órgão de controle do Ministério do Exército — a Diretoria de Auditoria — e a antecipação da participação do TCU, porque todas essas licitações são submetidas ao TCU, *a posteriori*. Nesse caso, em função da celeuma, nós pedimos que o TCU fizesse um acompanhamento *a priori*. O TCU autorizou a continuação da licitação, e ela foi até o fim. Só que os recursos que a imprensa alegava que estávamos perdendo eram de 80 milhões de cruzeiros. Ora, os recursos que nós tivemos foram de 54 milhões! Quando se faz uma licitação sem saber os recursos de que se dispõe, licita-se uma quantidade grande de itens. Depois, compram-se, de acordo com o dinheiro disponível, aqueles mais prementes.

E assim foi, mas fizeram uma onda tão grande — aquilo foi uma campanha — que, em função disso, fiz um contato com o presidente da Comissão de Defesa da Câmara dos Deputados, que era meu amigo, o deputado Maurício Campos, e pedi para me convocar para falar sobre o assunto. Fiz uma exposição, e durante essa exposição aconteceu algo absolutamente inusitado. Eu havia preparado uns eslaides que estavam sendo projetados na tela. Aí, um câmara de televisão, lá atrás, acendeu a luz para filmar. Só que, quando ele acendeu aquela luz e focou na tela, não se enxergava nada. Qual era o objetivo? Criar dificuldade para a exposição

que eu estava fazendo. E eu já estava em cócegas ali, um assistente meu percebeu e falou com o camarada para apagar. Ele não apagou. Foi preciso o presidente da comissão intervir. Conclusão: fui explicar para a Câmara dos Deputados, mas na imprensa não repercutiu nada. Então, só tive uma solução. Peguei amostras do fardamento do Exército e amostras que *O Globo* havia citado e pedi audiências particulares a vários integrantes do TCU para mostrar que as informações adequadas não chegavam. O TCU entendeu e autorizou o prosseguimento da licitação. Caso contrário, o Exército não ia se fardar no ano seguinte. E assim foi. Quer dizer, uma briga constante.

Para dar uma idéia a mais da hostilidade da imprensa, mudou o representante da *Veja* em Brasília, e ele me pediu uma audiência. Foi lá, conversamos uma meia hora e tal, e ao final ele disse: “General, o sr. não quer escrever um artigo para a página final da *Veja*, o ‘Ponto de Vista’?” “Para quando?” “Para a revista desta semana. O sr. teria que mandar para mim até quinta-feira.” Se não me engano, era uma terça. “Vou escrever, sim.” Eu mesmo escrevi um artiguinho relacionado com os assuntos sobre os quais havíamos conversado. Basicamente, orçamento e vencimentos. E mandei entregar. Sabe o que ele mandou perguntar? Se eu autorizava a revista a fazer algumas modificações no texto. Mandei dizer que absolutamente não. Se ele quisesse publicar, que publicasse do jeito que estava, senão não publicasse. Imediatamente, mandei publicar no *Noticiário do Exército*, para não deixar dúvida que aquele texto tinha saído daquele jeito. Mas o pior não é isso, o pior é que na revista dessa semana, na qual não publicaram meu artigo, havia uma reportagem sobre o Exército, enfocando fundamentalmente os assuntos sobre os quais ele não falou que ia publicar nem pediu dados. Total falta de ética. Estou contando essa história para mostrar como é que a imprensa lidava com a gente. Eu vivia numa briga constante.

Quando houve o problema do Traíra, em início de 1991, foi outra confusão. Fui chamado ao Senado — estão aqui os documentos relacionados com o assunto. Foi outra exploração. O pessoal da imprensa, credenciado, queria porque queria que eu desse uma entrevista coletiva. E eu dizia: “Não preciso dar entrevista coletiva, todo dia a imprensa está tendo notícia através do Ccomsex”. Mas eles tanto insistiram que, depois que estive no Senado, que o problema foi clareado, eu aceitei. Marcamos um dia, e lá estava toda a imprensa credenciada. Mais de uma hora de perguntas. Quando elas terminaram, perguntei: “Vocês não têm mais nenhuma pergunta a fazer?” “Não, ministro, o sr. esclareceu tudo, o sr. tirou todas as nossas dúvidas.” Aí eu disse: “Bom, nesse caso, já que vocês

não têm mais perguntas, eu tenho uma a fazer a vocês. Eu só queria saber por que vocês não me fizeram nenhuma pergunta sobre os nossos feridos?” Os nossos feridos na ação no Traíra foram nove. Três mortos e nove feridos. Foram incapazes de perguntar alguma coisa sobre o nosso pessoal. Agora, perguntaram sobre guerrilheiro, garimpeiro, maus-tratos e direitos humanos, não sei o quê. Aí eles enfiaram a carapuça.

No episódio do rio Traíra, ficou claro se os atacantes eram guerrilheiros ou garimpeiros?

Tive a sorte de receber, na véspera de comparecer ao Senado para prestar esclarecimentos, um fax do nosso adido em Bogotá com uma entrevista, num jornal colombiano, do comandante das Forças Armadas colombianas, deixando claro que se tratava de guerrilheiros. Não houve dúvida nenhuma, vimos logo que eram guerrilheiros pelo tipo de ação que fizeram. O rio Traíra tem cerca de 40 metros de largura, estive lá depois, e o nosso posto ficava encostado na margem do rio. Os guerrilheiros fizeram uma ação que consistia basicamente no seguinte: colocaram uma turma na margem oposta do rio, em frente ao nosso posto, que ficou em posição de tiro, enquanto duas “pinças” entravam em território brasileiro para fazer o cerco pelos dois lados. E quando essas duas “pinças” chegaram nas proximidades do nosso posto, os homens que estavam do outro lado do rio imediatamente atiraram e mataram os dois sentinelas, propiciando aos demais pegarem de surpresa toda a tropa do posto que estava almoçando. Eles escolheram o horário. Na hora do almoço, as armas estão no solo. O outro homem que foi morto foi o único que teve a reação de tentar pegar o fuzil. Depois, nós viemos a saber que o chefe da operação tinha sido trazido de outra área, porque ali, nas imediações da fronteira com o Brasil, eles não são muito atuantes.

E como foi a reação do Exército brasileiro?

Aí foi outra questão de sorte. Para chegar a esse posto de vigilância no Traíra, que havia sido colocado lá porque se vinha detectando a entrada de colombianos em território nacional, tinha-se que ir de barco, subir duas cachoeiras onde se tinha que tirar o barco do rio e subir com ele no ombro, levando-se uns três ou quatro dias para se chegar ao local, partindo de Vila Bittencourt, que era onde estava o pelotão mais perto. E essa equipe que estava lá, estava para ser substituída. O destacamento que ia substituí-la estava em deslocamento e chegou ao local pouco depois. A ação foi ao meio-dia, mais ou menos, e esse pessoal substituto chegou no local no dia seguinte pela manhã. Foi a sorte, porque os guerrilheiros

tinham destruído a estação de rádio, e os sobreviventes, entre os quais havia nove feridos, não tinham como se comunicar com a base. Então, tão logo essa patrulha chegou, no dia seguinte, já começou a sondar por ali para ver se achava alguma coisa.

Logo depois da notícia, deslocou-se uma equipe com mais potência de fogo, que encontrou dois guerrilheiros, ainda em território brasileiro, vigiando uma parte do armamento que eles haviam roubado. Foram presos e obrigados a dizer para onde havia ido o resto do pessoal. Nossos homens fizeram uma emboscada e mataram oito ou nove guerrilheiros, inclusive o chefe. E recuperaram quase todo o material que havia sido furtado: armamento, material de comunicações, mochilas e material de acampamento.

Quando o sr. acha que essa relação tensa dos militares com a imprensa vai mudar? Isso é uma questão de geração?

Acho que sim, que é um problema de geração, de gente que ainda está entranhada do revanchismo. A única explicação que tenho é o revanchismo. Querem porque querem derrubar as Forças Armadas. No Senado, o Maurício Correia fez o possível e o impossível para me derrubar durante minha exposição no Senado, quando fui convocado para depor sobre o ataque guerrilheiro ao Posto do Traíra. Como não conseguiu, porque eu estava preparado, ele simplesmente disse: “Pois é, ministro, mas lá, em Volta Redonda, o Exército matou três”. Não tinha nada a ver uma coisa com a outra. Ele disse: “Mas não houve um açodamento na ação sobre os guerrilheiros? Eles não chegaram a levantar nenhuma bandeira branca?” E eu dizia: “Olha, senador, em combate com guerrilheiro, ganha quem dá o primeiro tiro, não existe esse negócio de bandeira branca”. Aqui está a cópia da documentação levada ao Senado. O *Diário Oficial da União* publicou tudo, minha exposição e os debates. Por aí dá para ver os que eram hostis e os que não eram.

O sr. teve alguns problemas individuais de indisciplina na área militar, não?

Logo no início, não me lembro exatamente quando, tive o desprazer de ter que aplicar punição em dois oficiais-generais da reserva, os generais Newton Cruz e Euclides Figueiredo. Naquele início, a idéia que havia era que o presidente hostilizava as Forças Armadas. Em realidade não acontecia isso. Mas o general Newton Cruz referiu-se, em entrevista, de maneira desrespeitosa ao presidente da República. Confirmou a entrevista e foi punido através do Comando Militar do Planalto. E o general Euclides Figueiredo, aqui no Rio, embora em escala menor, também se refe-

riu de maneira desrespeitosa ao presidente e foi punido pelo Comando Militar do Leste. Tive o desprazer de aplicar essas punições, mas não havia outra solução. O general Newton Cruz recebeu uma pena de prisão que cumpriu lá no Comando Militar do Planalto. E o general Euclides Figueiredo foi simplesmente repreendido.

Houve mais um pronunciamento, feito pelo general Pedro de Araújo Braga, em 1990, quando assumiu o Comando Militar do Sudeste, em São Paulo. No discurso de posse, ele fez uma referência à extinção do SNI. Fui lá para presidir a solenidade e, quando estávamos no carro a caminho do QG, ele me deu uma cópia do discurso. Folheeí, passei os olhos, vi aquilo e não fiz comentário. Mas achei que podia dar problema. Mas o meu raciocínio foi que era preferível alguém da área de informações fazer um pronunciamento daquele tipo, e aquilo, digamos assim, representar toda a comunidade e não haver mais movimento nenhum, a impedir que ele falasse e aí correr o risco de pipocarem observações esparsas pelo Brasil afora.

Conversei sobre isso com o Collor, porque a imprensa extrapolou, transformou aquilo em um cavalo de batalha. Conversei com o presidente e disse-lhe qual era o meu pensamento. Achava que não devia haver punição e que aquilo, no meu modo de ver, ia representar, como acabou representando, o canto de cisne do pessoal da “comunidade”. E ficou nisso. Eu estava certo. Daí para a frente, não tive mais nenhum problema com a comunidade de informações e nenhum problema com mais ninguém.

Como o sr. avalia a atuação do Clube Militar, nesse período?

A atuação do Clube Militar nessa época foi muito incisiva. O presidente do clube era o general Cerqueira, que estava interessado em entrar na política. Então, o Clube Militar chegou a ponto de processar judicialmente os ministros militares, mediante autorização dada ao seu presidente em assembléia geral. Isso, inclusive, é uma das mágoas que eu guardo, porque ser acusado de ação e omissão, de deixar de atender aos legítimos interesses da força, vocês hão de convir que é pesado. O que o Clube Militar queria? Queria que a isonomia dos generais de quatro estrelas com os ministros do Superior Tribunal Militar persistisse. Mas isso havia sido derrubado na Constituição. Mas o clube achava que os ministros militares deviam insistir. Em função disso, o Clube Militar nos processou. E, para surpresa nossa, o advogado do clube era o dr. Saulo Ramos, que havia sido o consultor-geral da República do Sarney e que conhecia muito bem o assunto. Tanto que ele recebeu, na ocasião, US\$100

mil e receberia outros US\$100 mil se ganhasse o processo. Ele estava cansado de saber que não ia ganhar. Mas o Clube Militar embarcou nessa canoa e perdeu US\$100 mil. E ainda por cima queria, imediatamente depois, aumentar a mensalidade. Eu não deixei.

SÓCRATES DA COSTA MONTEIRO

NASCEU EM 1930, no Rio de Janeiro. Coursou a Escola de Aeronáutica, hoje Academia da Força Aérea, entre 1948 e 1951. Atuou como piloto de caça durante cerca de 10 anos, sendo depois transferido para a aviação de transporte. Trabalhou, durante vários anos, no Correio Aéreo Nacional. Serviu na antiga Diretoria de Rotas entre 1967 e 1970, indo em seguida fazer o curso de Estado-Maior. Atuou sete meses como observador na missão de paz da Organização dos Estados Americanos enviada para a fronteira entre Honduras e El Salvador, após a chamada “Guerra do Futebol”. Entre 1971 e 1975, foi chefe do Serviço de Proteção ao Voo, no Rio de Janeiro e, em 1976, fez o Curso Superior de Comando, permanecendo como instrutor em 1977. De 1978 a 1980, foi comandante do Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo (Cindacta), em Brasília. Promovido a brigadeiro em 1980, voltou para o Rio de Janeiro como subdiretor de operações da Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Voo. Em 1982, foi designado adido aeronáutico em Washington, de onde retornou em 1984. Assumiu o comando do 7º Comando Aéreo Regional, com sede em Manaus e, em 1986, o Comando Aéreo de São Paulo, onde ficou até o início de 1988. Foi, em seguida, vice-chefe do Estado-Maior da Aeronáutica. Em março de 1989, promovido a tenente-brigadeiro, tornou-se comandante-geral do Ar, função que exerceu até assumir o Ministério da Aeronáutica, durante o governo Fernando Collor. Após o *impeachment* de Collor, foi conselheiro militar junto à missão da ONU, em Genebra, onde permaneceu por três anos.

Depoimento concedido a Celso Castro e Maria Celina D’Araujo em quatro sessões realizadas no Rio de Janeiro entre 8 e 29 de maio de 1998.

A sucessão presidencial de 1984 gerou uma divisão no alto comando da Aeronáutica, em função da atuação do ministro Délio. Como o sr. acompanhou esse processo?

Nessa época, eu ainda não fazia parte do alto comando, não era tenente-brigadeiro. No grupo que cercava o ministro Délio, a candidatura do Maluf encontrou receptividade. Às vezes, essas pessoas empurravam o ministro Délio, que era um homem aberto, bonachão, em direções que nem sempre eram boas. Naquele episódio de Salvador, em setembro de 1984, sei que o ministro Délio tinha dois pronunciamentos: um médio e um quente. Não tenho detalhes de qual foi o fator que o levou, no momento, a escolher o quente. O quente era a agressão ao Antônio Carlos. Aquilo foi terrível. Esse fato nos cobriu, a todos, de angústia, porque foi uma briga infeliz, uma provocação de graça com o “Malvadeza”, um homem que não é mole nas respostas. Foi uma avaliação incorreta da conjuntura. Mas, como era um assunto da área política, e o ministro Délio era muito político, absorveu rápido: levou e deu. Ele não perdia o sono por causa disso. Mas a gente não gostava de ver o ministro acuado daquela forma.

Depois, surgiu o episódio das fotos do Moreira Lima na *Veja*. O ministro Moreira Lima é um homem de uma pureza absoluta, não tem maldade. Uma voz de trombone, enorme, e um coração desse tamanho! E os repórteres pediram uma fotografia dele na mesa de trabalho. Ele ficou diante da mesa, em pé, e por trás, aquele quadro que é praxe nas salas de comando: o presidente da República e o ministro. Mas, aí, alguém palpitou: “Mas o sr. vai sair junto do retrato do presidente e do ministro, quando se está discutindo uma nova administração?” Ele, virou-se, meteu a mão nos retratos, botou o Santos Dumont e o Eduardo Gomes no lugar, e o repórter tirou uma sequência de fotografias. Não foi um evento significativo, mas foi uma festa para os repórteres e gerou um princípio de crise política. Houve ameaça de punição. Moreira Lima procurou o Tancredo Neves para colocar o cargo à disposição, antes mesmo de assumir, e Tancredo disse: “Negativo! Está escolhido, e pronto”. E ficou por isso mesmo. Foi um desses eventos de tragicomédia do cenário político brasileiro.

Como o sr. acha que, na Força Aérea, a maior parte da oficialidade acompanhava esse final de abertura? Não havia algum núcleo de reação à transição?

Não, ao contrário. No Exército, na Marinha e na Aeronáutica, havia uma ansiedade pela transição. Era um sentimento legítimo, forte; a gente sabia que aquele caminho não era bom, que se tinha que buscar um ou-

tro. É aquele ditado: “nas ditaduras, o perigo não é o ditador; é o guarda da esquina”. A gente aprende isso. Não se deve confundir democracia com bagunça, mas a “fechadura” também não resolve o problema.

Mas aí entra também aquilo que botou 100 mil pessoas na rua no 31 de março de 1964 — que, hoje, não se fala mais. O mesmo espírito que botou aquele povão nas ruas em 1964, botou o povão querendo as diretas. A força armada brasileira é povão. Nós não representamos casta, nem por origem nem por formação. Nós não somos educados, ao longo da carreira, como uma elite especial.

A imagem internacional do Brasil, durante o governo Figueiredo, estava desgastada, não?

Os brasileiros são tão incomodados com a imagem da ditadura, que até a nossa ditadura é democrática. Nós trocamos de general, a cada cinco anos, e sugerimos ao Congresso aprovar a indicação do general. Se você observar a história brasileira, qualquer ditador que tem a pretensão de ficar é o civil, mais que o militar. Aliás, a única ditadura que nós tivemos foi a de Vargas, que era um civil. Eu não chamo o regime militar de ditadura, chamo “militares no poder”. Se você observar, todos eles tiveram períodos certinhos, porque a imagem da ditadura incomodava. Vá lá que se tivesse ditadura, mas era uma ditadura sem ditadores. Então, essa busca do sistema democrático, da abertura transparente do governo, sempre foi uma espécie de angústia para os oficiais brasileiros. Agora, não gostamos de bagunça. Quando vejo no jornal, como vi hoje, a CUT e o MST orientando e dirigindo saque a supermercado, esse negócio me dá engulhos. Porque, pelo fato de a gente andar pelo mundo, a gente vê que quanto mais desenvolvido o país, mais forte é o sentimento de preservação da ordem.

Nesse momento de transição, havia também medo, por parte dos militares, de ocorrer um “revanchismo”.

Não havia essa preocupação. Primeiro, porque nós sabemos que as Forças Armadas, junto com a Igreja, ainda são as duas instituições de maior credibilidade popular. Posso estar errado, mas acredito nisso. As pesquisas mostram que as Forças Armadas ainda têm o respeito, a credibilidade da população. Talvez por isso a gente não tivesse essa preocupação com o revanchismo. Sabíamos que devia existir. Não imaginávamos que fosse tão longe, nem tão escancarado, mas sabíamos que ia acontecer.

Veja, fiz parte de um governo que viveu um processo de decapitação política de um presidente eleito, sem que nenhum militar se arvorasse, em qualquer momento, a tolher esse processo. Nós, os três ministros, exprimíamos realmente a vontade das Forças Armadas. Disse que as Forças Armadas ansiavam por um regime de abertura, de liberdade, e nós, como ministros, representamos, naquele momento, exatamente essa aspiração. Porque, se não fosse assim, haveria pronunciamentos, cartas e atos de indisciplina, como a gente cansou de ver, anos atrás, com Aragarças, com Jacareacanga, com aquelas coisas que os militares são mestres em fazer. Ninguém das Forças Armadas levantou uma palha contra o processo de decapitação política do presidente, porque nós sabíamos que havia indícios fortes de que, se ele não fosse culpado, inocente também não mostrava ser. Então, o processo político tinha que ter andamento porque era legal; nós tínhamos que respeitar a lei.

Como os militares acompanharam o processo da Constituinte?

A Constituinte foi acompanhada pelos ministérios militares com muita atenção, muito carinho. Isso ocorreu durante a administração do brigadeiro Moreira Lima, como ministro da Aeronáutica, que indicou alguns oficiais junto a um grupo de assessores militares. Esse grupo era coordenado pelo Emfa, de maneira que não eram assessorias individuais, prestadas à Constituinte. Era um grupo de assessores militares que, coordenados pelo Emfa, discutiam tópicos da Constituição que diziam respeito à organização, à estrutura, à regulamentação militar.

Esse grupo sugeria, acompanhava e informava para que tivéssemos a visão geral do que ocorria. Acho que coríamos um risco grande, se fizessem uma Constituição a partir do zero. Isso era um sentimento frequente no círculo superior das Forças Armadas. Historicamente, por prudência, por sabedoria, até por exemplo de outros países, o normal seria usar da experiência anterior aqueles artigos que se mostrassem adequados à aspiração da sociedade brasileira. Nós não tínhamos nada contra a Constituinte. Apenas, o trabalho da Constituinte nos parecia numa direção algo quimérica, algo utópica, arriscada. Como, aliás, o tempo veio a provar.

Era uma heresia, segundo o julgamento de algumas pessoas, e eu me incluo entre elas, eleger uma Constituinte que seria encarregada de redigir uma nova Constituição e, depois, esse mesmo corpo se transformar, por um golpe de mágica, em Poder Legislativo. Isso, evidentemente, forçava a inclusão de uma série de aspectos corporativos e protecionistas no texto legal, de difícil modificação posterior. Então, muita gente achava — e eu também — que o ideal seria termos uma Constituinte pura e que,

feita a Constituição, elegêssemos, então, um Congresso, dentro da nova Constituição. Essa era uma opinião comum, nos meios militares, embora não absoluta, nem oficial. Era uma posição, vamos dizer, coletiva, a partir de sentimentos individuais.

Nós acompanhávamos essa evolução com uma certa preocupação e procuramos dar toda a assessoria — e é preciso fazer justiça, dizendo que nossa assessoria foi muitíssimo bem acatada, dentro do Congresso. Nós não tivemos aspectos que tivessem despertado, em setores do Congresso, uma reação corporativa contra as Forças Armadas. Não notamos nenhum sentimento de, vamos dizer, preconceito contra aspectos que colocávamos para constar do texto constitucional, porque se julgava que tínhamos experiência. Mas, posteriormente, viemos a perceber — nós e a nação inteira — que certos aspectos do texto constitucional não atendiam, realmente, àquilo que a nação precisava, e a gente está lutando até hoje para fazer as reformas, as mudanças, embora de uma maneira atropelada. Mas é uma busca permanente do melhor regulamento nacional para gerir a vida da sociedade.

Quem foram os principais assessores militares da Aeronáutica durante a Constituinte?

Não tenho todos os nomes aqui, mas sei que o brigadeiro Pavan e o brigadeiro Elislande participaram e sei que a comissão se relacionava muito bem com diferentes setores e com todos os partidos, dentro do Congresso. Não me chegou ao conhecimento nenhuma reação corporativa de um partido contra nossa presença ou nossas sugestões.

Não era mais difícil nem com os partidos de esquerda?

Não, nós tínhamos um diálogo educado com uma série de elementos da oposição: o deputado Plínio de Arruda Sampaio, o deputado José Genoíno... Eram homens de uma esquerda que, naquele momento inicial de eleição do Congresso, era considerada uma esquerda radical, mas que já era *soft*. Eles sempre tiveram a consideração de ouvir, questionar, discutir nossos argumentos.

Acho que todos aprendemos com o tempo. Não me envergonho de reafirmar que ninguém ansiava mais do que nós, das Forças Armadas, por um Estado constitucional democrático. Não estou falando em nome de todos, é claro. Podia haver elementos que, por estarem no poder, não quisessem sair, ou outros que acreditam mais na imposição da ordem pela força. Mas o sentimento generalizado dentro das Forças Armadas não era esse.

Senti isso muito vivo, porque fui dos primeiros ministros militares empossados no período da nova Constituição, promulgada em 1988. Assumimos conscientes de que o melhor para o país era um Estado de direito, com base constitucional democrática. Isso era assim ontem; isso é assim hoje — as Forças Armadas acham isso. Por quanto tempo vamos achar isso, não sei. Espero que não mude, embora muita gente no país tente fazer com que mudemos: os saques, provocação totalmente fora da lei, a dificuldade que o governo tem, por uma série de razões, de lidar com essas agressões ao Estado de direito, isso faz com que muita gente sinta saudade de um tempo em que era mais fácil coibir esse tipo de desordem. Mas não muda o espírito, dentro das Forças Armadas, de que a melhor coisa para o país é caminhar num Estado constitucional de direito democrático.

E a discussão sobre parlamentarismo ou presidencialismo? Os militares eram, em sua maioria, a favor do presidencialismo?

Não. Há inclusive um testemunho público meu. Fui entrevistado pela Marília Gabriela, naquele programa *Cara a cara*. No final, ela me perguntou: “Ministro, parlamentarismo ou presidencialismo?” Eu disse: “Parlamentarismo”. Eu pensava assim, penso assim. Acho que a tradição da cultura brasileira não facilita a implantação do regime parlamentarista entre nós, mas, dos tipos de regimes disponíveis no mundo, o parlamentarismo me parece o mais facilmente ajustável. Então, por isso, tenho a preferência — eu e muita gente dentro das Forças Armadas — pelo regime parlamentarista, sem esquecer os defeitos que todos os parlamentos têm.

Que outros pontos eram mais importantes, para os militares, na Constituição?

Por exemplo, havia um sentimento em alguns segmentos políticos do país de que na missão das Forças Armadas não constasse a de manter a ordem interna. As Forças Armadas teriam apenas a missão de defesa do território contra o inimigo externo. Nós defendíamos que o Estado precisava ter a capacidade de se defender dentro e fora. Então, chegamos a uma posição negociada, que é a que consta no texto constitucional: as Forças Armadas são, também, encarregadas da manutenção da lei e da ordem, desde que convocadas por um dos poderes constitucionais.

Sarney não interferiu em questões militares. Talvez não tivesse muita certeza de como os militares se comportariam se ele quisesse efetivamente agir como chefe.

O governo Sarney foi de transição. Primeiro, porque ele era presidente da Arena e virou vice-presidente da República pelo PMDB, o que já

o enfraquecia politicamente. Segundo, pelo seu perfil pessoal. Ele é um homem pacífico, não é um brigador. E os ministros militares ainda estavam muito fortes, porque foram os coonestadores de sua posse na presidência. O ministro Leonidas, especificamente, tinha uma posição muito forte. Os ministros Moreira Lima e Sabóia, também. Eram personalidades que tinham, além da capacidade de manobra no cenário político, uma liberdade financeira que depois foi contida com a Constituição. Esses ministros militares foram os últimos titãs de uma época de predomínio militar no cenário brasileiro.

Como se deu o convite para o sr. ser ministro?

Acho que a cogitação de minha designação para ministro nasceu em 1984, seis anos antes. Vou explicar. Em 1984, terminei meu período como adido, em Washington. É praxe, quando se termina uma função de dois anos no exterior, que a gente tenha 30 dias de férias, antes de regressar ao Brasil. Quis então ir ao Oriente Médio, com a minha mulher. Fui para Egito, Turquia, Israel e Grécia. No Egito, encontrei-me com o embaixador do Brasil, Marcos Coimbra. Eu levava uma encomenda para ele, de um amigo dele, de Washington. Ele estava oferecendo, naquela noite, uma recepção, na embaixada, para uma série de autoridades egípcias e, sabendo que eu estava ali de passagem, me convidou. Tivemos uma noite muito agradável, conversamos muito.

Cinco anos depois, em 1989, recebi um telefonema do brigadeiro Alcyr Rebelo, que tinha sido meu chefe do Estado-Maior em Manaus e em São Paulo e que seria meu chefe de gabinete, quando ministro. O brigadeiro Rebelo era o adido em Washington e no Canadá. Me ligou e disse: “Fui ao Canadá, falei com o embaixador brasileiro, Marcos Coimbra, que perguntou por você”. Alguns meses depois, o brigadeiro Rebelo me ligou, de Washington: “Recebi um telefonema do Marcos Coimbra — que não estava mais no Canadá, estava na Grécia — dizendo que quer falar com você porque ele está se licenciando da função, está indo para o Brasil, para coordenar a campanha do cunhado à presidência”. Uns 15 dias depois, recebi um telefonema do embaixador Marcos Coimbra: “Sócrates, o governador Collor quer conhecê-lo, conversar sobre a Aeronáutica”. O Collor tinha, na ocasião, 4% da preferência de voto nas pesquisas. Tivemos um encontro de duas horas e meia e ele me perguntou sobre a força. Disse o que fazia, qual era a missão, as aspirações etc. Ele simplesmente disse: “Muito obrigado, espero revê-lo nos próximos cinco anos”, quando se despediu de mim. Eu ainda pensei: o governador se enganou, ele quer dizer nos próximos cinco meses. Procurei o ministro

Moreira Lima em seguida e dei satisfação a ele dessa conversa. E não se falou mais no assunto.

Fui surpreendido, no dia 17 de janeiro de 1990, Collor já eleito, quando, às oito horas da manhã, tocou o telefone. Era o ministro Moreira Lima: “Sócrates, meus parabéns. Recebi um telefonema do presidente Collor. Ele escolheu você para ministro. Quer se encontrar com você hoje, às quatro horas da tarde, no Bolo de Noiva. Pede para não dizermos nada até que se faça o anúncio oficial”.

Sei que o presidente também conversou com o ministro Moreira Lima, que lhe levou uma lista de três nomes: o Seixas, eu e o Murilo, que era o seu chefe de gabinete. Nessa ordem, ordem de antiguidade. Nunca tive engajamento político, não tenho ligação com partido político, não tenho ascendência política. De maneira que atribuo a minha nomeação, exclusivamente, ao meu progresso profissional.

O sr. entrou numa bela encrenca, não foi?

Foi, mas devo dizer que, quando saí do governo, tive o prazer de ver toda a imprensa mundial ressaltando o papel dos três chefes militares brasileiros naquela conjuntura. Vivi dias de angústia. Aquilo machucava a gente. A mim, principalmente. Eu reagia, dizia: tem que respeitar o presidente. A gente põe na cadeia, se necessário. Mas, enquanto for presidente, tem que respeitar. E a imprensa caía em cima de mim. Acho que se o presidente não serve, a gente tira. Mas, enquanto for presidente, sua imagem deve ser preservada.

Na minha avaliação, a eleição do presidente Collor obedeceu a uma ânsia da nação por reformas. Foi o mesmo tipo de movimento que elegeu Jânio Quadros e Juscelino Kubitschek. A todos aqueles que se apresentaram como elementos que propagavam a necessidade da reforma do Estado brasileiro, a população respondeu dando seu voto. Era o homem que tinha como proposta de governo matar a inflação com um tiro, acabar com os marajás. Em suma, um discurso que corre mundo e que, se for bem pronunciado hoje, vai, de novo, levantar massas. Parte desse discurso é o que está garantindo, na minha avaliação, a popularidade do presidente atual. A estabilidade da moeda é uma coisa que “faz a cabeça” do país. O Collor foi uma proposta de reforma. E parte dos conceitos que trouxe terminaram sendo implementados. O problema da indústria automobilística, para mim, é bem claro. Tínhamos um país de 150 milhões de habitantes nas mãos de quatro multinacionais, com o mercado fechado, à disposição delas. Elas geravam 40 mil empregos, mas o carro que produ-

ziam era atrasado, grotesco, caro. E se isso mudou é porque o primeiro berro foi dado naquela ocasião.

Desde o início, o governo Collor foi ousado, polêmico. As autoridades militares se reuniam para discutir a crise que logo se instalou?

Sim, com uma frequência absolutamente anormal. Na minha casa, na casa do ministro Flores, na casa do ministro Tinoco, no meu gabinete, no gabinete do ministro Tinoco, no gabinete do ministro Flores. Nós nos reuníamos com uma frequência muito grande, exatamente para que nenhum de nós fosse surpreendido com pronunciamentos ou ações dos outros. Às vezes, eram discussões acaloradas, na busca, sempre, de conhecer intimamente o pensamento que o outro companheiro estava desenvolvendo naquele momento.

Só os três, ou mais alguém?

Normalmente, nós chamávamos o chefe do Emfa, o general Jonas e, depois, o general Veneu. Às vezes, só os três ministros militares. O Emfa, na realidade, não tem força — quem tem força são os três ministérios militares —, mas nós os chamávamos por uma questão de deferência. A presença deles, de alguma forma, atingia a autonomia do ministro do Exército, porque o chefe do Emfa não era subordinado ao ministro, e sim ao presidente da República. Então, quando a coisa era muito quente, a gente reunia só os três. E fazíamos isso com muita frequência. Era só telefonar.

O sr. disse que havia discussões acaloradas. Quais as divergências, quais as convergências?

Nós discutíamos, basicamente, dois tipos de questões: a política e a militar. A questão militar, porque a nova estrutura constitucional, com a criação dos controles financeiros, tolheu muito a ação de todos os ministérios militares. A criação de um sistema de controle financeiro, através do Siafi, gerou a obrigatoriedade de que qualquer recurso não-orçamentário fosse orçamentado e aprovado pelo Congresso. Levava algum tempo para que a máquina burocrática dos ministérios se ajustasse a esse processo. Num sistema inflacionário como o que a gente vivia, o orçamento era uma peça de retórica. Então, os recursos extra-orçamentários, as verbas suplementares, eram muito frequentes. No passado, antes de 1988, o presidente tinha a prerrogativa de usar um recurso ou um fundo, e, quando o presidente autorizava, o Ministério da Fazenda não tinha

mais poder de controle: o recurso era repassado. Depois de 1988, as verbas extra-orçamentárias eram obrigatoriamente enviadas ao Congresso e ali aprovadas. Nós tínhamos sempre dificuldades para fazer programação orçamentária de fardamento, alimentação. O sistema militar exige a permanência no quartel, não é como num departamento civil, que fecha às 17h, todo o mundo vai embora. Num quartel, sempre há um conjunto de militares que permanece de serviço. Quando há sobreaviso ou regime de prontidão, fica o quartel inteiro. Então, tem que ter lugar para dormir, roupa de cama, alimentação, transporte. E essas verbas nem sempre vinham no volume desejado e necessário.

Nós tínhamos todo um trabalho de convencimento dos setores ligados ao assunto, para obter os recursos. Esses setores eram: primeiro, os ministérios da Fazenda e do Planejamento; depois, o Congresso, para que as comissões não fossem colocar na peça orçamentária programas que não estavam na nossa linha de continuidade administrativa. Os ministérios militares se caracterizam, ao contrário de outros ministérios, por uma linha de continuidade administrativa. No meu discurso de posse, enfatizei muito isso. Os programas da Aeronáutica duram 20, 25 anos. E há continuidade administrativa porque os altos comandos são os mesmos, de administração para administração. Fui membro do alto comando do ministro Moreira Lima, e o meu alto comando foi o mesmo do qual fiz parte. Então, os programas atendem a uma conceituação da força. O programa Dacta, por exemplo, de defesa e controle de tráfego aéreo, vem ocorrendo desde 1969.

A questão orçamentária, para nós, era muito importante. Era preciso ter uma presença muito grande dentro do Congresso. As providências que tomei no Ministério da Aeronáutica foram, basicamente, em duas áreas: elevamos de coronel para brigadeiro o nível da assessoria parlamentar e criou-se uma equipe de cinco assessores militares, chefiados por esse brigadeiro. Todos oficiais da reserva, inclusive o brigadeiro, para que a gente não tivesse que trocá-los de dois em dois anos. Esse conceito foi mantido até hoje.

Atuamos também no serviço de relações públicas. Elevou-se a chefia do nível de coronel para o de brigadeiro, dando mais prestígio à função. Eventualmente isso muda, cai para coronel, mas a função está programada para um oficial-general. O porta-voz do ministro, sendo um general, tem mais vivência, mais experiência, mais traquejo, inclusive junto à mídia. Fui ao *Bom dia, Brasil*, ao Jô Soares, à Marília Gabriela. Tínhamos a preocupação de prestar contas à nação daquilo que era feito, dos projetos que a gente queria defender e por quê. Quer dizer, havia consciência de que

era necessário tornar mais transparente o que ocorria dentro das Forças Armadas.

E havia as “vivandeiras” dos quartéis, na expressão de Castelo Branco?

Sempre há. Mas preciso ser honesto e justo. Não houve, de minha parte, pelo menos, nenhum exemplo explícito, à exceção de duas oportunidades, que eu prefiro não abordar porque são, ainda hoje, episódios de alguma nebulosidade para mim. Houve duas oportunidades em que se tentou criar um envolvimento com os ministros militares. O personagem que tentou fazer isso é clássico da história brasileira. Mas ainda não me sinto à vontade para falar disso.

Mas era alguma coisa na direção contrária ao processo de impeachment ou no sentido de apressar o desfecho? Pensou-se em uma saída à Fujimori?

É, uma coisa assim na linha Fujimori. Mas não necessariamente com o presidente, entende? Foi uma coisa nebulosa. Mais sondagem que proposta. A crise começou a se configurar mais significativamente no Brasil, primeiro, com o confisco da poupança, que gerou uma insatisfação no país inteiro. Aquele ato, o país engoliu, o Congresso engoliu, como prova de busca de soluções para o país. Lembrem-se que aquilo tudo foi aprovado pelo Congresso, um Congresso livremente eleito, que aprovou aqueles atos de violência financeira porque acreditava que era preciso conduzir o país numa direção firme e acreditava no presidente. Mas desagradou a meio mundo, principalmente quando, mais tarde, se soube que alguns foram privilegiados.

A imagem do presidente pretendia ser a de um grande caçador de marajás: contra a corrupção, contra isso, contra aquilo. Quando foi acusado, justa ou injustamente — não quero entrar num conceito de valor —, de atos que significavam o aproveitamento de recursos públicos; quando aquilo tudo foi apresentado como um conluio de Máfia, do qual o presidente seria o grande dirigente, tudo isso gerou um estado de revolta e de insatisfação. Perdeu-se o controle. Como um carro ladeira abaixo, sem freio. Quem dirigia aquilo, na ocasião, era o Ibsen Pinheiro, que tentava apenas impedir que o veículo batesse nas árvores e nos postes. Ou seja, que não se adotasse uma linha fora da lei. E nós, militares, nos reuníamos, acompanhávamos passo a passo aquele processo, e, embora alguns episódios sugerissem que alguma coisa devia ser feita, ninguém propôs nada de concreto. Mas parecia que alguma coisa deveria ser feita para frear aquele movimento, para impedir a distorção dos fatos. Surgiam sugestões e nós abandonávamos...

Não quero ser injusto com ninguém, imaginar que alguém tenha proposto que a gente fechasse o Congresso ou que a gente fizesse do presidente o grande líder nacional, com censura. Não houve nada disso. Mas é claro que nós nos reunimos e pensamos no que fazer. Até onde ia esse processo. E sempre concluimos que havia necessidade de acompanhar o processo. Primeiro, não interferindo nele, enquanto ele se mantivesse dentro da lei e da ordem; e, segundo, mantendo a tranquilidade dentro das Forças Armadas, para que radicais não surgissem, nem de um lado nem do outro. E isso foi feito. Nós fomos felizes nessa ação de reunião periódica das forças, para dar explicação aos oficiais, pedir que chamassem os comandantes, mantivessem os comandantes informados. Sempre foi uma preocupação de, acompanhando o processo, manter a força coesa, disciplinada, à margem do processo político.

Vinham da tropa sinais de inquietação?

Alguns oficiais-generais eram mais extremados. Havia os que queriam, inclusive, que a nossa participação fosse mais intensa no Congresso, até para tirar o presidente. Esses radicais eram muito poucos, eu teria até dificuldade de nomeá-los. Mas, na realidade, estava todo mundo perplexo.

Do momento em que surgiram as primeiras denúncias até o dia do impeachment, houve um movimento crescente de apresentação de indícios de irregularidades no governo. Os senhores perceberam logo que havia fogo, que não era só fumaça?

Deixe-me descrever o processo. Na primeira fase nós tínhamos vontade — e fui instrumento disso, algumas vezes — de exigir respeito ao presidente. Tudo pode ser questionado, perguntado, investigado, mas era evidente que havia os segmentos políticos radicais, que odiavam a imagem do presidente — na linha da CUT, do PT, à forra da derrota recebida —, que eram desrespeitosos até na crítica. Aquilo nos incomodava, porque não combina com o perfil do militar, que é habituado a respeitar a imagem do comandante.

No começo eu achava — e conversávamos entre nós — que havia um exagero, uma distorção. Por exemplo, o negócio da Fiat Elba, que o presidente comprou, por Cr\$20 mil. Fizeram isso comigo também, com a minha casa. Eu morava numa casa de padrão comum, que era da Aeronáutica, e que foi apresentada como uma mansão: tiraram fotografias num certo ângulo, de modo a que o muro parecesse maior. Quer dizer, aquilo era má-fé. E fizeram isso também naquela famosa reportagem sobre a

cachoeira da Casa da Dinda. Conheço a Casa da Dinda, por dentro: era uma cachoeirinha pequena, mas na foto parecia um negócio faraônico, das mil e uma noites. Então, a gente sabia que algo daquilo estava sendo fabricado, que o processo estava sendo conduzido de maneira a radicalizar, a criar uma dificuldade para o presidente. Depois, os fatos foram se confirmando, o número de exemplos foi crescendo, alguns que a gente, inclusive, sabia que não eram bem assim como estavam sendo apresentados pelo presidente. Isso foi-nos dando mais cautela no acompanhamento do processo e, no final, a convicção de que era necessária uma isenção total. Acho que a coisa começou pequena. O que se dizia, na ocasião, é que todo o problema tinha nascido em Maceió, com o jornal da família, que era administrado pelo Pedro, ao qual o PC tinha decidido fazer concorrência. O PC, realmente, no período de governo, se mantinha discreto, embora a gente soubesse de suas andanças. Chegavam a nós alguns boatos sobre sua atuação.

Chegavam como? Através dos órgãos de informações das Forças Armadas?

Às vezes, através das Forças Armadas, às vezes, através de depoimentos de empresários, que tinham contato periódico com a gente, às vezes, por amigos de empresários, que tinham ouvido empresários contarem histórias da atuação do PC. Mas toda vez que uma situação dessas chegava para um de nós, imediatamente, perguntávamos: “Quem foi? Que dia? Dá para botar isso num papel?” “Não, não dá para botar no papel; nós não temos prova, ninguém tem prova.” Então, aquilo criava um estado de desconforto, embora não caracterizasse ato de governo.

O presidente tinha um grupo dele, que frequentava sua casa. Era o famoso “Grupo de Pequim”: Pedro Paulo Leoni Ramos, secretário de Assuntos Estratégicos, Renan Calheiros, Luís Estevão, Paulo Otávio — esses dois não eram membros do governo, mas eram atuantes na área política, em Brasília. Esses eram o *petit comité*. O Ricardo Fiúza se aproximou do presidente no final do governo, e o general Agenor, que era o chefe do Gabinete Militar, tinha um contato permanente com o presidente e nos mantinha razoavelmente informados do estado de espírito do presidente com relação a certos assuntos. Mas o presidente não era um condutor de equipes. Não sabia formar uma equipe, tinha um grupinho particular. Ele nunca reuniu os ministros, informalmente. E nós cobrávamos isso dele: “Presidente, está na hora de fazer um churrasco, domingo de manhã, todo mundo de calça *jeans*, a gente com um copo de cerveja na mão. O sr. vai ouvir coisas, vai saber coisas, isso é importante”. A gente faz isso na vida militar. Periodicamente, os subcomandantes e o escalão do meio são

reunidos à nossa volta; deixa beber um pouco de cerveja, de chope, que saem informações que são importantes para se avaliar o estado real da tropa, da unidade.

Então, havia muitas coisas que a gente não conseguia dizer ao presidente, porque ele era um homem de difícil relacionamento. Era um homem que falava muito e ouvia pouco. Às vezes, a gente queria transmitir uma imagem: “Presidente, não é assim...” E ele: “Não, eu vou fazer diferente, vou fazer por isso etc.” Nos despachos, a gente sabia que havia uma fila de gente esperando; não era lugar para uma conversa que pudessem se prolongar. A gente tinha dificuldade de relacionamento com ele.

À medida que o processo do impeachment foi avançando, Collor não procurou ser mais simpático, se aproximar dos ministros militares, conversar?

Sim! Quando o processo do *impeachment* estava bem acelerado, houve o churrasco na Casa da Dinda, quando se reuniu uma série de ministros, políticos e artistas. Ele gostava muito de fazer aquele “governo mirim”, um governo de crianças, onde cada criança respondia por um ministério. Uma patuscada! E botava os ministros ao lado, para participarem disso. Aquilo enchia a gente. Aquele negócio de você ir para lá, para ouvir um garoto falar de Aeronáutica, o que o Ministério da Aeronáutica tinha que fazer e o que não tinha, aquilo tinha um apelo de marketing puro. Não conquistava o respeito nem a devoção dos seus ministros. No final, nos últimos dias de governo, ele pediu socorro a São Jorge, quando chamou os três ministros militares para dizer que aquilo tudo era uma grande injustiça e perguntar o que a gente podia dizer. Dissemos que o processo democrático às vezes não era justo, às vezes era doloroso, mas que nós achávamos que o Brasil precisava que o processo democrático prosseguisse na linha que vinha adotando. Ele ouviu isso com todas as letras.

O sr. acha que ele tinha alguma expectativa de que os srs. pudessem fazer outra coisa?

Eu poderia ser injusto se dissesse que achava que ele tinha vontade, mas creio que no final do processo essa esperança surgiu nele. Acho que ele tinha curiosidade de nos ouvir a esse respeito. Porque, até aquele momento, a nossa posição tinha sido de absoluta neutralidade. A posição íntima dos ministros militares era de respeito ao processo democrático. Mas nós nem declaramos isso. Nós nos declaramos afastados do processo. Nossas declarações eram todas no estilo: “a área política não é a nossa”.

Os senhores não chegaram a sugerir a ele a renúncia?

Não. Nem renúncia nós sugerimos. O general Agenor sugeriu e foi repellido.

Mas, e quando ele reunia o ministério todo? Ele não ouvia o que o ministério tinha a dizer, em relação aos fatos?

Não lembro de nenhuma reunião em que ele quisesse levar ao ministério seu problema pessoal. Ele, às vezes, soltava algumas explicações, mas sem debater o assunto; nunca permitiu debater o que estava acontecendo. A única coisa que fez foi chamar os três ministros militares, juntos, e dizer que o processo estava sendo injusto com ele, que não era nada daquilo, que a vontade popular estava sendo desrespeitada, que era uma exorbitância do Congresso e que queria nos ouvir. E nós tínhamos nos reunido antes de ir lá...

No início do governo, Collor, a exemplo do que fez ao extinguir o SNI, deu indicações de que pretendia também extinguir os órgãos de informações das Forças Armadas?

Se a minha memória não falha, não registro nenhuma tentativa, por parte do presidente, de interferir nas Forças Armadas, em relação à área de inteligência. O que nós, ministros militares, fizemos logo no início do governo foi depurar, no serviço de informações, o componente ligado à atividade política. Todos os ministérios tinham um setor de informações que funcionava vinculado ao sistema central de informações, o SNI. E os órgãos de informações militares eram, vamos dizer, satélites, embora com mais independência e, evidentemente, com muito mais liberdade que o dos ministérios civis. Mas, de certa forma, eram parte do sistema e se vinculavam, se inter-relacionavam com o sistema de informações. Ao longo do tempo, houve toda aquela distorção de penetração do sistema de informações na área política, sindical, estudantil. Em suma, o que era inicialmente programado para fazer coleta e análise de informações, e produzir ao final uma informação legitimada, tornou-se intensa atividade operacional.

Quando o sistema foi mutilado, quando o SNI foi desativado, os órgãos militares permaneceram com os seus serviços de informação, até porque o serviço de informação militar tem objetivos bem diferentes dos objetivos políticos. O serviço de informação militar existe para produzir conhecimento das atividades militares. Por isso tivemos a preocupação, no início do governo, de redimensionar o nosso serviço, primeiro ado-

tando, logo, o nome moderno da atividade, que é “inteligência”. Então, o Centro de Informações da Aeronáutica virou Centro de Inteligência da Aeronáutica. Uma modernização e um redimensionamento.

Isso aconteceu também na Marinha, no Exército, e não sei informar com precisão o quanto de monitoração política existiu nessas forças. Na Aeronáutica, tivemos a preocupação de reverter integralmente à área militar, trocando chefes, usando gente qualificada, gente formada, que se graduou na análise de dados de cada atividade. Havia, sim, uma decisão do governo de afastar a informação militar do cenário interno do país. Isso vinha sendo feito desde o governo Sarney, mas a mudança foi mais brusca no início do governo Collor. Quer dizer, o que não havia sido feito ainda, foi feito naquela ocasião, de uma vez só. As diretrizes foram muito claras, explícitas, abandonando qualquer pretensão de controle estudantil, sindical ou político. Na área da Aeronáutica, pelo menos.

Deixe-me fazer um comentário. As comunidades reagem, às vezes, de acordo com as leis da física. Na física nuclear, só se tem energia depois que o núcleo foi saturado. As corporações também reagem assim. Só a partir da saturação de uma idéia começa-se a ter respostas claras. A atividade militar de informações foi-se descaracterizando em consequência da conjuntura política que vivíamos e atingiu um ponto em que ninguém mais estava satisfeito. Ninguém tinha, talvez, a capacidade de indicar qual seria o novo caminho, mas estava todo o mundo insatisfeito com os caminhos trilhados. Por isso foi possível fazer essa transposição da área política para a área da informação militar.

Eu diria que não foi difícil para a Aeronáutica fazer isso. Sempre havia alguns que não percebiam que o momento era de mudar. Mas a corporação, como um todo, tinha consciência disso. Não encontrei dificuldade nenhuma dentro da Aeronáutica para limpar arquivos, voltar às atividades de inteligência e abandonar as de operações.

Informação militar não tem nada a ver com política partidária. Mas como, historicamente, as Forças Armadas brasileiras estiveram integradas em todos os movimentos políticos havidos no Brasil, desde o tempo do Brasil Império — a tal ponto que o primeiro tribunal criado no país, em 1808, foi o Tribunal Superior de Justiça Militar —, essa presença junto ao segmento político sempre foi muito viva. Então, quando de repente descobre-se que o país cresceu, amadureceu, já tem força para caminhar sozinho na direção de um sistema transparente, democrático, é difícil imaginar que todos os homens fardados do Brasil possam, ao mesmo tempo, aceitar isso.

Já registrei para vocês que nós, ministros militares, nos reuníamos com muita frequência, que nossa posição era de afastamento. À medida que o processo foi caminhando, nossa convicção foi-se fortalecendo. Houve um momento, inclusive, em que esse ministério chamado “dos notáveis” se reuniu para discutir se haveria renúncia coletiva — havia ministros que aceitaram, *a priori*, a culpa do presidente e não queriam continuar no governo. Nessa reunião ministerial, foi feito como que um acerto de que nós, em benefício da “governabilidade” — o termo foi, inclusive, vazado na ocasião —, nos comprometíamos, por escrito, a permanecer nos cargos até o final do processo, qualquer que fosse. Nós nos autoproclamamos condutores da governabilidade. O que é um dado político importante, porque, nesse momento, o presidente havia perdido as rédeas de comando. Ele, talvez, não tenha percebido a profundidade da crise. Mas ele, que era um homem afirmativo, determinado, nesse momento se encolheu. E nós, ministros, tivemos certa liberdade de conduzir o processo.

Num momento confuso como esse, uma informação de qualidade é um bem precioso.

Não quero falar pelo Exército, nem pela Marinha. Pela Aeronáutica, posso dizer que não havia a intenção de buscar informação política. Sabíamos que a tentativa de capturar uma informação mais íntima, nessa área, estava sujeita a uma distorção, a uma exploração desfavorável, até perigosa. Evidentemente, detalhes de informação chegavam até a gente. Nós tínhamos um Gabinete Militar funcionando na presidência, e havia uma série de oficiais que conviviam no dia-a-dia com o presidente. Então, havia sempre detalhes sobre a vida no palácio e até sobre a intimidade doméstica do presidente.

Por outro lado, a imprensa nunca foi tão invasiva como nesse período. Houve até uma matéria sobre uma missa negra na Casa da Dinda.

Exatamente. Houve uma troca de agentes. O agente do serviço de informações passou a ser o repórter. Foram dias ricos de emoção.

Depois do impeachment, como foi a saída, o apagar das luzes?

A saída foi lastimável, porque tornou-se impossível conter a massa conduzida à frente do palácio — estudantes, sindicalistas e populares, estimulados por lideranças políticas radicais, que praticamente invadiram o Palácio do Planalto e vaiaram o presidente. O presidente saiu, dirigiu-se ao helicóptero, e nós, ministros — acho que nem todos, mas mui-

tos — o acompanhamos. A partir daí ele passou a ser um cidadão, na busca de seus direitos, sem nenhum vínculo com nenhum de nós. Pelo menos comigo.

Nessa reunião final, ele não se despediu, não teve nenhuma reação mais expressiva?

Não. Assinou os atos de dispensa dos ministros. Fez questão de fazer um ato dele, demitindo todos os ministros. Nós não éramos demissionários, éramos demitidos. Mas nós, demitidos, continuamos na função, aguardando a definição do novo governo que se instalava, porque o presidente Itamar pediu quatro ou cinco dias para assumir. E o Congresso negou: “Vai assumir já, hoje”. Então, houve um momento de transição, de alguns dias, em que nós conduzíamos os assuntos, na qualidade de ministros demitidos mas ainda ministros, já que não tínhamos passado as funções. Alguns dias se passaram e eu, especificamente, cobreí do presidente Itamar uma definição. Porque era uma situação desconfortável para quem estava na função. Ou éramos reconduzidos ou éramos dispensados. E tomamos conhecimento, numa manhã, de que o presidente iria confirmar nossa continuidade no governo. O que eu achava uma inconveniência. Eu achava que, tendo em vista tudo o que ocorrera, nenhum ministro militar deveria continuar, sob pena de parecer que havia vinculação com o governo anterior ou tutela sobre o novo governo. Na minha opinião, os ministros militares estavam impedidos de prosseguir. Mas isso era a minha opinião. E também não saía apregoando. Eu comentava isso com o Flores e com o Tinoco, que eram minhas contrapartes nesse diálogo.

Mas, em outro dia, o presidente Itamar nos pediu, a mim e ao ministro Flores, para irmos ao palácio para um encontro. Não chamou o ministro Tinoco, porque eu e o ministro Flores tínhamos, talvez, mais intimidade com ele. Eu tinha toda intimidade com ele, chamava de Itamar, ele me chamava de Sócrates, porque tínhamos um relacionamento de 20 anos. Conheci o Itamar quando ele era prefeito eleito, em Juiz de Fora, e eu era tenente-coronel, chefe de uma divisão de tráfego aéreo, na antiga Diretoria de Rotas Aéreas, no Santos Dumont. Ele foi me procurar, pedindo um radiofarol para o aeroporto de Juiz de Fora. E depois de duas horas de conversa, eu mostrando que nós não tínhamos dinheiro, não tínhamos equipamento, que havia outros aeroportos mais necessitados, ele aceitou minha argumentação: a prefeitura se comprometia a botar os equipamentos, e nós íamos dar orientação técnica. E ficamos com um relacionamento muito bom. Ao longo do tempo, a gente, eventualmente, se encontrava, até que o encontrei vice-presidente, e eu, ministro.

Ele nos chamou ao palácio para dizer que, avaliando a conjuntura política com seus conselheiros e amigos, lamentava muito, mas achava que não era conveniente a nossa permanência no governo, com o que nós concordamos, na hora. Nos convidou para participar do governo em outras funções. Agradei, disse que precisava de um tempo, mas que não recusava apoio ao governo dele. Meu pai estava doente no Rio, nessa ocasião, e eu queria também um tempo para me desvincular de minha presença no ministério.

Ele, então, me consultou sobre a indicação do novo ministro, brigadeiro Lôbo, ex-chefe do Estado-Maior, que há pouco havia assumido a presidência da Infraero e que era o meu indicado para os contatos com o vice-presidente. Porque, quando o presidente e o vice-presidente entraram em rota de colisão, ao longo do governo, eu não queria, como ministro, interferir na polêmica. Então, o elemento da Aeronáutica que ficou orientado para acompanhar o vice-presidente, esclarecê-lo e informá-lo de tudo, foi o chefe do Estado-Maior, o brigadeiro Lôbo. Daí essa aproximação grande do brigadeiro Lôbo com o vice-presidente Itamar. Disse que era uma escolha adequada e ele me encarregou de fazer o convite. Nessa mesma ocasião ele disse: “Então, está tudo resolvido. Você vai para a Infraero, e o Lôbo vai para o Ministério da Aeronáutica”. Agradei, mas declinei a oportunidade, porque achava que um ministro militar, naquela ocasião, precisava se preservar um pouco.

Como a oficialidade da Aeronáutica viu esse processo? O sr., como ministro, se preocupava em saber o que os quadros da sua corporação pensavam?

Sempre. Até porque muita coisa a gente não sabia. Quem menos sabe é o ministro, porque os que pensam diferente não lhe contam nada. Então, se o ministro não tiver muita cautela, só recebe informações favoráveis e positivas e pode até julgar que a totalidade pensa assim. Até onde pude detectar, havia uma espécie de incredulidade porque nos parecia que as negativas do presidente não eram muito claras, eram enroladas, como, por exemplo, aquele empréstimo no Uruguai. Em suma, não ficava muito claro para nós a inocência do presidente. Havia um certo desconforto. Então, não tivemos, nas Forças Armadas, nenhuma dificuldade em mantê-las afastadas do processo. Ao contrário, até visualizei que teria muita dificuldade se quisesse engajar a Aeronáutica a favor do presidente. A nossa posição era de perplexidade, de acompanhamento cauteloso. Todo mundo ficou estupefato. Acho que se houvesse uma convicção nacional firme de que o presidente era inocente, nós certamente teríamos discutido a conveniência de fazer alguma coisa. Mas não houve.

Gostaríamos de retomar a pergunta sobre as “vivandeiras”. O sr. disse que houve dois episódios nebulosos em que pessoas foram sondar ou propor coisas. Não sei se o sr. quer falar mais a respeito...

A obrigação de vocês é perguntar. O que eu posso dizer é o seguinte: houve um momento em que, numa reunião de *petit comité* no Gabinete Militar da Presidência, estavam os três ministros militares, o chefe da Casa Militar e três ou quatro lideranças políticas. Lembro que o ministro Ricardo Fiúza e o ministro Jorge Bornhausen estavam presentes. Discutiu-se a situação do presidente, concluiu-se que a situação estava perdida, politicamente, que o presidente não tinha saída e que a melhor saída para ele era ele renunciar e encerrar o processo, tornando menos doloroso para o país e para ele os dias futuros. Discutiu-se como levar a ele a proposta...

É bom vocês ouvirem o general Agenor. É talvez o homem mais conhecedor dos meandros internos da Presidência durante todo esse período. Ele se dedicou integralmente à atividade e teve que conquistar uma posição de respeito dentro do palácio, pelo fato de ser fardado. Naquele começo de governo, os fardados do palácio eram colocados numa posição secundária. Essa foi uma das razões pelas quais o presidente, como pessoa, não conquistou a admiração das Forças Armadas. O general Agenor levou ao presidente a nossa proposta de renúncia e foi repellido com veemência e até com agressividade. O Collor respondeu mais ou menos o seguinte: “Eu quero um general para me ajudar na batalha, não quero alguém para me indicar a rendição”. E se afastou do general Agenor durante uns dias. Isso aconteceu, talvez, uma semana antes da renúncia. Essa nossa reunião em *petit comité* lá no Gabinete Militar foi pouco comentada pela imprensa.

Outro evento nebuloso é que uma determinada figura histórica do Brasil, uma personalidade que não cito o nome porque suas razões não me ficaram claras, nos procurou como ministros militares, questionando que tipo de atuação nós imaginávamos ter. E discutiu, inclusive, a conveniência do afastamento do presidente pelos militares, da posse do vice-presidente. Essas idéias foram imediatamente repelidas. Nós estávamos absolutamente dispostos a não nos engajarmos em nenhuma ação para obter resultados políticos, tipo o 11 de novembro de 1955. Se acontecesse, seria contra a nossa vontade e sem o nosso comandamento. Isso era assunto decidido entre nós. Mas essa figura nos procurou e tentou mostrar que a gente devia acompanhar o assunto. Não houve uma proposta concreta de “façam isso” ou “façam aquilo”, mas de engajamento: “É pre-

ciso que vocês se reúnam, é preciso que vocês discutam o assunto, é preciso que vocês encontrem saídas. Nós não podemos deixar esse processo continuar, o país não pode mais sofrer”. Era uma figura histórica, e confesso que na ocasião não entendi nada. Só depois fui perceber que nós podíamos estar sendo envolvidos em alguma coisa mais complexa.

Era uma figura histórica da oposição?

Era uma figura histórica que vem do tempo de Getúlio Vargas. O Flores ou o Tinoco podem dar mais detalhes, se quiserem. Acho que seria leviandade minha, nesse momento, citar nomes, buscar coisas que não chegaram a se caracterizar, que foram tão cautelosas. É como alguém que quer sondar para alguma coisa que você sabe que não deve ser feita, mas não propõe explicitamente nada. Coloca as coisas como quem quer saber se você está realmente ciente da sua responsabilidade, de seus compromissos.

E uma solução à la Fujimori, alguém chegou a propor?

Que eu me lembre, não. Porque, na realidade, o tumulto político que o país atravessava era por culpa do presidente. Não havia convicção da inocência dele. Esse é o grande motivo para explicar uma porção de coisas. As acusações eram firmes, fortes.

Na formação militar, o aspecto moral é muito enfatizado. Além do aspecto político, havia algo também no plano moral a respeito da figura pessoal do presidente?

Nós estávamos cobertos de dúvidas sobre o comportamento ético dele. Havia uma lealdade funcional, mas havia uma tremenda insegurança pessoal em relação à pessoa física do presidente. As coisas foram explodindo, explodindo e nós éramos surpreendidos a cada dia com a imprensa, com uma coisa nova, com uma resposta que nos parecia não convincente.

E o episódio do buraco da serra do Cachimbo? Como afetou o relacionamento de Collor com os militares?

O presidente era mestre na arte de usar qualquer evento que pudesse lhe render dividendos políticos. Era um marqueteiro de primeira. Um homem muito inteligente, muito preparado, mas com uns *handicaps* que fica difícil a gente entender. No começo do governo, começaram a ressurgir notícias na imprensa sobre a existência de um buraco no Cachimbo

para fazer explodir um artefato que a imprensa chamou de bomba. Aquilo não é bomba, o que a Índia e o Paquistão estão estourando não é bomba, são artefatos nucleares, mas bomba é um estágio depois daquilo. Mas, de qualquer maneira, a imprensa começou a abordar esses assuntos, e a gente vivia pressionado porque era surpreendido a cada momento com uma coisa diferente. E, como o Campo do Cachimbo é da Aeronáutica, eu me interessei pelo assunto, pois não conhecia nada. Fiz todos os cursos da força, desempenhei as funções mais importantes na força, assumi o cargo de ministro e não sabia nada do projeto de Cachimbo. Houve um período, inclusive — no tempo do Délio —, em que o projeto, dirigido pelo brigadeiro Piva, foi conduzido com o desconhecimento do próprio ministro da Aeronáutica. O projeto era fruto daquele período em que a área nuclear era muito fechada.

Chamei o setor que conduzia os trabalhos, o pessoal do CTA, e perguntei: “Que negócio é esse de buraco lá no Cachimbo. Tem ou não tem?” No primeiro momento, me disseram: “Não tem nada, isso é onda da imprensa”. Depois: “Não é onda da imprensa, na realidade tem um buraco, sim, mas esse buraco está desativado há muito tempo, o projeto está parado”. O que era verdade. Mas o buraco existia, e eu me senti obrigado a ligar para o Flores e para o Tinoco, e dizer: “Preciso falar com vocês pessoalmente, agora”.

Os projetos nucleares da Aeronáutica e da Marinha começaram juntos. Mas depois houve discordância quanto ao processo do urânio: o almirante Othon era parte da equipe no CTA que estudava o processo de desenvolvimento do ciclo completo do urânio e defendia a tese da ultracentrifugação, que era um modelo clássico; já a Aeronáutica defendia o processo de enriquecimento a laser, que era um processo revolucionário, novo, pelo qual tínhamos conseguido atingir um estágio de 52% de enriquecimento numa primeira passada, o que era revolucionário. Então, havia duas equipes: o Othon foi para a Marinha conduzir os assuntos dele em Iperó, e a Aeronáutica continuou a pesquisar o enriquecimento por laser. Havia um grupo nosso que estudava o detonador do engenho e outro que estudava o local do teste, que era o tal buraco. A equipe do buraco foi a única que chegou ao final: fez o buraco, tampou, tudo direitinho.

Quando descobrimos isso, decidimos avisar o presidente e fomos, os três ministros militares, conversar com ele: “Presidente, a imprensa está dizendo isso, eu não sabia, mas descobri agora que é verdade. Há um buraco lá, está tampado”. E ele: “Vamos lá, depois de amanhã, com a imprensa, detonar o buraco”. E aí chamou a imprensa, foi lá, botou pá de

cal, mandou botar explosivo, aquela coisa toda, e levou os três ministros militares com ele. Aquilo desagradou profundamente às Forças Armadas porque poderia ter sido feito de uma outra forma, sem nos engajar no processo de rejeição da idéia. Nós fomos conduzidos na forma de elementos coibidos. “Vou lá fazer, vocês venham comigo, vou mostrar ao mundo, com vocês do meu lado, o que vai acontecer com o buraco que vocês fizeram.” Uma sensação de desconforto, desagrado, não pelo ato em si, porque realmente o projeto estava parado, mas pela forma, vamos dizer, de exibir a destruição do programa, quase que contra a vontade das Forças Armadas, quando não era essa a realidade.

Aquilo causou uma sensação de desconforto, até porque não havia projeto de fazer bomba, havia um projeto de detonar um artefato nuclear com o objetivo de estudar o comportamento dessa explosão no desenvolvimento do ciclo completo de enriquecimento do urânio. Essa era a idéia, inclusive porque o primeiro país que pleiteou a desnuclearização da América Latina foi o Brasil. O Itamarati pode comprovar isso oficialmente. O México levou o tema adiante, o que gerou o Tratado de Tlatelolco, que é mais rígido do que o TNP, embora permita explosões nucleares para fins pacíficos. Então, o governo brasileiro não fazia nada de mais em conduzir pesquisas destinadas a realizar um teste de um artefato nuclear, até porque havia uma emulação de competição com a Argentina, para ver quem fazia primeiro. Nós estávamos ganhando uma corrida. Mas não havia decisão de fazer bomba. Isso é importante registrar.

Detonou-se o buraco e, uma semana ou 15 dias depois, encontrei o encarregado do projeto do buraco. Era o então coronel Renato Costa Pereira: “Então, Renato, você conduziu o programa de preparação do buraco?” “É, mas o buraco que o presidente detonou não é o verdadeiro. O buraco verdadeiro continua lá inteirinho, guardadinho e tampadinho. O buraco que os senhores detonaram, para o mundo inteiro assistir, era o buraco que tinha desbarrancado, era um buraco falso, abandonado.” “Você tem certeza?” “Tenho.” Peguei o avião, fui lá, e estava lá o buraco guardado a uns 500 metros do outro. Era um buraco de um metro e meio de diâmetro, talvez, com 300 metros de profundidade, o tamanho do Pão de Açúcar em profundidade, feito com uma tecnologia própria, toda especial. Não é qualquer um que faz um buraco daqueles. Aí, corri para os outros dois ministros: “O buraco é outro. O que vou fazer? O ‘buraco era mais embaixo’, não é aquele! Quero ouvir vocês, mas vou procurar o presidente e avisar, não vou ocultar isso dele”. Ninguém sabe disso, é a primeira vez que se está falando nisso.

Mas por que foi detonado o buraco errado? Alguém, intencionalmente, quis preservar o buraco?

Não sei. Não quero ser injusto, não sei avaliar. Sei que fomos conduzidos ao buraco falso. Procurei o presidente imediatamente: “Presidente, o buraco, aquele que o sr. fez aquele carnaval, é falso”. “O quê?!” “O buraco verdadeiro continua lá guardadinho, tampadinho, preservado com lama asfáltica até em cima.” E ele: “O que o sr. sugere, ministro?” “Eu sugiro que o sr. não diga nada, não faça nada e deixe o problema comigo. Vou detonar o buraco verdadeiro.” Aí, encontrei alguma dificuldade dentro da força, mas foi feito. O próprio presidente Collor me perguntou na ocasião: “Não é melhor deixar como está e a gente esquecer o assunto?” Acho que ele, nesse momento, teve consciência de que mexer naquilo podia ser complicado politicamente. E eu respondi: “Não, nós vamos detonar o buraco, porque não tenho confiança nenhuma em manter secreto um buraco daqueles, pois aquilo foi feito por gente, por engenheiros, e amanhã um engenheiro desses ingressa no PT, e o PT resolve me pegar na esquina, sai a fotografia do buraco verdadeiro, e o sr. fica mal perante o mundo. Vamos detonar esse buraco reservadamente”. E assim foi feito.

O sr. disse que foi difícil dentro da força. Por que as pessoas não queriam detonar o buraco?

Lembre-se de que não havia ainda Mercosul, não havia uma consciência militar de que o processo nuclear realmente estivesse contido, até porque a posição oficial do governo brasileiro através do Itamarati era a de não-adesão ao TNP. Só com Fernando Henrique é que fomos aderir ao TNP, que engajou 95% dos 190 países da ONU. É um tratado discriminatório, violento, arbitrário, mas engajou o mundo no processo de contenção da proliferação nuclear. E o Brasil, em nome de um princípio doutrinário, ético, de igualdade de oportunidades, acabou ficando na companhia de Cuba, Iraque e Coreia do Norte, um grupo de países considerados não-confiáveis na área nuclear. Depois se viu que era bobagem, já que tínhamos aderido ao Tlatelolco. Mas enquanto não aderíssemos ao TNP, enquanto a gente tivesse obediência apenas ao tratado de Tlatelolco, que permitia explosões, continuavam aqueles que achavam ser importante ter o material enriquecido, ter o processo de deflagração por espoletagem desenvolvido, ter o local do teste. Aquilo foi resultado de um esforço científico muito grande, e as pessoas não queriam abrir mão. O mesmo ocorreu com o projeto Condor, de que a Argentina teve que se desfazer

publicamente enquanto o chanceler Di Tella proclamava as relações carnavais do governo argentino com o governo americano.

O sr. acha que essa resistência dentro da Aeronáutica tinha um aspecto estratégico de defesa?

Era mais um esforço científico. Na minha avaliação, era absolutamente irrelevante manter-se ou não o buraco. Porque buraco é tecnologia, e nós tínhamos as máquinas, tínhamos os engenheiros, sabíamos como fazer. Então, se não havia programa nuclear, não havia necessidade de manter o buraco escondido. E se a gente amanhã decidir mudar o programa e precisar fazer o buraco outra vez, a gente sabe onde e como fazer. Então, manter o buraco, com o risco de uma exploração, era totalmente inconveniente. De maneira que estourou-se o buraco. Se amanhã a gente quiser, faz outro.

Durante seu período à frente do ministério, qual foi a sua maior dor de cabeça, o que o incomodou mais?

É difícil dizer, várias coisas incomodaram muito. Como o processo que a imprensa adotou em relação aos ministros e à administração pública, um processo quase de linchamento. Às vezes, somos surpreendidos com falhas dentro do ministério que não deviam existir, mas existem. E os ministros são apanhados naquela posição desconfortável. Sempre fui muito falante, então não delegava a ninguém a tarefa de encontrar com a imprensa, explicar, detalhar. Por isso, também, quando havia acusações, a coisa vinha direto em cima de mim, era o Sócrates o personagem preferido. Talvez, como eu era o mais falante dos três ministros militares, eu era, vamos dizer, o alvo preferido, o *spot*, e algumas coisas incomodaram, irritaram.

O sr. sentiu esse “linchamento da imagem” em que situações?

Nesse problema da casa, por exemplo. Os repórteres invadiam os fundos da minha casa, onde havia um gramado que era área *non edificandi* — o terreno onde a casa está situada tem 20x40m. Uma revista dominical publicou meu retrato na primeira página: “Marajá do ar”. Essas coisas machucam quando a gente tem a convicção de que está tentando fazer o melhor, que não fez nada de errado, de imoral. Pode ser até, e eu reconheço isso, que algumas normas com que a gente convivia vinham de um tempo de facilidades que as autoridades de Brasília desfrutavam, como desfrutavam até hoje. Realmente, as casas são muito confortáveis, não precisavam ser tanto. Mas quando alguém é apanhado para cristo, se esse alguém tiver um pouco de sensibilidade, se aborrece. E a mim aborreceu.

ANTONIO LUIZ ROCHA VENEU

NASCEU EM 1928, em Vassouras (RJ). Concluiu o curso da Academia Militar das Agulhas Negras no final de 1948 e o da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército em março de 1964. Retornou à Eceme no final de 1965, permanecendo como instrutor até março de 1970. Serviu, em seguida, no gabinete do ministro do Exército, Orlando Geisel, como oficial de planejamento orçamentário. Em 1974, assumiu o comando do 11ª GAC, no Rio de Janeiro, função que exerceu por pouco mais de dois anos. Foi chefe do Estado-Maior da Brigada Pára-quedista em 1976 e, em 1979, cursou a Escola Superior de Guerra, de onde seguiu para o Estado-Maior do Exército. Foi promovido a general-de-brigada em 1991, a general-de-divisão em 1986 e a general-de-exército em 1990. Foi secretário de Economia e Finanças do Exército em 1990 e, entre janeiro e abril de 1991, assumiu o recém-criado Comando de Operações Terrestres. Foi chefe do Estado-Maior das Forças Armadas entre abril de 1991 e abril de 1993, durante o governo Fernando Collor e início do governo Itamar Franco. Em seguida foi, durante dois anos, assessor militar da missão brasileira junto à ONU.

Depoimento concedido a Celso Castro e Maria Celina D'Araujo em três sessões realizadas no Rio de Janeiro entre 9 e 19 de dezembro de 1997.

Como o sr. foi convidado para a chefia do Emfa?

Eu estava muito feliz na função que estava exercendo, de comandante das Operações Terrestres, do Coter, do qual fui o primeiro comandante. Estava preparando as bases para aquela organização crescer e achava que iria terminar a minha carreira militar ali, que, para mim, era o máximo da minha carreira. Quando o ministro Tinoco me convidou para ir para o Emfa, reagi. Achava que não era a minha vez, que eu não tinha perfil de político, que não queria sair do Coter... Reagi umas duas ou três vezes, mas tinha havido um problema. Um companheiro de turma, o general Romero Lepesqueur Sobrinho, que tinha sido vice-chefe do Emfa e era secretário de Ciência e Tecnologia, fora convidado para o cargo e não aceitara. Então, o ministro Tinoco ficaria numa situação difícil se eu também não aceitasse.

O ministro pode convidar para um cargo dessa importância e o oficial não aceitar?

Quando o cargo é fora do Exército, normalmente é assim. Se o indivíduo não aceitar, procura-se outro. Mas vi as dificuldades do meu amigo — o ministro Tinoco é da minha turma — e aceitei, para não lhe criar dificuldades. Não era a vez do Exército, na época, porque havia um rodízio. Era a vez da Aeronáutica.

Por que se interrompeu o rodízio?

Tenho a impressão — nunca perguntei e nunca me disseram — de que o ministro da Aeronáutica abriu mão do Emfa para colocar o brigadeiro Murilo na ONU, porque não era vez de a Aeronáutica indicar o assessor militar da ONU. A Marinha não quis preencher o cargo, porque já estava com a vice-chefia do Emfa. Então, o cargo voltou para o Exército. Saiu o Jonas, eu entrei. Foi essa a razão.

O que é considerado um prêmio maior na carreira, no caso do Exército? Ir para o EME ou para o Emfa?

Para mim era o Coter. Mas, dentro da cultura do Exército, o órgão que tem mais prestígio profissional é o Estado-Maior do Exército, porque é o órgão de planejamento central, é a culminação da capacidade profissional em matéria de planejamento e de diretrizes doutrinárias.

O EME é um cargo militar, por excelência, e o Emfa é um cargo de confiança do presidente da República.

É. A indicação para o Emfa normalmente é feita pelo ministro da força singular e o presidente aceita. No meu caso, o ministro Tinoco deve ter me indicado, porque o presidente não me conhecia. E assim fui parar no Emfa. Contra a vontade e contra o vento.

O sr. teve uma audiência com o presidente Collor, antes de assumir?

O chefe do Emfa é assessor militar imediato do presidente da República. Fui apresentado a ele, e ele me deu diretrizes, e marcamos a data da posse. Foi dia 19 de abril de 1990.

Qual era então a impressão, no meio militar, e a sua em particular, a respeito de Fernando Collor?

A impressão que dava, e acho que a que ele queria passar, era a de um indivíduo sem liames, sem compromissos com instituição nenhuma, com ar jovem, desportista, bom preparo físico, presença de espírito, raciocínio rápido, capaz de vencer aquelas pedras que se colocam no caminho de um político, por esforço próprio. Essa autoconfiança era forte, muito forte mesmo.

E em relação à área militar, ele se interessava?

Quando se candidatou, disse que prescindia de instituições como o Exército, a Igreja, os políticos. Então, pelo menos, não angariou simpatia. Eu não tinha simpatia por ele. Não votei nele no primeiro turno. Só no segundo.

Ele chamou o general Ivan de “generaleco”. Isso pegou muito mal, não?

Claro. O general Ivan é um homem de respeito, admirado no Exército pelo seu passado. Mas o Collor era assim mesmo. Quando ficava irritado com uma pessoa e queria tirá-la do caminho, não media conseqüências. Procurava arrasar logo. E assim fez com o general Ivan. O pecado do Ivan era ser chefe do SNI e, na certa, o Collor deveria ter lá uma ficha bem carregada — ele aprontou poucas e boas em Brasília, quando jovem.

As ligações do presidente com a área militar se davam mais através da Casa Militar?

Lá estava o general Agenor, um dos melhores oficiais-generais que conheci. Muito competente, muito leal. Um indivíduo fora de série. Na

maioria das vezes, na rotina, eu despachava com ele, mas tinha também, uma vez por mês, às vezes duas, despacho pessoal com o presidente.

Qual foi sua principal missão no Emfa?

Eu diria que 80% do meu trabalho era o estudo sobre vencimentos. No dia da minha posse, assumi pela manhã e às duas da tarde já fiz uma reunião que foi até às 11 da noite, para tratar do aumento de vencimentos. Eu fazia o projeto de lei de remuneração dos militares e a exposição de motivos com participação dos outros três ministros militares, porque todos tinham que estar de acordo. E era uma “parada” colocar três ministros militares de acordo: diferenças de personalidade, de enfoque... O Exército, por exemplo, se preocupava muito com o sargento, porque é o faz-tudo. O oficial orienta, planeja, cobra, fiscaliza, mas quem faz, quem põe a mão na massa é o sargento. A Marinha já se preocupava mais com o cabo, porque ali o cabo é o faz-tudo. Então, há nuances, há diferenças. O pessoal da Marinha ficava preocupadíssimo com o cabo engajado. O Exército, por exemplo, ficava preocupado com o pessoal que servia na Amazônia. Por quê? Porque as condições de vida são difíceis, não tem escola, não tem hospital, não tem comércio, embora o dinheiro lá sobre, porque o custo de vida é mais barato. Então, precisava haver um incentivo na remuneração para poder manter lá um efetivo de boas proporções. Já o efetivo da Marinha e da Aeronáutica na Amazônia é pequeno. Então, a preocupação com a Amazônia, na parte de vencimentos do seu pessoal, é menor. Em compensação, a Marinha tinha uma preocupação enorme com o efetivo que trabalhava na guarnição do Rio Grande, no Rio Grande do Sul, que para nós, do Exército, é uma guarnição ótima, não tem problema nenhum. Na Marinha, ninguém queria servir nos navios sediados no Rio Grande. Então, queriam uma gratificação de “fronteira”, uma gratificação extra.

Há muitas diferenças entre as localidades nas Forças Armadas, e era difícil obter o consenso. Quando eu conseguia um consenso — porque quem conseguia era eu —, levantava as mãos para o céu. Nós conseguimos, com esses estudos, fazer a lei de remuneração dos militares com o seguinte enfoque: havia uma defasagem na pensão das viúvas porque elas ganhavam de acordo com o soldo e, com esses reajustes que foram feitos ao longo dos anos, o soldo ficou pequenino e a gratificação ficou enorme. Então, as viúvas ganhavam muito pouco. A idéia dos ministros militares, minha inclusive, era colocar um vencimento em que o soldo fosse a parte mais importante, e a gratificação, a menos importante.

Fiz então nova proposta, que foi chamada de “soldão”,²⁴ porque eu considerava o soldo como a parte substancial dos vencimentos, e a gratificação como a parte acessória — como devia ser. A Constituição diz claramente: ninguém pode ganhar dinheiro em cima de uma atividade na qual já ganhe dinheiro. No entanto, havia gratificação no Congresso por atividade legislativa, na Polícia Militar por atividade policial, nas Forças Armadas por atividade militar... E o STF achava que estava certo, porque tem também a gratificação por atividade judiciária. Foi um artifício para deixar os vencimentos básicos com pouca expressão.

Nossa proposta foi devolvida pelo Congresso porque havia um item inconstitucional. Então, o presidente resolveu pegar um dinheiro que tinha em caixa para fazer um reajuste salarial. Deu uma parte desse dinheiro para o Emfa e outra para a Secretaria de Administração Federal fazer o reajuste dos civis, e fizemos os aumentos na ordem dos 20%, sob a forma de medida provisória que ficou valendo por 60 dias. Quando essa medida provisória, a 292, chegou ao Congresso, houve uma briga enorme, e a MP foi rejeitada porque o Legislativo e o Judiciário não estavam contemplados. Vejam bem: quando nós conseguimos chegar a um salário perto do deles, eles rejeitam. Estávamos na seguinte situação: por força da medida provisória que o Congresso derrubara, o salário de junho já tinha sido pago com aumento e o de julho estava sendo preparado. Então, o ministro da Justiça arranhou uma forma de fazer esse aumento por decreto, baseado nas leis constitucionais que estipulam que não podia haver redução de salário.

Se o salário de julho viesse sem o aumento, o sr. acha que a reação militar seria violenta?

Seria violentíssima, a exemplo do que aconteceu agora [1997] com aquela greve, aquela bagunça, da Polícia Militar de Minas Gerais. Aliás, já tinha havido um episódio semelhante em Guarapuava: um major se irritou com a falta de aumento de vencimentos e invadiu uma prefeitura em sinal de protesto.

Quando a medida provisória foi rejeitada no Congresso, qual foi a reação dos ministros militares?

Eles fizeram uma nota dizendo que era impossível fazer isso com os militares, porque todo o mundo tinha tido aumento, menos eles.

²⁴ Lei de Remuneração dos Militares, de setembro de 1991.

A imprensa chegou a comentar que os militares fizeram seu aumento à revelia e que o sr. achava que a alternativa era dar aumento ou assistir a tumultos nos quartéis.

Isso não é verdade, o aumento não foi à revelia. O presidente sempre acompanhou e sempre apoiou o trabalho que fizemos. Ele nunca ficou sem saber o que a gente fazia. Aliás, nenhum presidente ficou.

Ele foi informado de que, se não se resolvesse a situação, poderia haver tumultos?

Em todo despacho, eu lhe mostrava a defasagem salarial. Ele devia estar já irritado com a minha insistência, mas era minha função, era minha obrigação fazer isso. Cheguei a dizer: “Presidente, é melhor o sr. dar um reajuste de 1% ao mês do que ficar essa briga. Toda vez que eu chego aqui, tenho que dizer que preciso de 60% e o sr. dá 20%. É um desgaste. Se o sr. fizesse isso, no fim de seis meses teria dado 6%, e o pessoal, psicologicamente, tinha absorvido como aumento”. Ele disse: “Mas minha equipe econômica diz que não é bom, que a inflação seria incentivada”. Usava uma série de argumentações que eu respeitava porque ele era o presidente.

Depois dessa medida provisória, a votação do soldão foi tranqüila no Congresso?

Foi, porque tinha havido a rejeição da Medida Provisória nº 292 e houve uma onda grande na imprensa. A *Veja* publicou um artigo vulgar, debochado, que não é normal na imprensa. Não lembro quem fez o artigo. Assinalei em vermelho todas as vulgaridades e deboches à margem da notícia e chamei o representante da *Veja*, o Eduardo Oinegue Fuljaro, e mostrei todas as brincadeiras que eles fizeram para irritar os ministros militares: “Vocês estão criando uma notícia eivada de deboches, de ironias, de achaques contra pessoas de bem que estão, como você, trabalhando pelo Brasil”. O argumento dele: “General, quando o sr. lê um artigo em que a gente derruba os comunistas, o sr. gosta”. Eu disse: “Eu acho que a imprensa tem o papel de informar, ela não pode tomar partido; quando toma, não está sendo boa imprensa. Então, não concordo com isso que você está dizendo”. Pois bem, a vingança desse rapaz foi publicar uma reportagem inteira sobre mim, no domingo seguinte, porque eu ocupava um apartamento duplo do Emfa. Também na mesma linha de deboche. Quer dizer, isso não é imprensa! Recebi a solidariedade de todo o mundo: ministro do Exército, chefe do Gabinete Militar da Presidência, outros ministros militares.

O que o sr. fez em relação à matéria sobre o seu apartamento?

Sobre essa, eu não falei nada. A única coisa que fiz foi cancelar a assinatura que o Emfa tinha da *Veja*, que é uma revista muito bem-informada, tem informante de tudo quanto é jeito. Foi a única providência que tomei. O objetivo da imprensa era dizer que o ministro-chefe do Emfa morava em dois apartamentos. Ora, aquele apartamento duplo era do vice-chefe do Emfa, quando o ministro-chefe do Emfa morava em uma mansão na península dos Ministros. Quando o Collor assumiu, acabou-se com a destinação dessa mansão na península, e eu fui morar nesse apartamento que restou. Aliás, quando Collor assumiu, fez três coisas: acabou com as mansões de todos os ministérios; permitiu que o indivíduo que estivesse morando num apartamento em Brasília comprasse o imóvel — um troço absurdo!; acabou com o SNI — coisa que caiu na cabeça dele. Outra coisa foi cortar a poupança. Foi outra bobagem. Ele fez um empréstimo forçado e pagou tudo, com correção monetária. Agora, os espertos, os juristas que andam sempre buscando furos na lei, foram atrás desse dinheiro, e teve gente que, por artigos da própria lei que cortou a poupança, conseguiu sacar seu dinheiro para pagar pessoal. Os proprietários de ônibus, por exemplo. Então, a Justiça permitia que várias instituições se aproveitassem para fugir ao empréstimo compulsório.

Os ministros militares diziam que, se houvesse tumulto por causa dos salários, não poderiam controlar a tropa?

Não, nunca disseram isso. Diziam que haveria indisciplina e que eles teriam dificuldade em coibir. E quanto maior fosse o tamanho da indisciplina, maior dificuldade eles teriam. Então, queriam evitar isso.

Até que ponto isso seria uma ameaça real ou um instrumento de pressão?

As duas coisas. Porque nós gostamos de prevenir o tumulto. Nós temos hoje [dezembro de 1997] o exemplo da greve da polícia de Minas. Permitiram que houvesse uma indisciplina daquele jeito. Para mim, a Polícia Militar foi à falência como segmento armado. Você não pode deixar uma instituição que tem poder de vida e de morte, que é o caso de quem tem as armas, chegar a um ponto daqueles. Por isso é que existe hierarquia e disciplina. Os ministros militares tinham um cuidado muito grande para não permitir isso, mas a parte que mais dói no corpo humano é o bolso. E o militar não tem direito de greve, não tem direito de contestar, não tem direito de ganhar a vida em outra profissão, a não ser os médicos militares, que têm os seus consultórios. Não se pode deixar

defasar a remuneração dos militares a tal ponto que eles prefiram ser indisciplinados a serem militares. Assim, acaba a instituição. E por isso a isonomia é importante. Por que um capitão piloto de jato recebe a mesma coisa que um ascensorista que pilota elevador? É de irritar. Não é compreensível. Por isso é preciso ter isonomia, escalonamento, uma retribuição compatível com a capacidade do indivíduo. Mas isso não acontece. Cada um dá aumentos por sua conta: o município, o estado e o Poder Judiciário, o Legislativo... Isso começa gerando irritação, passa para um estágio de protesto e pode chegar até a revolta. Foi o que aconteceu na Polícia Militar de Minas Gerais, e era isso que a gente queria evitar.

O sr. acha, então, que havia uma ameaça real de indisciplina?

Na época, não havia uma ameaça real, porque nós mostrávamos que estávamos brigando por aumento salarial. O pessoal esperava que os chefes — porque temos hierarquia e disciplina — cuidassem dos problemas. Eu informava: estamos falando com o presidente, foi encaminhado para o Congresso... Isso para mostrar que ninguém estava parado nem satisfeito. A gente acompanhava também a dificuldade de caixa do governo e queria participar do combate à inflação. Mas a gente via: o funcionário da Câmara ganhava três vezes mais para fazer a mesma coisa que um funcionário do Executivo. Ora, isso vai causando problemas dentro da instituição.

Agora, como é que a gente vai protestar? Não pode. O Bolsonaro queria fazer protesto através das famílias. Uma covardia. Pegava as mulheres, as irmãs e os filhos dos militares e botava na praça dos Três Poderes. Aparecia até mulher de general no meio da passeata. Quer dizer, a mulher pode ser indisciplinada, que não causa problema. Teve uma que me telefonou: “General Veneu, o sr. vai me desculpar, mas vou nessa passeata”. Eu sabia que o marido dela era general da ativa. Ele, em casa, não convenceu a mulher de que aquilo que estava ganhando era justo. E a mulher telefonou para mim, pedindo desculpas.

Com o “soldão”, a situação se acalmou?

Não, porque, de imediato, apenas resolveu o problema das viúvas. As viúvas ficaram satisfeitíssimas, porque o soldo foi elevado três vezes. A Lei de Remuneração teve um aumento bruto de 44%, e o líquido ficou na metade, porque a metade desse aumento ia para as despesas de manutenção de moradia, de hospital. Quem mora em casa do quartel usa uma parte do soldo para abater o aluguel da casa. Tivemos de fato 22% de aumento — o que, naquela época de inflação alta, não era nada. Quando

chegou em dezembro, tínhamos de novo o mesmo problema de reajustamento do salário.

Em 1992, não houve um novo projeto de isonomia que foi rejeitado pelo Congresso?

Não foi rejeitado, não. O Collor conseguiu uma façanha que acho difícil outro presidente conseguir. Ele conseguiu uma lei delegada para fazer isonomia. Isso depois de uma reunião com todos os líderes dos poderes da República — da Justiça, da Câmara e do Senado. Acho que foi durante a Eco-92. Essa lei delegada permitia que o presidente mexesse nas tabelas para atingir a isonomia. Esse era o desejo de todo o mundo, principalmente dos funcionários civis do Poder Executivo, porque eram as maiores vítimas. Sempre foram e continuam sendo. Então, a gente brigava por eles também. Não queríamos que houvesse uma defasagem de salários entre os poderes. Ele conseguiu esse acordo e teria até fevereiro de 1993 para terminar o trabalho de isonomia — não dava para fazer de uma vez só porque o Tesouro não agüentaria.

Nesse momento, já estava instalada a crise política do governo. O sr. acha que isso era uma estratégia pessoal do Collor para manter as Forças Armadas calmas?

Podia até ser. Ele nunca falou isso. Ele sempre escutou, sempre aceitou a isonomia.

Nessa questão salarial, o sr. tinha contatos com a equipe econômica do governo?

Tinha sempre, a gente não dava um passo na execução orçamentária sem ouvir a equipe econômica.

Como era o contato com eles?

Era tranquilo, não era difícil. Eles faziam o que queriam, mas a gente tentava arrancar alguma complacência. De fato, eles tinham um poder sobre o fluxo financeiro maior do que o nosso. Entrou o Marcílio Marques Moreira, e teve uma hora, numa reunião ministerial, que eu disse: “Olha, gente, o Ministério da Defesa não é necessário. O nosso ministro da Defesa é o Marcílio”. Foi uma risada geral. Porque, de fato, ele poderia sufocar economicamente qualquer força. Bastava cortar o fluxo de dinheiro. O orçamento podia estar em vigor, mas se o Marcílio não desse o dinheiro para a manutenção do navio, do avião ou do tanque, parava tudo.

O contato era mais fácil com Zélia ou com Marcílio?

Era igual, na parte de obter as nossas reivindicações financeiras. Ambos eram “mão fechada”, vinham com a argumentação dos problemas de caixa. Eles raciocinavam com a caixa, e tinha a turma do Tesouro, que controlava a entrada da arrecadação mês a mês. Só quando havia um pequeno aumento de caixa é que eles tinham uma sobra para dar algum aumento de remuneração geral. A outra injustiça que existe é essa: um pequeno aumento de caixa pode dar um grande aumento para o Congresso, para a Câmara e para o Senado, mas não para o funcionário público federal.

Com relação à sua atuação nessa questão, o sr. acha que teve a compreensão dos ministros militares ou houve momentos em que eles discordavam da sua condução?

Pode ser que eu esteja valorizando demais a minha atuação, mas não dava um passo no Emfa enquanto não obtivesse o consenso dos três ministros. Porque eu sabia que se não fizesse isso seria depois sabotado no Congresso, porque cada um dos ministros tem uma assessoria parlamentar, que é muito respeitada e que tem ligação fácil com os deputados e senadores. Eles não têm capacidade de aprovar, mas de impedir, têm. Sem o beneplácito de todos os ministros militares, eu não fazia nada.

Nós tínhamos preparado uma lei de pensões. Modificar as leis de pensões é a mesma coisa que modificar a lei previdenciária. No projeto de lei de pensões, eu já tinha obtido o consenso de todos os ministros militares de que as filhas solteiras deixariam de ser pensionistas depois dos 25 anos, e o artigo já estava pronto. Quando chegamos ao Palácio do Planalto para apresentar a lei de reajuste salarial, o encarregado de fazer a ligação com o presidente falou: “O presidente disse que, se as filhas dos militares saírem, manda a exposição de motivos agora para o Congresso”. Ora, como isso já estava acertado entre nós, mandei apanhar no Emfa esse artigo da lei de pensões e coloquei no projeto de lei de remuneração dos militares. Foi para o Congresso assim. Na Câmara dos Deputados, passou. Quando chegou no Senado, o ministro Passarinho recebeu pressão dos militares da reserva. E o pessoal da ativa também começou a me xingar, dizendo que eu não tinha filha solteira. No entanto eu tinha, tinha três. Pressionaram o Passarinho e ele conseguiu, no Senado, colocar a filha solteira maior de 25 anos novamente como beneficiária. E a lei de remuneração saiu assim. Pelo duro mesmo, pela Constituição, o projeto tinha que voltar para a Câmara, porque houve uma modificação no mérito. Mas não voltou.

Tenho uma coleção de selos de tanta correspondência que recebi, sobre esse assunto, de militares e de filhas que falavam através dos pais. Houve um brigadeiro, Jorge José de Carvalho, ministro do Supremo Tribunal Militar, que escreveu um artigo na *Revista do Clube Militar*, criticando o corte das pensões das filhas dos militares, dizendo que era a maior conquista da classe etc. O ministro da Marinha ficou irritado com isso e escreveu um artigo como direito de resposta. A irritação foi geral. E todo o mundo veio contra mim, não contra os ministros militares.

Houve outro problema com a lei de pensões: eu disse que só faria o que os três estivessem de acordo. A lei de pensões estava pronta, fiz a exposição de motivos e mandei para o ministro da Justiça. Mas fiz uma bobagem. Não me referi, na lei de pensão, às mudanças de benefícios para as filhas solteiras. Eu tinha colocado aquele artigo na lei de remuneração, mas não alterei esse ponto na lei de pensão. Não quis mexer em casa de marimbondo, aquilo já estava feito. O ministro da Marinha viu aquilo e disse: “Não estou de acordo. Se você mandar esta exposição, vou dizer que está em desacordo com a minha opinião”. Eu disse: “Não tem problema. Vou lá no ministro da Justiça e retiro a exposição”. Tirei o projeto de lei de pensões e disse que enquanto não chegássemos a um acordo eu não mandaria a lei.

Enquanto estive no Emfa, não mandei a lei de pensões. E as filhas solteiras continuam recebendo até hoje essa pensão, que é, mais ou menos, 1% ao dia de soldo, o que dá em torno de 30% ao mês. A viúva de general-de-exército ganhava quase tanto quanto um general da ativa. Tinha até o posto de cabo, em que a viúva do *de cujus* ganhava mais que o próprio cabo em vida. Mas parece que depois, com o aumento das gratificações, o soldo foi ficando pequeno de novo. Então, a pensão diminuiu um pouco de valor relativo.

O que o sr. acha de a lei permitir pensões para as filhas de militares?

O problema é o seguinte: a Constituição diz que todos os brasileiros são iguais, tirando as restrições previstas em lei. Então, eu sempre disse: posso fazer isso com meu filho? Porque tenho três filhas, mas tenho um filho. Posso dar uma pensão para meu filho quando eu morrer? Não. Mas por que não posso dar para o meu filho e posso dar para as minhas filhas? Não acho justo. Ou tenho direito de dar para todos ou então não dou para nenhum.

E tem ainda o caso de que algumas dessas pensionistas às vezes não casam no civil para não perderem a pensão.

Mas aí é desonestidade. Eu sei que há essas coisas, mas é falsidade ideológica. As pessoas que se passam por solteiras por um artifício legal cometem falsidade ideológica.

Vamos falar sobre a crise política do governo Collor, que começou a ganhar fôlego com as denúncias de Pedro Collor. Como isso foi batendo nos ministros militares?

Nós nos reuníamos informalmente, sempre. Todas as vezes que acontecia qualquer coisa diferente, a gente se reunia. Na lei de remuneração e nessa crise do Collor, por exemplo. E chegamos à seguinte conclusão sobre as denúncias do Pedro Collor: o problema era, nitidamente, político. A gente conversava com o presidente Collor e ele dizia: “Isso tudo é invenção, eles querem me derrubar. Mas vou me livrar disso fácil, porque vou mostrar à nação que não tenho culpa nenhuma de crime financeiro”. Outra coisa interessante: ele não tinha as informações que o PT tinha, porque tinha esvaziado o SNI e não tinha as informações do que estavam armando contra ele.

Mas ele pediu o apoio dos militares?

Diretamente, nunca pediu. E nós, por nossa vez, sempre dissemos: “Presidente, o sr. conta com as Forças Armadas para as instituições políticas funcionarem. O sr. tem nosso apoio para se defender, mas é preciso que o sr. se defenda. As acusações são sérias e o sr. precisa ter formas de eliminá-las”. Ele disse: “Não há problema. Vou para a televisão e vou mostrar tudo”. Até falei: “Eu estou vendo a intenção do pessoal de lhe acabar como político. Não era melhor o sr. renunciar?” Então ele olhou para mim: “General Veneu. Eu tenho espírito militar. Recebi o mandato do povo, fui eleito por uma grande maioria, não vou abandonar o barco. Vou me defender e reverter essa situação”. E nós fizemos até uma reunião com ele para mostrar que ele tinha que se defender, que ele não podia deixar o barco correr porque o pessoal estava ganhando força, estava indo às ruas. Dia 1º de setembro, o Barbosa Lima Sobrinho e mais um advogado, o Lavagnère, entraram com o pedido de *impeachment* do presidente Collor. E no dia 2, o Ibsen Pinheiro, que era o presidente da Câmara, examinou o pedido. Eu não sei quais foram as provas que eles apresentaram. O Ibsen disse que examinou as alegações e que a Câmara resolveu aceitar a denúncia. É engraçado que, no dia 28 de setembro, aquele jor-

nalista de Brasília, o Castelo Branco, disse que os militares estavam preocupados com a presença do presidente Collor no palanque no dia 7 de setembro, o que não era verdade. Nós achávamos que as instituições estavam funcionando e não havia por que não funcionar. A Câmara e o Senado estavam abertos, o Supremo Tribunal também — eram os encarregados de examinar o *impeachment* —, e o presidente no poder podendo se defender. A Câmara dos Deputados, no dia 2 de setembro, deu um prazo para ele preparar a defesa até o dia 15 de outubro.

Quando chegou o dia 30 de setembro, Collor recebeu a informação da Câmara dos Deputados de que a denúncia tinha sido aceita. Então, ele ligou para o ministro da Justiça, Célio Borja, e disse: “Preparem uma comissão de transição”. Era para passar o governo ao Itamar, o vice, enquanto ele estivesse sendo processado. Ele se afastou do cargo, e nós, que éramos ministros dele, pedimos demissão. No dia 1º de outubro, entrei com um pedido de demissão da chefia do Emfa e todos os ministros militares também. E o Itamar substituiu todos, menos eu e o Mário César Flores, que foi ser o ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

O sr. conhecia o presidente Itamar?

Anteriormente ao Emfa, não. Sempre o tratei com toda a consideração como vice-presidente. E todas as vezes que o presidente Collor, que era o comandante supremo das Forças Armadas, deixava de comparecer a uma atividade militar que eu achava importante, eu pedia permissão ao Collor para convidar o Itamar. E o Collor sempre disse: “Faça isso, general”. Eu convidava, e o Itamar aceitava. Ele foi à Escola Superior de Guerra umas duas vezes e à entrega da medalha da Ordem do Mérito das Forças Armadas uma vez. Sempre substituindo o presidente. Eu dizia ao Itamar: “É uma função difícil essa de vice, porque a gente tem que trabalhar junto com o titular, não pode ser contra. A gente às vezes nem concorda, mas tem que violentar nossa opinião para poder acompanhar o titular”.

Qual sua opinião pessoal sobre Collor?

O Collor era um indivíduo de muita autoconfiança. Ele se julgava corajoso, atualizado, achava que pouca gente era tão competente como ele. Tinha uma postura de vitorioso e não acreditava que ninguém fosse vencê-lo em qualquer coisa. Até no esporte ele teria sempre uma forma de ganhar. E eu achava que ele não tinha limites, que faria qualquer coisa para ganhar. Era um indivíduo inteligente, que decidia, e sempre tratou as Forças Armadas assim. Por exemplo, num episódio de acusação de

superfaturamento na compra de fardamento, ele não levantou uma palha para defender o Tinoco. Nada, nada, nada. Outro episódio, o dos apartamentos: foi ele quem mandou vender, mas nunca tocou no assunto. Eu falava o que estava acontecendo, mas ele nunca me disse nada a respeito.

Foi também o primeiro presidente a não ir à solenidade alusiva aos mortos no combate à Intentona Comunista, na praia Vermelha. Isso não causou espécie entre os ministros?

O pessoal achava que era uma jogada dele para esvaziar a cerimônia. Ele se dava bem com a Zélia, que tinha sido comunista. No *staff* dele tinha uns três ou quatro que eram da convenção de Ibiúna.²⁵

O sr. acha que a opinião dos outros ministros militares era igual ou havia algum mais favorável ao Collor?

A opinião dos ministros militares era a opinião da disciplina e da hierarquia. Todo mundo reconhecia os defeitos dele, o que ele tinha dito antes a respeito das Forças Armadas. Mas nunca negaram apoio para qualquer coisa que ele quisesse fazer.

Nesse momento final, de crise, nenhum dos ministros chegou a dizer: “Será que a gente tem que fazer alguma coisa?”

Nós nos reunimos e chegamos à conclusão de que era um problema político. Nós fizemos a revolução para ter democracia no país, e aquela era hora de a gente demonstrar que as instituições iam funcionar com a proteção das Forças Armadas, porque são as encarregadas da lei e da ordem. E dissemos isso para o presidente. Havia consenso, dos cinco: os três ministros militares, o chefe do Gabinete Militar e eu.

Essa foi a primeira grande crise política da República em que os militares não tomaram uma atitude intervencionista.

Acho que as Forças Armadas foram coerentes. Quando tiveram que se contrapor àqueles que agiam antidemocraticamente, procuraram ter mais força política, ter mais poder, para evitar que eles se aproveitassem da democracia para conseguir o que queriam pela força. Então, força e violência, nós administramos. Ninguém nesse país vai usar armas, porque nós fazemos o melhor uso. Foi preciso aumentar o poder de atuação política, tirando liberdades individuais daqueles indivíduos que pegavam

²⁵ Referência ao congresso clandestino da UNE realizado numa fazenda em Ibiúna (SP), em outubro de 1968, que resultou na prisão de mais de 1.200 estudantes.

em armas, que seqüestravam, que roubavam bancos. Então, nós tivemos que ter esses poderes extrademocráticos, vamos dizer assim, contra as liberdades individuais. Porque senão a gente ia perder a guerra. Mas no caso do Collor, não tinha nada disso.

A que se deve a mudança dos militares?

Nós não tínhamos o SNI, não sabíamos nada do que o Collor fazia. Não sabíamos nada dos negócios dos amigos dele. Quando o irmão o denunciou, foi estarrecedor! Em quem acreditar, no Collor ou no irmão? O Fernando não tinha uma postura de defender ferrenhamente a democracia. Não tinha. Ele disse que não fez nada do que o irmão falou e que ia provar. Agora, nós fizemos questão de mostrar ao Fernando e às instituições da República qual era a nossa posição: íamos defender as instituições.

O sr. falou que não havia mais o SNI para informar. Mas havia os órgãos de informações das Forças Armadas.

Pois é, mas esses órgãos são todos setoriais. O Exército tira as informações que lhe interessam para o seu funcionamento, a Marinha e a Aeronáutica também. O Emfa procura coordenar os três e tira também as informações dos adidos, que estão fora. A gente faz um quadro, mas sempre de interesse militar. Por exemplo, muitas vezes disse para o presidente Collor que estavam surgindo informações sobre combate militar ao narcotráfico na Colômbia, no Peru, na Bolívia. Os militares desses países conseguiram que as Forças Armadas combatessem o narcotráfico, e nós não queríamos que isso acontecesse com as Forças Armadas brasileiras. Nós temos a Polícia Federal para fazer isso. As informações que a gente tinha, passava para o presidente. Agora, de política, nós não buscávamos nada.

Nessa conjuntura de crise, esses órgãos de informação militar não davam uma ajuda?

Só na parte militar, não em informações políticas.

Como ficou a área de informações com o fim do SNI e a criação da SAE?

Esvaziaram o setor. O pessoal que era experiente, que tinha condições de manter o esquema funcionando, foi retirado e botaram lá gente do Collor, sem experiência. Eles tentaram mudar a feição do sistema. Ora, a informação é igual desde o tempo da Bíblia, não muda. Então, quiseram dar uma feição moderna à Escola Nacional de Informações. Quer

dizer, um modernismo bobo, porque perderam um tempo enorme, não se estruturaram, ficaram sem informações. O responsável por essa área ficou sendo o Pedro Paulo Leoni Ramos. Um rapaz muito inteligente, que se ligava muito com a gente, que veio com essa idéia de não permitir que o pessoal antigo do SNI mandasse no órgão. Houve uma reação interna, e o pessoal que era bom caiu fora. Só ficou quem não queria perder alguma vantagem. E, com isso, o serviço perdeu muito. Os órgãos de informações das Forças Armadas ficaram intactos, mas não entravam muito na parte econômica, psicológica, política.

Qual foi sua impressão, na convivência com o presidente Itamar?

De início, ele resolvia estudar as iniciativas tomadas pelo Collor com as quais não concordava. As privatizações, por exemplo, resolveu estudar novamente. O mesmo aconteceu com a transformação da Comissão Brasileira Aero-Espacial (Cobae) em Agência Espacial Brasileira. A agência de informações que o Collor queria fazer no lugar do SNI, ele também resolveu estudar. Ele era muito cauteloso, não aceitava *in limine* os trabalhos já realizados. Por exemplo, me designou para acompanhar a reunião da privatização da Companhia Siderúrgica Nacional. No que o Emfa poderia influir? Quase nada. Mas me pediu para ir lá, fui um observador para o presidente. Os únicos que criavam dificuldade para a privatização eram o Brizola e o prefeito de Volta Redonda. O resto era favorável. Então, fui ao Itamar: “Parece que está todo o mundo de acordo. O governador quer que haja uma participação maior dos operários na compra das ações, e o único que é contra é o prefeito. O resto, até o presidente da usina, é a favor”.

Em relação à área militar, ele tinha mais conhecimento ou sensibilidade que Collor?

Ele tinha conhecimento, inclusive porque tinha sido oficial da reserva, ele tirou o NPOR, Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva, em Juiz de Fora. Nesses cursos de preparação, nós mostramos o que é o Exército, então ele tinha um bom conhecimento das Forças Armadas.

Os militares são mais gratos ao Itamar do que ao Collor?

Não. Até, pelo contrário, a isonomia foi muito prejudicada pelo Itamar. Um dos privilégios do Legislativo era justamente aumentar seus salários sem consultar o governo federal. Chegou a um ponto que, quando saiu a primeira parte da isonomia, o Legislativo resolveu aumentar o seu salário

pelo computador, não houve nem lei do Congresso. Peguei os contracheques e entreguei para o Itamar: “Olha o que eles fizeram”. Isso dentro da isonomia. Então, o Itamar falou: “Entrega esse dossiê ao Maurício Correia”. Depois, veio uma gratificação de 140% de atividade militar. Aquele “soldão” ficou minimizado. A isonomia ficou mais difícil. Outra coisa, também interessante, é que o regime jurídico único, a lei de isonomia, dizia que o salário mais alto não deveria ser mais de 40 vezes o salário mais baixo. No caso das gratificações, o soldo devia ser duas vezes maior. Eram regras simples que não aconteceram.

IVAN DA SILVEIRA SERPA

NASCEU EM 1932, no Rio de Janeiro. Ingressou na Escola de Guerra Naval em 1949, tendo concluído o curso em 1952. Fez dois cursos de operações anti-submarino nos Estados Unidos, em 1960 e 1963. Entre 1966 e 1968, foi instrutor de português na Academia Naval dos Estados Unidos. Em 1973, fez o Curso de Comando e Estado-Maior da Escola Superior de Guerra e, no ano seguinte, o Curso Superior de Guerra Naval. Foi promovido a contra-almirante em 1980, a vice-almirante em 1985 e a almirante-de-esquadra em março de 1990. Foi comandante da Escola Naval (fevereiro de 1984 a abril de 1985), diretor da Diretoria de Ensino da Marinha (abril de 1985 a abril de 1986), vice-chefe do Estado-Maior da Armada (abril de 1986 a abril de 1987), comandante do 2º Distrito Naval (maio de 1987 a agosto de 1988), comandante-em-chefe da Esquadra (setembro de 1988 a abril de 1990), diretor-geral do Pessoal da Marinha (abril de 1990 a junho de 1991), comandante de Operações Navais e diretor-geral de Navegação (junho de 1991 a maio de 1992) e chefe do Estado-Maior da Armada (maio a outubro de 1992). Foi ministro da Marinha durante o governo Itamar Franco e, em seguida, durante dois anos, conselheiro militar da missão brasileira junto à ONU.

Depoimento concedido a Celso Castro e Maria Celina D'Araujo em seis sessões realizadas no Rio de Janeiro entre 9 de outubro e 5 de dezembro de 1997.

Como se deu sua indicação para ministro?

Acordei no dia 2 de outubro — o dia em que fui convidado — certo de que o ministro seria substituído, mas certo de que não seria eu. Houve uma reunião, em Brasília, que eu convoquei, como chefe do Estado-Maior da Armada, à qual compareceriam todos os almirantes-de-esquadra, e ninguém tinha recebido telefonema. Pensamos que seria convidado um outro almirante, que não havia chegado ainda em Brasília. Quando acabou a reunião, eu estava na minha sala conversando com o comandante do Corpo de Fuzileiros, quando fui chamado ao palácio. Foi a segunda vez que tive contato com o presidente. Eu tinha tido um contato com ele em 1991, quando ele foi fazer uma visita a uma fragata, como vice-presidente da República, e eu, como comandante de Operações Navais, acompanhei.

No primeiro contato com o presidente Itamar, ele lhe passou alguma diretriz?

Não. Ele tinha um gabinete ali no porão da Câmara dos Deputados. Entrei, tinha gente à beça nos corredores, cruzei com o Lélío Lobo, que estava saindo, que é meu amigo de muitos anos, nos falamos ligeiramente. No caminho, descobri que ele tinha acabado de ser convidado e entrei numa sala onde havia um sofá e duas cadeiras. Chegou o presidente, com o Fernando Henrique, que todo o mundo já sabia que seria o ministro das Relações Exteriores. Sentou, me convidou para o ministério e disse: “Olha, ministro, depois converso melhor com o sr., porque estamos numa situação difícil”. O presidente estava tendo dificuldades grandes de apoio político para formar o ministério. Havia uma corrente política que pressionava muito para que ele também renunciasse, para haver eleições. Naquela confusão, enquanto a gente falava, tinha gente entrando, saindo, enfim, era uma barafunda. Só vim efetivamente a conversar com o presidente sobre a Marinha lá pelo dia 15 de outubro, mais ou menos uma semana depois de tomar posse.

Naquele momento o presidente Itamar não estava assumindo a Presidência da República, o que só aconteceu posteriormente: estava passando a responder pelo cargo. Brigado com o presidente Collor e sem filiação político-partidária, precisava que os novos ministros o pusessem a par das atividades e problemas correntes. Dentro dessa ótica, considerei o convite um crédito de confiança e, por isso, extremamente honroso.

Em relação aos militares, ele pediu lealdade, compreensão?

Não precisava pedir. Isso aí é um resquício dos tempos em que os presidentes e os chefes militares, principalmente no Exército, encaravam

o problema de outra maneira. Em que, mais ou menos, o ministro do Exército era o tutor das instituições. Mas, felizmente, isso deixou de existir.

Como o sr. encontrou a pasta da Marinha?

Eu era o chefe do Estado-Maior da Armada, quer dizer, me cabia administrar, por delegação de competência do ministro, quase todas as atividades da força. De modo que, de uma maneira geral, sabia o que acontecia.

O sr. acha que a sua gestão foi mais de continuidade ou de mudanças em relação às anteriores?

Há um dado importante que é preciso ver. A Marinha tem uma coisa chamada Plano Diretor há 28 anos. Nós temos uma programação que todos os ministros têm que cumprir, o que dá uma continuidade. Porque senão, é aquele negócio: começou, muda até a cor do teto e da parede, a voltagem da lâmpada etc. Com o plano, o coração da administração continua sempre o mesmo. Inclusive, porque qualquer mudança tem que ter a aprovação do almirantado, porque a evolução anual do Plano Diretor ou sua projeção para os anos futuros são conversadas numa assembléia em que têm assento mais ou menos umas 10 pessoas. São reuniões trimestrais. Você nunca muda o âmago da instituição sem que haja um tempo de debate, uma concordância. Via de regra, as pessoas acabam chegando a um denominador comum. Quando não há um denominador comum, o ministro bate o martelo e assume a responsabilidade, porque é isso o que ele tem que fazer. Com isso se evita que alguém chegue de repente e resolva revolucionar as coisas.

Quando o sr. assumiu o ministério, quais foram as suas principais preocupações?

Eu achava que se precisava tocar adiante a modernização das fragatas, a remodelação do porta-aviões *Minas Gerais* e que era preciso adquirir navios de segunda mão, no exterior, para compensar o atraso do nosso plano de construção naval. Atraso esse que é devido, em grande parte, às restrições financeiras, mas em parte, também, à instabilidade administrativa e à capacidade dos nossos estaleiros. Nós precisávamos adquirir helicópteros, na Inglaterra, os *Lynx*, para melhorar nosso esquadrão de ataque e adquirir algum tipo de helicóptero nos Estados Unidos, como o SH3, para ampliar nossa atividade geral e anti-submarino. Eu tinha vindo da esquadra, do Comando de Operações Navais, então, minha sensibilidade para essas coisas talvez fosse maior. Esse era o chamado Programa de Renovação de Meios Flutuantes, PRM.

Depois, apareceram outras preocupações. Eu tinha preocupação, por exemplo, em todo o meu tempo de ministro, com o problema de vencimentos. Quando recebi o ministério, estava ganhando mil dólares por mês, pelo câmbio paralelo. Tive uma grande ajuda do presidente Itamar Franco e também do ministro do Trabalho, Walter Barelli, ao qual sou extremamente grato. Fomos a uma reunião no Ministério da Fazenda, em que o ministro, Paulo Haddad, nos entregou umas folhas de papel cheias de numerozinhos, com mil colunas e linhas, e foi avisando: “Isso aí não pode ser levado para casa”. Pensei: “Nunca vi esse troço; o que é isso?” Mas o Barelli era do Dieese e conhecia esse documento. Então, na hora, contestou uma série de coisas que estavam ali, inclusive da parte dos militares, e é por isso que sou grato a ele. Isso possibilitou que nós pudéssemos pedir um aumento, que, na realidade, veio, da ordem de 135%.

Como o sr. vê o governo Itamar?

Como já comentei, no início o presidente Itamar teve dificuldades grandes em formar o ministério. Algumas pessoas vinham quase que fazendo favor. E houve mudanças. Alguns passaram assim, meteoricamente. A realidade me parece a seguinte: o fato de o Itamar não ter partido na ocasião em que assumiu o governo fez com que não tivesse nenhum tipo de apoio político significativo. Essa dança de ministros, a dificuldade em formar o ministério, a bagunça administrativa em que o Brasil estava, o fechamento de órgãos... Por exemplo, fechou-se a Portobrás. Não estou discutindo se deveria ou não fechar, mas ela tinha atribuições na área marítima que ficaram no vazio. Fechou-se a Portobrás como se ela fosse desnecessária. Não era. Pode ser que não precisasse funcionar como autarquia, mas não se pode acabar com uma coisa e deixar suas atribuições no vazio.

Sou extremamente grato ao presidente Itamar Franco, vou morrer grato a ele. Não apenas como pessoa, mas também como presidente. Ele sempre atendeu com muita grandeza às minhas solicitações. Uma vez, logo no início do governo, saiu nos jornais que o presidente ia demitir o ministro da Marinha por haver se pronunciado contra o Ministério da Defesa. Ele estava em Juiz de Fora, acompanhando a mãe, que estava muito mal. Eu não tinha me pronunciado contra o Ministério da Defesa e tinha as gravações da entrevista que provocara essa afirmação. Quando soube que ele queria falar comigo, levei as gravações: “Presidente, antes de conversarmos a respeito, gostaria que o sr. ouvisse a gravação para ver o que falei. Eu não iria noticiar um assunto desse, agressivamente, inclusive porque o sr. nunca falou comigo a respeito”. E ele encerrou o assun-

to. Deixei as gravações com ele, mas, antes de pegar o avião, o Hargreaves me entregou de volta. Obviamente ele não ouviu.

O sr., na época, foi elogiado na imprensa por ter apresentado o melhor documento sobre os desaparecidos políticos.

O Haroldo Lima, do PCdoB baiano — ele tem a minha boa vontade pelo fato de ser baiano —, e o Aldo Rebelo foram me procurar, e aos demais ministros, para que nós elaborássemos um documento com a relação dos desaparecidos. Mandei elaborar com os dados que nós tínhamos no Cenimar. Depois foi para o ministro da Justiça, Maurício Correia, que coordenava o assunto. O documento foi mais bem elaborado não porque a Marinha tenha tido mais boa vontade — e nem sei se houve boa vontade no Exército e na Aeronáutica, porque não perguntei. Não foi isso, não. É apenas porque o Cenimar é um negócio organizado há muito tempo. Por exemplo, o nosso arquivo de Carlos Marighella remonta a 1932.

Segundo a imprensa, o relatório da Marinha mostrava que diversas pessoas tidas como desaparecidas foram, de fato, mortas depois de terem sido presas.

Isso eu não lembro, mas não tenho dúvida de que o nosso tenha sido o mais completo. Só houve dois ou três casos em que o diretor do Cenimar veio falar comigo: “Almirante, temos que botar que esse cara morreu aqui?” E eu: “Tudo bem, bota. Morreu, bota”. Foi, inclusive, um camarada que se atirou de uma janela. Era um desses casos de pessoas que se envolvem no movimento, mas que, na hora em que a coisa fica feia, o sujeito se desespera e se atira da janela. Foi um suicídio que saiu até no jornal, porque ocorreu durante o dia, ali no prédio do Ministério da Marinha. O Cenimar ocupava, no Rio de Janeiro, instalações que não estavam preparadas para receber ninguém. Mandaram ele sentar numa cadeira, a cadeira era embaixo de uma janela, a janela estava aberta, ele foi e se atirou.

Foram mandados dois documentos para o Maurício Correia. Mas não há nada fazendo referência a qualquer coisa da Aeronáutica ou a qualquer coisa do Exército, embora nós tenhamos algumas informações recebidas do Exército. Não foi isso o que nos pediram. O que nos pediram foi o que sabíamos a respeito das pessoas desaparecidas e, então, mandei dizer o que o Cenimar sabia a respeito.

Qual é a sua opinião sobre o funcionamento da Comissão dos Desaparecidos?

Acho, em primeiro lugar, que é preciso voltar bem para trás na história do Brasil e ver o seguinte: por que se tem tanta revolução? Porque tem anistia. Foram feitas revoluções de todos os tipos, e todo o mundo foi

anistiado. Vamos falar da Inconfidência Mineira. O que se fez? Pegou-se o Tiradentes para servir de exemplo, mas o resto, com algumas exceções, foi anistiado. Luís Carlos Prestes foi anistiado. Plínio Salgado e os integralistas foram também. Se não houvesse a anistia, ou seja, se os nossos *cromwells* ficassem marginais, não-cidadãos para o resto da vida, nós teríamos tido muito menos revoluções. É muito fácil fazer revolução se as pessoas sabem que nada vai lhes acontecer a longo prazo.

Agora, o que aconteceu em 1979, quando foi dada a anistia? Ela era ampla, geral e irrestrita, não era? Mas aconteceu o seguinte. No momento em que os esquerdistas envolvidos e seus simpatizantes viram que seus correligionários estavam anistiados, começou a haver um processo de desforra. Ou seja, os anistiados do lado de lá não anistiaram os anistiados do lado de cá. E as Forças Armadas estão sofrendo a consequência disso até hoje, embora as Forças Armadas não tenham participado disso institucionalmente. Sou capaz de dizer, com a maior tranquilidade, que 95% da Marinha nunca participaram de nenhuma atividade que não fosse profissional no período de 1964 até a posse do presidente Sarney. A Marinha deu um ministro das Comunicações, que foi o Euclides Quandt de Oliveira, que foi ministro até por ser genro do Góes Monteiro. E a Marinha está, de certa forma, pagando por isso.

Existem coisas absurdas sendo concedidas a essas pessoas que foram anistiadas, verdadeiros crimes que estamos sendo obrigados a contestar no Judiciário. Há, por exemplo, marinheiros que saíram da Marinha na segunda classe e que estão voltando como capitão-de-mar-e-guerra, porque um colega de turma deles que ficou e que fez carreira foi promovido a esse posto. Isso é uma coisa absolutamente revoltante e que está deixando a parcela mais humilde das nossas Forças Armadas, as praças, revoltada.

Mas a lei tem isso. Não se sabe se ele teria feito carreira; e, na dúvida, se dá o máximo que ele poderia ter conseguido. É um princípio jurídico, não?

Não é um princípio jurídico, porque não se pode fazer pela exceção. A decisão certa seria fazer pela média. Ou seja, o que a média da turma dele conseguiu? Porque o sujeito que sai da Marinha como segunda classe não passou nos exames para cabo, sargento, não fez cursos de especialização, aperfeiçoamento, não foi selecionado para suboficial, não passou no concurso de oficiais auxiliares e não foi promovido ao último posto comprovadamente por merecimento, porque a promoção ao último posto é só por merecimento. E tudo isso o juiz está achando que não vale nada, ou seja, o juiz está achando que a comissão de promoção de oficiais

pegaria esse camarada e o promoveria por merecimento, que ele passaria na primeira vez que fizesse esses concursos e esses cursos todos. Então é um pressuposto que não é, em princípio, válido. Então os que ficaram, que são a grande maioria, pensam: “Por que ficamos? A gente devia ter caído fora e feito como esses caras, porque agora todo o mundo tem carro do último tipo, tem casa não sei onde, está mandando os filhos estudarem no exterior...”.

Quantos na Marinha estão nessa situação? É muita gente?

Não sei dizer mas, sob o aspecto moral, bastaria que fosse um. São 15, 20, sei lá!

Mas, e em relação aos desaparecidos?

Em relação aos desaparecidos, é preciso atentar para o problema de forma séria, sem as manchetes dos jornais. Na grande maioria, o que são os famosos desaparecidos? São pessoas que não se sabe o que aconteceu com elas, senão não seriam desaparecidos. Há desaparecidos que se sabe que foram para o Araguaia. Foram para o Araguaia para quê? Para montar um foco de atividade revolucionária e para matar quem lhes fizesse frente. Inclusive é sabido que parte dessas pessoas, uma pequena parte evidentemente, foi justificada pelos próprios companheiros quando resolveu sair de lá. Então, para se saber de parte dos desaparecidos teríamos que pegar a relação no PCdoB. Porque houve justificação. A Marinha tem, eu li, um documento do comando revolucionário do Araguaia que prevê como serão conduzidos os justificações. Isso é uma coisa interessante de a imprensa publicar, mas não publica. Ou seja, eles estavam em guerra! E existiam pessoas que estavam envolvidas em atividades, vamos chamar subversivas, que de repente desapareceram. Algumas delas estavam envolvidas em assalto a bancos, seqüestro. Algumas dessas coisas envolveram dinheiro, e algum desse dinheiro sumiu.

Há um denominador comum para aqueles que, eventualmente, tenham morrido. Todos tinham codinome e nenhum portava identidade. Em segundo lugar, vamos supor que um corpo fosse enterrado no Araguaia. Esse corpo não tinha identificação. Não havia, na época, a menor possibilidade de que se pudesse determinar com precisão o local em que foi enterrado. Querer que, em um ambiente de guerra, um dos lados pegasse os mortos que encontrasse, procurasse identificá-los e levasse para não sei onde é exigir muito. Os dois lados teriam que ter feito isso, e ninguém vai me dizer que os guerrilheiros fizeram.

A comissão tem a preocupação de saber se a pessoa foi morta após estar em poder do Estado, se ela foi presa e morreu em seguida?

Se aconteceu isso, só aconteceu do lado de cá? Não aconteceu do lado de lá? Ou seja, se ela foi morta depois de estar nas mãos dos guerrilheiros, isso não precisa ser apurado. Morreu gente dos dois lados... Eu quero chamar a atenção que isso é unilateral. Ou seja, não se está fazendo nenhuma apuração para saber quantas vezes foi aplicado pelos guerrilheiros o código deles, o justicamento. Não se está perguntando isso.

Mas nesse caso não há direito à indenização pelo Estado.

Não, espera aí. Senão, estamos comercializando a anistia. Se é comércio o que estamos tratando, está certo. Mas não é comércio.

Estamos falando da responsabilidade do Estado por cidadãos brasileiros que desapareceram quando em poder desse mesmo Estado.

Se houve crime do Estado, houve anistia também. As pessoas que serviam ao Estado estão também anistiadas. Se o fuzileiro Zé dos Anjos matar um prisioneiro dele, isso em princípio é crime militar. Não passa daí. O Estado brasileiro não é culpado por isso, de maneira nenhuma. Da mesma maneira que o governo do estado do Rio de Janeiro não é culpado quando um policial militar mata um inocente na rua. O culpado é o policial.

O problema todo é o seguinte. Está-se fazendo a opinião pública brasileira crer que a guerrilha do Araguaia tenha sido um negócio começado pelo Estado, pelo governo brasileiro. Mas não foi. A guerrilha começou a partir do momento em que começou a morrer gente lá. Inclusive eles justicaram muita gente humilde que não quis aderir. Acontece que essas pessoas são todas humildes, não aparecem no jornal, não dão entrevista. Eu estou dizendo isso por ouvir dizer, mas não tenho prova. Apenas a pessoa que me contou merece a minha confiança. Agora, se eu fosse presidente da República e soubesse que tinham 80 camaradas, ou fosse o número que fosse, querendo criar um problema no Araguaia, eu mandava 5 mil homens para lá, bombardeava para acabar. Um governo constituído não pode aceitar isso tranqüilamente. A Inglaterra aceita o IRA? Não aceita!

Mas é diferente. Ali há um estado de direito, de liberdade democrática; nós estávamos em uma ditadura, sem liberdade de imprensa, sem liberdade de organização, com censura, prisão política, cassação...

Vamos aceitar que fosse uma ditadura, como foi a do Getúlio. O engraçado é o seguinte. Quando Getúlio dominou as revoluções, todo o

mundo achou que ele estava certo. Agora, quando o Médici dominou o negócio, todo o mundo achou que ele tinha que ser bonzinho. Não posso perder a oportunidade de falar do grande ídolo das esquerdas, o sr. Fidel Castro, que assumiu o poder através de uma revolução, implantou uma ditadura que teve o *paredón* como um de seus sustentáculos, não permite qualquer tipo de atividade política e até hoje é reverenciado pelas mesmas pessoas que contestam o direito de um governo internacionalmente reconhecido de coibir a ação de um grupo armado cujo objetivo era derrubá-lo. Alguém cobra de Fidel anistia para os presos políticos? Por que mais de 2 milhões de cubanos — quase 20% da população — se exilaram? Os exilados brasileiros não chegaram a representar 0,01% da nossa população. E não era problema de ditadura, era um problema de existir governo. Esse governo era ilegal? Não era, porque era reconhecido pelo mundo inteiro. Não havia um país que não reconhecesse o governo brasileiro, era um governo que tinha reconhecimento mundial. E o fato de não se eleger o presidente é até questionável: no tempo do Getúlio também não havia e nem havia Câmara ou Senado.

Agora, o que aconteceu, por exemplo, em 1970? O MDB cogitou da sua extinção porque tomou uma derrota nas eleições e não conseguiu nem eleger um número de deputados que permitisse fazer obstrução, adiar votação. Ninguém vai me dizer que as eleições nas grandes cidades foram fraudadas e que as eleições no interior foram mais ou menos fraudadas do que sempre foram. No tempo do Getúlio não tinha nada disso. O Getúlio ficou 15 anos, não fez eleição em lugar nenhum e fez o que fez durante o tempo todo e ninguém reclamou nada! O que há é uma reclamação que tem como alvo principal o governo Médici, mas no governo Médici o Brasil progrediu, e hoje se fala até com grande despeito do “milagre econômico”. A balança de pagamentos do Brasil em 1964, somando exportação com importação, era US\$1 milhão. Quando o Figueiredo passou o poder para o Sarney, era 40. O fato é que em 20 anos multiplicou-se por 40 o nosso comércio exterior. Não estou defendendo a revolução, não! Acho que a revolução fez muita coisa errada. O problema todo é que se está atribuindo uma responsabilidade unilateral ao sistema vigente, como se ele, pelo fato de ser considerado ilegítimo pela oposição, estivesse impedido de tomar providências para garantir a sua sobrevivência. Isso é uma coisa inaudita. Só existe no Brasil!

Mas há 144 pessoas que são brasileiras e que merecem ter um atestado de óbito. Isso é uma questão moral, não é só uma questão política.

Mas a conotação que se está dando ao problema é a seguinte: “Essas 144 pessoas foram barbaramente assassinadas pelo governo”. Nós não

estamos investigando como essas pessoas desapareceram. A comissão está partindo do princípio de que essas pessoas foram barbaramente assassinadas por tropas ou por agentes governamentais, e essas tropas ou agentes deram sumiço nessas pessoas. Então, se as pessoas estão desaparecidas, vamos identificar, saber onde elas estão? Eu estava nos Estados Unidos e, de repente, um desaparecido apareceu. Disse que estava desaparecido porque estava com medo de que os antigos companheiros o matassem. Então, é preciso verificar bem essas coisas até para poder dizer: “Fulano de tal efetivamente morreu” ou “tudo indica que ele deve ter morrido. Ele não está na Rússia, em Cuba, ele não está na Albânia” — esses eram países-refúgio dessa gente. Luís Carlos Prestes não deixa ninguém mentir. João Amazonas não deixa ninguém mentir. E, para todos os efeitos, essa gente estava desaparecida também. Eles só voltaram porque houve uma anistia.

As Forças Armadas, em geral, concordariam com essa sua hipótese?

As Forças Armadas não sei, eu estou falando por mim. Se fosse o ministro da Marinha, acharia muito bom fazer uma comissão que fosse investigar onde essa gente tinha desaparecido, e não de cara dizer: “Ele desapareceu, e pronto”. Nós estamos partindo de uma premissa que acho odiosa. Porque, de fato, o que se verifica é que os anistiados do lado de lá não querem saber de anistia para o lado de cá. Eles querem ir à forra! E é isso que as Forças Armadas brasileiras estão sofrendo. E esse clima ruim foi colocado pela forma com a qual se conduziu o processo de anistia.

A Comissão dos Desaparecidos está funcionando e já julgou uma série de casos, inclusive os de Lamarca e Marighella. E nenhum dos ministros militares pediu demissão ou falou que era inaceitável. Por outro lado, o Clube Militar, na mesma época, ficou de luto, com faixas e anúncios em jornal contra os “terroristas”. O sr. acha que, entre essas duas visões extremas, os militares...

Eu acho que estão no meio. Vamos pegar o Lamarca. O Lamarca era um capitão do Exército que por motivos de foro íntimo, que não vale nem a pena saber, resolveu desertar do Exército e se tornar um guerrilheiro. A primeira ação dele foi matar um sentinela — um menino, de serviço militar obrigatório — para roubar armamento. A partir daí, ele se tornou um guerrilheiro. Então ele tem que ser julgado como alguém — essa é a minha maneira de pensar — que, por vontade própria, se meteu em uma ação contra um governo instituído e perdeu. Se ele estivesse vivo, tinha que ser julgado pelo assassinato desse sentinela! Ou ele não precisava ser julgado porque ele era do lado de lá? Nós temos que julgar

os dois lados. Os crimes foram cometidos por indivíduos, e, no momento em que ele cometeu o crime, ele sabia perfeitamente o que estava fazendo. Ele poderia até não ter matado o rapaz, se ele preferisse de uma outra forma, mas ele quis matar. Um sentinelazinho desses, se um capitão fardado chegar e disser: “Me dá o teu fuzil”, ele dá. Vai negar isso para um capitão? Não vai!

É preciso colocar as coisas nos devidos lugares. Cogita-se só uma coisa: que o Lamarca morreu em uma ação empreendida pelo Estado para a sua captura, que a morte dele não foi perfeitamente esclarecida e que por isso a mulher dele tem direito a uma indenização. Na minha opinião, não é por aí. O que se tem que avaliar é o seguinte: a lei brasileira protege alguém que se insurja contra um governo instituído e que mate, roube, seqüestre? Não. Esse camarada, em principio, é um criminoso comum. “Ah! Mas ele foi anistiado!” Tudo bem, ele foi anistiado *a posteriori*, mas morreu antes, não é? Então vamos absolvê-lo desses crimes todos, mas ele fica sem direito de receber nada. Indenização por quê? Ele saiu do Exército porque quis! E quem ficou, qual é o direito que tem? E o Nelson Fernandes, capitão-de-mar-e-guerra, reformado de Marinha, que estava no aeroporto de Guararapes no dia em que explodiram a bomba e ficou dividido em seis partes?²⁶ E aí? A família dele não tem direito a nada também? Teve direito à aposentadoria dele. Não recebeu indenização nenhuma, porque o culpado não foi o Estado. O culpado foi o indivíduo ou o grupo que colocou a bomba. Não caberia, por equidade, que fossem identificados os culpados, pelas mesmas pessoas que hoje exigem isso do Estado? Então é uma diferença muito grande...

Temos que ter uma legislação que efetivamente apure e trate igualmente as pessoas, e não dê preferência àquelas que tomaram um tipo de atitude que a maioria, que está agora julgando o processo, não tem coragem de dizer. Eles não tinham coragem nem para não aparecer na Câmara na hora da eleição. Não tinham. “Seu” Ulysses Guimarães, por exemplo, se apresentou como o anticandidato na eleição do Geisel, não foi? E para quê? Para que o MDB não se ausentasse da Câmara, votasse nele como o anticandidato e com isso não corresse o risco de o Médici, ou no futuro o Geisel, cassar o mandato deles. É isso, pura e simplesmente. Recusaram os apartamentos gratuitos de Brasília? O mobiliário? O telefo-

²⁶ Refere-se ao atentado ocorrido contra o então ministro da Guerra Costa e Silva, no aeroporto de Guararapes, Recife, em 25 de julho de 1966, que resultou na morte do almirante Nelson Fernandes, diretor da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, e do jornalista e ex-secretário de Estado em Pernambuco Edson Régis.

ne? As passagens aéreas? Os *staffs*? Não recusaram! Aceitaram tudo! Gostaram à beça! Era cômodo? Era extremamente cômodo ser oposição.

O problema é que para julgar os governos decorrentes do movimento de 1964 a gente tem que discutir a história do Brasil, não em termos emocionais. Porque se vocês ouvirem o Brizola falar sobre a Revolução de 1964, ele não vai contar que criou em Porto Alegre, na última hora, o Sindicato dos Desempregados e o lema “Cunhado não é parente, Brizola presidente”? Quem tem mais de 35 anos se lembra de ter visto esses cartazes na rua. Aquilo não era um sujeito pregando ostensivamente a desobediência constitucional? Era! Agora, como ele se diz de esquerda... coisa que ele não é, ele é um populista de direita, amigo do Perón, como João Goulart era. É uma coisa absolutamente inconcebível. O grande escudo para qualquer tipo de atitude que o político brasileiro tome é se rotular como de esquerda, aí ele está safo. Todo o mundo tem um medo danado da esquerda.

O sr. acha que é compatível, no Brasil, existir um Estado de direito, com liberdades públicas?

Não, porque não há justiça. Eu quero dizer o seguinte: botar o Nagi Nahas na cadeia, não ficar postergando o problema do PC — que acabou morrendo, foi queima de arquivo! Isso eu não tenho prova, estou dizendo apenas de intuição, mas é evidente que foi uma queima de arquivo. Não se apura nem como ele morreu, não se consegue chegar a uma conclusão! Então, é preciso que a gente tenha uma polícia que funcione como polícia. É preciso ter uma Justiça rápida e eficaz que atenda não ao poder econômico. Mas esse negócio de prisão semi-aberta, regime aberto, isso é um negócio que não existe em lugar nenhum do mundo! Nós não somos uma Suíça. O criminoso primário tem direito a matar um! Todo brasileiro tem direito a matar uma pessoa e a ficar em regime semi-aberto! Até matar o segundo. Dois é a conta.

Então, essas coisas é que eu acho que vêm antes do que a gente pensa que é liberdade pública. Baile *funk* é liberdade pública? Torcida se digladiando no Maracanã é liberdade pública? As pessoas precisam conhecer o que é liberdade. Liberdade é o direito que todo mundo tem de exercer suas atividades, de qualquer natureza, dentro da lei, sem prejuízos a outrem. Mas o brasileiro acha que liberdade é fazer o que se quer.

Qual a saída, então?

Ah! A saída são coisas que a revolução não fez. Por exemplo, educação. Primeiro, obrigar os pais a botar os filhos na escola e botar na cadeia

o pai que não põe o filho na escola. Segundo: responsabilizar os pais pelos filhos que andam na rua. As pessoas precisam parar de fazer isso, parar de gerar criminosos. É preciso acabar com o prestígio ao crime ostensivo. Não se pode prestigiar um bicheiro só porque ele dá dinheiro para uma escola de samba. Tem que se acabar com o tráfico de drogas nas favelas. Qual a possibilidade que aquela gente que mora na favela, que é pobre, tem de levar uma vida decente? Qual é a perspectiva que um garoto que nasce em uma favela tem de fazer o curso ginásial? Ou de conseguir um emprego decente, se ele não for ser jogador de futebol? Nenhuma. Agora, a gente fica falando em liberdade. Liberdade, o que é? É o Caetano Veloso poder fazer aquelas coisas que gosta, o Chico Buarque poder dizer as baboseiras que diz e jogar futebol no campo que ele tem lá na Gávea, tomar uísque?

ZENILDO ZOROASTRO DE LUCENA

NASCEU EM 1930 em São Bento do Una (PE). Cursou a Academia Militar das Agulhas Negras entre 1948 e 1950 e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército entre 1962 e 1964. De agosto de 1968 a janeiro de 1971, serviu na missão militar brasileira no Paraguai. De volta ao Brasil, foi instrutor da Eceme e, em 1974, cursou a Escola Superior de Guerra. Em 1975, assumiu o comando do 2º Regimento de Cavalaria de Guardas, no Rio de Janeiro e, em 1977, serviu no gabinete do ministro Sílvio Frota, em Brasília, como chefe da assessoria de pessoal. Do final de 1977 a 1978, comandou a Escola Preparatória de Cadetes em Campinas. Voltou em seguida para o gabinete do ministro do Exército, general Walter Pires, onde ficou até março de 1983, quando foi promovido a general-de-brigada. Retornou a Campinas como comandante da 11ª Brigada de Infantaria Blindada. Em 1985/86, comandou a Eceme e, em 1987, foi chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Sudeste, em São Paulo. Voltou ao Rio em 1988, para assumir a Diretoria de Ensino de Formação e Aperfeiçoamento. No ano seguinte, foi para o Estado-Maior do Exército. Promovido a general-de-exército em março de 1992, ocupou ainda o Comando Militar do Leste por cerca de dois meses, antes de ser convidado pelo presidente Itamar Franco para ser ministro do Exército. Permaneceu no ministério também durante o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Foi, em seguida, nomeado conselheiro da Petrobras.

Depoimento concedido a Celso Castro e Maria Celina D'Araujo em cinco sessões realizadas no Rio de Janeiro entre 10 de março e 12 de maio de 1999.

Em 1984, o sr. estava em Campinas comandando a brigada. Como era visto o movimento das Diretas Já e a perspectiva de Tancredo vencer no Colégio Eleitoral?

Sempre houve preocupação, em certos setores do Exército, quanto ao revanchismo. Mas no seio da minha brigada não tive problema nenhum nos dois anos em que a comandeí. Havia aquelas conversas, preocupações, mas nada de grave chegava a mim. Só essas preocupações com o processo de abertura, a subida de indivíduos radicais. Ainda existem indivíduos assim, cada vez menos. E cresce nossa credibilidade no seio da população. Acho que uma das coisas importantes é esse trabalho que fazemos junto ao povo. Apesar de certos órgãos, certos indivíduos da imprensa, freqüentemente terem prazer em denegrir a nossa imagem, ela cada vez cresce mais. Nós fizemos algumas pesquisas de opinião via Ibope e vimos que o povo gosta, acredita no Exército como instituição.

O general Leonidas foi escolhido como ministro do Exército por Tancredo e permaneceu com Sarney. Os generais o viam como alguém que iria defender firmemente o Exército?

Sem dúvida. Ele foi o meu chefe imediato. Não vou dizer que seja pleno de qualidades, tem alguns defeitos, como todos nós. Um dos maiores é a vaidade. Agora, é um homem que defendeu sempre a instituição, e creio que foi de uma utilidade e felicidade incriveis. Alguém mais tímido, que não tivesse esses defeitos, não teria obtido os êxitos que ele obteve. Ele não permitiu que ocorresse com o Exército o que ocorreu com alguns vizinhos nossos. Acredito que ele tenha visto que o Exército não poderia ser responsabilizado, como já tive a oportunidade de dizer, por atos de alguns dos seus componentes.

O sr. acha que o general Leonidas impediu que os militares fossem alvo de revanchismos?

Ele compreendeu e deu uma contribuição efetiva. Estávamos num processo de deterioração muito grande do ponto de vista não só material dos quartéis, mas na própria auto-estima dos militares. Então, penso que o general Leonidas, apoiado decisivamente pelo presidente Sarney, teve um papel importante nesse processo de pacificação, evitando que tivéssemos essas situações de desmoralização que não conduzem a nada.

Hoje na instituição não há mais ninguém que tenha participado daqueles tempos de combate. O Gleuber, o mais antigo hoje, era tenente na época, capitão talvez. Então, não podemos sacrificar uma instituição que

é tão importante, que tem tantos serviços prestados ao país, por um problema de alguns, talvez um número não muito grande em relação aos efetivos que temos. Então, para mim, isso foi um trabalho importante do general Leonidas, apoiado pelo presidente Sarney.

O sr. ficou dois anos, 1985 e 1986, como comandante da Eceme. Esse período foi tranquilo?

Tenho um anjo da guarda muito bom. Foi tranquilíssimo, começamos as mudanças na Eceme. Vou falar de mim, fico meio encabulado, mas fizemos uma boa mudança. Começamos a criar o Curso de Política, Estratégia e Alta Administração. É um curso que tem algo a mais, que não fica só no campo operacional.

O sr. passou um total de 11 anos na Eceme, como aluno, instrutor e comandante.

Participei, como major ainda, das mudanças na estrutura do Exército. No início dos anos 1970, final dos anos 1960, quando voltei do Paraguai, fui ser instrutor na escola. Tínhamos uma organização no Exército que não coincidia com aquela que estudávamos. A Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais estava mais voltada para a organização real, e a Escola de Estado-Maior, diziam, era um laboratório. Nós estudávamos até divisão pentômica — na época era moda — por causa do problema da guerra nuclear. E tínhamos uma divisão pesadíssima com apenas uma grande unidade, que era o Grupamento de Unidade Escola, fruto do acordo militar Brasil-Estados Unidos.

Os anos 1970 foram importantes porque demos uma organização ao Exército, no plano operacional, mais condizente com a realidade brasileira. Organizamos brigadas mais leves, e a Eceme começou a fazer estudos, organizando as brigadas de cavalaria, infantaria. Houve o início, vamos dizer, da mecanização, embora com um material muito antigo — uma figura muito importante nisso foi o general Reinaldo Melo de Almeida, filho do José Américo. Adquirimos um material que era de terceira ou quarta linha, mas foi um salto tecnológico de qualidade.

No comando da Eceme, continuamos reestruturando o ensino. Fiz uma campanha, ao longo da minha vida, de combate à sisudez. Acho que muitos, não digo todos, dos chefes antigos, talvez por uma herança francesa, impunham-se pela sisudez. Havia aquela idéia de que o chefe tinha que ficar distante, não chegar próximo dos seus comandados. Então, acho que influí bastante na Eceme, nessas mudanças para o sujeito não ficar no gabinete fechado, conviver mais com os oficiais, ouvir mais. Isso é

mais importante ainda do que uma mudança estrutural. É uma mudança de mentalidade.

O sr. comandava a principal escola da elite do Exército durante o governo Sarney. O sr. se preocupava em mudar o enfoque dos militares em relação à política?

Sem nenhuma dúvida. Tenho a impressão de que contribuímos bastante para diminuir essa influência. É muito difícil vencer em poucos anos. Como já falei, a primeira medida mais importante foi a do governo Castelo Branco, com os 12 anos do generalato. A limitação na permanência evitou a formação daqueles blocos que havia em volta de determinado general, que poderia ser ministro e que depois voltava para comandar uma unidade. É importantíssimo que o ministro não mais volte aos quartéis, e nós procuramos agora, na criação do Ministério da Defesa, fazer com que aqueles que comandem a força, automaticamente, no momento da nomeação, sejam transferidos para a reserva, para, fazendo uma comparação, não criarem aqueles grupos que existem em algumas polícias militares.

Foi um momento também difícil, porque dentro da Eceme havia muitos jovens maiores que haviam participado diretamente do combate à guerrilha. A formação na Aman, contra a guerrilha, fora grande. Tivemos lá a Siesp, Seção de Instrução Especial, e esses jovens maiores, na época, tiveram essa formação.

A impressão que temos às vezes é de que o oficial que está hoje na Eceme é ainda muito cético em relação às possibilidades de um governo representativo. É comum ouvir entre eles: “O problema do Brasil são os políticos. Fecha o Congresso que resolve tudo”.

Fechar Congresso talvez não, mas acredito que exista essa descrença para a maioria dos brasileiros. Não é só nossa.

Mas não é mais predominante entre os militares?

Pode ser, porque nós nos preocupamos mais, nós estudamos os problemas brasileiros, principalmente nesses cursos mais elevados que fazemos. Estudamos desde os concursos de admissão à Escola de Comando e Estado-Maior. Então, esse ceticismo pode ser até um pouquinho mais agravado. Tenho quase certeza de que ninguém acredita mais que os governos autoritários são a solução para o país. Acredito que se melhore, que se aperfeiçoe o processo político com as mudanças que se quer. Para

você ver, morei em Campinas muitos anos, tenho uma filha lá. Campinas talvez seja uma das cidades do país com nível cultural mais elevado. Agora, veja a representação política: o homem de bem, o “homem de mil”, como diz a Bíblia, normalmente não quer se expor à politicagem local. Então precisávamos aperfeiçoar um pouco esse sistema.

As Forças Armadas brasileiras têm um nível de aprovação popular maior que o do Congresso e o do Judiciário. Mas o fato de as Forças Armadas serem mais apreciadas talvez resulte de elas serem menos transparentes. Talvez se confunda aprovação com desconhecimento; quanto mais transparente é uma instituição, maior a possibilidade de ela ser criticada.

Nosso trabalho é feito junto às populações e é aí que vocês se equivocam. Nós trabalhamos junto ao povo, à massa, e não junto às elites. Qualquer coisa que fazemos, a imprensa não perdoa. E nós somos, talvez, responsáveis por isso. As pessoas esperam de nós muito mais do que aquilo que somos. Porque somos o retrato do povo brasileiro. São 200 mil homens no Exército que retratam o país. Temos de tudo. Não defendo o militar simplesmente porque é militar, *a priori*: se o major tal foi preso, se o tenente teve um problema na polícia rodoviária, não vou defender *a priori*. Nós vamos apurar. Agora, trabalhamos junto ao povo. Talvez sejamos desconhecidos nos grandes centros, principalmente do Sudeste. Mas no interior do país, ajudamos em tudo, trabalhamos na Amazônia em todos os setores, trabalhamos no Nordeste, nos batalhões. Acho que é um equívoco dizer o que vocês disseram. Claro que o Congresso fica muito mais visível, está sempre mais exposto. Mas nós também estamos expostos às críticas — talvez muito mais do que os congressistas, de quem já não se espera, por esse conceito, muita coisa. E de nós espera-se muito, pois criamos essa imagem de que devemos ser corretos — juramos tanta coisa. Esse é meu modo de ver.

Em relação à Eceme e às escolas superiores, houve uma decisão das Forças Armadas no sentido de preparar a elite militar para conviver com a democracia?

Sem dúvida. Não sei se houve nos ministérios anteriores, mas sempre trabalhei nesse sentido. Não quero ser o herói, mas fiz coisas, talvez pela sorte de estar em alguns lugares onde pudesse influir. Acho que, se não explicitamente, pelo menos implicitamente o general Leonidas também se preocupou com isso. Servi no gabinete do ministro Walter Pires, fui subchefe do gabinete um tempo e vi que o general Walter Pires era totalmente favorável à abertura e era de uma fidelidade muito grande ao

presidente Figueiredo. Também, como amigo dele, acho que não acreditava em regimes fortes.

O sr. estava em São Paulo, na chefia do Estado-Maior do Comando Militar do Sudeste, na época da Assembléia Nacional Constituinte. Como o sr. acompanhou os trabalhos da Constituinte? Sentia preocupação?

Eu estava mais preocupado com o exercício do meu cargo e julgava que estávamos bem nas mãos do general Leonidas, que tem vocação natural para o diálogo, para conversar com os políticos. Ele fez uma boa amizade com o Fernando Henrique e outros senadores, como o Saturnino. O que eu acompanhava a distância era isso, não tinha interferência. Estava voltado para atividades profissionais, pois estávamos em uma situação muito ruim em termos de equipamentos. De vez em quando, você tem que criar uns estímulos, e essa foi uma das falhas do general Leonidas, que não dava muita importância para as atividades de apoio à família: fechou colégios militares, não deu importância aos hospitais.

O sr. acha que ele quis ser candidato à presidência da República?

Acho que não. Ele, como já disse, é muito vaidoso. Gosto dele, fico até sem jeito, mas tenho que dizer verdades. Vou contar um fato. Quando assumi o ministério, um amigo meu, o Coutinho, que era o homem da Secretaria de Economia e Finanças e depois foi ministro do Tribunal Militar, era quem cuidava dos recursos de nosso fundo. Fundo pequeno, não é igual ao Fundo Naval. Amigo, colega de Eceme, embora mais antigo que eu, ele me aconselhou: “Se fosse você, eu pegava esse fundo e ia guardando, reunindo, para fazer uma grande obra”. Eu lhe disse, bem na intimidade: “Mas eu não vou fazer isso, não”. Quando servia em São Paulo, o Montoro era o governador, e embora eu não fosse amigo dele, nem simpatizante, gostava de umas placas do governo dele que diziam: “A minha grande obra será a soma de pequenas obras” — creio que fosse alguma coisa para contrabater o Quércio. Na gestão do Leonidas, esses recursos do Exército foram, do nosso ponto de vista, concentrados em algumas obras faraônicas que eu chamava de “a cultura da placa de bronze”. Nunca tive a preocupação de marcar minha passagem por placas, sempre fui contrário a isso. Uma das coisas que procurei fazer na Eceme foi melhorar as instalações, e não inaugurar novas.

O sr. acha que o general Leonidas concentrou-se nisso?

Acredito que sim, não pela ambição de ser presidente, mas por aquela vaidade de deixar suas posições marcadas. Se você conversar com o

general Figueiredo, vai ver que ele diz que o Leonidas, ao invés de melhorar o HCE, o Hospital Central do Exército, construiu o estande de tiro; ao invés de melhorar não sei o quê, construiu um enorme auditório. E outro equívoco nessa administração foi que o efetivo seria aumentado. Então, hoje temos uma capacidade ociosa na Aman.

O general Leonidas não é querido pelo Exército, por ter atuado muito no sentido de evitar revanche?

Mas ninguém gosta, justamente por essa arrogância, por essa indelicadeza. Ele era capaz de chegar para você e dizer: “Te arruma”. Falava na frente de todo mundo. A gente tem que ver que, com o tipo brasileiro, tem que se ir devagar, as coisas não podem ser assim. Ele é até um pouquinho preconceituoso com nordestinos, com certas minorias. E o Exército é uma instituição democrática. Ele tolera, claro, mas todo o mundo sabe desses seus pensamentos dentro da instituição. Eu nunca temi um comando paralelo dele, embora tenha feito algumas tentativas. Eu tinha um pouquinho de intimidade com ele.

Ele fez tentativas de quê?

De exercer uma liderança sobre o Exército no princípio da minha administração como ministro. Talvez até porque fui subordinado dele. Até por gentileza, eu o consultava em algumas coisas. Por exemplo, ele fechou os colégios militares. Eu, além de reabri-los, criei outros. Mas tive a gentileza de ir à casa dele explicar as razões e como ia fazer de modo a não onerar muito. Acho que o Colégio Militar é importante, e não só para nós. E, para a imagem do Exército, precisamos ter algumas referências desse tipo.

O general Leonidas também sofria certa gozação de colegas porque levou “surra” do Lamarca no Vale da Ribeira.

Essa história eu não conheço, sinceramente. Mas dizem que ele temia até não ser promovido a general. Mas isso aí, também, há os detratores, aqueles que não gostam dele.

O sr. estava na vice-chefia do Estado-Maior do Exército no início do governo Collor.

Uma fase horrorosa. Havia alguns ministros terríveis, como o João Santana e a Zélia.

O chefe do EME, o general Antônio Joaquim Soares Moreira, trabalhou muitos anos no SNI, tinha uma experiência grande na área de informações. Nessa época, o CIE acompanhava o que acontecia? Era praticamente o único órgão de informações que havia restado, após o fim do SNI.

O CIE ainda era grande. Nós, lá no Estado-Maior, estávamos começando a querer reorientá-lo, mas havia uma certa reação do chefe por causa da subordinação do CIE ao ministro. Foi aí que nós o vinculamos ao Estado-Maior, e acho que a intenção era clara: o principal usuário do sistema devia ser o ministro, mas tinha que haver o vínculo ao Estado-Maior.

Nessa época, governo Collor, o CIE ainda tinha grande autonomia?

Não, o pessoal já estava se contendo. Aliás, o meu chefe de gabinete foi o general Tamoio Pereira das Neves, que depois serviu no governo Fernando Henrique. O Tamoio, nessa época, foi chefe do CIE. E já estava começando a mudar as coisas.

E qual foi a postura do general Mendes, quando estava no CIE?

Mendes foi o que ainda reagiu um pouco, quando eu era vice-chefe do Estado-Maior. Hoje mora em Belo Horizonte, é uma boa figura. Acho que saiu muito cedo do Exército, porque fisicamente estava muito bem. Mas a compulsória o atingiu.

Quando o sr. fala que ele reagia, era em que sentido? Ele tinha vontade de ter um acompanhamento do campo interno, da política?

Não, a reação era muito mais de subordinação. Lá dentro havia muita gente do passado, do tempo que se fazia “acompanhamento do campo religioso” etc. Eu quero lá saber o que o bispo está fazendo? Não tem, não havia interesse. Esse período do governo Collor foi muito ruim. Nós nos sentíamos lá embaixo. Eu acho que o grande papel negativo do governo Collor em relação às Forças Armadas foi deixá-las no nível mais baixo do nosso moral, da nossa auto-estima.

O Agenor foi uma figura importante porque diminuiu muito esses impactos. Gosto muito dele. É uma figura humana incrível. Acho que serviu para amaciar muita coisa, para o impacto não chegar tão forte ao Tinoco. O grande presidente, o que começou a nos ajudar a levantar, foi o Itamar. O presidente Itamar foi um chefe excelente, pois sentiu a importância de reerguer a instituição.

Havia incômodo em relação à atuação do presidente Collor, mesmo antes da questão do impeachment?

Sim. Logo na assunção, com a conduta da Zélia, por exemplo, no relacionamento com alguns dos nossos; na extinção de determinados órgãos; por ter entregue tanto poder àqueles jovens absolutamente inexperientes, como o chefe da SAE — que era até filho de um coronel, o chamado PP, Pedro Paulo Leoni Ramos.

O sr. falou do relacionamento da Zélia “com alguns dos nossos”...

Quando ela passava no aeroporto militar, por exemplo, não cumprimentava ninguém. E essas coisas começaram a ser difundidas. Votei nos dois turnos no Collor. Acho que todos o queríamos. Achávamos que fosse um jovem que revolucionaria o país.

Quando começou a série de denúncias, muita gente achava que era campanha da esquerda.

O Tinoco acreditou que fosse má intenção contra o presidente. Eu seria, vamos dizer, a principal vítima, porque era o comandante aqui do Leste nessa época. Fiquei naquele dia escutando os votos do *impeachment*, voto a voto, e pensava: se não houver o *impeachment*, pode haver uma conflagração. E eu, por uma questão de cumprimento do dever, tenho que defender o presidente, embora não acreditando nele. Aí, lá pelas tantas, lembro que alguém ligou para mim: “Não, não te preocupa, porque já está ganho”. Era um deputado amigo meu. Eu estava preocupado mesmo, porque era uma responsabilidade enorme, não sei como ia ficar o Exército, se a minha liderança seria suficiente para conter...

O general Tinoco era ministro do presidente Collor e acreditou nele.

Acreditou. Quem conhece o Tinoco, aquela figura, vamos dizer, humana, sabe que talvez, intimamente, ele não acreditasse. Mas ele procurou manter-se fiel. A única coisa que posso dizer sobre o *impeachment* foi meu receio de que não ocorresse, e eu ter que enfrentar uma turba.

Olhando para aquele período, a que o sr. atribui não ter havido uma ação militar, contra ou a favor?

O general Tinoco era um homem muito respeitado na força, por sua conduta passada, por sua maneira de ser. E mais, acredito também que, além da presença do Tinoco, do chefe, havia a profissionalização das Forças Armadas. Eu estava vendo um livro de vocês, chamado *A volta aos*

quartéis.²⁷ Mas nós nunca saímos dos quartéis. O Exército, como instituição, não teve participação efetiva na revolução em si, no período revolucionário. Nunca foi chamado a opinar sobre política econômica, social. Nós nunca saímos dos quartéis: apoiávamos governos legalmente constituídos, repito isso sempre. Acredito que a existência de chefes militares, vamos dizer, *entourages* e grupos, tinha acabado desde Castelo Branco. No Exército, hoje, não há mais possibilidade daquelas lideranças paralelas, fora da instituição. Somente os chefes legalmente constituídos é que comandam, lideram. Eu agora, por exemplo, já não tenho mais aquela liderança que tive até quatro meses atrás. Tenho bons amigos militares, talvez goze de alguma simpatia, mas não tenho nenhuma liderança sobre a instituição, que está nas mãos de quem é hoje o ministro. Acredito que tudo isso tenha contribuído para a não-ingrerência nos aspectos políticos. Por isso a minha preocupação na ocasião do *impeachment*, porque eu teria que defender um governo, embora pessoalmente não acreditasse nem simpatizasse com ele.

Foi a primeira grande crise da República em que os militares não se pronunciaram. O que de novo estava acontecendo?

É o óbvio. Depois de tantas interferências na política, era preciso que nós encaminhássemos o Exército para suas tarefas constitucionais, sem mais ingerências na política partidária no país.

Isso era uma coisa consciente, clara, para os militares da sua geração naquele momento?

Reafirmo que isso foi mais uma prova de que estávamos nesse caminho de não-intervenção na vida política, embora ainda existam pequenos núcleos, particularmente dos velhos chefes, que defendem essa idéia de que devemos ter uma participação mais ativa. Fomos procurando neutralizar aqueles grupos de oficiais da reserva: Guararapes, Inconfidência, alguma coisa no Clube Militar, em determinado momento.

Historicamente, os civis sempre procuraram muito os quartéis nos momentos de crise — o que o Castelo Branco chamava de “as vivandeiras”. Nesse momento da crise do impeachment, não havia políticos conversando com os senhores, assuntando?

Aqui no Comando Militar do Leste, nunca recebi nenhum político com esse propósito. Tenho até um amigo, que prezo, que é até um dos

²⁷ D'Araujo, Soares & Castro, 1995b.

homens, vamos dizer, radicais, de direita: o ministro Armando Falcão. Ele nunca me procurou para isso. Pelo contrário, sempre manteve distância e tenho uma boa amizade com ele desde o tempo em que foi ministro da Justiça. Nunca fui procurado, sinceramente. Não sei também se não me julgavam com prestígio suficiente.

E o seu convite para o ministério?

Eu estava no comando e fui almoçar em casa nesse dia. À hora do almoço, recebi uma ligação do presidente Itamar, através de um coronel, o Djalma Moraes, que hoje [1999] é presidente da Cemig e que sempre fora ligado ao presidente Itamar desde a prefeitura de Juiz de Fora. Eu não conhecia direito o presidente Itamar, conhecia-o ligeiramente, quando servi em Juiz de Fora e ele era um dos secretários da prefeitura. Segundo o Djalma, ele olhou o *Almanaque do Exército* e os currículos e viu lá umas boas classificações que tive ao longo da carreira, nas escolas. Eu era o segundo mais moderno. Atrás de mim só havia o general Leonel; todos os outros eram mais antigos. E ele me escolheu, e não ao Leonel, não sei por quê. O Leonel era da minha turma, meu colega. Itamar ficou preocupado, inicialmente, até com um parentesco meu, que é muito distante, com o senador Humberto Lucena, porque naquela época ele estava namorando a filha do Humberto. Vocês sabem as preocupações do Itamar, ele é um homem de uma simplicidade incrível.

O general Tinoco não havia falado para o sr.?

Não, isso é bem do presidente Itamar. Depois, durante o governo dele, tive várias dessas surpresas, pedidos de indicações. É um homem que nos prestigiou, que acreditou em nós. Sabe que temos uma boa formação, que periodicamente nos reciclamos, que estudamos os problemas brasileiros.

Quando o sr. assumiu o ministério, ele chegou a conversar sobre alguma diretriz?

Não sou daqueles que muda a posição da mesa logo que chega, embora conhecesse, mais ou menos, o Exército, pois fui vice-chefe do Estado-Maior durante quase três anos. Passei a vida toda no Exército, nunca saí dele e julguei que não devia dizer nada, nas 24 horas após assumir. Então, deixei passar um mês e fiz uma diretriz inicial, que é uma pequena análise da conjuntura, mais para encaminhar as ações que poderíamos realizar, apesar das dificuldades econômicas. Tínhamos que atribuir algumas prioridades, sem uniformizar o Exército, em termos de equipa-

mento etc. Mas alguém, na imprensa, divulgou a diretriz como se fosse uma crítica ao presidente. Foi de uma infelicidade incrível! Quem me defendeu, aliás, perante a imprensa, foi o meu amigo senador Antônio Carlos Magalhães. Foi logo depois do encerramento de um curso em Salvador — era a primeira vez que as mulheres saíam oficiais do Exército, no quadro complementar de oficiais. O senador Antônio Carlos era governador e usou o argumento: “Como é que o ministro, que nem ficou um mês, já está querendo fazer crítica ao presidente? Vocês não leram direito essa análise”. Mas, no primeiro momento, naquela noite, o presidente Itamar acreditou. No dia seguinte, isso já estava superado.

Ainda sobre sua nomeação, os jornais da época mencionam que o general Leonel era um candidato em princípio mais cotado do que o sr., pois seria o candidato do Leonidas, do Sarney, mas não seria o candidato do alto comando.

Acho que o Leonel era cotado porque tinha amizades, comandou no Paraná... Estou falando porque o Leonel é meu amigo, meu colega de turma e de apartamento. Ele era muito ligado ao José Richa. O Leonel era muito influente. Tinha sido chefe de Estado-Maior do Leonidas, chefe de gabinete. E o general Leonidas, com quem jantei ontem, por acaso, tinha o Leonel como seu candidato. E talvez por isso — eu digo “talvez” porque não sei o que estava na cabeça do presidente Itamar —, por essas influências ou pedidos, ele tenha preferido alguém que não tivesse pedido nada. Eu não tinha nenhum padrinho no meio político. Então, talvez tenha sido essa a razão.

Quando se nomeia um ministro militar, a escolha recai em três ou quatro nomes possíveis. No caso, eram Tinoco, o sr., Leonel e o general Moreira.

Quanto ao Tinoco, acho que foi descartado, *a priori*, porque parecia uma continuação, e não por suas qualidades, pois era excelente. Mas me parece que, quando o Tinoco comandou a 4ª DE em Minas, onde o Itamar era prefeito, deputado, não me lembro, houve um pequeno atrito entre eles. Quer dizer, ele não tinha uma boa impressão do Tinoco. Além disso, havia o fato de ter sido ministro do Collor, e o Itamar não queria manter ninguém desse governo. Tirou até o Flores e o pôs na SAE. Talvez essa seja uma das razões. No caso do Moreira, era o mais antigo, mas tinha uma longa carreira na área de informações — essas coisas também pegam. Ele foi comandante da EsNI, serviu muito tempo na Agência Central do SNI, no gabinete do general Medeiros. Então, talvez isso tenha atrapalhado, pois era o mais antigo, o mais fácil. Eu estou sempre no “talvez” porque não posso ter certeza.

Quando o sr. recebeu o ministério, o CIE ainda estava inteiro?

O Tamoio já tinha começado a reorientação. Meus chefes no CIE foram o Juraszek e em seguida o Cláudio Barbosa de Figueiredo, que hoje está na Momep, aquela missão de mediação Peru-Ecuador. Nós tentamos reorientar, eliminando as pessoas que estavam há muito tempo dentro do sistema. Eram remanescentes mais na base de idéias políticas e de pessoas.

Tinham a idéia de que se devia ainda acompanhar a política interna, por exemplo?

Sim, o sistema estava todo voltado para fazer o acompanhamento de atuação de determinados partidos radicais, sindicatos, movimento religioso. Havia uma vasta documentação, eram pastas enormes. Nós liquidamos o que não interessava. Muita coisa foi destruída, mas não aquilo que prejudicasse a memória. Havia muita bobagem. Você imagina que ficava um sujeito ali reunindo tudo sobre o movimento sindical.

O sr. depois criou a Escola de Inteligência do Exército, que se localiza dentro do CIE. Ela forma exclusivamente pessoal do Exército?

Nós ajudamos também outras instituições, como a Marinha e a Aeronáutica. Há também militares estrangeiros.

E os professores?

São os oficiais do próprio centro.

Os senhores têm intercâmbio com serviços de inteligência de outros exércitos?

Nós mantemos as chamadas bilaterais com todos os países fronteiriços, ou melhor, com todos os países da América do Sul, porque temos muitos problemas comuns, então há uma troca de idéias. Com esse intercâmbio, diminuímos muito os problemas que existiam nas fronteiras, aqueles pequenos atritos. Há um conhecimento maior e os problemas ficam mais fáceis de resolver. Por exemplo, nós tivemos problemas no passado com a Colômbia, com a Venezuela, até derrubadas de aeronaves na fronteira. Esses casos, hoje, são solucionados localmente e há troca de informações.

O sr. acha que há necessidade de ter órgãos de informações em cada força? Ou, por exemplo, o Ministério da Defesa poderia, no Estado-Maior, ou no próprio ministério, ter um núcleo centralizado?

Isso aí é algo que está sendo discutido. Tem que haver integração. Agora, esses órgãos devem ser mantidos. Esses órgãos alimentam muito o

governo, não na parte política, mas na parte de relacionamento externo, de acompanhamento.

Quantos oficiais o CIE tem?

Com a escola, deve ter no máximo uns 50 oficiais.

Havia escritórios em outras cidades?

Vocês já ouviram o general Coelho Neto, que era um radical e buscou criar escritórios do CIE paralelos aos comandos de área, o que gerou muito desagrado por parte dos comandantes. Isso durou até a administração do general Leonidas. Aí é que começamos a desmobilizar os escritórios, a reorientar o sistema de informações.

Isso não se chocava com a cadeia de comando tradicional?

Completamente. Era algo paralelo. Os escritórios não chegaram nem a ser totalmente equipados e mobiliados. Havia um escritório aqui, um em São Paulo e outro em Porto Alegre, se não me engano. Eles tinham pouca gente, mas tinham prestígio. Mandeí observar a cadeia de comando, usar o canal de comando naquilo que o comandante tinha que apreciar, tomar decisões e informar. Se não o comandante ficava marginalizado. Outra coisa que fizemos foi determinar que o canal de informações se restringisse àquilo que fosse de informações.

Para a chefia do CIE, depois do Tamoio, foi o Juraszeck, que depois veio a ser o meu chefe de gabinete. Depois, o Cláudio Barbosa de Figueiredo também. Pessoas que nunca tinham servido no sistema. O propósito era exatamente esse, reorientar o sistema de informações para aquelas atividades que interessassem diretamente à força. E havia também dentro do sistema o “consta que”, esse tipo de informação. O sistema tinha que atender às necessidades de todo o Exército, e não estar somente voltado para a parte política.

Durante o governo Itamar, quais eram seus principais problemas?

O grande problema eram os salários baixíssimos, desprestígio, falta de equipamento e de apoio à família — hospitais, clubes, círculos militares, guarnições pequenas, escolas, problemas nas transferências dos filhos, pois nem sempre se encontrava facilidade para matricular novamente o jovem em um novo ambiente, em novas escolas. E diziam que o Exército estava sucateado. Realmente, estava. Mas tinha-se que eleger algumas áreas porque os recursos eram poucos. O presidente Itamar foi

um homem muito sensível a isso. Faço elogios a ele porque, realmente, tem-se que fazer justiça. Como fiz com o presidente Sarney. Foi um homem que tinha sensibilidade para essas coisas. Já o Collor não teve. Então, tivemos que atacar.

A primeira coisa com que me preocupei foi a recuperação da nossa auto-estima. Foi uma preocupação que procurei transmitir ao soldado, mal uniformizado e equipado. Uma das primeiras coisas que fiz foi comprar equipamento, melhorar a apresentação. Nós importamos cerca de 200 mil equipamentos, baratos: cintos e acessórios para uniformes e coisas que melhoraram a aparência. Vê-se que o Exército não está feio, é um Exército bonito: a forma de trajar mudou, não se anda com aqueles andrajos, cintos desfiando etc. Fez-se também uma recuperação dos equipamentos nos parques, nos arsenais, uma coisa barata. Então, ao invés de comprar no mercado interno, onde havia uma espécie de cartel, procuramos comprar no exterior, pois havia essa possibilidade, diante da abertura econômica. Comecei também a apertar os hospitais. Um dia, uma sexta-feira, cheguei de Brasília e fui direto ao HCE. Eu não ia há muitos anos. Fiquei horrorizado. Nós mudamos isso. Aquele é o maior hospital que temos. Hoje ele é razoável, acho que é uma ilha de limpeza, de arrumação, de eficiência, nessa rede de hospitais públicos brasileiros. Fiz um esforço nessa área, como uma forma de compensar os baixos salários. E nós tínhamos um bom ministro-chefe do Emfa, que era o almirante Arnaldo, que foi, até há pouco, diretor de transportes da Petrobras. Era um homem sensível. O secretário da Fazenda do governador Covas, em São Paulo, foi também um grande aliado nessa luta para melhorar um pouco os nossos vencimentos.

A sensibilidade do presidente Itamar nos abriu a possibilidade de conseguirmos uma operação de crédito externo. O presidente Fernando Henrique também me ajudou, ainda como ministro da Fazenda e, depois, como presidente. Não é grande coisa quando a gente vê algumas despesas em determinados setores, mas creio que tenha dado ao Exército um empurrão. Tive, entretanto, que evitar — como se fez no passado — elevar no Exército, simultaneamente, todas as unidades, os 200 mil homens, ao mesmo nível de adestramento, de equipamento, de armamento. Nós procuramos satisfazer aquelas necessidades primárias de uniforme, equipamento, mas, no tocante ao armamento, elegemos o que chamamos de “ilhas de modernidade”. Essas “ilhas de modernidade” visavam não só a nos mantermos não muito distanciados do que se passa no mundo, mas também a estimular os jovens, oficiais, sargentos, que se formavam. E essas “ilhas” têm uma grande capacidade de multiplicação. Quando a

gente situa as unidades, por exemplo, o grupamento de unidades-escola, aqui no Rio, vê-se que têm um efeito multiplicador grande. Pensamos também na realidade brasileira, pois não podemos ser mais ricos do que o país a que servimos.

O sr. enfatizou que, além dessas ilhas de modernidade, o restante do Exército teria uma função prioritária de presença nacional.

A presença se faz com dois propósitos: um, muito nobre, visa à unidade e à coesão nacionais. Essa presença em todo o território é importantíssima porque somos a única instituição nacional permanente com esse tipo de presença. Hoje, temos até uma unidade em Tocantins, onde não tínhamos antes. E a movimentação dos oficiais também contribui para essa coesão, porque evita o exército regional, o exército local. O Exército tem esse âmbito nacional. Essa é uma das razões dessa presença.

A outra razão, vou dizer com toda sinceridade, é neutralizar essa ação contrária à instituição. Vocês falaram antes: “O Exército não é conhecido”. Não é verdade. Pode não ser conhecido nos grandes centros, particularmente em São Paulo, mas é muito conhecido no interior, onde é confiável. Qualquer problema que se tenha, como a distribuição de alimentos etc., cuja solução exija credibilidade, a certeza de que seja cumprido, o governo nos atribui essas tarefas. Se entregar alimentos naquelas prefeituras de interior para os outros distribuírem, serão desviados e distribuídos sempre no sentido político, especialmente no Nordeste, em particular, a minha área. Essa presença é importante porque estamos em contato com o povo. Abrir mais quartéis evitou aquilo que ocorria no passado: o desconhecimento, as desconfianças. E temos que abrir mais. Fizemos também várias campanhas, aqui no Rio, e fui até elogiado por um jornalista, o Villas-Bôas Corrêa, e pelo deputado Gabeira, com quem fiz a campanha “Verde no Verde”. Com o Exército participando, dá-se um sentido educativo para o soldado e, além disso, a imagem da instituição é beneficiada. Fizemos, também, uma campanha baseada numa outra que o Ziraldo fizera da água — limpamos até as cataratas do Iguaçu. E isso beneficia não só a imagem: acho que temos que dar essa contribuição, pois a participação do Exército é possível em muitas áreas. Motivação e educação para o jovem, fazer com que participe mais da vida da comunidade. No interior de São Paulo e de Minas, onde não há unidades do Exército, existem os tiros-de-guerra, que são pequenas escolas de instrução militar, que visam muito mais à educação do jovem para o serviço na comunidade e não o afasta de sua área.

No final do governo Itamar, o sr. continuou no ministério.

No final do governo Itamar, em junho ou julho de 1994, resolvi me preparar para sair, porque acho que temos que saber o momento de encerrar. Eu tinha até um veleirinho, lá em Brasília, e o vendi. Arrependo-me até hoje, porque aquilo era uma higiene mental incrível. Era pequeno, tinha 7m, 23 pés, mas era uma grande distração. Uma ou duas vezes por mês, eu dava uma velejada ali no lago, quando tinha vento. Mas, no mês de agosto, senti, pelo jeito do presidente Fernando Henrique, que ele me convidaria se ganhasse as eleições. Eu me dou muito bem com ele, tenho um bom relacionamento.

Quando Fernando Henrique o convidou, deu alguma diretriz?

Não. Eu sabia que ele queria fazer o Ministério da Defesa, então disse: “Presidente, eu faria o seguinte: no convite aos outros ministros, o da Marinha, o da Aeronáutica e o chefe do Emfa, falaria, claramente, do desejo de criar o Ministério da Defesa”. Sou partidário do Ministério da Defesa, sempre fui, e disse ao presidente que me comprometeria com os novos ministros para criá-lo.

Isso são cogitações, mas creio que houve pressões para que ele criasse o ministério. Creio, com toda a franqueza, que houve pressões externas que podem até não ter influído, mas existiram. Mas o fato é que os americanos raciocinam como se todo o mundo, ao sul do Rio Grande, fosse igual. Então, o poder civil que eles imaginam pressupõe um ministro da Defesa civil. Essa é a idéia americana, não há dúvida. E eles raciocinam, desde o México até Chile e Argentina, da mesma maneira.

Embora tivéssemos uma subordinação — nunca se contestou a subordinação ao poder civil —, acho que houve uma pressão, exercida, do meu ponto de vista, através do Guido Di Tella, da Argentina. A Argentina diz que tem um relacionamento carnal com os Estados Unidos e ela fazia essa ponte. Uma outra pressão, talvez não muito efetiva, era a do Itamarati. O presidente foi ministro das Relações Exteriores, acha que o Itamarati é uma carreira em que as pessoas são bem formadas, bem selecionadas, do ponto de vista cultural, e é verdade. Ele tem inclusive um grupo de diplomatas que o cerca. Ele diz que as duas carreiras organizadas e que têm bons quadros são as Forças Armadas e o Itamarati.

Então, acredito que tenha havido uma pressão do Itamarati. Mas isso é um ponto de vista pessoal. Há um certo constrangimento deles em tratar com quatro ministros militares. Hoje em dia, Relações Exteriores e Defesa são muito próximos, como sempre foram, aliás, haja vista que, no reinado de d. João VI, os dois ministérios foram criados juntos.

Se o presidente Fernando Henrique assumiu já com a idéia de fazer o Ministério da Defesa, por que demorou quatro anos para criá-lo?

Para isso, vou ter que dizer algumas coisas que não gostaria. Com franqueza, nós fomos incompetentes em não estruturar esse ministério. Incompetentes, pelo seguinte: primeiro, o presidente quebrou a rotatividade do Emfa ao indicar para lá o Leonel, e isso constrangeu muito, pois ali se fazia um rodízio entre as forças. Seria a vez da Força Aérea. Segundo, pelo gênio do Leonel, pela sua maneira; ele quis criar o ministério sem conversar muito com as outras forças. O José Luiz, que hoje é o comandante militar do Leste, era o nosso representante na comissão, pois era o vice-chefe do Estado-Maior. Ele, durante dois anos, não participou de nenhuma reunião. O Leonel temia, também, a ação do Mauro César, que, no princípio, era frontalmente contra. Depois, aderiu. O presidente disse: “O almirante é muito inteligente, quando viu que eu queria mesmo fazer, aderiu”. Mas, no princípio, ele apresentou uma série de obstáculos, dificuldades. Então, havia essa desconfiança. Dizem eles que quando se mistura leite e abacate, nunca fica branco, fica verde. “Mas, então, põe o azul, que é neutro” — eu dizia assim, para não parecer que queríamos assumir a liderança. Depois, o Leonel ficou doente — ele tem uma doença grave, que começou há mais ou menos um ano. Quando quis retomar, já era um pouco tarde.

A Marinha também fez uma jogada. Achou que o âmbito da discussão era muito restrito, e o Mauro foi ao Palácio da Alvorada pedir ao presidente para passar a discussão ao Comitê de Defesa, cujo secretário era o Clóvis Carvalho. Entraram o Itamarati, a Casa Militar e a SAE. As discussões se prolongaram. Certa vez perguntei ao Clóvis Carvalho, na frente do presidente: “Quando você acredita que o Congresso terá aprovado o projeto de criação do ministério?” Ele disse: “No dia 31 de dezembro. Dia 1º de janeiro o Ministério da Defesa estará funcionando”. Eu disse: “Então, dia 31 de dezembro, vou sair”. Falei com o presidente e ele aceitou. Com isso, os outros vieram, só o Mauro reagiu um pouco.

Na comissão, acabou vencendo o projeto da Marinha?

Nós fizemos um projeto, que a Marinha perturbou um pouco, incluiu algumas coisas, que aceitamos. Fizemos esse trabalho, que não andou, mas podíamos ter feito isso em tempo para que começasse a funcionar a partir de 1º de janeiro. O presidente já havia escolhido o ministro, que, aliás, é uma figura interessante, homem com trânsito fácil, o Elcio Álvares.

O presidente consultou os militares sobre essa escolha?

Ele nos consultou alguma coisa e nós respondemos. Não vou entrar em detalhes, vocês me perdoem. Sobre o nome dele, o presidente apenas perguntou: “O que você acha?” Ele já tinha escolhido.

Na imprensa, algumas vezes se cogitaram nomes, falou-se no Antônio Carlos Magalhães, no Marco Maciel...

Dizia-se assim: “Para defender os interesses da força tem que ser alguém como o Antônio Carlos”, pois ele tem aquela sua maneira de ser. Talvez a imprensa tenha divulgado isso. Nós falamos, eu falei com o presidente sobre o Marco Maciel, pois ele queria um civil e tinha que ser alguém de prestígio, já que seria o primeiro ministro da Defesa. Nunca defendi a idéia de que tinha que ser um militar, mas acho que nessa transição deveria ter sido. Teria sido muito mais fácil. Mas o presidente já tinha decidido, não havia o que discutir. Nunca opinei.

Mas, neste caso, iria cair na questão: militar de que força?

Botava um da Aeronáutica, não haveria problema.

Da Marinha, não?

Não podia ser da Marinha, pois eu brinco, dizendo: a Marinha não é brasileira, é britânica. Eu dizia para o presidente: “É a Royal Navy. Ela está de costas para o Brasil”. Outro dia, vi uma entrevista muito interessante do Lars Graef, um conterrâneo do ministro Mauro, de Niterói, com a Marília Gabriela, sobre o problema do seu acidente.²⁸ Ele disse: “Não gosto de me meter nessas coisas, mas a Marinha podia voltar-se mais para a costa”. Realmente, é verdade. Policiam, às vezes, os barcos em Brasília, mas aparecem desastres incríveis na Amazônia, superlotação de navios. Aqui no litoral não há guarda costeira, mas nós do Exército estamos presentes no Brasil todo, fazemos uma espécie de guarda territorial. Tem-se que raciocinar em termos brasileiros, mas não em termos de projetar poder; não agora. Pode-se até fazer exercícios, vamos dizer, teóricos, mas não podemos ficar preocupados em projetar poder na África, garantir vias de navegação para suprimento de petróleo.

Isso tudo que estou dizendo a vocês, eu disse várias vezes para o Mauro, na presença de todos. E ainda continuo dizendo. Não levava para a imprensa, porque nunca mostramos dissensão. Ao contrário de outros

²⁸ O velejador Lars Graef teve uma perna amputada após ter sido atropelado por uma lancha dirigida por um motorista alcoolizado.

ministros que iam para a imprensa, nós guardamos sempre o princípio ético de discutir em salas fechadas e não gerar mais problemas para o presidente.

As pessoas na Marinha, não só o ministro Mauro, ficam muito chateadas com essa visão de que eles ficam voltados para fora. Também, por vezes, acham que o Exército se julga o “pai da pátria”.

Nós não nos julgamos bem assim. Mas nós e a Força Aérea Brasileira julgamos que estamos voltados para o Brasil, pensamos no país. A Força Aérea nos apóia e acho realmente que pensamos no país, enquanto o pessoal da Marinha, não. Por exemplo: exercício com a Otan. Podiam mandar observadores, mas levam uma esquadra daqui, aquela que deu aquele imenso problema por trazer aquele material que O *Globo* divulgou. Foram para a Otan, mas o material tinha sido comprado em Miami — rádios, equipamentos eletrônicos etc.

E a compra dos aviões A-4 do Kuwait, para o porta-aviões?

Compraram aquelas porcarias, para quê? O avião nem serve, nunca vai conseguir decolar. Pode até ser que consiga, mas pousar no aeródromo, não. Todas essas coisas que estou dizendo aqui, falei para o Mauro, para o grupo.

O sr. está se referindo a que grupo? Ao fórum ampliado para a discussão do Ministério da Defesa?

Sim. O Sebastião do Rêgo Barros, de vez em quando, substituía o ministro das Relações Exteriores porque era o secretário-geral do Itamarati. Ele substituía o Lampreia, porque o Lampreia viaja muito, por força do cargo que ocupa. O Sebastião achava engraçadas as minhas observações: não era briga, eram conversas, nesse tom que estou tendo aqui, com vocês. Enfim, o ambiente era muito agradável, pois o Clóvis é uma figura que conduz bem as reuniões, apesar de sua imagem. O retrato que dão do Clóvis é de um sujeito organizado, metódico. Ele é jesuíta, foi seminarista, qualquer coisa assim. Mas é uma figura agradável.

Desse Conselho saiu a proposta de criação do Ministério da Defesa que foi para o Congresso em 1998 e ainda [maio de 1999] não foi aprovada. O que houve?

É, porque aí veio o problema da crise econômica, a desvalorização, e o governo tinha outras prioridades. Primeiro foi criado apenas o cargo de ministro extraordinário, por medida provisória.

O sr. não está achando isso constrangedor, mal-acabado?

Constrangimento, para ele, Élcio, e para os ministros que estavam no cargo. Porque, quando esses ministros entraram, sabiam que seriam ministros episodicamente, por um curto período, e seriam depois comandantes de força. Mas, agora, está demorando tanto que eles estão ficando quase na minha situação. Essa foi uma das razões por que eu não quis ficar no ministério, pois, além do constrangimento que geraria para o próprio Élcio Álvares, eu mesmo ficaria constrangido. Logo que fosse criado o Ministério da Defesa, eu passaria a comandante da força, o que não tinha cabimento.

A imprensa, na época, divulgou que o sr. foi o primeiro a anunciar que estava saindo, e que isso seria uma demonstração da insatisfação dos ministros militares com a criação do Ministério da Defesa.

Não foi insatisfação. Apenas acho que, após seis anos, ficar ainda um período que eu não sabia de quanto seria não era recomendável. Estimava-se que se ficaria mais um mês para, depois, passar o cargo ao comandante da força. Então, resolvi sair, pois o Clóvis tinha me dito que no dia 1º de janeiro de 1999 o Ministério da Defesa funcionaria.

Mas o Congresso não aprovou. Por que, então, o presidente decidiu criá-lo por medida provisória?

Ele já tinha decidido, já tinha convidado o ministro. Acreditou no Clóvis, quer dizer, nos cálculos que ele fez, de que haveria uma medida provisória para resolver alguns pequenos problemas da criação e depois uma emenda constitucional, que independia da criação do ministério e que poderia ser feita *a posteriori*. Mas seria criado com uma medida provisória. Não sei, então, o que houve para resolverem seguir o trâmite normal.

Durante sua gestão, o presidente Fernando Henrique criou a Comissão Especial dos Desaparecidos Políticos. Aparentemente, o caso que mais mobilizou a opinião militar foi a indenização para a família do Lamarca.

É. Pequenas reações no público, vamos dizer, “semi-interno”, que, segundo o Leonel, é formado pelo pessoal da reserva. Eu dizia o seguinte: “O dinheiro não é do Exército, a decisão é do presidente, é uma decisão política, não nos afeta. Os nossos já estão apoiados”. Esse era o meu argumento. As famílias dos nossos combatentes que desapareceram já foram apoiadas porque tínhamos o controle disso. Nesse outro caso, era muito

mais difícil, porque ninguém enterra alguém, numa guerrilha na selva, e marca o ponto — era a região ao sul de Marabá chamada de Bico do Papagaio. Ninguém vai enterrar e pôr uma cruz, nem carregar aquela pessoa para identificar. Então, é muito difícil encontrá-las. Já foram feitas tentativas, mas pode sempre aparecer um ou outro ex-guerrilheiro que diga “enterraram aqui”, porém essas pessoas que combateram dificilmente serão encontradas.

Tenho um bom amigo que é ministro do Supremo e que foi presidente da OAB — o Maurício Correia, que está no Supremo atualmente. Foi ministro da Justiça, no tempo do Itamar, e tinha uma tremenda má vontade conosco. Hoje, é um grande amigo, gosta da gente, respeita. Uma vez, fizeram-lhe uma denúncia e ele foi lá. Depois, me disse: “Sabe o que havia lá? Devem ter feito um grande churrasco — tinha ossada de porco etc.” Então, é muito difícil localizar. Isso que dizem não está de acordo com a minha maneira de ser. Sinceramente, eu não abafava nada. Sempre joguei aberto, pode procurar, não encontrará nada.

Quando se estava na iminência de julgar o caso Lamarca, havia muita especulação na imprensa de que haveria manifestações de descontentamento dos militares — mas que, na realidade, ficaram limitadas ao pessoal da reserva e ao Clube Militar. O que teria mudado?

Não vou dizer que não tivesse havido descontentamento no Exército, mas não houve indisciplina nem manifestações. Não vou dizer que tenha sido tranquilo, mas segurei. Não transpirou nada. Eu até estava no México, fui em missão oficial e recebia informações todo o tempo. Houve uma pequena reação no Rio, pois a guarnição daqui tem muita gente na reserva e ociosa. Eu atribuo, até, a nossa grande perda de empregos à abertura democrática, pois, naquela época, havia todas essas estatais e, mesmo com a privatização, havia muitos empregos nos serviços de informações, e as pessoas estavam mais ocupadas. Agora não têm muito o que fazer, e os vencimentos são baixos, gerando revolta. Eles ficam, com justa razão, revoltados porque não há reajustamento nos vencimentos e aproveitam essas pequenas coisas para demonstrarem seus sentimentos. Esse caso não tem repercussão para nós — qual é a repercussão que tem o Lamarca ser indenizado? Não tem. Para mim, não. Isso já é um fato do passado. Esses eram os meus argumentos.

O general Alberto Cardoso, quando se entrou na reta final do julgamento do caso, deu uma declaração de que os militares não iriam reagir. Mas ele mes-

mo comenta que foi um pouco arriscado, que não tinha certeza de qual seria a reação.

Ele sabia. Ele conhece a instituição a que serviu e ainda serve. Não houve quase nada. Claro, sempre vão existir alguns descontentes. Eu tive que conter alguns ânimos exaltados. Até de alguns generais, na época em posições de relevo.

O sr. não acha que a maneira como o Brasil fez a indenização do Lamarca e levou a questão dos desaparecidos foi boa? Tratou isso como uma questão do Estado, o que é uma forma de despolitizar o assunto. Mas os militares da reserva que reagiram tomaram-na como uma questão militar.

É verdade, vocês têm toda razão. Acho que foi bem conduzido, embora, em determinado momento, com todo o respeito pelo José Gregori, ele tenha sido infeliz em algumas declarações. O caso mais grave que tive foi o do general Fayad, porque é muito querido e ninguém acredita que ele tenha participado de torturas. Aquilo foi uma vingança de um tal de Tenório, do sindicato dos médicos. Esse caso, sim, me deu trabalho. E vai continuar dando trabalho, porque o Fayad é uma grande figura humana, médico conhecido, um homem puro, e não acredito que tenha participado de tortura. Não há como, basta olhar para ele. O José Gregori fez algumas declarações que geraram um ambiente desagradável dentro da força. Depois, corrigiu. Mas me deu muito trabalho. O Fayad foi absolvido, mas o conselho que o tinha cassado não quis lhe devolver o direito de clinicar.

LÉLIO VIANA LÔBO

NASCEU EM 1931 em Formosa (GO). Fez o curso da Escola de Aeronáutica, hoje Academia da Força Aérea, entre 1948 e 1951. De agosto de 1953 a maio de 1954, participou da viagem de instrução dos guardas-marinha. Entre 1961 e 1963, cursou o Instituto Militar de Engenharia e, em 1965, fez curso de engenharia de combate nos Estados Unidos. De volta ao Brasil em abril de 1966, passou a ocupar a chefia do Serviço de Engenharia. A partir de 1968, trabalhou na construção da Base Aérea de Anápolis. Concluiu o Curso Superior de Comando da Escola de Estado-Maior em 1975 e, em seguida, foi, durante três anos, chefe da assessoria de logística do gabinete do ministro da Aeronáutica. Em março de 1979, foi ser adido aeronáutico junto à embaixada do Brasil na França. Promovido a brigadeiro em julho de 1980, voltou para o Brasil, indo para o Estado-Maior da Aeronáutica. De 1981 a 1985, assumiu a chefia da comissão responsável pela aeronave de combate AMX. Em seguida, foi vice-chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, cargo que exerceu até 1987, indo em seguida para a Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica. Em julho de 1988, foi promovido a tenente-brigadeiro. Em maio de 1989, assumiu a direção do Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento da Aeronáutica e, em abril do ano seguinte, a chefia do Estado-Maior da Aeronáutica. Passou para a reserva em julho de 1992, após completar 12 anos como oficial-general. Em outubro desse mesmo ano, tornou-se presidente da Infraero. Assumiu o Ministério da Aeronáutica durante o governo Itamar Franco, função que voltou a exercer em novembro de 1995 após a demissão do ministro Mauro Gandra, já no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Nesse ínterim, foi presidente da Telebrás.

Depoimento concedido a Celso Castro em duas sessões realizadas em Brasília nos dias 15 de abril e 24 de setembro de 1999.

Como chefe do Estado-Maior do ministro Sócrates, o sr. acompanhou de perto o processo de impeachment de Collor?

Acompanhei, vimos a área política se movimentando com desembaraço. A postura dos militares foi correta, e de certa maneira participei dela, pois estava no alto comando. A nossa visão era: “O problema é político. Vamos procurar dar tranquilidade e estabilidade ao país, dentro daquilo que é possível para nós, Forças Armadas. Se não, acabaremos fazendo o que, sabemos, não deve ser feito”. Nós conversávamos sobre isso, nas reuniões do alto comando, todos davam suas opiniões. Acho que, ao longo do tempo, nós, que estávamos no alto comando, crescemos e amadurecemos vivendo coisas que a gente sabe que poderiam ter sido feitas de uma forma melhor. Digo o seguinte: fala-se muito dos governos militares, mas os governos não foram inteiramente militares. Se fizermos uma análise profunda de quem mandou na economia do país durante os governos ditos militares, vamos ver que não foram os militares e que a economia, em grande parte, comandou o país. Não vou citar os nomes, todos sabemos. Esses foram os homens fortes.

No episódio do *impeachment*, acho que a postura dos militares foi madura. Mas diria que esse amadurecimento foi fruto, exatamente, da cultura que cada um de nós foi ameadando ao longo do tempo. De certa forma, fomos vendo também como o mundo estava enfrentando seus problemas e, com isso, acho que demos uma demonstração de profissionalismo. E hoje estamos convencidos de que nosso posicionamento foi correto.

Qual era a imagem que se tinha do presidente Collor, quando ele assumiu?

O contato pessoal que tive com o presidente Collor foi muito pequeno. Nas oportunidades em que o ministro, na minha presença, conversou com ele sobre os problemas da Aeronáutica, ele foi um incentivador. Ele era preocupado, queria que tivéssemos uma área operacional adequada. A grande dificuldade que enfrentamos no governo Collor — que já enfrentávamos antes, mas talvez tenha ficado um pouco mais intensa — foi conseguir recursos para manter a força funcionando de forma razoável. Nós fomos obrigados, ao longo do tempo, a reduzir nossas atividades. Quando o Sócrates assumiu em 1990, eu mesmo disse: “Sócrates, acho que devemos começar a reduzir a atividade aérea imediatamente, porque estamos em um nível mais elevado do que aquele que nossos recursos são capazes de suportar”. E realmente nós começamos a reduzir as horas de voo.

Isso não é ruim para a formação profissional?

É ruim, mas não havia outra solução. Nós também fomos procurando otimizar, reduzindo certas atividades que, do ponto de vista operacional, poderiam ser consideradas supérfluas. Reduzimos o Correio Aéreo Nacional, pois o país já não precisava tanto dele, fomos reduzindo a atividade para oficiais mais antigos... Mas o fato era o seguinte: a situação econômica do país não permitia que se mantivesse o mesmo nível de atividade do passado. Eu já alertava para isso como secretário de economia e finanças da força: “Precisamos reduzir a atividade aérea fortemente. Estamos caminhando para uma situação muito difícil”. Sempre defendi que temos que fazer os recursos renderem muito mais do que rendem normalmente e temos que cortar o que puder ser cortado. Essa foi a linha que adotei o tempo todo. Sempre digo que cada um de nós toma uma decisão em função dos elementos que estão à sua disposição e, no meu entender, toma a decisão que considera mais acertada para aquele momento. Só o futuro dirá do seu acerto.

No início do governo Collor, ocorreu o episódio do “buraco de Cachimbo”, com um grande envolvimento da mídia. Isso incomodava?

Minha percepção é que, pelo menos para nós, não chegava a ocorrer um grande problema. O que senti, na realidade, naquele episódio, foi uma forte preocupação em relação ao nosso programa tecnológico, aos reflexos que poderiam dali advir para o encaminhamento dos projetos que a Aeronáutica desenvolvia na área espacial, porque abria um espaço para restrições ao desenvolvimento tecnológico aeronáutico. Ou seja, havia a pressão dos países mais adiantados para não nos deixarem crescer. Sempre vai existir. Não sou do tipo que condena a pressão dos outros países; eu chio, é diferente. Defendem seus interesses porque têm condições de fazê-lo e vão continuar a proceder assim. O dia em que nós estivermos na posição deles, creio que agiremos da mesma forma. Mais do que um problema bélico, no meu ponto de vista aquilo era um problema comercial. Vivi isso com intensidade, esses anos todos que atuei na área tecnológica. É o tempo todo assim. Usa-se o argumento bélico, porque dá um chamado de mídia e um argumento diplomático muito grandes. Tínhamos o temor de que aquele assunto acabasse dando mais munição contra nós, nos programas civis que o CTA conduzia. E deu. Houve um enrijecimento maior da área onde conseguíamos captar um pouco de tecnologia, comprar material, e o argumento era, rotineiramente, o de que tínhamos um programa de desenvolvimento da bomba atômica em andamento.

Durante o processo de impeachment, as denúncias contra Collor foram-se avolumando. No alto comando da Aeronáutica, como se acompanhava essa crise em evolução?

Havia, obviamente, uma preocupação, pelo menos na minha percepção, de que essas coisas pudessem caminhar para a constatação de que a área política não tivesse condições de gerenciá-las de forma adequada, para manter a paz, a tranquilidade, a serenidade do país. Eu tinha essa preocupação. Até porque, quando se tem um episódio como esse, temos o oportunismo em certas áreas. Encontramos, naturalmente, gente que procura oportunidades para desforras pessoais e outros males. Esse contexto era preocupante, em função daquilo que mais queríamos, que era tranquilidade para o país.

O governo não procurou cooptar os militares?

Eu acredito que não, conosco não. Em outras áreas, não sei.

Dentro da força, qual era a posição da oficialidade?

Talvez pelo sofrimento que estávamos tendo na área de recursos, houve uma certa apatia. A verdade é que, ao longo dos anos, depois que saíram do poder, as Forças Armadas apanharam demais. E apanharam inúmeras vezes sem merecer.

Apanharam em que sentido?

Nas colocações da imprensa, no Parlamento etc. Muita coisa se atribui às Forças Armadas, muitas das quais não foram de sua responsabilidade. Jogou-se em cima delas a pecha de ter feito coisas que, na realidade, não foram feitas por elas. Foram feitas por homens que estavam no governo mas não pertenciam a elas. E, no final de contas, a responsabilidade vinha para cima das forças, que foram muito achincalhadas ao longo desses anos. De maneira que, quando chegamos nesse episódio, pensamos que seríamos usados enquanto e como conveniente, e depois descartados. Em uma linguagem figurada, o ambiente que percebi pode ser retratado assim: “Deixa o problema deles para lá e vamos procurar tomar conta daquilo que é de nossa responsabilidade”. E, acima de tudo, não dar chance para que acusem as Forças Armadas de alguma intranquilidade que viesse a ocorrer. E foi mais ou menos isso que aconteceu.

O alto comando da Aeronáutica preocupava-se em obter informações a respeito do que estava ocorrendo através do Cisa, que agora já se chama Secretaria de Inteligência da Aeronáutica (Secint)?

Nós fizemos uma mudança conceitual importante a partir do início de 1988, com a desativação do Cisa e a ativação da Secint. Na época, eu era major-brigadeiro e vice-chefe do Estado-Maior. Mas mesmo antes dessa mudança já havia uma certa preocupação em usar a nossa área de informações, cada vez mais, em benefício da própria força, no sentido fundamentalmente profissional. Uma das coisas que identificamos foi que faltava uma estrutura adequada de informações para o combate, para a guerra, que afinal de contas é a nossa responsabilidade maior. E já estávamos atuando, com vistas a essa estrutura, em diversos campos. Aproveitou-se, então, essa mudança conceitual e de subordinação ao Estado-Maior para consolidar o funcionamento da Secint com uma visão diferente daquela que existia. Uma visão de concentração das informações em problemas internos à força, não do ponto de vista policialesco, mas do ponto de vista de informações relacionadas com o funcionamento da própria força. Do ponto de vista profissional, saber como a tropa estava reagindo às nossas decisões administrativas, às restrições. Portanto, fazer um trabalho mais ligado à força e preparar toda uma estrutura, que hoje felizmente já temos, de preparação de material para a área de combate. Já vínhamos com esse trabalho em curso e eu diria, portanto, que foi mais uma coincidência de épocas. Já estávamos com essa estrutura sendo rearrumada para sair da linha do passado, na qual havia um significativo envolvimento de nosso serviço de informações com diversas áreas fora do ministério.

Claro que continuamos a ter um pessoal que fazia a compilação das informações do interesse da administração. Havia coordenação com outras áreas para que o ministro não ficasse sabendo do que estava acontecendo só através da imprensa. O ministro e o presidente têm sempre que saber um pouco mais e na hora certa. A nossa visão sobre a área de informações é que o sistema não tem que ser policialesco; tem que ser capaz de fornecer, às autoridades que têm poder de decisão, informações confiáveis. Este é o sistema de informações que, achamos, o país deve ter.

A Secint, a partir de agosto de 1988, passou a ser vinculada ao chefe do Estado-Maior. Nessa mudança conceitual que o sr. mencionou, ocorreu também diminuição de quadros, substituição de pessoas?

Eu não diria que houve propriamente diminuição de quadros por essa razão específica, porque esses quadros, naturalmente, aos poucos,

vinham sendo diminuídos. Devia haver poucas dezenas de oficiais. Já estávamos, há bastante tempo, não repondo pessoal nas áreas que não eram exatamente ligadas a nossos interesses. O pessoal ia saindo, movimentado, e não colocávamos substitutos. Assim, aquela atividade externa foi caindo.

Eu, freqüentemente, passei a usar mais, como ministro, a área de comunicação social e menos a área de informações, procurando liberá-la para o trato das informações de combate. Houve também uma certa migração de atividades, em função da própria facilidade de acesso do pessoal da comunicação social. Mas o fato é que, às vezes, eles trabalhavam em conjunto. Em várias decisões que tomei, eu queria primeiro saber qual era o sentimento da tropa quanto ao assunto. Tomava a decisão e queria um acompanhamento, para saber como fora recebida, porque às vezes eram decisões que penalizavam o pessoal. Eu precisava saber qual era o grau de reação para ver se havia necessidade de alguma correção, de alguma modificação que pudesse ser feita.

Essa mudança de vínculo, do gabinete do ministro para o Estado-Maior, não implicava diminuição de poder e do status da área de informações?

Houve muita discussão sobre isso. Fui um dos defensores dessa mudança, desse direcionamento mais profissional que se passou a dar à atividade de informação. Mas isso não significa que o ministro fosse mal informado. Não se pode esquecer que o Estado-Maior da Aeronáutica é o principal órgão de assessoramento do ministro. A grande diferença que talvez exista é que nós trabalhamos muito sintonizados. No alto comando, todos, de um modo geral, são companheiros que se conhecem há mais de 40 anos. Ninguém é desconhecido na forma de ser, de reagir, de agir. Então, isso facilita muito. Sobre esse aspecto, eu, várias vezes, quando precisava de um pouco mais de informações, avisava ao chefe do Secint para, à hora que eu chegasse, conversar comigo. Depois, se não precisava mais, retornava-se à rotina. A comunicação social sempre leva também muita informação importante ao ministro.

O sr. acha necessário haver órgãos de informações específicos das Forças Armadas?

Do ponto de vista puramente teórico, talvez não deveriam existir, as segundas seções seriam suficientes. Da mesma maneira, do ponto de vista eminentemente teórico, nós não precisaríamos ter feito nenhuma comissão para construir os Sisdactas. Não precisaríamos de comissão para construir o aeroporto do Galeão, para construir o aeroporto de São Paulo

ou o de Belo Horizonte, não precisaríamos ter feito comissão para construir a base de Anápolis. A prática não tem sido assim, porque o que acontece é que o nível de envolvimento e de dedicação que se acaba tendo com uma atividade passa a ser tão intenso que outras atividades acabam sendo prejudicadas.

Quer dizer, uma segunda subchefia do Estado-Maior não tem somente a função de preparar material de informações. Isso acabaria por trazer prejuízo para o conjunto. Teoricamente até não teria, mas a prática não é essa. É preciso ter gente especializada em cada uma das áreas, sem o que a atividade não é eficiente. E acho que o governo vai ter alguma dificuldade de montar um sistema de informações adequado para atender às suas necessidades, basicamente pela dificuldade em manter pessoal profissionalizado de forma e em quantidade adequadas.

Mas essa especialização não é perigosa, do ponto de vista profissional?

Eu não digo perigosa. Se a atividade é feita do ponto de vista profissional, militar, não vejo grandes problemas. O problema ocorria quando esse pessoal se especializava muito em áreas políticas, gerando, com frequência, um comportamento que não é bem o do nosso meio. Mas, o que nós temos na área militar? Temos basicamente a política de defesa nacional, que leva, obrigatoriamente, às hipóteses de conflito, sem o que não haveria razão para a existência das Forças Armadas. Então, qual é o nosso papel? Estar preparados para os conflitos. Na hora em que o conflito acontece, se não houver informações adequadas do outro lado, simplesmente não é possível agir, não dá para fazer nada. Se, com toda informação, de vez em quando, têm-se insucessos, imagine sem informações adequadas! Hoje, para chegar no alvo é preciso ter informações profundamente confiáveis.

Como foi o convite para ser ministro? O sr. já conhecia o presidente Itamar?

Em outubro de 1992, quando houve a saída do presidente Collor, eu estava na Infraero, já na reserva, e o presidente Itamar convidou-me para ser ministro. Eu tinha tido dois contatos com ele. No primeiro, eu era chefe do Estado-Maior e ele, vice-presidente, e fui com o ministro Sócrates a seu gabinete, pois ele queria uma exposição sobre o programa AMX. Fiz uma exposição completa sobre o programa. Foram quase três horas de conversa e depois, em decorrência dessa exposição, ele resolveu fazer uma visita a São José dos Campos, e eu o acompanhei. Na realidade, eu era o responsável maior por esse programa no ministério.

Como o sr. vê o período do governo Itamar?

Uma consideração inicial, que me parece importante, é que, na realidade, a postura dos ministérios militares, no governo Collor, foi a de procurar gerar tranqüilidade ao país, independentemente dos problemas políticos. Uma postura diferente da que ocorreu no passado, em vários períodos de nossa história. Isso criou uma base de raciocínio para o período Itamar. A nossa grande preocupação era, realmente, não permitir que o segmento militar trouxesse qualquer inquietação ou deixasse de dar uma contribuição importante para a tranqüilidade do país, num momento de transição política importante. Até porque nós víamos — eu pessoalmente tinha essa convicção — que aquele era, talvez, o momento mais difícil que o segmento militar estava vivendo; ele estava, pela primeira vez, sendo posto à prova numa situação de rearrumação política. Essa rearrumação política é um elemento fundamental da democracia, faz parte do processo normal e precisava transcorrer com tranqüilidade para benefício do próprio país. Se, adicionalmente, ainda fossem criadas pressões de outras naturezas, seria danoso para o desenvolvimento da democracia brasileira, para a consolidação, se é que se pode dizer consolidação. Mas isso geraria, sem nenhuma dúvida, complicadores para a área econômica, onde já não havia um panorama de muita tranqüilidade.

Essa era a grande preocupação. Por isso essa observação de que a nossa postura, ao longo do governo Itamar, foi uma postura de procurar manter, a despeito de todas as dificuldades, o segmento militar dentro do seu profissionalismo e dos princípios normais da vida militar. De obediência às leis do país e de preservação da Constituição, acima de tudo, e isso me parece que é o ponto fundamental. A partir daí, todas as nossas ações ficaram fáceis, porque estavam baseadas no adequado comportamento das entidades militares. Todos estavam conscientes de que o Brasil estava vivendo uma nova fase, na qual os militares eram realmente responsáveis por segurança, mas não além daquilo que lhes competia na normalidade. E foi isso que ocorreu também durante o governo Itamar.

Adicionalmente, o que tivemos foi muita dificuldade, em função das circunstâncias em que o país vivia, para a manutenção das nossas instituições e atividades, dentro dos níveis de profissionalismo e de segurança que eram necessários, principalmente na área da aviação. O presidente Itamar tinha uma percepção bastante aguda disso, sabia que precisava fazer alguma coisa. Mas também sabia que não era a área militar que merecia a atenção maior; havia problemas sociais, pobreza, desemprego, essas coisas todas que precisavam de uma atenção maior.

Basicamente, durante minha primeira jornada no ministério, além, obviamente, dos problemas rotineiros, procurei concentrar esforços na preservação da atividade-fim da força, ou seja, o treinamento do pessoal. Além disso, tive dois assuntos que considerava absolutamente essenciais. O primeiro era a privatização da Embraer, e o segundo era toda a parte inicial de providências para o Projeto Sivam. Estas foram as duas grandes atividades que, na realidade, consumiram uma parte muito grande das nossas ações. O ministério já tinha feito, junto com a própria Embraer, todas as análises possíveis a respeito do futuro da empresa. A nossa constatação era de que não havia condições de que ela continuasse sendo estatal. A razão é que a indústria aeronáutica só funciona se houver investimentos permanentes, uma vez que o produto é altamente perecível — um produto de longa duração, mas altamente perecível. Hoje a Embraer é obrigada a dar assistência técnica, no mundo, a aviões que ela não fabrica há mais de 10 anos. Se ela deixar de dar esse apoio, a confiabilidade para novos produtos desaparece. Enquanto tudo isso ocorre, ela precisa estar gerando novos produtos para competir, e isso só se faz com investimentos muito grandes. Nós não conseguimos esses investimentos, porque o caminho institucional previsto era o Orçamento da União, e os recursos que colocávamos na Proposta Orçamentária ou não saíam no Orçamento ou saíam em quantidade muito pequena. De modo geral, até essa quantidade que saía, em valores quase que simbólicos, acabava sendo cortada porque a prioridade maior era a sobrevivência de nossas atividades normais.

O ministério tinha essa percepção, quando da entrada da Embraer no programa de privatizações. Nós não tínhamos nenhum apoio, e todo o trabalho se desenvolveu no sentido de que o processo de privatização caminhasse com cautela, serenidade, profissionalismo, para que a empresa mantivesse a atividade-fim, que considerávamos essencial para o país, e sempre com uma visão de longo prazo. Mas, por outro lado, eu estava preocupado se a sistemática de privatização iria permitir uma desnacionalização da indústria, o que era frontalmente contra nossos princípios de criação e manutenção de uma indústria brasileira, dentro do possível. Claro que sempre tivemos a consciência de que os níveis tecnológicos necessários, nesse tipo de atividade, não podem ser garantidos exclusivamente com tecnologia interna. O nível de pesquisa e de sofisticação dos equipamentos leva, obrigatoriamente, à utilização do mercado externo, através de parcerias ou de outros mecanismos de transferência de tecnologia, mas dentro de uma política maior com vistas ao futuro e sem esquecer a necessidade de investimentos.

Foi com esse raciocínio que atuamos nas privatizações e tivemos a compreensão de todos e, a duras penas, conseguimos chegar ao final. Havia muito radicalismo em algumas áreas, principalmente na oposição política, com o raciocínio de que a indústria, por ser de segurança nacional, não podia ser privatizada. A nossa posição era: se por ser de segurança nacional não pode ser privatizada, então não é este o país que queremos, porque segurança nacional é praticamente tudo — claro que algumas coisas, com intensidade maior. Mas nós tínhamos a percepção de que, desde que tomadas determinadas cautelas, seria perfeitamente possível privatizar a Embraer. A empresa foi privatizada, a despeito de todos os percalços, e estamos vendo o sucesso que está tendo e, se Deus quiser, vai continuar tendo.

O processo de privatização foi longo. Foi concebido no final de 1992 e finalizado com o leilão de dezembro de 1994. Agora, houve dias de muita intranquilidade. Chegamos a um ponto em que a empresa não tinha mais condições de sobreviver. Obstáculos muito grandes, em face da necessidade de saldar seus compromissos e pagar funcionários. A empresa, naquela fase de transição, com todas as pressões para não privatizar, caminhou para uma situação complexa, porque ninguém mais fazia encomenda, ninguém comprava. Nós já tínhamos feito um processo de enxugamento bastante significativo. A empresa chegou à ordem de 12.500 empregados. Estava superdimensionada, e estávamos com cerca de 6 mil quando foi privatizada. Assim mesmo, tínhamos consciência de que ainda havia empregados demais. Entretanto, não havia condições políticas para fazer o enxugamento necessário.

No caso do Sivam, nessa primeira passagem pelo ministério, o sr. teve o mesmo tipo de dificuldades? Poucos recursos, oposição...

Não, por uma razão muito simples. No caso do Sivam, nós estávamos na fase inicial. Não havia, praticamente, despesas a serem feitas, estávamos na fase de pormenorização de seu desenvolvimento. As ações necessárias puderam ser realizadas com os recursos que estavam nas mãos do ministério, que não eram muitos, mas que foram suficientes para permitir que se delineasse todo o processo. Também, no caso do Sivam, fomos obrigados a imaginar alguma coisa diferente. Ninguém sabia exatamente como fazer, mas determinadas posturas tomadas em relação a essa montagem inicial do Sivam foram fundamentais. Uma delas é que o projeto devia ir adiante praticamente sem depender do orçamento normal da União. A nossa experiência em programas anteriores não fora boa. No próprio Programa AMX enfrentamos um atraso significativo, em decorrência da incapacidade de manter as cadências de produção previstas. As

dificuldades que tivemos na implantação do Sistema Dacta também foram decorrentes da falta de recursos que viriam do Orçamento da União. Essas experiências nos levaram a uma posição — e nisso fui radical — de que o programa deveria ter financiamento global, inclusive para as atividades a serem exercidas no país. Assim foi feito.

Nós colocamos condições interessantes: além do financiamento global, pedimos prazos de financiamento diferentes de tudo aquilo a que o país estava habituado. Os prazos normais de financiamento rondavam em torno de sete ou oito anos, com um ou dois de carência. Nós achamos que isso era incompatível com o porte do programa, com o volume de recursos necessários e com as condições que o país estava enfrentando. Estipulamos condições para financiamento na faixa de 20 anos, com oito, 10 de carência. Coisas que o Ministério da Fazenda e o próprio Banco Central achavam visionárias. É claro que fizemos uma avaliação completa do mercado internacional para chegar a essa conclusão. Verificamos, por exemplo, que seria o único projeto dessa natureza, no mundo, naquele instante. Em geral, projeto de natureza idêntica e de mesmo porte surge um em cada 10, 15 anos. Então, isso nos dava uma posição boa. Por outro lado, o mercado estava recessivo nesse nível de atividades, em todos os campos. As fábricas estavam com dificuldade de obter encomendas, e tudo isso foi levado em consideração; colocamos essas condições, tocamos para a frente e conseguimos condições realmente excepcionais para o programa.

Todas as metas que tínhamos foram praticamente conseguidas. Tivemos alguns problemas de natureza administrativa, para fazer a tramitação administrativa de todo esse processo, que era muito complicado. Faltava conhecimento, além do que era a primeira vez que se fazia uma operação dessa no Brasil. O Ministério da Aeronáutica tinha uma certa experiência nesse tipo de coisa e foi por isso que ficou com a incumbência de levar adiante o programa. Nós tínhamos também, desde o final dos anos 1960, nos engajado no Sistema Dacta, que era similar a uma parte significativa do que seria o Sivam. Em suma, essas cautelas adotadas mostraram-se essenciais, em face de tudo o que veio a ocorrer depois. Se não tivessem sido tomadas, não teríamos tido condições de superar a etapa de discussões e questionamentos que enfrentamos em 1995 e 1996.

Esses dois temas, Embraer e Sivam, além dos problemas ligados à baixa operacionalidade, foram então os que mais o preocuparam durante o governo Itamar?

Esses três foram realmente essenciais. Diria hoje que talvez por isso eu não tenha dado — eu pessoalmente, embora o ministério o tenha — a

outras áreas a atenção que merecessem; a principal delas foi a aviação civil. Mas ela estava bem conduzida. O diretor de Aviação Civil era o brigadeiro Gandra, que depois foi ministro. Nós estávamos com a Infraero trabalhando ativamente nos aeroportos. Quanto aos problemas da Força Aérea, havia metas que estavam sendo perseguidas dentro da conjuntura econômica e do quadro internacional de então e, principalmente, dentro da postura econômica do país em relação à dívida externa. Então, muita coisa que a gente queria fazer encontrava barreiras muito grandes.

No final do governo Itamar, algumas pessoas achavam que o presidente Fernando Henrique iria mantê-lo no cargo.

Quando terminou o governo Itamar, o normal era sair. Jamais pensei em continuar, embora os jornais tivessem até noticiado essa possibilidade, nem houve qualquer conversa a esse respeito. De maneira que, no Ministério da Aeronáutica, a transição começou a ser feita meses antes, independente do “para quem”. O fato de dispormos do alto comando, que é estável, permite esse planejamento. Ao final da minha primeira administração, deixei aprovado, pelo alto comando, todo o Plano de Reequipamento para o novo ministro, que, em nossa percepção, deveria ser um daqueles que estavam participando dessa formulação. Coincidiu de o presidente escolher o brigadeiro Gandra, que era chefe do Estado-Maior e que tinha sido, na realidade, o responsável pela coordenação da elaboração desse trabalho. Isso facilitou tanto que determinadas coisas que nós montamos ele as colocou em execução em janeiro.

O sr. não foi consultado sobre o seu sucessor?

Não, o presidente conversou comigo sobre os oficiais que na visão dele poderiam ser cogitados e disse-lhe que qualquer membro do alto comando, na minha opinião, estava em condições de assumir, mesmo porque não haveria qualquer dificuldade na transição. Qualquer pessoa que entrasse, desde que trabalhasse com o alto comando, não teria qualquer dificuldade.

Mas, pouco mais de 10 meses depois, o sr. voltou a ser ministro, na tempestade do Sivam. Qual o impacto desse episódio para a Aeronáutica? A saída do ministro, a imprensa com uma série de reportagens buscando irregularidades na concorrência...

Nós usamos uma sistemática de concorrência que vinha sendo utilizada há 20, 30 anos na Aeronáutica. Na realidade, a seleção foi feita em 1994, e na época dei entrevista, distribuí material aos jornais e no Con-

gresso, mostrando os critérios utilizados. Infelizmente, muitos não queriam ouvir e ver. Os objetivos eram outros. Mas a verdade é que, apesar de todo aquele estardalhaço, acabou-se o problema e ninguém mais fala dele. Todas aquelas irregularidades que diziam existir, ninguém provou porque, na prática, não existiam.

Houve aquela história do brigadeiro Gandra ter pernoitado na casa de um amigo...

Era amigo dele há mais de 10 anos. Houve uma coincidência infeliz naquele instante. Na realidade, se se fizer uma análise bem cautelosa, vai-se perceber o seguinte: nesse momento, a escolha já estava feita pelo ministro Flores e homologada pelo presidente Itamar. As operações de crédito estavam todas aprovadas pelo Congresso. Creio que essa onda sobre irregularidades no Sivam escondia ou era pano de fundo para algumas outras coisas que existiam em nível nacional e que acabaram, provavelmente, se resolvendo de outra forma. Ninguém encontrou nada e não podia encontrar. O processo que usamos, para a seleção das empresas, foi profundamente pensado. O tempo todo eu dizia ao brigadeiro Oliveira, que era o encarregado direto: “Oliveira, temos que trabalhar de tal maneira que, ao terminar, sejamos capazes de enfrentar todos os questionamentos que possam surgir, com a consciência tranqüila”. Estabelecemos critérios muito rígidos que, na realidade, acabaram facilitando o processo seletivo. Houve empresas que foram alertadas: “Olha, não adianta vocês insistirem nesse tipo de abordagem. Isso está fora dos padrões que estabelecemos e que estão escritos. Vocês vão acabar sendo prejudicados, se insistirem”. Houve gente que quis impor condições. Por que o Brasil vai se submeter a imposições dos outros? Não há nenhuma razão para isso.

E a questão de haver funcionários da FAB contratados pela Esca?

O que aconteceu, na prática, foi que essa sistemática era muito usada no país e vinha sendo usada, por nós próprios, no ministério pela incapacidade que tínhamos de usar os recursos orçamentários normais para contratar técnicos de alto nível, em quantidade adequada. Por essa razão usavam-se consultorias. As pessoas eram escolhidas por nós, gente de inteira confiança, e entravam na folha de pagamento da consultora. Não era pessoal da empresa que a gente trazia para dentro da nossa organização — era diferente. Escolhia-se um determinado grupo de técnicos e depois os contratávamos, pela empresa, como consultores. Isso todo o mundo fazia. Na verdade não havia qualquer problema. Mas quiseram encontrar aí alguma coisa que estaria levando a um tratamento preferencial.

Isso por conta das relações entre a Esca e a Raytheon?

Na realidade, o grande relacionamento que existia à época não era com a Raytheon, era com a Thomson. A Esca trabalhou com a Thomson no Dacta 2, o tempo todo. Elas tinham um relacionamento de 10 anos ou mais. Conheciam-se, trabalhavam juntas. Portanto, até diferentemente do que se falava, se houvesse alguma coisa, seria com a Thomson. E ela foi a concorrente que perdeu, pois as condições dela eram piores para o governo brasileiro.

Como o sr. viu a saída do brigadeiro Gandra do ministério?

Para mim, houve um momento psicológico desagradável, que acabou levando o brigadeiro Gandra a tomar uma decisão extrema. Nunca conversei com ele a respeito de suas conversas com o presidente que o levaram a sair. Até por companheirismo — nós éramos companheiros há mais de 40 anos, embora de turmas diferentes —, nunca perguntei o que teria havido, os detalhes de como as coisas ocorreram. O fato é que ele, um homem profundamente sensível, viu-se agredido de uma forma tal que não se sentiu com condições de continuar. E acho que, nesse episódio, a imprensa teve um papel preponderante.

Em decorrência disso, voltei ao ministério. Em verdade, o presidente, ao me convidar para substituir o brigadeiro Gandra, tinha, implicitamente, um trunfo a meu respeito: o Sivam. O responsável principal pelas decisões relativas ao Sivam era eu. Quem aprovou o projeto, em primeira instância, e o levou ao presidente Itamar fomos eu e o almirante Flores, que era da SAE. Mas o fato é que a responsabilidade pelo processo, pelas formalidades legais, era do Ministério da Aeronáutica. Nós tínhamos firmado um convênio entre a SAE e o Ministério da Aeronáutica, pelo qual a SAE seria a coordenadora geral do Sipam, dentro do qual estava o Sivam, que era um pedaço do projeto maior. Então, quem monitorava, em nível mais alto, dentro do ministério era eu. O brigadeiro Oliveira não tomava qualquer atitude mais importante sem a minha concordância. Portanto, a responsabilidade principal era minha. De maneira que acho que o presidente foi muito inteligente e deve ter pensado: “Você, que criou o projeto, venha agora defendê-lo”.

Nós dois tínhamos sido ministros juntos no governo Itamar e tínhamos um relacionamento muito bom. E ele teve um papel extraordinariamente importante, como ministro da Fazenda, no processo de privatização da Embraer. Credite-se a ele boa parte do sucesso dessa privatização. E, obviamente, ao presidente Itamar, que o tempo todo acompanhou de perto e nos deu a cobertura indispensável, cabe o mérito maior.

Outro assunto polêmico durante seu segundo período no ministério surgiu quando a Marinha comprou os aviões do Kuwait. O sr. deve ter ficado muito chateado com isso, não?

Não fiquei chateado, sou pragmático. Na força, a gente tem que analisar as coisas com profundidade. A minha ligação com a área da aviação embarcada era antiga, tive um relacionamento muito bom com a Marinha. Fiz a viagem de instrução com os guardas-marinha, fiz curso na Marinha, fui da embarcada — não fiz o curso nos Estados Unidos, só a parte do Brasil, mas trabalhei um ano e tanto nisso. Sempre tivemos em mente a necessidade de apoio aéreo para a Marinha. Mas há um enfoque um pouco diferente entre a Aeronáutica e a Marinha. Enfoque esse que, como disse ao presidente, precisava ser equacionado através de orientação de nível superior. A Marinha tinha um planejamento bélico que não nos parecia afinado com a política de defesa nacional. Aliás, cada força tinha sua própria “política de defesa nacional”, e isso não era bom. Foi em decorrência disso que começou o trabalho que culminou, em 1996, com a aprovação da Política de Defesa Nacional pelo presidente da República. Foi uma tentativa de colocar uma certa base comum no processo.

O presidente comentou, superficialmente, comigo, logo depois que assumi, alguma coisa sobre a compra de aviões. Na realidade, era um problema de meios aéreos para a Marinha, mas com o enfoque de, obrigatoriamente, serem por ela operados. Precisavam, sim, de meios aéreos para a esquadra. Tínhamos a percepção de que tanto o Exército quanto a Marinha precisam de meios aéreos para atender às suas atividades. Sem isso não se pode estar preparado para a guerra. Nós sabemos que sem a aviação ninguém guerreia. O problema todo vinha das prioridades e das visões. O fato é que a Marinha raciocina, ou raciocinava, com uma esquadra capaz de exercer suas ações bélicas em regiões muito distantes. Mais especificamente, ela considerava essencial a capacidade de operar até os portos da costa atlântica da África. E a gente dizia o seguinte: “Onde ela baseia essa postura? Calcada em quê? Qual é o documento de planejamento de governo que lhe dá suporte para isso?” Pelo contrário, tudo que se tem é que a postura militar brasileira é de caráter defensivo, o que, em nosso entender, não contemplaria capacidade bélica para certos tipos de operações por ela concebidos. O que eu dizia ao presidente era que nós precisávamos ter definições claras sobre as atribuições das forças para, a partir daí, termos condições de definir meios aéreos para cada uma delas.

O segundo problema é o de recursos. Houve duas oportunidades nas quais Marinha e Aeronáutica se sentaram para discutir sobre aeronaves

para atender à esquadra. Chegaram a um acordo que se mostrou logo inexecutável. Era preciso muito dinheiro para atender à Marinha, e voltou o problema de prioridade. No entanto, temos que decidir quem deixa de fazer o quê, uma vez que os recursos não estão dando para fazer nem mesmo o que é essencial. Em nosso caso, por exemplo, é a soberania do espaço aéreo; não há como dizer que a prioridade da soberania do espaço aéreo é menor do que a de atender a uma esquadra que possa executar operações muito distante de nossas águas de interesse.

Mas, mesmo com poucos recursos e sem planejamento que indicasse prioridades, a Marinha compra esses aviões.

Estou falando, primeiro, que há um problema conceitual, que vem do passado. No final da administração Itamar coloquei gente minha para conversar com o pessoal da Marinha, para tentar uma solução que atendesse aos interesses das duas forças, uma vez que tínhamos sido obrigados a desativar o avião P-16, que equipava o navio-aeródromo. Não conseguíamos ir adiante e o tempo passando. Na realidade, por trás disso tudo está alguma coisa que é muito especial, que não chegou a ser tratada. A Marinha jamais aceitou ter perdido a aviação embarcada. Acho que o país deve procurar encontrar a melhor solução para isso. Prefiro não entrar no mérito de como o processo ocorreu, porque terá sido alguma coisa entre o presidente e o ministro da Marinha.

Para a Aeronáutica essa compra foi uma surpresa?

Foi. Nós achávamos que precisávamos — independentemente da criação do Ministério da Defesa, de a Marinha e o Exército terem ou não aeronaves — arrumar, com certa velocidade, a Política de Defesa Nacional. Nesse processo, definiríamos claramente a atribuição de cada força e, em decorrência disso, seriam estabelecidas as prioridades para o atendimento desse planejamento. Não conseguimos chegar lá, o que, no meu ponto de vista, é uma lástima. Tenho sérias dúvidas se a Marinha fez a melhor opção. Do ponto de vista dos nossos estudos, ela não fez. Talvez tenha feito a opção que lhe permita atingir a meta de voltar a ter a aviação. Mas dificilmente terá sido a melhor opção.

Feita a compra, o sr. chegou a discutir esse assunto com o ministro Mauro César?

Não, apenas participei da elaboração do decreto que definiu as atribuições das forças. Era um problema meu. Conversei com o alto coman-

do e chegamos a um acordo sobre o que deveria ser feito. Acho que temos que verificar o que é melhor para o país, e essa foi a postura da Aeronáutica. Tomada uma decisão política pelo presidente, a Aeronáutica se colocou à disposição para colaborar em tudo o que fosse possível. Estamos formando pessoal da Marinha, formando pilotos. Estamos assessorando, onde e quando necessário.

A Marinha não fez treinamento de pilotos na Argentina, já na sua época?

Sim. Eu fiquei sabendo por vias transversas. Essas coisas acontecem.

A Marinha não procurou a Aeronáutica para esse treinamento?

A postura era diferente e não havia definição. O que propus foi similar ao que fizemos quando foi criada a aviação do Exército, com a aquisição dos helicópteros, levando-se em consideração que a Marinha tinha uma situação diferente, pois já possuía experiência em aviação.

Com o Exército, eu era vice-chefe do Estado-Maior, recebi a incumbência de participar do processo e chamei o pessoal do Exército para decidir o que fazer. Após analisar a situação, sugerimos um esquema de trabalho. Inicialmente haveria um curso na AFA, para os pilotos, e na Escola de Especialistas, para os sargentos. Depois, a formação nas universidades. Íamos dar assistência, inclusive colocando pessoal nosso para trabalhar com eles. E foi assim que saiu e que está acontecendo.

Há, sem dúvida, gente dentro da Aeronáutica que acha que a Marinha não devia comprar esse aviões. Eu não penso assim. Como disse, não sei o que é melhor ou pior, o tempo dirá. Uma coisa é absolutamente certa: se houver guerra, todo o mundo tem que trabalhar harmonicamente. Não há força que possa fazer sozinha o seu trabalho, nem a Marinha. Ainda que ela tenha condições para certas operações, haverá o momento em que todo o mundo terá que participar. Vários eventos bélicos recentes têm mostrado isso.

Foi só no fim do primeiro mandato que Fernando Henrique Cardoso criou o Ministério da Defesa. A que o sr. atribui essa demora?

Acho, primeiro, que o presidente tinha problemas demais em outras áreas. E na realidade o Ministério da Defesa, embora fosse compromisso de campanha, não me parece que fosse de urgência. Porque, bem ou mal, as Forças Armadas estavam funcionando, não criaram problemas para o governo. Enquanto isso, havia problemas de dívida externa, o Plano Real, e problemas de natureza política bastante grandes.

Isso do lado do presidente. Agora, do lado das Forças Armadas, também não havia empolgação pela idéia...

Não havia, realmente, empolgação. Havia sempre reticências, embora eu estivesse alinhado com as idéias do presidente. Se não estivesse, teria saído. Concordava que as coisas deveriam ser estudadas, mas, quando se tem um problema, procura-se analisar todos os seus aspectos. Uma das análises que a gente fazia era baseada nos contatos freqüentes que tínhamos com os comandantes de forças que vinham nos visitar. Procurava-se saber como funcionavam os ministérios da Defesa em seus países. Sistemáticamente verificava-se que o relacionamento com as forças apresentava problemas. Isso, na pior das hipóteses, deixava uma reticência.

Pessoalmente, já havia trabalhado, como adido, em dois lugares em que havia Ministério da Defesa: França e Itália, neste último quando dirigia o Programa AMX. Tive ali mais percepção do problema e vi que, fosse ou não uma peculiaridade da burocracia italiana, que era extremamente pesada, havia uma dificuldade grande no encaminhamento dos problemas no Ministério da Defesa. Deu para notar que não era fácil, o processo decisório era complexo demais.

De maneira que, aliando-se essa minha experiência com as informações obtidas através desse relacionamento com outras forças, havia dúvidas no ar. Nós precisamos fazer alguma coisa que realmente funcione. Tem que sair alguma coisa que venha para somar, e talvez por isso se tenha levado um pouco mais de tempo. Até porque o Ministério da Aeronáutica tinha uma situação diferente das outras forças. Era o único que abrigava, dentro de si, duas grandes atividades eminentemente civis, que são a aviação civil e parte do programa espacial. E tudo precisaria ser feito sem prejudicar o país. Nós não podíamos criar uma estrutura que viesse subverter todo esse conhecimento, toda essa experiência, coisas fundamentais que tinham que continuar funcionando. Não podia haver interrupção, e nisso acho que, pelo menos do lado da Aeronáutica, essa implantação com prudência foi salutar. Praticamente não aconteceu nada, em termos das atividades normais. Esse era o objetivo da gente. O presidente também tinha essa preocupação de não desfigurar as forças.

Na verdade, nos países em que, nessa mudança, houve uma certa desfiguração das forças, o resultado foi bastante ruim. Veja-se os Estados Unidos, por exemplo, onde isso não ocorre: as forças são muito fortes e têm que ser, não há como evitar. Não há como se fazer uma estrutura, por exemplo, com uma Força Aérea que tem uma responsabilidade extremamente grande e dizer que ela não é nada; não existe isso. O comandante da Aeronáutica tem que ser um homem de força, se ele não tiver autori-

dade, não comanda, e se não comandar, a força não existe. A sua estrutura tem que ser capaz de sobreviver a possíveis problemas que venham a existir na área política, considerando-se que o ministro da Defesa é diferente dos ministros militares, pois normalmente é um homem da área política.

Essa percepção é que faz com que o Ministério da Defesa seja diferente dos outros ministérios. Nos outros ministérios, o ministro comanda mesmo, pelo menos teoricamente. Aqui, o comando se faz através de alguém que, esse sim, tem que ter carisma, tem que ter autoridade, o respeito de seus pares. Deve ser capaz de trabalhar num grupo que compreende que ele tem condições de estar à frente. Se não for assim, não é da área militar. Porque a gente trabalha com o princípio de disciplina, princípios rígidos de honestidade e ética, o que não pode ser posto em dúvida.

Havia posições divergentes entre as diferentes forças a respeito do Ministério da Defesa?

Não. Havia visões, às vezes diferentes, de um mesmo assunto. Uma achava que talvez fosse melhor assim, outra achava melhor de outra forma. O que seria perfeitamente compreensível — primeiro, pela própria tradição, pela cultura de cada um, e segundo, porque essas conversas que se tinham com os comandantes das forças de países amigos traziam experiências que não eram uniformes. De um modo geral, toda vez que você trata de um assunto como esse, é pouco comum que haja convergência. Mas é exatamente por isso que se trabalha com o grupo, procurando encontrar soluções, sempre na busca do que há de melhor para as forças. A preocupação que existiu era conseguir uma coordenação mais forte no planejamento das forças. A escassez de recursos e a dificuldade para obtê-los faziam com que cada força lutasse quase que independentemente do que a outra estava fazendo, porque cada um de nós estava tentando sobreviver. Se houvesse recursos com relativa facilidade, talvez uma coordenação mais intensa pudesse ser feita.

A Marinha apresentou um projeto próprio de Ministério da Defesa. Seria correto achar que na fase final ficam mais divididas as posições? De um lado, o Exército, a Aeronáutica e o Emfa; de outro, a Marinha, junto com a SAE, a Casa Militar e o Itamarati?

Acho que não. Habituei-me, ao longo da vida, a trabalhar em grupo. E no grupo é perfeitamente compreensível que você tenha posições divergentes e é até necessário que elas existam. Isso não significa que, des-

de que não haja radicalismos, a gente não esteja caminhando na mesma direção. Essa fase inicial foi importante. Na realidade, fez-se incursões nas outras áreas, procurou-se trazer conhecimentos, experiências. Eu mesmo pedi aos nossos adidos para mandarem cópias das legislações dos países onde existia o Ministério da Defesa. Não se encontra dois iguais. Se você tem uma quantidade razoável e não encontra dois iguais, já é um primeiro sintoma de que o problema não é simples e de que as soluções são dirigidas para os problemas específicos de cada país. Uma outra constatação foi a evolução permanente das estruturas dos ministérios da Defesa nos outros países. A Itália, com quem a gente tem um relacionamento muito estreito — nós temos um grupo lá, há quase 20 anos, trabalhando junto ao Estado-Maior Italiano da Aeronáutica Militar —, estava refazendo a sua estrutura de Ministério da Defesa em 1998. O que eu quero dizer com isso? Que é perfeitamente compreensível que houvesse visões diferentes.

Mas, na área militar, sempre se buscou chegar a um consenso. Parece que nesse momento final as decisões foram tomadas mais em votações.

Não diria que foi propriamente isso. O que é consenso? Se partimos de três posições diferentes, como é que se vai chegar ao consenso? Alguém tem que deixar um pouco do que era seu para absorver um pouco do que era do outro. Chega-se num determinado ponto em que, às vezes, a gente diz: “Olha, tudo bem, minha posição é esta, mas...” Mas aí entra uma característica da área militar. A gente trabalha até que se chega num ponto em que as coisas estão convergentes. E quando alguém, que tem o poder de decidir, decide, todos se alinham e trabalham na mesma direção. Vejo que, em relação ao Ministério da Defesa, trabalhou-se assim também. Fomos capazes de nos ajustar a uma decisão política que o presidente queria que fosse cumprida. O cronograma de eventos, foi ele quem traçou. E procuramos nos ajustar.

E o pessoal ficou satisfeito com o formato final?

Nós deixamos algumas coisas que precisavam ser feitas. A discussão que às vezes havia era qual a ordem de fazer essas coisas. E essa ordem dependia muito da visão política. O presidente teve uma percepção de como realizá-las, e caminhou-se em função dela. Agora, recentemente, foram efetivadas algumas medidas que nós tínhamos preconizado, consideradas absolutamente essenciais: alguns ajustamentos na Constituição, para permitir um tratamento especial aos comandantes das forças. Eu sempre defendi, e outros também defenderam, que eles têm que ter um

tratamento jurídico diferenciado, colocando-os na mesma situação dos ministros de Estado, quanto às competências do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça, de modo a garantir-lhes as condições necessárias para o adequado exercício de seus cargos.

A impressão que tivemos é que o relacionamento, principalmente entre Marina e Exército, tinha ficado tenso nesse período final de discussões.

Não. Eu analiso as coisas de forma muito pragmática. Acho que, às vezes, em uma ou outra reunião, terá havido discussões um pouco mais acaloradas. Isso é normal. O objetivo maior era chegar-se a uma solução que contivesse determinadas coisas consideradas importantes. O tempo vai nos dizer se vai funcionar bem. Dependerá demais da personalidade do ministro.

O sr. conhecia bem o ministro Élcio Álvares?

Nós fomos ministros juntos. Ele era ministro da Indústria, Comércio e Turismo. Tivemos algumas reuniões relacionadas com a aviação civil, por causa da área de turismo e de indústria. Tivemos muito contato nessa época, e ele, no Congresso, me ajudou enormemente. Nesse processo do Sivam, nos encontramos e nos telefonamos inúmeras vezes, porque era ele a minha linha de frente lá, e eu era o supridor de material para ele defender o governo nos problemas do Sivam. Tivemos um relacionamento muito longo. Gosto demais dele. Acho-o um homem muito sério, muito sereno.

Durante algum tempo se especulou sobre quem seria o futuro ministro da Defesa. Saíram notas nos jornais mencionando Antônio Carlos Magalhães e Marco Maciel. A decisão final por Élcio Álvares não foi vista como uma certa perda de prestígio?

Da minha parte, acho que, na Aeronáutica, esse problema não existiu. Conversei com o pessoal do alto comando e percebi isso. Na verdade, perder a eleição estadual não é um fato tão significativo; se não fosse assim, o Serra não seria o ministro da Saúde. Há injunções em política regional que, muitas vezes, trazem grandes surpresas no processo eleitoral. Estamos cansados de ver isso.

Chegou a haver preferência pelo Marco Maciel?

O Marco Maciel seria um excelente ministro da Defesa. A dúvida, que pessoalmente tenho, é se, em nossa estrutura, funcionaria de forma

adequada. Talvez até funcionasse com Marco Maciel, que é uma pessoa espetacular. Mas como é que funcionaria com o vice-presidente como ministro da Defesa? Às vezes, parava para pensar e fiquei com algumas dúvidas em relação à natureza institucional. Havia duas coisas completamente distintas: uma função era inamovível, a outra, não. Com o Marco Maciel talvez não houvesse problema algum, mas não me parecia lógico.

FERNANDO CARDOSO

NASCEU EM 1937. Concluiu o curso da Academia Militar das Agulhas Negras em 1959. Coursou a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército entre 1973 e 1975. Comandou o 16º Batalhão de Infantaria Motorizada, em Natal, em 1985/86. Em seguida, trabalhou na Escola Nacional de Informações (EsNI), onde permaneceu até meados de 1988, seguindo então para a China, onde permaneceu como adido militar até outubro de 1990. De volta ao Brasil, ficou seis meses na Secretaria Geral do Exército, foi promovido a general-de-brigada (maio de 1991) e assumiu o comando da 4ª Brigada de Infantaria, em Belo Horizonte. Entre maio e outubro de 1992, foi chefe do Centro de Inteligência do Exército, tendo sido nomeado, em seguida, para a chefia da Casa Militar do presidente Itamar Franco. De 1994 a janeiro de 1996, foi assessor especial do presidente Fernando Henrique Cardoso para a criação da Agência Brasileira de Inteligência. Em seguida, assumiu uma subchefia do Comando de Operações Terrestres, função em que permaneceu até passar para a reserva, em março de 1997, no posto de general-de-divisão.

Depoimento concedido a Celso Castro em Brasília, no dia 14 de abril de 1999.

O sr. foi nomeado chefe do CIE em maio de 1992, durante o governo Collor, sucedendo ao general Mendes. Ficou lá cinco meses, antes de ir para a Casa Militar de Itamar. O CIE acompanhava o que se estava passando durante a crise do governo Collor?

Não houve um esforço do meio militar para investigar as denúncias nem houve interferência dos militares. Acho que em nenhum momento houve algum tipo de participação, nem no sentido de procurar entender o que estava acontecendo, porque o processo ali foi confuso, veloz e fugiu do controle talvez até de quem o tivesse deflagrado. É claro que havia preocupação em procurar saber o que existia, mas o processo do *impeachment* foi muito tumultuado. Tanto que até hoje tem coisa que não foi decidida. O problema do Paulo César Farias na Justiça e do próprio presidente, nada daquilo ficou resolvido. O Paulo César já entrou em outro esquema, mas a respeito do próprio Collor, o que a Justiça fez?

O que se comenta às vezes é que Collor, ao extinguir o SNI, acabou pecando por não ter um órgão de informações que se reportasse diretamente a ele.

Acho que há algum exagero nisso, pois não é a falta ou a existência de um serviço de informações que vai determinar tudo isso. Acho é que, como em todos os grandes países do mundo, têm-se que tomar decisões amparado em dados confiáveis. Nós fazemos muita ligação de inteligência com *araponguice*. Não é isso, inteligência não é ficar espionando a vida das pessoas, inteligência é dotar o governo de pessoas, de instituições que lhe permitam tomar decisões adequadas nos momentos devidos.

Vou dar um exemplo: na crise cambial atual [1999], qual é o assessor que o governo tem, fora do Ministério do Fazenda ou fora do Banco Central, para emitir uma opinião? Esse é o aspecto. Todo o mundo faz imagem do agente de informação como camarada com um chapeuzinho, de óculos escuros, grampeando o telefone de alguém. Não é isso. Quer dizer, o grampo pode até ser um instrumento (que, hoje em dia, todo o mundo está usando). Mas inteligência não é isso, é dotar o governo de um instrumento que lhe permita ser devidamente informado sob vários assuntos.

É necessário compreender uma coisa: tem que haver pessoas qualificadas que trabalhem para o governo nesse sentido. No relacionamento com países, é preciso ter pessoas especializadas em determinadas áreas. No momento em que há uma transformação num país que interessa ao Brasil, tem que haver alguém que possa prestar uma assessoria confiável. Temos que contar com especialistas fora dos circuitos dos comerciantes ou dos exportadores, ou até mesmo dentro desses circuitos. Agora, achan-

do que inteligência é o sujeito só praticar *arapongagem*, aí não se vai criar nunca nenhum tipo de serviço que seja capaz de aconselhar. E o homem que faz esse tipo de atividade tem que ser credenciado, tem que ter um amparo do Estado, não vai fazer aquilo porque resolveu fazer, tem que ter um mandato.

O sr. não acha que a palavra “informações” ficou como um estigma?

Ficou. Vários estigmas foram criados. A própria palavra “informações” criou esse estigma. Outro fator que o favoreceu foi aquele personagem que o Tarcísio Meira interpretou naquela novela, o *Araponga*, em que havia um protótipo de espião. Hoje, quando você quer desmoralizar um homem, diz: “Esse é um Araponga”. Ou então: “Este aí está fazendo arapongagem”.

O sr. mantinha contatos com a SAE, quando estava no CIE?

Muito pouco, fiquei lá durante cinco meses. Além disso, a extinção do SNI foi um momento delicado, porque feriu muitas pessoas. Havia, naquele momento, uma pequena desconfiança entre todos que ali circulavam. E não havia muita interligação porque o próprio sistema havia se desfeito.

E com o Cenimar e com o Cisa, havia contato?

Sim, mas não especificamente naquele momento. Os contatos sempre foram de bom nível na área militar. Mas, naquele momento, tudo se passou muito rápido. Ficou todo o mundo atordoado.

Os órgãos de informações foram criados com uma orientação anticomunista muito forte. Quando o sr. está dirigindo o CIE, como se muda essa cultura institucional?

É muito difícil. É como se você estivesse fazendo um movimento e, de repente, tivesse que virar para uma região totalmente desconhecida. Havia inclusive situações legais a que os órgãos tinham que se adequar. Por exemplo, o cidadão podia fazer um requerimento e pedir seu *habeas data*. Isso era uma coisa absolutamente nova. Todos os órgãos estavam se adequando a essa nova visão do mundo. Durante esse período, é claro que não se pode fazer muita coisa: é preciso realinhar, verificar objetivos, verificar a nova política. Tudo isso demanda algum tempo, tanto é que hoje o Exército já tem uma escola de inteligência. Isso foi fruto de todo esse realinhamento.

O general Tinoco, antes de deixar o ministério, fez uma mudança, tirando o CIE do gabinete do ministro e vinculando-o ao Estado-Maior do Exército.

Houve realmente uma determinação nesse sentido, só que isso nunca foi implementado na realidade. Foi discutido e, depois de algum tempo, quando inclusive eu já tinha saído, o centro continuou ligado ao ministro. Tenho a impressão de que na Marinha e na Aeronáutica isso foi feito.

Por que não o CIE? Havia resistência do pessoal?

É, e até, muitas vezes, uma resistência oficial, colocada lealmente. Não foi traição, foi feito um estudo, as pessoas davam suas opiniões. Isso se faz tranquilamente.

Qual seria a diferença entre o CIE ficar vinculado ao gabinete ou ao Estado-Maior?

Isso é um princípio da atividade de inteligência. Ela é ligada ao órgão supremo da instituição. Esse é um esquema. Tomemos como exemplo o SNI. Pode-se dizer que isso é uma cultura do próprio SNI, do próprio regime militar etc. Mas as pessoas que trabalham com inteligência, de um modo geral, entendem que ela tem que servir ao poder maior — o ministro, no caso das Forças Armadas, e o presidente, no caso do SNI. Mudando para o Estado-Maior do Exército, já se coloca um outro elo na cadeia.

Do ponto de vista operacional, o CIE ficaria menos eficiente estando vinculado ao Estado-Maior?

O problema operacional tem que ser mais guardado, tem que ser diretamente cuidado, não pode ficar solto. Tem que ter “rédea curta”. Mas essa modificação não alteraria muito, não teria muita influência operacional. Se existe um bom planejamento, um bom controle da situação, serão feitas boas operações, que vão redundar em proveito para a atividade, e não em dificuldades para ela.

O sr. acha que o CIE demorou, comparativamente aos outros órgãos de informações das Forças Armadas, a diminuir de tamanho, em função dessa crise nacional que resultou no impeachment?

Acho que não. Talvez ele tenha se adequado ao momento. Os próprios governos militares tiveram uma determinada circunstância em que a atividade de informações era privilegiada e tinha, inclusive, até poder político. Em função disso tudo, aquela atividade cresceu. No momento

em que decresceu, tudo decresceu junto: os efetivos, o próprio poder político. Em todas as atividades, em todas as instituições, existem políticas internas. Isso é natural. O que aconteceu foi, também, um decréscimo natural. Não havia aquela exigência, não tinha nenhum outro aspecto fundamental, a coisa foi murchando naturalmente. Foi mudando de curso, procurando se adequar às novas condições, privilegiando um outro tipo de inteligência, mais voltada, talvez, para o setor externo. Tudo isso ocorre naturalmente. E o pessoal está se ajustando, até hoje, neste sentido.

Na sua época, os oficiais que serviam no CIE já serviam há muitos anos? O sr. levou gente nova?

Não, na época em que estive no centro, fiz muito poucas modificações de ordem pessoal. Quase todas as modificações foram em função de requisitos das carreiras dos oficiais que serviam. Mas passei pouco tempo lá. Cinco meses não é um período que dê para estabelecer um sistema ou identificar um modo de atuação. Foram cinco meses muito velozes, muito rápidos. Se você fica muito tempo na atividade, adquire uma experiência muito grande. Mas tudo é relativo, você também se afasta de outras áreas importantes para a carreira.

Como o sr. foi para a Casa Militar? O sr. conhecia o presidente Itamar?

Eu não o conhecia, nunca havia falado com ele. Um dia, um companheiro — cujo nome não direi — me disse que eu estava sendo cogitado para o cargo. Respondi: “Você está fazendo uma sondagem ou um convite? Porque hoje eu sou diretor do CIE, e a primeira pessoa a quem devo cientificar de algo é o meu chefe. Eu não quero parecer, nem de longe, estar sendo desleal àquele a quem devo lealdade em primeiro lugar”. Ele desconversou. Achei estranho, mas, imediatamente, comuniquei o fato aos meus superiores.

Depois, chegou um outro companheiro com a mesma conversa. Fiquei na minha porque nunca fui, dentro da minha carreira, ligado a grupos. Não estou criticando quem foi. Mas sempre pertenci ao grupo dos meus amigos, das pessoas com as quais trabalhei.

O sr. serviu em Juiz de Fora, será que por isso não passou a ser da “república do pão de queijo”?

Mas servi lá por pouco tempo. Contando as três vezes em que servi lá, foram três anos, sendo que uma foi como aspirante. Não tive contato com Itamar, não tive contato com ninguém. Eu conhecia poucas pessoas

daquele grupo. É claro que conheço o Hargreaves. Foi colega de turma, companheiro de colégio... Mas ele nunca me falou nada. E então, depois de algum tempo — o governo do presidente Itamar começou, se não me engano, numa sexta-feira, 1º de outubro —, lá pela quinta-feira, um dia antes, essas duas pessoas que haviam feito contato em horas diferentes me disseram que eu deveria encontrar o presidente Itamar. Falei com meu chefe outra vez, avisei a todo o mundo e fui lá. Foi quando ele me convidou para ser o chefe da Casa Militar.

Evidentemente, as minhas raízes de Juiz de Fora devem ter influído na questão. Você sabe que o poder político, às vezes, procura elos. O meu pai, Álvaro Cardoso, também foi general e é também de Juiz de Fora. Nunca teve grande relação com o presidente Itamar, mas o conhecia.

Como foi sua experiência na chefia da Casa Militar?

É preciso fazer um paralelo entre a Casa Militar no regime militar e a Casa Militar no regime civil — eu, pelo menos, vejo assim. É uma coisa completamente diferente. Eu conheci a Casa Militar dentro do governo Figueiredo. Muito possivelmente, nos governos anteriores, ela deveria ser do mesmo feitio. A Casa Militar administrava de 90 a 95% do Palácio do Planalto. Tinha uma diretoria administrativa que coordenava toda a parte de transporte, de saúde etc., fora as subchefias militares, porque a Casa Militar tem uma subchefia da Marinha, uma do Exército e outra da Aeronáutica. Tem um subchefe executivo, que é uma espécie de administrador da Casa Militar. Então, essa é a Casa Militar no regime militar.

No regime civil, houve a desmilitarização do Palácio do Planalto. Os chefes de departamento, chefes de divisão etc., que eram militares, foram substituídos por civis, mudou-se o organograma. A Casa Militar que eu vivi interferia em talvez 30%, com boa vontade, de todo esse bolo administrável. Não estou dizendo que isso ou aquilo seja errado ou certo. São maneiras de exercer o poder. A Casa Militar tem a seu cargo, fundamentalmente, a segurança do presidente da República, o encaminhamento de problemas militares, expedientes, obtenção de recursos. Como atividade visível, é a segurança do presidente da República: o transporte, a organização de suas viagens, a prevenção de acidentes. É preciso ter uma espécie de sentimento do que vai acontecer. Se bem que o presidente Itamar não tivesse essa preocupação. Ele não era hostilizado, e também não tinha preocupação com a sua segurança. Sempre foi uma pessoa muito aberta. Até nos assustava um pouquinho, mas depois nos acostumamos e deu tudo certo.

Qual é o contato do chefe da Casa Militar com os ministros militares?

Ele é uma espécie de intermediário. Para o ministro é mais fácil dizer: “Cardoso, está havendo essa dificuldade. Você poderia falar com o presidente...” É uma espécie de meio de campo. É um cargo político que tem essa característica.

Os ministros são, hierarquicamente, superiores ao chefe da Casa Militar.

Sim, no meu caso, eu era general-de-brigada. Mas, no tempo em que eu era o chefe da Casa Militar, eu também era ministro de Estado. O chefe da Casa Militar tem que ser ministro de Estado, até do ponto de vista do Judiciário, porque o ministro só pode ser questionado pelo STF e o secretário, não. Ele pode ser acionado. É claro que eu era ministro, mas sabia que eu não era igual ao ministro do Exército.

No governo Itamar não havia mais o SNI. O chefe da Casa Militar também passava informações ao presidente?

Não. Existia a Secretaria de Assuntos Estratégicos, que era o antigo Conselho de Segurança Nacional e que depois virou a Saden. No governo Itamar, o almirante Flores foi nomeado o novo secretário de Assuntos Estratégicos e foi ele quem englobou essa parte de inteligência junto ao governo federal.

Quais eram suas principais atividades na Casa Militar?

Há essa atividade mais visível, que é cuidar da segurança do presidente, organizar as viagens etc. Viaja-se muito. E, no caso do presidente Itamar, houve uma circunstância muito interessante, que dificilmente algum outro vai repetir, que eram as viagens rodoviárias. Nós saíamos daqui de Brasília de avião, íamos até o Rio, onde montávamos um comboio para levar o presidente para Juiz de Fora. Muitas vezes a viagem era à noite, o que aumenta os riscos, porque a estrada é pública. O presidente Figueiredo descia no aeroporto e pegava um helicóptero para ir de um lugar a outro. As viagens rodoviárias foram uma característica do governo Itamar. Ele não abria mão de ir a Juiz de Fora, mas não gostava de helicóptero. Chegou a pegar uma vez, e, no final, fomos algumas vezes de “Brasília”. Ele era de extrema simplicidade — outra marca do seu governo — e fazia um grande empenho para que não parecesse que estava indo gente demais na viagem.

O presidente Itamar assumiu com crédito a seu favor. O país havia passado por um impeachment e, numa crise, se dá um crédito a quem chega porque

as coisas têm que se estabilizar. Teve também o Plano Real, que trouxe estabilidade à economia.

O governo Itamar começou com muita desconfiança, apesar de ter havido tudo isso: o país estava em crise, e é claro que ninguém estava torcendo contra. Mas logo assim que o presidente nomeou o ministério — ele começou numa sexta-feira e anunciou cinco ou seis nomes do ministério —, já no dia seguinte, não sei se foi a *Veja* ou a *IstoÉ*, estampavam a manchete: “Ministério pífilo”. Por quê? Fundamentalmente, porque os escolhidos para dirigir a área econômica não eram de São Paulo. Mas, na verdade, acho que nos últimos anos o presidente Itamar foi o homem que teve a maior felicidade na condução do governo. Ele saiu com quase 90% de popularidade. Entrou numa crise, implementou o Plano Real, deixou o país organizado, elegeu o sucessor. Sucessos como os que ele colheu, poucas pessoas colheram. Hoje há muita polêmica a respeito de quem criou o Real. Pode-se até discutir quem foi o criador do Real, mas não foi o Itamar que o enterrou. A impressão que tenho dele é a de um homem altamente bem-intencionado. Sempre procurou tomar medidas que beneficiassem a todos.

Hoje [1999], o governador Itamar em Minas está em choque direto com o governo federal. É uma “trincheira” — ele usou essa expressão — de resistência. É o mesmo Itamar que o sr. conheceu?

Não sei, porque estou completamente afastado. O acompanhamento através da imprensa é muito difícil porque, às vezes, ela coloca cores e tons em determinados comportamentos, de modo que, baseando-se apenas nisso para emitir uma opinião, podemos nos enganar. Mas acho que o Itamar foi um excelente presidente, fez muita coisa. Porque não tinha compromisso com grupos, como o Collor tinha.

Qual era o grau de informação do presidente Itamar a respeito dos assuntos militares?

O presidente Itamar reuniu pela primeira vez o alto comando das Forças Armadas, formado pelo ministro do Exército, o chefe do Estado-Maior do Exército, o ministro da Marinha e o chefe do Estado-Maior da Marinha, o ministro da Aeronáutica e o chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, o ministro do Emfa, o chefe da Casa Militar, o secretário de Assuntos Estratégicos. Ele fez uma reunião para que os militares apresentassem o estágio das Forças Armadas, suas realizações e anseios. Pouca gente sabe disso.

Isso foi logo no início do governo?

Ele assumiu em outubro de 1992, essa reunião deve ter sido em 1993. Evidentemente, pode-se perguntar o que resultou disso. Na realidade, talvez tenha resultado apenas num conhecimento das atividades militares por parte do governo. Ele fez essa reunião e também teve uma participação no Projeto Sivam, que ele acompanhava. O brigadeiro Lôbo foi o homem que começou a conduzir aquele processo.

O sr. acha que Itamar foi um presidente mais simpático que o Collor, em relação aos militares?

Fazer comparações é muito complicado. Depois que terminou o ciclo dos governos militares e, particularmente, depois da Constituição de 1988, a atividade militar ficou meio complicada. A Constituição de 1988 foi cidadã para alguns e não para outros. O segmento militar, particularmente, ficou muito complicado até na questão de salários, posições e uma série de outras coisas que existiam, apesar de todo o mundo ter dito que havia uma grande assessoria militar na Constituinte. O poder militar já estava esmaecendo, e a Constituição de 1988 definiu uma série de atribuições e tirou outras das Forças Armadas. O Itamar foi justo. Fez o que pôde. Não fez grandes promessas, mas também não fez nenhum tipo de atividade, na minha avaliação, que pudesse nos prejudicar. Foi justo, foi correto com os militares. O Collor já partiu de uma prevenção contra o SNI e se desgastou.

Quando terminou o governo Itamar, o sr. ficou como assessor especial do presidente Fernando Henrique, para a criação da Abin. Como foi essa função?

Eu trabalhava naquela área onde era a antiga Escola Nacional de Informações. Meu gabinete ficava na antiga Agência Central do SNI. Teoricamente, eu não estava subordinado a ninguém. Havia um interesse de que eu fosse subordinado a determinadas áreas. Mas isso foi uma complicação que foi se estendendo, e ao final de 1994 pedi para sair. O meu intuito era a criação de uma agência de informação brasileira, mas isso não se cria de uma hora para outra. Mas o que houve? Quando começou o governo do presidente Fernando Henrique, a SAE passou a ter como escopo a elaboração de cenários futuros, estimativas etc. A parte de inteligência foi desvinculada e passou a ser chefiada por mim — teoricamente, como assessor especial. Na própria organização — essa é que foi a grande dificuldade —, estavam querendo vinculá-la ao secretário particular, que era o Eduardo Jorge. Então, ao final de algum tempo, depois de

algumas propostas, de algumas reuniões e encontros, cheguei à conclusão de que aquilo não ia frutificar e pedi para sair.

Por que não ia frutificar?

Existem várias razões e é difícil isolar uma. A primeira coisa que é preciso ter para que seja realmente criado um sistema de inteligência é uma definição, uma ação política, uma decisão governamental. Que nunca houve.

A que o sr. atribui isso?

Não sei. De certa forma, há muita resistência pelo passado recente. Nós vamos ter que nos acostumar com tudo isso. Houve um grande simpósio, muito interessante, que era a base de quase todas as idéias fundamentais para a criação de um novo sistema. Foi organizado sob a égide da Secretaria de Assuntos Estratégicos, no tempo do almirante Flores, no Congresso Nacional, com a participação de várias figuras que ainda hoje estão no cenário: jornalistas, diplomatas, políticos, militares. Produziram um documento muito interessante. Eu não participei, só tomei conhecimento depois. Mas li praticamente todo o trabalho, tem idéias interessantíssimas. Ali estão reunidas, eu diria, talvez de 85 a 90% das idéias boas sobre a criação de uma atividade de inteligência.

O sistema de inteligência tem que ter uma política, tem que ter um norte. O SNI, por exemplo, que era o órgão de informações durante o regime militar, tinha um norte. O SNI era anticomunista, não estou dizendo novidade nenhuma, foi criado para isso. Claro que tinha um caráter ideológico. Isso foi inevitável. O que não se pode ter é um serviço sem uma direção. Se não existe um norte, procura-se o quê? O que acontece hoje? Um vazio. A partir do fim do SNI, todo o mundo começou a procurar novos caminhos. O que os serviços de inteligência das Forças Armadas vão realizar hoje? Hoje eu nem sei, estou afastado, mas na época estava todo o mundo procurando um caminho.

Uma agência de inteligência deveria ter controle externo?

Na verdade, isso tudo pode ser equacionado. A atividade tem que orientar o governo, o Estado. Muita gente diz que o Estado é uma instituição, uma figura que está além do governo. Porque, quando se fala em “governo”, se fala em “pessoa”, mas quando se fala “Estado”, é algo abstrato. Então se propõe que a atividade tem que servir ao Estado. Mas o Estado se representa, através daquela execução, como governo. Quem exerce o poder de Estado em nome do Estado? É o governo. Mas isso não

pode ser confundido com um serviço pessoal ao governo. Há uma grande dificuldade em tudo isso.

A impressão que dá é que essa não foi uma função muito gratificante para o sr.

Não foi. Foi difícil. Foi complicada. É uma área difícil e tem vários outros aspectos. É preciso considerar que, no passado, a atividade de informações interferia em todos os segmentos da segurança nacional. Ela participava como cabeça do sistema. Hoje, nós vemos vários segmentos interessados na segurança pública, mas ninguém quer assumir a execução da segurança interna porque é muito sensível. Acho que vamos ter que caminhar para algo nesse sentido, mas ainda vai demorar algum tempo.

O sr. não acha que o general Alberto Cardoso está com excesso de funções — Abin, Casa Militar e agora a coordenação do combate ao narcotráfico?

Acho que não é o ideal. Mas, se há uma pessoa que pode conduzir todos esses problemas com elevado grau de eficiência, é o general Alberto Cardoso.

A respeito da concepção de inteligência, o sr. pensa de acordo com ele?

Não posso dizer. Tenho a impressão de que o nosso pensamento talvez não deva ser muito diverso. Mas, realmente, não conheço os projetos, me afastei. Na época em que estava como assessor especial, as nossas idéias combinavam.

Na época, o sr. conversava com a Polícia Federal?

Muito pouco.

E com a SAE?

Com a SAE, não. O embaixador Sardenberg, diretor da SAE, estava fora disso. Eu conversava com o ministro do Exército. Conversava com o general Cardoso, chefe da Casa Militar; com o Eduardo Jorge, porque teoricamente havia uma certa relação. Esses eram os meus interlocutores. Eu conversava também com o pessoal da Marinha, da Força Aérea, mas eram apenas contatos. Esse período de assessoria especial foi mais ou menos nesse sentido.

Por que o sr. acha que o projeto da Abin, nesse período pelo menos, não conseguiu caminhar?

Eu acho que ainda não há uma vontade política de implementá-lo. Há uma resistência latente, pois é uma atividade que gera muita sensibili-

dade. Eu diria que, hoje em dia, não se pode deixar espaços livres. No momento em que se acaba com uma instituição, os espaços são criados. Esses espaços são, hoje, ocupados institucionalmente: existem entidades que, constitucionalmente, agem nesse sentido. Hoje, é a Polícia Federal que tem mandato sobre o problema das drogas. Quando se cria uma secretaria, como se criou — eu estou me colocando fora do problema, pois não tenho um conhecimento aproximado —, os órgãos acabam, de alguma forma, colidindo.

Há uma zona de atrito entre o general Alberto Cardoso e a Polícia Federal, pelo menos a acreditarmos no que a imprensa noticia.

É. Aí, você tem que entrar numa espécie de “quem tem mandato”? Quem tem o mandato hoje, constitucionalmente, é a Polícia Federal. Inclusive tem atribuições para a área de informações.

A impressão que dá é que a Polícia Federal tem também um alto grau de corporativismo.

Aí nós vamos entrar noutro capítulo. A Polícia Federal foi criada pelo regime militar, e acho importante que exista, assim como existe nos países organizados — os Estados Unidos têm o FBI. Mas essa polícia tem que ser eficiente, tem que ter estrutura, conhecimento. Eu não gostaria de entrar nisso porque estaria falando sobre um problema paralelo. É uma área difícil, que acaba resumida numa palavra: violência. Quanta gente se diz encarregada do combate à violência? Mas ela está cada vez mais presente em todos os momentos da nossa vida. Se você for procurar, vai encontrar muitas causas para isso.

MAURO CÉSAR RODRIGUES PEREIRA

NASCEU EM 1935, no Rio de Janeiro. Ingressou em 1953 na Escola Naval, formando-se em 1955. Entre 1969 e 1971, estudou eletrônica nos Estados Unidos. De volta ao Brasil, serviu no gabinete do chefe do Estado-Maior da Armada, no Rio de Janeiro (1972). Fez o curso de Comando e Estado-Maior da Escola de Guerra Naval em 1973. Nos anos seguintes, trabalhou na Diretoria de Comunicações e Eletrônica e foi o primeiro diretor do Centro de Análises de Sistemas Navais. No final de 1978, já capitão-de-mar-e-guerra, foi para a Comissão Naval Brasileira na Europa, na Inglaterra. Ao voltar da Europa, em 1981, tornou-se comandante da fragata *Independência*. Em 1983, foi para a Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, como subchefe do setor de economia. Promovido a contra-almirante no início de 1984, comandou (até 1986) o Centro de Instruções Almirante Wandenkolk, de onde foi comandar a Comissão Naval de São Paulo. Em seguida, tornou-se comandante da Força de Fragatas (1987/88). Em 1990, foi comandar o 5º Distrito Naval e, em 1992, assumiu o comando do 1º Distrito Naval, no Rio de Janeiro. No final de 1992, foi promovido a almirante-de-esquadra e tornou-se secretário-geral da Marinha. Em meados de 1994, assumiu a chefia do Estado-Maior da Armada. Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso para a presidência da República, passou a ocupar (em 1-1-1995) o Ministério da Marinha, onde permaneceu até o final de 1998.

Depoimento concedido a Celso Castro e Maria Celina D'Araujo em seis sessões realizadas no Rio de Janeiro entre os dias 2 de março e 6 de abril de 1999.

Qual era a impressão, na Marinha, a respeito do fim do regime militar?

Eu diria que, como a Marinha já via há muito tempo a necessidade desse caminho, foi muito natural. Havia um certo alívio. Desapareceu um pouco aquela sensação de que só os militares tomavam conta das coisas, que eram responsáveis por tudo. Aliás, na Marinha, nós estranhávamos muito esse chavão, extremamente divulgado, da profissionalização dos quartéis. A Marinha nunca saiu dos quartéis; nunca deixou de se profissionalizar. Nosso trabalho sempre foi o de praticar na paz aquilo que se precisa fazer na guerra. Isso veio ao longo dos anos, quando a Marinha teve consciência de que tinha que sair do marasmo em que ficou após o esforço inaudito da II Guerra; que deveria se libertar, não propriamente da tutela, mas da influência americana em termos de pensamento tático e estratégico, o que nos condicionava em matéria de equipamentos.

Quando chegou o governo Sarney, falar em profissionalização, em volta ao quartel, era engraçado. Nossa dedicação à política, a qualquer coisa extra-Marinha, era remota. Tivemos, na época, como ministro, o almirante Sabóia, que se tornou muito amigo do presidente Sarney, e houve muita conversa profícua entre os ministros militares no sentido de se caminhar para o regime democrático, o mais rápido possível.

Qual era o perfil do almirante Sabóia?

O nosso leque de escolha no topo não é tão grande assim: são só seis almirantes-de-esquadra e, entre os seis, que geralmente são bons, ele era um dos que mais tinham fama de ser sério, competente. Mas ainda houve uma certa disputa política com seu colega de turma, José Maria do Amaral, um pouco mais chegado à área política. Inclusive, mais tarde, ficou viúvo e casou-se com a sobrinha do Ulysses Guimarães. Era mais enturmado com o pessoal político. O almirante Sabóia, não. Foi a última vez que vi na Marinha alguma manifestação de grupos.

No Exército ficou o general Leonidas, que, para muitos, teria o papel de evitar revanchismos. Em relação à Marinha, havia essa preocupação?

Pelo que conheço, pelo que senti naquela ocasião, não havia muita preocupação com isso. Entre outras coisas, porque todos aqueles que estavam no comando eram pessoas que tinham liderança e agiriam corretamente em qualquer situação. Havia obviamente a tentativa de evitar que houvesse uma revanche contra quem era militar no regime anterior; mas cuidadosa, cautelosa. Afinal de contas, somos pessoas sensatas e trataríamos aquilo com naturalidade. Agora, apanhamos um bocado. Porque tem muita gente que ainda deseja que o país vá à revanche.

Com relação à Marinha?

Com relação a qualquer militar. Não interessa que sejam absolutamente diferentes. Eu sempre disse: a única questão que une os militares é serem pessoas que, conscientemente, aceitaram ser pedaços de armas para defender a pátria. E, por isso, têm que estar psicologicamente preparados para agir nesse sentido. A partir daí, é tudo muito diferente.

Revanchismo é uma palavra que muitos militares usam. Quando se fala em revanchismo, qual é a imagem que vem à sua mente?

Revanchismo não é botar todo o mundo no paredão. É tratar antinaturalmente tudo o que é militar. Um estigma — uma “praga nas costas”. Achar que o militar, de saída, é sujo, pensa mal, tem má intenção, está querendo fazer alguma coisa que é contra os outros, querendo ter privilégios.

Lembro, quando era menino, que às vezes meus parentes falavam dos militares, achando que eles eram privilegiados. Isso sempre existiu, mas tênue. Depois dos regimes militares, aumentou. Achavam que o militar queria tomar conta de tudo, mandar, ter vantagem. Quem vive lá dentro, no ambiente em que vivi, sabe que não se pretendeu fazer nada daquilo, muito pelo contrário. Não vi lugar nenhum em que mais se punissem os próprios companheiros por fazerem coisas erradas. Mas não se propala. E também não se procura encontrar uma vantagem que não seja equivalente a alguma coisa que se faça.

Como o sr. acha que se originou esse estigma?

Existem coisas que são evidentes. Algumas no sentido positivo, outras no sentido negativo. Vamos começar pelo sentido negativo. Eu era filho de oficial do Exército, mas só vim a ver a profundidade da cultura do Exército ao ler as declarações do Geisel.²⁹ Vê-se ali a preocupação do Exército em se meter na política e em mandar. Depois, comprovei isso em vários outros lugares: as unidades do Exército espalhadas pelo país — o Exército faz questão de ter unidades espalhadas por todo o país, coisa que a meu ver está errada — têm a preocupação de mandar no prefeito, ser a maior autoridade local, e por aí vai. Isso, no meu entender, é a cooperação negativa para que esses fatos ocorram.

A positiva, que é interpretada negativamente, é que, normalmente, os militares são muito bem organizados, são honestos em essência, na sua maneira de proceder, e conseguem resultados com isso. Isso dá inveja, aborrece as pessoas que querem fazer de outra forma e não conse-

²⁹ Refere-se ao livro *Ernesto Geisel* (D'Araujo & Castro, 1997).

guem. O fato de serem organizados acaba trazendo para o grupo uma situação de aparente privilégio. Por exemplo, tratamento de saúde: comparando-se a previdência social com o que a gente tem, o nosso serviço é infinitamente melhor. Na Marinha, por exemplo, gasta-se um décimo do que é gasto aí fora e consegue-se resultado 10 vezes melhor, porque é bem organizado, feito com honestidade.

O fato de ser uma instituição organizada torna o desejo de poder do Exército mais factível?

Sim. Esse desejo de poder sempre existiu, mas num nível baixo. O episódio de 31 de março de 1964 tinha sido precedido de vários, desde os *tenentes* até a renúncia de Jânio. Quando chegou o Jango, havia o que o pessoal da esquerda e muitos cientistas políticos não querem reconhecer: um movimento forte de esquerda pela tomada do poder. Então, houve uma reação forte. A repressão não deu origem à contestação: foi a contestação que deu origem à repressão. Em 1964, o que aconteceu é que se chegou à conclusão de que devia haver uma providência mais profunda. Havia quase uma unanimidade, que começou a ser desfeita quando houve a prorrogação do mandato de Castelo Branco. A partir daí, a coisa começou a sair da vontade do conjunto. Continuou na vontade de grupos.

Lendo o livro do Geisel, o sr. confirmou que existe uma diferença de cultura política entre a Marinha e o Exército?

No meu entender, muito profunda. Porque, pelo que sei, na época em que o Geisel começou sua carreira no Exército, não havia aquelas preocupações na Marinha, embora houvesse mais preocupação política do que hoje em dia. No período mais recente, a Marinha não tinha mesmo essas preocupações. O comandante de Distrito procurava ter uma certa penetração na área, mas nunca quis exagerar.

As pesquisas de opinião mostram que o estigma contra as Forças Armadas é qualificado. Ou seja, no interior, nas populações mais humildes, a imagem é melhor do que nas classes urbanas mais intelectualizadas.

Não dou valor muito forte a isso. Nunca me propus a gastar um centavo nisso. Minha visão é um pouquinho diferente: a gente sabe que o estigma existe. Vamos fazer o quê? Lutar contra o fato? Não. Vamos, inteligentemente, tentar fazer com que o fato se modifique. Temos que mostrar, evidentemente, o que se faz de positivo e aceitar que vamos ter que viver com aquela praga nas costas durante o tempo que for necessário.

O general Zenildo preocupava-se demais com pesquisas de opinião. Eu dizia: “Não vou botar um centavo da Marinha nessas pesquisas”. Toda hora ele vinha satisfeito: “Olha aqui, o Exército, as Forças Armadas estão na frente de todo o mundo”. Eu dizia: “Zenildo, bobagem! Estão na frente, mas se acontecer qualquer fatinho, no dia seguinte está todo o mundo contra”.

O sr. acha que isso ainda leva quanto tempo?

Outra geração. A reação foi muito grande. Eu posso dizer: as minhas filhas nunca quiseram saber de namorar um cadete, um aspirante.

Durante o governo Sarney, que tipo de contato o sr. tinha com a vida política extraforça? Participava de algum fórum, de alguma discussão?

Apenas dentro da força, pouco contato fora. Quando fui para São Paulo, havia um grupo de professores e jornalistas que se propuseram fazer encontros com os militares. Os brigadeiros aceitaram e depois propuseram fazer esse encontro com os almirantes. O ministro Sabóia, imediatamente, aceitou. Ele incumbiu o almirante Flores, que era tido como um homem que pensava nessas coisas e havia chefiado a equipe da Marinha que trabalhou na Constituinte, de reunir esse pessoal. O almirante Flores nunca cruzou muito com o meu santo. Ele me convidou porque eu era de São Paulo. Foi muito interessante essa conversa com os jornalistas. Depois tentaram fazer com o Exército, mas eles nunca aceitaram. E se propuseram repetir conosco, mas só o fizeram muito tempo depois, quando eu já tinha saído de São Paulo, estava embarcado, não tinha mais como participar.

O objetivo era conhecer o pensamento militar. Foi interessantíssimo: numa rodada, os civis todos falando, depois os militares. Eu, como era o mais moderno, fui o último a falar e pude ouvir a opinião de todos. O que mais me chamou a atenção — e disse isso — é que os civis não conheciam nada dos militares. Quando se aproximavam da idéia de um militar, essa idéia era a de um oficial do Exército. Estavam falando daquele estereótipo que a imprensa desenvolveu, completamente diferente do que nós, da Marinha, somos.

É lugar comum falar da eficiência do lobby militar na Constituinte. Os pontos que os militares consideravam fundamentais foram vitoriosos?

Acho que havia duas grandes preocupações dos militares. A primeira era definir a missão das Forças Armadas. As missões internas nunca foram enfaticamente defendidas pela Marinha. Sempre foram muito de-

fendidas pelo Exército, e a Marinha não se opunha. Mas, se tivesse que abrir mão, ela abriria, tranquilamente. A segunda preocupação era com o problema da anistia, para que não se fizesse uma abertura, como acabou sendo feita, acima do adequado. Pouca gente acredita, mas a maior parte daqueles que foram postos para fora das Forças Armadas por atos de exceção não eram subversivos, eram ladrões. E, com a anistia, houve muito ladrão voltando a ter todos os direitos, a ganhar acordos etc. E alguns, por decisões judiciais, tiveram promoções que, absolutamente, não poderiam ter. Há casos de sargentos da Marinha que, por decisões judiciais, foram promovidos a capitães-de-mar-e-guerra, quando a Marinha, no máximo, lhes reconheceria o direito de serem suboficiais. Essas decisões todas estão sendo reformadas. Na última instância de julgamento, eles começaram a perder. Está todo o mundo voltando a ser suboficial e tendo que devolver o que ganhou indevidamente.

A devolver dinheiro?

É lógico. Você acha que, na Marinha, a gente deixa alguém ficar com o nosso dinheiro? Quando alteramos a forma de efetuar a mudança de quem era transferido ou ia para a reserva e passamos a pagar em dinheiro, começou o pessoal a dizer que ia para Tabatinga, para o lugar mais longe do mundo. O pessoal ia para a reserva, não saía do Rio de Janeiro e dizia que ia para Tabatinga. Dava um bom dinheiro. Comecei a pegar todos eles, e a primeira providência foi descontar o dinheiro, antes de ir para a Justiça. Isso dá um trabalho enorme. Mas eu digo: a ética está acima de tudo, pode dar o trabalho que der. Na primeira operação que fizemos em Tabatinga, o Comando Naval da Amazônia Ocidental, por decisão da juíza auditora, teve que abrir um inquérito para cada um dos 143 casos. Lá eles não têm, ao todo, 50 oficiais, e 143 inquéritos é uma mão-de-obra que não tem tamanho. Fui lá e disse: “Vocês vão me desculpar, vão trabalhar triplicado, mas não vamos abrir mão disso”.

Essa alteração havia sido proposta pela Aeronáutica, e o Exército achou ótimo porque dá menos trabalho. Mas eu disse: “Vocês mudaram a coisa, e o tiro saiu pela culatra”. E comecei a tomar providências. Ainda há inquéritos abertos e outros sendo iniciados.

O sr. falou que uma preocupação militar importante na Constituinte era a questão da missão das Forças Armadas. O sr. poderia falar mais sobre isso?

A missão que eu vejo para as Forças Armadas é, essencialmente, a de fazer a defesa do país contra a agressão externa. Isso significa que se vai tentar evitar a guerra. Mas, para tentar evitar a guerra, é preciso mostrar que se está preparado. A preocupação com o ambiente interno existiu na

época em que a ideologia e a presença da União Soviética eram fortes. Nessa época, falar em guerra subversiva não era retórica, não. Isso era trabalhado, ensinado em escolas. Obviamente, quando o americano quis reagir a isso tudo, também exagerou. Mas, na Constituinte, a preocupação com o ambiente interno não precisava mais existir. Foi uma coisa que não posso chamar de episódica, porque durou muitos anos. Hoje, vejo que temos que acompanhar o pensamento mais moderno. Não temos que tomar conta do país e achar que só nós somos bons. Eu disse isso, várias vezes, aos meus oficiais. Dizia isso desde quando era moderno. Nós podemos até reconhecer que fazemos o melhor e somos mais honestos do que a média, mas somos brasileiros. Não podemos querer nos rotular melhores do que a média. Temos que aceitar isso.

Por outro lado, um oficial típico do Exército diria que essa visão é porque a Marinha estaria voltada para fora, que não teria, como o Exército, presença nacional.

Acho que o Zenildo andou conversando com vocês... Uma vez ele me fez uma grossura, que só não respondi porque era uma reunião oficial e achei que tinha que engolir o sapo. Ele acha que tudo o que a Marinha faz é besteira, que só fazemos para tirar fotografia etc. Nessa reunião de vários ministros, ele disse: “A Marinha é de águas azuis, vive de costas, não toma conhecimento do Brasil, vai na Amazônia, faz uma voltinha de navio, tira fotografia e volta”. Nós estamos na Amazônia desde 1863. Era uma reunião oficial, o que me obrigou a engolir fundo e não dizer nada. Isso foi no ano passado, já não adiantava mais.

Como o sr. vê essa questão da presença militar, enfatizada pelo Exército?

A gente tem que olhar, primeiro, qual é a ameaça provável que temos. Nós temos ameaça da Bolívia, do Paraguai, da Venezuela, da Colômbia? Não. Existe uma outra campanha, tipo guerra subversiva, com possibilidade de fazer ação armada? Não. Pode existir uma guerra psicológica, provocada até pelos nossos grandes amigos, mas não é com esse tipo de instrumento que se vai contra. Então, qual é a necessidade dessa presença? No meu entender, não existe. É uma distorção do pensamento. É, simplesmente, a manutenção de um *status quo*. Para que o Brasil precisa continuar a ter 23 generais no Sul? Não tem a menor razão.

Isso era discutido no seu tempo de ministro, entre os três ministros militares?

Vou dizer com muita honestidade. Quando comecei o meu primeiro ano no ministério, a primeira conversa que tive, mais séria, foi com o

Leonel, porque ele tinha servido em Santa Catarina, na época em que comandeí o 5º Distrito, e eu tinha um certo trato com ele. Disse: “Leonel, precisamos falar muito claramente, discutir nossos problemas com isenção. Posso falar mal do Exército, sem o estar criticando no mau sentido, como vocês podem falar mal da Marinha. O importante é debatermos pontos de vista, para chegarmos a uma conclusão”. Nunca consegui, de jeito nenhum. No caso do Zenildo, a inveja dele para com a Marinha é terrível. A tentativa que ele faz para provar que o Exército é a força mais antiga não tem propósito.³⁰ A ponto de os portugueses ficarem sem graça. Porque, para os portugueses, Guararapes é uma vitória portuguesa, cantada e decantada em Portugal, e agora dizem que é uma vitória brasileira!

O Exército argumenta que a presença territorial na Amazônia e nas pequenas localidades do interior é a única manifestação local do poder público. Quer dizer, se não houver o Exército, grande parte da idéia de nacionalidade se perde.

Muito bem. Se nós achamos que isso é necessário, vamos trabalhar para criar no país um serviço que faça isso, mas não usando um instrumento errado.

Uma guarda nacional?

A guarda nacional era uma solução inteligente para o Brasil, se fosse nos moldes da norte-americana. Obviamente, do nosso ponto de vista, e não do ponto de vista americano. Mas não como a da Venezuela, por exemplo, que é uma outra força. A guarda nacional, no meu entender, é uma reserva. Mas uma reserva preparada, que pode atuar com duplo comando: um federal e outro estadual. Se houver necessidade de, num conflito, numa invasão territorial, utilizar a reserva, ela vai para o comando federal. Mas, se houver necessidade de reforçar a polícia, pode ser acionada pelo governador.

E o caso do Ministério da Defesa, como era visto na Constituinte?

Todos nas Forças Armadas foram contra. O Exército às vezes é a favor, às vezes é contra. De uma certa maneira, a gente pode dizer que, quando o Exército vê que o ministro da Defesa pode ser um general, ele é a favor; se tem dúvida disso, é contra.

³⁰ Referência à criação, pelo general Zenildo, do Dia do Exército no dia 19 de abril, aniversário da primeira batalha dos Guararapes.

No caso da Marinha, qual foi a argumentação para ser contra?

Nós teremos que falar um bocado sobre isso, porque participei muito da elaboração do projeto. Em essência, a Marinha sempre foi contra o Ministério da Defesa. Porque o Ministério da Defesa tende a uma centralização administrativa que não conduz a nada correto. Não se pode tender a fazer coisas díspares serem administradas da mesma forma, porque todas vão ser sacrificadas igualmente, ou uma mais do que a outra, dependendo das circunstâncias. Vai-se fazer algo que tem uma eficácia extremamente controvertida, que são os grandes conglomerados. Houve uma tendência, inclusive nas empresas, de fazer os grandes conglomerados; chegaram à conclusão de que não dá certo, começaram a espalhar tudo de novo. Basicamente, era essa a razão pela qual a Marinha era contra o Ministério da Defesa. Os assuntos de defesa, aqui no Brasil, são muito difíceis de serem tratados, porque não há pensamento político sobre defesa. Então, ia acontecer o quê? O Ministério da Defesa ia ter o pensamento político do Exército, que está sempre metido nas lides políticas. No próprio Exército, o pessoal que raciocina mais incessantemente sabe que o Ministério da Defesa não tem contribuído com grandes coisas, e vemos isso em exemplos mundo afora. Mas aqui tinha que adotar, porque o patrão-mor adotou, todo o mundo vai atrás. O Ministério da Defesa é um gasto extraordinário de dinheiro sem produção. Não é uma saída eficaz. Foi o que eu tentei dizer o tempo inteiro com o meu pessoal que se dedicou a estudar esse assunto. A Marinha foi apresentando projetos. Nem todos os seus pontos de vista foram aceitos, mas chegou-se muito próximo do que a Marinha propôs.

O Emfa também fez seus estudos.

Pois é. Uma das minhas disputas com o Emfa é exatamente isso. O Emfa fez os estudos e começou a achar que entendia demais do assunto. Chegaram, em determinada época, a dizer que tinham concluído o estudo sobre como era nos outros países — coisa que o Estado-Maior da Armada já tinha feito há decênios. Ora, para saber o que é nos outros países do mundo, não é suficiente pedir a regulamentação, os organogramas, e ler aquilo. As coisas não funcionam assim. Até traduziram erradamente as palavras. Uma vez, numa das reuniões do grupo de trabalho interministerial do Ministério da Defesa, estava lá um general da reserva que trabalha no Emfa defendendo que o chefe do Estado-Maior Conjunto americano tinha um Estado-Maior. Eu digo: “Não tem”, e ele dizia: “Tem *staff*”. Mas não é todo *staff* que se traduz por Estado-Maior. Então, a pessoa tem que ir a fundo nos documentos.

Uma vez, tentando contradizer alguma coisa que eu tinha dito, o Zenildo disse que acabara de ver que a Inglaterra resolvera pegar todos os helicópteros e fazer um comando único do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Eu disse: “Isso é um absurdo, não pode ser”. E mandei perguntar aos assessores dele onde estava a referência. Deram como referência uma dessas revistinhas de propaganda de material de defesa. Estava lá, mas numa frase muito dúbia. E mandei saber detalhes. Realmente, os ingleses integraram um esquadrão de helicópteros de ataque ao solo, do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Esses estavam mais do que propriamente integrados. Os demais, não se pode integrar. Então, não adianta ler superficialmente. Nós, na Marinha, geralmente temos um contato internacional grande, conversamos, nos informamos, não vamos na primeira impressão.

O sr., falando assim, nos leva a pensar que o lobby militar, na Constituinte, pode não ter sido tão consensual...

Naquela época houve mais consenso, porque o almirante Sabóia, o general Leonidas e o brigadeiro Moreira Lima conversavam muito.

Na época do governo Sarney, o sr. teve reuniões onde se discutia o Ministério da Defesa, o serviço militar...?

Às vezes se discutia, mas não muito funcionalmente. Na Escola de Guerra Naval não dava muito tempo para se discutir essas coisas, porque há um programa a ser cumprido. Mas às vezes se fazia um simpósio, uma coisa desse tipo, e se discutia. Mas a prioridade maior era o trabalho. Ou seja, nunca houve uma empolgação por esses temas.

Como o sr. via a redução do mandato do presidente Sarney?

Via muita dificuldade nas decisões do presidente Sarney, as coisas não andavam. Então, se abreviasse, era bom. Além do mais, acho que um mandato de cinco anos é de bom tamanho. Acho uma coisa boa os quatro anos com reeleição.

O sr. sentia medo na oficialidade em relação à eleição direta para presidente? Talvez essa história do tamanho do mandato do Sarney tivesse a ver com isso: o que vai sair da urna? Um “monstro”?

Podia haver esse medo. Mas todo o mundo estava convicto de que, se saísse um monstro, tinha-se que conviver com ele: era isso o que o país queria. Qualquer outra solução era errada.

O sr. votou no Collor em 1989?

Sim. É pena que o Collor fosse desonesto, porque começou a fazer coisas que precisavam ser feitas... Fez atabalhoadamente, largou pelo meio do caminho, mas muitas delas foram irreversíveis. Deu um trabalho enorme para consertar, para botar no rumo de novo, mas a idéia inicial estava mais ou menos correta.

Se Lula tivesse ganhado as eleições, teria havido algum risco de ruptura institucional por parte das Forças Armadas?

Eu diria que, pelo fato de ele ter ganhado, não. Ia ser mais difícil, sem sombra de dúvida, mas acabaria havendo a adaptação. Poderia haver, no entanto, uma tentativa de fazer algo subversivo, e o rumo poderia ter sido outro.

Mas havia grupos de militares que tentariam fazer, imediatamente, alguma coisa?

Poderia até haver. Ainda havia gente, como em épocas passadas, foga nessas coisas, mas não havia a menor condição de apoio.

Vamos falar do ministério Collor. Ele chamou o almirante Flores, que nunca “cruzou muito com o seu santo”, como o sr. disse. Como essa escolha foi vista na Marinha?

O almirante Sabóia deve ter influenciado bastante. Porque, na época, a disputa do almirante Sabóia com o almirante Amaral ainda era forte. E o almirante Amaral, a essa altura, já era genro do Ulysses e tinha bastante prestígio. O almirante Sabóia trabalhou muito pelo Flores, coisa de que, tenho certeza, se arrependeu amargamente.

O almirante Sabóia preparou o almirante Flores para isso e o colocou à frente dos trabalhos de apoio à Constituinte. Até o colocou como comandante-em-chefe da esquadra, quando se sabia que ele não teria como completar o tempo, pois ou seria promovido a quatro estrelas e teria que deixar a função, ou não seria promovido e teria que sair da esquadra. Fez isso só para lhe dar prestígio.

A indicação do Flores foi vista tranquilamente, dentro da Marinha?

A Marinha via com certa tranquilidade. O almirante é um homem muito inteligente. Agora, não conhece a Marinha como pensa. Ele gosta muito de ler e de escrever, mas, quando o problema é sério, não presta muita atenção. Não tem paciência para cuidar das coisas que dão trabalho.

Por que o sr. disse que o almirante Sabóia deve ter-se arrependido?

Porque ele viu que o almirante Flores fez muita coisa que estava destruindo a Marinha. Ele não queria aceitar mudança, ou, se queria propor uma mudança, propunha para algum acordo político que não interessava. Ele era favorável a acabar com a pensão das filhas dos militares, mas isso não é uma coisa para ser acabada assim. Não é, simplesmente, acabar. Ele defendia aquilo contra toda a opinião da classe. E, dentro da própria estrutura da Marinha, certas decisões precisavam ser tomadas com um pouco de arrojo. Ele queria ficar sempre do lado seguro. Aborrecia-se com muita frequência e mandava parar tudo.

Ele apoiou muito o projeto nuclear da Marinha, não é?

Pois é, foi a grande bandeira dele. Ele é que deu toda a cobertura às coisas que o Othon começou a fazer de errado. Não vou dizer que ele tivesse a intenção de fazer isso. Mas dava cobertura ao Othon e não via o que se passava.

O sr. estava comandando, na época, o 5º Distrito Naval, em Rio Grande, que engloba os três estados do Sul. Que contato o sr. tinha com o ministro Flores?

Era eventual. Tive um contato mais amargo, porque ele é catarinense. A Marinha saiu de Florianópolis, e o Flores começou a entregar tudo o que a Marinha tinha lá em acordos com o governo do estado. Quando cheguei, a Marinha já não tinha praticamente mais nada para entregar, o estado tinha cumprido 5% das suas obrigações, e a Marinha, 95%. E ele queria, por força, entregar mais um pedaço. O meu antecessor já tinha estudado tudo para entregar depois que o estado nos ressarcisse do que estava nos devendo. Um pedaço da agência da Capitania dos Portos ficava no acesso à nova ponte que o governo construiu, e fui incumbido de terminar aquela negociação. O Flores mandou ordens expressas para entregar, alegando que eu estava atrapalhando. Eu não sou dono da Marinha, entrego. Mas dizia que estávamos entregando de graça.

Como os militares, em geral, viam o governo Collor?

O Collor tentava espezinhar os militares com uma certa intenção deliberada. Só tive contato com ele, pessoalmente, duas vezes: numa ocasião em que ele desembarcou em Pelotas — eu estava na fila de cumprimentos — e a segunda, na Eco-92, no Riocentro. Houve um coquetel, fui me apresentar, ele me agradeceu pela organização do evento. Mas, afora isso, as notícias que se tinha eram de que ele nos tratava com desprezo total. E, mais do que com desprezo, com a intenção de machucar. Não

vou dizer também que essas notícias não tenham um certo exagero. Por exemplo, se alguém esperava ser paparicado mais do que o normal e não era, dizia que estava sendo maltratado.

Mas os ministros militares foram fiéis a ele, não?

Eu diria que foram muito fiéis até o momento em que ele se viu em má situação. Tenho a impressão de que houve ministros que o largaram e começaram a trabalhar por outro caminho. Não vou dizer muito mais do que isso, porque estaria levantando suspeitas sem provas. Mas acho que houve gente que começou a trabalhar contra o Collor, sem dizer que estava.

Collor havia desorganizado a estrutura de informações com o fim do SNI, mas os órgãos de informação das Forças Armadas continuavam funcionando. Eles passavam informações a respeito daquela série de denúncias?

Os órgãos das Forças Armadas, de um modo geral, não estavam cuidando daquilo.

Com o passar do tempo, as denúncias contra Collor foram ganhando corpo. Como se acompanhava isso no meio militar?

A gente não imaginava isso, não. Inclusive, em certa ocasião, no início de 1992, quando eu já estava aqui no Rio, comandando o 1º Distrito, fui conversar com o Fleury, lá em São Paulo: “Governador, vamos segurar essa campanha. Porque corrupção — eu não imaginava que fosse tão forte — a gente está cansado de ver. Vamos tentar impedir a corrupção, mas sem derrubar tudo, porque, politicamente, é um desastre”. No início também cheguei a achar que a CPI do Orçamento ia ser um desastre, não ia apurar nada. Agora, quando se chegou às cassações, dei a mão à palmatória: houve mudança de mentalidade.

Num primeiro momento, os ministros militares enfatizavam que era preciso respeitar o governo constituído, mas no final da crise passaram a ter uma posição de distanciamento.

Gradativamente foi crescendo a certeza de que as coisas não eram bem-intencionadas e que havia, efetivamente, corrupção. E, se havia, quanto mais rápido o governo saísse, melhor. Mas que saísse pelo caminho normal, legal, que foi o caminho seguido.

O sr. acredita que os militares acabaram conspirando contra o governo?

Acabaram não sendo suficientemente leais.

O sr. acha que os ministros militares poderiam ter um papel mais ativo, falando para Collor o que iriam fazer?

Poderiam dizer: “Olha, o processo vai correr, e não conte com a gente, não!”

Mas isso não seria interpretado como uma intervenção indevida? Collor poderia dizer que os ministros militares o estavam pressionando.

Sim, mas há certas coisas que vão aos fundamentos da pessoa humana. Chega uma hora em que se vê que aquilo é tão desonesto, tão absolutamente contra qualquer ética, que não se pode, pessoalmente, transigir. Tem que dizer: “Não vou transigir”.

Por outro lado, ministro é um cargo de confiança.

Muito bem, poderiam dizer: “O cargo está à disposição”.

Vem o impeachment e assume Itamar. Como foi a passagem de Flores para o almirante Serpa, no ministério?

A Marinha gostou muito. O almirante Serpa é uma pessoa que eu respeito demais, mas é outro, também, que disputa um pouquinho comigo. Mas o Serpa é muito mais competente. No discurso que fiz no dia em que tomei posse como ministro, disse que o Serpa trouxera de volta a esperança para a Marinha.

Como foi a sucessão? Houve disputa?

Sei que houve manobra do Flores para continuar. O Serpa não mexeu uma palha.

Às vezes o Serpa é criticado por ser de “passadiço de contratorpedeiro” e por ter “afundado” o submarino nuclear da Marinha.

De jeito nenhum. O Serpa não entende só de passadiço de contratorpedeiro nem afundou o submarino nuclear da Marinha: ele não deixou que um submarino nuclear, que não existia, afundasse a Marinha. É diferente.

A Marinha precisa ser bem administrada, ter gente que saiba para onde ela tem que ir e que tome determinadas medidas, tempestivamente. Uma das coisas que influenciam muito é que qualquer navio que se queira construir leva quatro, cinco anos, se for navio simples. Então, tem que ter gente que olhe para o futuro, que tome decisões, até de coisas que provavelmente não vai ver terminadas.

Sempre se fala na importância do Plano Diretor da Marinha como instrumento de continuidade. Há, mesmo assim, um espaço para o ministro atuar e mudar a orientação na força?

Há um espaço importante. Não para mudar em 180 graus. Mas uns 30, 40 graus, pode. E, principalmente, pode mudar a velocidade. Porque se pode parar, por falta de decisão, ou deixar as coisas ficarem como estão, sem mexer em nada: só reduzir a velocidade é começar a andar para trás. Então, um ministro que seja mais arrojado nas suas decisões, mesmo que não mude o rumo, faz com que as soluções se antecipem.

Como o sr. viu a atuação do almirante Serpa, como ministro?

Não vou fazer aqui uma crítica, detalhe por detalhe, do que o Serpa fez. Mas, de um modo geral, achei muito bom. Ele impulsionou a Marinha, cuidou dos meios navais, preocupou-se em renovar a esquadra, tomou uma série de medidas administrativas importantes. A atuação, em relação ao projeto nuclear de São Paulo, só pode merecer crítica de quem só via aquele projeto como a única razão de ser da Marinha. Quem olha a Marinha em primeiro lugar tem que reconhecer que o Serpa atuou corretamente, sem estardalhaço, sem revanchismo, sem querer ir contra o que vinha sendo feito, mas botando as coisas nos devidos lugares. Porque é um homem que sabe falar com o pessoal, que sabe lidar com os assuntos que o pessoal está tratando.

O almirante Flores, que escreveu sobre estratégia, tem prestígio com intelectuais civis e grupos de militares.

No meio militar, não se formam esses grupos. Fala-se que é intelectual, mas não tem “panelinha”, não tem grupo nenhum. Pelo menos dentro da Marinha. Nem há tanta gente assim para formar esses grupos. Nos artigos sobre estratégia, o almirante Flores muda de posição com muita facilidade. Há horas em que defende uma determinada coisa; daqui a pouco, torce, começa a defender outra muito diferente. O Ministério da Defesa, por exemplo, ele começou sendo contra; de repente, passou a ser a favor.

Como um pensador de estratégia, ele não seria uma autoridade para a Marinha?

Não. De um modo geral, a Marinha não concorda com as idéias dele. Pelas idéias dele, a Marinha já tinha acabado, tinha virado guarda-costeira. O Atlântico Sul dele é costeiro. Ele acha, por exemplo, bobagem ter o

porta-aviões, porque acha que podemos ser cobertos pela aviação baseada em terra, posição que a Aeronáutica sempre defendeu. A Marinha inteira, por mais força que faça, não consegue aceitar ou entender. Quem viveu, quem sempre discutiu os problemas vê que aquelas idéias do Flores não são solução para nós. Uma projeção correta de Brasil não pode ter uma Marinha desse tipo.

Qual a sua impressão do governo Itamar?

Eu diria que é mais favorável do que desfavorável. Embora não tenha sido de muito progresso, de muito avanço, pelo menos foi de conserto, de arrumação. Pessoalmente, acho que o Itamar não tem muito senso. É temperamental demais. E a pessoa que chega a um certo nível não pode agir assim. O Serpa gostava muito dele como presidente, porque ele sempre nos tratou muito bem, sempre deu muita atenção a todos os problemas que lhe eram levados.

Como foi o processo de sua escolha para ministro? Quais eram os candidatos?

Havia o Pedrosa, comandante de Operações Navais, aqui no Rio de Janeiro, que era da minha turma, e o César de Andrade, do Estado-Maior da Armada. Eu era secretário-geral da Marinha, e já estava prevista a ida do César de Andrade para o Superior Tribunal Militar. Tenho a impressão de que o Serpa retardou um pouco a ida dele para o STM, pensando que ele poderia ser ministro, mas chegou um momento em que não dava mais.

Ele era mais afinado com o almirante Serpa do que o sr.?

Bem mais. Eu não era desafinado com o Serpa. Tenho certa fama de meio brigão, mas sou de dar minha opinião. Agora, uma vez que alguém que tem que decidir decide, a minha opinião passa a ser a dele. E eu trabalho com toda a honestidade naquele caminho. Quando o César foi para o Superior Tribunal, fui ser o chefe do Estado-Maior da Armada, isso a um mês e meio do término do governo. Ninguém sabia o que ia ocorrer na Marinha. Para mim foi um período, efetivamente, de muita angústia. Se eu fosse escolhido ministro, eu iria ser; se viesse um ministro com quem eu pudesse ficar, eu ficaria no cargo até março de 1996, teria mais um ano e quatro meses como chefe de Estado-Maior da Armada; e se viesse um ministro com quem eu não pudesse moralmente ficar, eu teria que pedir as contas. Eu não aceitaria, por exemplo, um que fosse mais moderno que eu. E não aceitaria o almirante Flores.

Não mexi uma palha, não falei com ninguém. O Serpa dizia para nós: “Não fui consultado. Se for, não indico ninguém. O máximo que faço é

dizer quem são os almirantes-de-esquadra”. O que eu acho correto e também fiz quando deixei o cargo de ministro.

Como lhe chegou o convite para o ministério?

No princípio de dezembro de 1994, um irmão do Eduardo Jorge, Tarcísio Jorge Caldas Pereira, almirante engenheiro da reserva, que era presidente da Casa da Moeda — nós servimos juntos —, me pediu para conversar. Perguntou o que eu achava de ser ministro, e eu disse: “Quem está aqui nessa cadeira, trabalhando como um danado, acreditando nisso, vai achar ruim ser ministro?” Ele, então, me perguntou sobre o Ministério da Defesa. Eu disse: “Minha opinião é a que a Marinha sempre teve: somos contrários”. “Mas, e se o presidente resolver criar?” “Se o presidente resolver, é uma decisão, falarei com a Marinha e vamos trabalhar nisso.” Passados uns tempos, o Djalma Moraes, que era ministro das Comunicações do Itamar, pediu ao Leonel que marcasse um encontro comigo — não estava entendendo nada. Ele começou a me fazer uma série de perguntas sobre o Pedrosa, o Flores, era o tipo de conversa sem pé nem cabeça. Isso ocorreu por volta do dia 12, 13 de dezembro. Depois disso, o Eduardo Jorge pediu para conversar comigo e, no dia 19 de dezembro, o Djalma Moraes me ligou pedindo para ir a Brasília naquele dia. Expliquei que no dia seguinte estava marcada a cerimônia de minha passagem da Secretaria Geral de Marinha — porque eu estava acumulando já o Estado-Maior com a Secretaria Geral de Marinha — e que não podia deixar de comparecer sem dar explicações. E ele: “Vem agora e volta de noite”. “Mas não tem vôo.” “Nós temos uns vôos aqui, vou te dar o número.” Cheguei ao Ministério das Comunicações com o almirante Arnaldo, do Emfa, que nessa ocasião foi convidado para a diretoria de transporte da Petrobras. O Djalma nos levou à casa que o presidente tinha alugado, ficamos esperando e, por volta de umas nove horas da noite, chamou o Arnaldo — eu fiquei esperando. O Arnaldo voltou de lá de dentro: “Meus parabéns! Você vai ser o ministro”. O presidente me chamou e falou novamente no Ministério da Defesa. Foi uma conversa de 10 ou 15 minutos. Depois, tomamos um uísque, eu estava com a garganta que mal tinha voz.

No convite, ele lhe deu alguma diretriz?

A única diretriz que deu é que tinha decidido criar o Ministério da Defesa, mas que seria tratado por nós, militares, com calma. Eu disse: “O sr. pode ter certeza de que, embora a gente não concorde, havendo a decisão política, vamos trabalhar honestamente pela idéia. Agora, vamos

fazer alguma coisa que seja correta para o Brasil, e não imitar o que existe por aí afora”. Ele disse: “Tudo bem”. E acrescentou: “Eu era contra o Ministério da Defesa, tanto que votei contra, na Constituinte, mas me convenceram de que isso é útil”. Só cheguei ao Rio de volta às quatro horas da madrugada. No dia seguinte, na solenidade, o Serpa me perguntou: “Como é?” Eu disse o que tinha acontecido.

Como o sr. encontrou o ministério?

Nós temos, na Marinha, a tradição de as coisas serem organizadas. Inclusive, vem se tornando cada vez mais firme a tradição de não haver uma equipe: ninguém tem a sua. Eu, particularmente, nunca tive. Cheguei no ministério e, efetivamente, fiz apenas a troca de dois oficiais-de-gabinete. Inclusive, o secretário militar eu fui escolher entre os oficiais que já estavam no gabinete do ministro da Marinha e uma pessoa de quem o Serpa gostava muito. Ou seja, não há a menor idéia de fazer mudanças. Isso se repetiu quando saí: o Chagasteles, praticamente, não trocou ninguém. Nos principais comandos, as trocas são aquelas que precisam ocorrer, naturalmente, dentro dos prazos da legislação.

O sr. tinha contatos freqüentes com o presidente Fernando Henrique?

Forcei para ter contatos mensais com ele. O Zenildo, por exemplo, me dizia que passava, às vezes, dois, três meses sem falar com ele. Mas eu forçava e, a cada mês, tinha pelo menos uma conversa com o meu chefe.

O sr. tinha reuniões periódicas com os outros ministros militares?

Eram ocasionais. No início, até convidei para irem almoçar comigo para tentar que, pelo menos a cada mês, nós conversássemos. No primeiro ano, isso ocorreu, não regularmente, mas com certa freqüência, mas depois foi desaparecendo.

E o presidente, pediu sua opinião sobre alguma decisão a tomar?

Houve quatro ocasiões em que ele me pediu opinião. Uma, pessoal, quando houve aquele problema sério do Sivam. Duas vezes durante reuniões dos ministros militares. Uma foi na ocasião da crise do Paraguai, que ele divulgou para a imprensa como sendo reunião para tratar do Ministério da Defesa. A segunda foi quando houve aquele episódio da Colômbia, na “cabeça do cachorro” em que os colombianos usaram a pista de pouso para atacar os rebeldes. Houve ainda outra ocasião em que ele nos reuniu em um jantar no Alvorada com o pessoal do Itamarati para ouvir nossa opinião a respeito da adesão ao TNP (Tratado de Não-Proliferação Nuclear). Nessa ocasião, fui veementemente contra, porque era o

tipo da adesão em que nos subordinávamos a tudo e não recebíamos nada. Quando houve a efetiva aquiescência, mudei de opinião. Foi depois daquela conferência em que mudaram os termos do TNP: ainda que continuasse sendo um tratado do tipo “quem pode, pode, quem não pode, não pode”, pelo menos criou um fórum de debate. Quem estivesse ali dentro poderia debater. Então, era ilógico ficarmos fora.

No caso do Sivam, o que o presidente queria ouvir do sr.?

Ele queria saber se deveria ou não prosseguir naquele assunto. O Sivam foi um caso complicado. Não acredito que tenha havido desonestidade, em nenhum momento. Pode ter havido uma coisinha pequenina, no meio do caminho — isso a gente nunca pode jurar que não haja. Mas, coisa grande, de jeito nenhum. Se fosse feito pela Marinha, nós não faríamos daquele jeito. Um contrato global, como aquele, é muito difícil de ser apreçado. E é muito difícil a gente manter controle. Facilita porque é uma empresa só que responde, mas o controle sobre como vai ser desenvolvido o sistema é mais complicado. Na Marinha, o que procuramos fazer é liderar o sistema. Contratamos as empresas, mas nós é que fazemos o elo de conexão. Mas, afora isso, não via nada de errado no Sivam.

Esse episódio acabou resultando na saída do brigadeiro Gandra do Ministério da Aeronáutica sem que o presidente lhe desse qualquer apoio.

Nessa ocasião eu estava meio bombardeado, tive hepatite e passei três meses despachando em casa. O general Cardoso foi lá em casa para me participar a decisão do Gandra de sair. O sentimento que tive, depois de uma conversa com o Gandra e de outros fatos que vivi, é que o presidente não o aconselhou a sair, mas também deve ter pensado: “Não é comigo”. É uma coisa evidente que o Gandra não tem culpa nesse negócio. É daquelas bobagens que se faz: aceitar um convite de um vendedor de material para a FAB, mesmo não havendo o menor comprometimento, sem estar facilitando nada. Eu, por exemplo, nunca aceitei absolutamente nada disso. Só presente besteira. Um almirante me disse, uma vez, uma regra que passei a adotar: tudo aquilo que não aumenta o nosso patrimônio a gente pode aceitar.

Quando o sr. assumiu o ministério, a Operação Rio ainda estava ocorrendo. Qual foi a sua impressão desse envolvimento militar?

Eu acho um envolvimento absolutamente errado. Pensar que as Forças Armadas podem fazer papel de polícia é um engano. A maneira de

atuar das Forças Armadas é radicalmente distinta. A força armada procura informações para entrar e ganhar, de qualquer maneira. Se entrar em combate e encontrar alguém com resistência, é para matar. A polícia é o contrário: não pode, nunca, fazer isso. Tem que fazer a investigação para descobrir onde está o bandido, mesmo que leve anos. Chegou-se a um estágio em que se suspeitava que a lei não era observada em parte do território, e o Estado precisava demonstrar que tinha poder. Podia-se fazer uma demonstração, mas não permanecer lá.

O sr. avalia que, nessa conjuntura, tratava-se realmente de um caso de extrema necessidade?

Por fraqueza dos governos, principalmente do governo estadual, tendia-se a achar que deveria haver aquela demonstração. O mal é que acharam que a demonstração ia ser a solução para o problema. Os bandidos, muito espertos, não brigaram. Simplesmente saíram de lá: “Vamos entrar de férias, durante um certo período, que esses camaradas aqui não fazem nada”. Quando o pessoal saiu, eles voltaram: não resolveu problema nenhum.

Como o sr. acompanhou a Rio 92?

Na Rio 92, a parcela entregue à Marinha, que ficou sob meu comando, foi armada em cima de uma determinada visão que não era bem a visão do comandante militar do Leste: ele estava se armando como se a população brasileira fosse fazer arruaça, ir contra o evento. Para mim, isso não tinha nexos. Até o bandido queria que a Rio 92 desse certo. A minha visão é que os chefes de Estado poderiam estar sujeitos a ataques terroristas; então, eu tinha que defendê-los. Ali não podia haver a menor brecha que permitisse um deles sair arranhado.

Durante o seu período à frente do ministério, como foi visto o trabalho da Comissão dos Desaparecidos?

O problema dos desaparecidos, dentro das Forças Armadas, foi praticamente nulo, porque ninguém discordava que se fizesse isso. Mas houve um excesso no julgamento da comissão.

O sr. foi procurado por Nelson Jobim e José Gregori?

Fui, mas o Jobim e o Gregori já foram me procurar depois que a imprensa começou a falar que eu era contra. E o que ocorreu é que numa ocasião, numa cerimônia no palácio, a jornalista Tânia Monteiro me perguntou — e vários outros ouviram o final da resposta — o que eu achava

sobre a comissão. Eu disse: “Não tenho nada contra a comissão indenizar aqueles que estavam sob a guarda do Estado e que sofreram violência, morreram, desapareceram. Mas é preciso um cuidado danado para não fazer com que isso vire um carnaval, como é o caso dos ex-combatentes”. Eu, até o último mês no ministério, habilitei ex-combatentes. Mais de 50 anos depois de terminada a II Guerra! O pessoal que era estivador e que saiu cinco minutos da barra por duas vezes é ex-combatente! Então, por isso, eu dizia: “Não vamos fazer uma legislação que seja uma porta aberta como essa, que é uma sinecura. Inclusive, tem muito desaparecido que está muito bem aparecido por aí”. Saiu uma reportagem sem-vergonha da *Veja*, me chamando de moleque etc. Aquilo é ignominioso. Mas dias depois apareceu uma reportagem com um desses “desaparecidos”, lá no Paraná. Passado um tempo, apareceu outro.

De qualquer forma, há uma desproporção muito grande, porque, segundo o que a imprensa noticiou, há 30 mil pessoas que são consideradas ex-combatentes.

Sim. Mas nós vivemos, dentro da Marinha, uma disputa eterna com o pessoal que queria ampliar a anistia de 1979. Houve uma tentativa de emenda à Constituição para ampliá-la. Fui à Câmara, conversei com as lideranças. Não dá para reincorporar qualquer marinheiro que saiu da Marinha, como sai hoje, e fica dizendo que saiu por razões políticas.

A impressão que temos é que, até o caso Marighella e, principalmente, o caso Lamarca, estava tudo bem, mas depois a coisa teria azedado para o lado militar.

Azedou, da seguinte maneira: “Se vai continuar nesse ritmo, daqui a pouco isso vira um carnaval”. Mas, também, não houve nenhuma reação forte. Na Marinha, nunca nos reunimos para tratar desse assunto. Comentávamos, eventualmente, mas nunca fizemos uma reunião para isso.

No Exército, o caso Lamarca deve ter sido mais dramático.

Deve ter sido. O que o Lamarca fez com o Exército é tudo aquilo que se condena, e depois o homem é trazido como herói? Se ainda fosse uma indenizaçozinha daquelas, sem ibope, sem nada. Mas não: como perseguido, herói. E não foi perseguido coisa nenhuma.

Nesse caso, o general Zenildo também não procurou o sr.?

Não. Uma vez, numa reunião no Emfa, falamos muito superficialmente sobre esse assunto. Mas não fizemos reunião formal para tratar disso.

Como o sr. acompanhou a atuação de Nelson Jobim e José Gregori na comissão?

Eu convivi mais com o Jobim do que com o Gregori. Pelo Jobim, tenho um respeito muito grande. É uma pessoa de um raciocínio claríssimo, de muita cultura e muito sensato. Dá a impressão de não ter ranço. O Gregori também é uma pessoa inteligente, afável, mas tenho a impressão de que tem ranço. Ele, podendo voltar e fazer uma revanchezinha, não desiste.

O sr. chegou a ter algum contato com o general que participava da comissão?

Não. Numa reunião que tivemos ao se formar a comissão, minha opinião era de que o Exército deveria indicar um general da ativa. Mas preferiu botar esse general, que está na reserva e era advogado. Não era muito a minha opinião, mas tudo bem. Evidentemente, quem tinha que escolher o representante era o Exército, porque o envolvimento deles era muito maior do que o nosso.

Os militares eram contra a idéia de se apurar o que aconteceu?

Eu acho o seguinte: a solução da anistia é uma forma de resolver aquilo que pelos caminhos normais não se resolveria. Uma vez feita, tem que ser respeitada. Se quer apurar, por que apura só um pedaço? Por que não apura tudo? Foi o que eu disse: “A reação pode ter sido exagerada, suja, mas foi uma consequência”. Se houvesse como apurar todas as responsabilidades, seria melhor do que a anistia. Mas, evidentemente, não havia condições de fazer isso. Então, a anistia foi a solução. Tomou-se a decisão, acabou.

Mas o que estava em jogo não era questionar a anistia. Quando se fala em apurar responsabilidades, não é no sentido de penalizar, mas de saber o que aconteceu.

Mas, saber o que aconteceu, *grosso modo*, todo o mundo sabe. Querer saber em detalhes, se foi A, B, ou D, aí começa a ter que abrir todos os casinhos. E mesmo numa investigação policial, sem nenhuma conotação política, a coisa é complicada, aparecem supostas verdades, muita mentira prevalece. Imagina uma coisa complicada como é essa, com milhares de envolvimentos, com dúvidas como: deu ordem, não deu, a ordem era implícita ou explícita, fez mais ou menos do que devia. Isso é inaparável, é impossível. Se começar a querer mexer nisso daí, as feridas vão se abrir todas de novo.

Há um arquivo da repressão, na Marinha?

Uma vez convidei o Roberto Freire, o Sérgio Miranda, uma porção deles, da esquerda, e disse: “Tirem da cabeça a idéia de procurar por isso. Porque só vai haver desgaste. Não tem nada, só lixo. Em primeiro lugar, só um burro guardaria a prova do crime. Um sujeito que não quer aparecer pega tudo, rasga e some com aquilo. E o que sobra nos arquivos é lixo”. São aquelas informações brutas — fulano de tal foi visto de camisa amarela em tal lugar. Aquilo não vale nada. Um belo dia, junta a camisa amarela com a calça preta, e já faz sentido!

Mas, de qualquer forma, a questão dos desaparecidos ainda é um trauma nacional, são feridas...

Que são feridas, são. Mas houve feridas para todo canto. Um lado tem que calar a boca e ficar quieto. O outro lado tem o direito de ficar a vida inteira dizendo que tem ferida e que tem que dar um jeito de curá-la? Não. Tem que calar a boca também e ficar quieto.

Mas as feridas sociais não se curam calando a boca.

Então falemos conceitualmente, não examinando os casos, porque são inexamináveis. Há pessoas que gostam muito de falar com certeza sobre aquilo que não sabem porque dá notícia na imprensa. Se nós fôssemos um povo que tivesse sofrido, como muitos sofreram, talvez já tivéssemos esquecido. Isso talvez já tivesse sido absolutamente cicatrizado. É que nós não temos esse sofrimento, somos um povo feliz. Quando acontece uma coisa, aquilo é maximizado ao extremo. E olha, a quantidade de gente que sofreu é ínfima, em relação ao que se vê por aí afora. Compara com Argentina, Chile, Cuba, Iugoslávia. O que se fez aqui foi irrisório. Não de valor, mas de intensidade. E, por exemplo, como começou a guerrilha do Caparaó? Quais foram as motivações? O que eles fizeram? Ninguém está interessado em descobrir. Mas está interessado em descobrir quem combateu aquela guerrilha. Então, a cicatriz é só de um lado. E só se justifica o cuidado com um lado. Isso é que está errado.

Mas vários ex-guerrilheiros fizeram autocritica. Faltou, contudo, uma versão militar a respeito da repressão.

Pois é, mas deseja-se que os militares expressem o que já está demonstrado pelo simples fato de a organização ter tomado a atitude que tomou. Uma operação de combate à guerrilha é uma operação militar. Ela se esgota no planejamento da operação e na sua realização. Os deta-

lhes que ocorreram ali são mais ou menos irrelevantes. Se houve distorções, excesso, é difícil de verificar porque não tem registro. É o que eu digo: quem faz a coisa errada vai deixar rastro? De vez em quando, aparece um camarada desses, querendo se gabar: “Fiz e aconteci”. Boa parte é invencionice para vender notícia. Numa entrevista que foi dada pelo Anselmo, a gente vê que aquele camarada é absolutamente destrambelhado. Ele sempre quis ganhar prestígio e vantagens. Até da liderança ele aproveitou, apesar de não ser liderança, tanto que nunca foi conhecido na Marinha como líder de coisa nenhuma. Na hora em que viu vantagem no outro lado, mudou.

E no caso do Riocentro: o sr. não acha que esse episódio ainda contamina a imagem militar?

Sim, contamina. Como sempre contaminou toda vez que alguém fazia alguma coisa de errado, e se dizia: “Não vamos apurar para não aparecer alguma coisa contra todo o mundo”. No meu entender, aparece, pior ainda.

Ali, no Riocentro, poderia ter havido uma punição exemplar, mesmo que não se pegassem os cabeças. O sr. não acha que isso poderia ter feito uma diferença na imagem dos militares?

Não ia fazer tanta diferença, porque a vontade de ir contra a imagem é grande. Não seria isso o que iria acabar com a má vontade, embora pudesse ajudar.

Vamos falar agora sobre a questão da aviação naval. A partir de 1994, a Argentina e depois o Uruguai começaram a treinar pilotos da Marinha brasileira. Por que a nossa Aeronáutica não treinou esses pilotos?

Porque desde aquela época em que houve a disputa em relação à aviação embarcada, no governo Castelo Branco, a Força Aérea não permitia nem que o oficial de Marinha tirasse brevê de piloto de aviação civil.

Quantos pilotos da Marinha foram treinados na Argentina e no Uruguai?

Não são muitos. Uns dois a cada ano na Argentina, desde 1994. No Uruguai, um pouco menos. Mas isso foi crescendo. Quando compramos as fragatas da classe Greenhalgh, do tipo 22, inglesas, com umas turbinas diferentes das que nós tínhamos aqui, a avaliação para a montagem da estrutura de manutenção nos obrigaria a fazer um investimento inicial

numa empresa privada da ordem de US\$9 milhões. E nós gastaríamos, por ano, cerca de US\$3 milhões. Visitei a Argentina e vi que eles tinham capacidade de fazer isso bem-feito. O ministro era o Molina Pico e conversamos. Para ele foi ótimo, porque eles estavam vivendo uma situação de penúria muito grande. Então, em vez de fazermos um investimento inicial de US\$8 milhões, fiz um investimento de pouco mais de US\$500 mil. Em vez de pagar US\$3 milhões por ano, estamos pagando cerca de US\$1,5 milhão para a manutenção dessas turbinas. Aí, o pessoal diz: “Mas nós ficamos muito nas mãos do argentino”. Eu digo: “E daí? Não tem mais desconfiança”. E eles passaram, também, a se jogar inteiramente nos nossos braços. Quando comprei os A4 do Kuwait, para a aviação naval, precisava de alguém que entendesse daquilo. Liguei para o Carlos Marron, porque já não era mais o Molina Pico, e pedi assessoria. Na semana seguinte, havia dois oficiais argentinos, prontos para viajar conosco para o Kuwait.

Os aviões já [abril de 1999] chegaram?

Já. Foi o dia em que as lágrimas me vieram aos olhos. Fui lá em São Pedro da Aldeia. Vi puxarem o primeiro avião pintado de cinza.

Já vimos gente da Aeronáutica também com lágrimas nos olhos, mas de raiva... Essa questão da aviação naval é antiga. Como o sr. resolveu a história? Foi na marra?

Não, não foi na marra. Há 30 anos que a Marinha conversa com a Aeronáutica; há 30 anos que a Aeronáutica desconversa. Quando assumi o ministério, disse: “Esse problema tem que ser resolvido”. Porque para nós é uma questão vital. Nós estamos com uma Marinha balanceada, que enfrenta qualquer uma do seu porte. Agora, nossa força naval é neutralizada com helicópteros armados de mísseis por uma Marinha do mesmo porte. E é dramático: a gente vê um avião de patrulha em cima da gente, sabe que vai vir um ataque e não pode fazer nada. A única forma de evitar isso é ter um avião.

A Aeronáutica não dá esse suporte?

Não dá. Ela não tem esses aviões, não tem o preparo que devia ter para isso. E o mundo inteiro provou que não é desse jeito que se resolve o problema. Comecei a conversar com o Gandra, que foi receptivo, mas na hora em que apresentei o primeiro papelucho escrito, ele me devolveu, numa situação pior que a anterior. Eu ia insistir, mas ele saiu do ministério e veio o Lôbo, que me mandou para o chefe do Estado-Maior,

o Ferola. Depois de três meses, as coisas não tinham caminhado. Fiz então uma exposição de motivos para o presidente, levei oito meses insistindo, até que um dia ele disse: “Autorizo”.

O sr. acha que essa foi uma concessão do presidente em troca do apoio da Marinha ao Ministério da Defesa?

A Marinha nunca fez resistências ao Ministério da Defesa. Eu não sei por que, a cada passo, procuravam lançar isso. A Marinha nunca foi a favor do Ministério da Defesa, mas a Aeronáutica também nunca o foi.

A criação do Ministério da Defesa foi a principal questão política com que o sr. lidou durante sua gestão?

Foi. Porque isso esteve mais ou menos amortecido no governo, durante dois anos e meio. Em meados de 1997, por um caminho estranho, veio à tona. Eu digo caminho estranho porque começaram a me malhar, a dizer que a Marinha é que emperrava o assunto. Mas, no final desse ano, o governo resolveu levar aquilo adiante. Houve antes várias ocasiões em que nós, os ministros militares, tocamos nesse assunto. Ninguém estava interessado em tocar isso para frente. O único ministério que apresentou um estudo concreto para ser debatido foi o da Marinha. Propunha que ficassem quatro ministérios, como uma solução imediata, porque era a única que independia de qualquer reforma constitucional. Era uma forma de começar, sem destruir o que existia.

A nossa proposta indicava que o Ministério da Defesa teria que cuidar da parte política da defesa, mas não entrar na administração das forças, por várias razões. A primeira é que são coisas muito especializadas. A segunda é o gigantismo. Instituições muito grandes são mais difíceis de administrar e acabam fazendo gastos extraordinários, inaceitáveis para nós, brasileiros. E a terceira é que nós temos uma tradição forte e não convém mudar a cultura a fórceps.

Nessa questão do Ministério da Defesa, o que ficou claro é que os ministros militares não eram uma entidade homogênea. Como eram as diferenças e como foram, ou não, resolvidas?

Elas só começaram a ser resolvidas quando tive uma conversa com o presidente em fins de 1997. Eu disse: “Presidente, o sr. só conseguirá fazer um Ministério da Defesa se colocar civis para discutir junto com os militares”. E disse isso com duplo propósito. O primeiro é que, se havia uma decisão — e eu honestamente queria que a decisão fosse bem aplicada —, tinha-se que trabalhar. O segundo é que, se a decisão não resultas-

se de um estudo bem-feito, acabariamos tendo uma solução esdrúxula, desastrosa.

O Emfa não estava fazendo um projeto?

O Emfa começou a levantar o que existia mundo afora — perdendo tempo porque a Marinha já tinha feito isso há décadas. E o general Leonel criou para tal uma assessoria própria, independente da estrutura do Emfa. Era um grupo de oficiais do Exército, a maioria da reserva.

Certa ocasião, por proposta do brigadeiro Lôbo, formamos um grupo para estudar a fundo as vantagens e desvantagens da criação do ministério. Usei essa expressão: vamos tentar maximizar o que tem de bom e minimizar o que tem de ruim. Esse grupo se reuniu no Emfa, mas, ao invés de trabalhar nesse sentido, começou a trabalhar na estruturação do ministério. Basicamente, partiram da idéia da Marinha, fazendo adaptações. Um belo dia, o Emfa nos mandou o que seria o resultado daquele trabalho. Eu, então, protestei: havia vários enxertos que não tinham sido discutidos; várias coisas que eram só opiniões do Exército, ou seja, desse grupo que estava lá dentro. Por exemplo, determinaram que o Exército teria que fazer operação anfíbia. Quiseram definir as missões, as competências de cada força, criar os comandos combinados permanentes, o que, no meu entender, é um absurdo total. Só “cucaracha” tem isso. Comando combinado se faz para enfrentar uma ameaça, com exceção dos Estados Unidos, que possuem os comandos combinados para dominar o mundo.

Os três ministros não tentaram conversar entre si, para ver se chegavam a um projeto comum?

Vou dizer: tentamos. Mas, pela maneira de ser dos três, isso não caminhou. Toda vez que fui discutir um assunto, fui preparado para discutir-lo. Obviamente, querendo defender a minha opinião, mas pronto a ceder, desde que viessem argumentos sólidos. Mas, quando encontrava os outros, eles não queriam discutir. Por isso essas nossas reuniões foram desaparecendo.

Havia diferença, a respeito do Ministério da Defesa, entre as conversas com a Aeronáutica e as conversas com o Exército?

Não. O Lôbo começou a conversar muito com o Exército, já no finalzinho. O problema é o seguinte: o Lôbo foi um perdedor comigo no negócio da aviação. Por mais racional que tivesse sido, ele sempre ia olhar para mim como o camarada que ganhou dele. Então, a partir daí, a minha

conversa com o Lôbo começou a ficar mais difícil. E, com isso, ele começou a se chegar um pouco mais para o lado do Zenildo. Em três, dois se fecharem em uma posição é complicado.

O sr. já comentou que ouviu do general Zenildo que a Marinha só estava olhando para fora do Brasil.

A nossa visão é de defesa. E defesa é 99% contra o inimigo externo, e não contra o interno. A visão deles é o contrário. Mas, se cada um ficar na sua posição, pura e simplesmente, não se chega a nada. E esse, aliás, não é um tema apenas militar. Tem que levar o debate para o Brasil em geral, para as elites pensantes. Não somos nós, militares, que temos que decidir.

Sem a insistência na questão interna o Exército poderia, por exemplo, ter a metade do tamanho, não?

Sem dúvida. No meu entender, o Brasil caminha errado. E acho que o Ministério da Defesa pode ajudar a corrigir isso. Por que no orçamento o Exército tem que ter uma parte, a Marinha meia parte e a Aeronáutica meia parte? Por que o número de generais do Exército é o dobro dos da Marinha e da Aeronáutica? Nunca ninguém discutiu isso!

Antes da criação do Ministério da Defesa, o Emfa foi transformado em ministério.

Numa determinada época, resolveram dar ao chefe do Emfa o *status* de ministro. E, no governo Fernando Henrique, transformaram o Emfa em ministério, o que, no meu entender, é esdrúxulo — eu disse isso ao presidente — e trazia uma dificuldade enorme. O pouco que o Emfa fazia, antes, deixou de fazer. Quando o chefe do Emfa presidia a reunião do Conselho de Chefes de Estados-Maiores, muitas coisas se faziam bem em conjunto. Quando passou a ser ministro e não falava mais como o chefe de Estado-Maior, começou a ficar complicado. Creio que o presidente pensou que ali estaria o embrião do Ministério da Defesa, mas não deu certo.

Por que o sr. acha que o presidente Fernando Henrique esperou tanto para deslanchar essa discussão?

Acho que não era tão importante. Voltou à tona quando os assessores dele, ao passarem para a reeleição e ao checarem as promessas do presidente, viram que o Ministério da Defesa não andou. A partir daí, passou a ser prioridade. E na segunda metade de 1997, o tema começou a aparecer. Foi nessa ocasião que eu lhe disse que deveria colocar civis nessa

discussão. Ele concordou e pediu uma sugestão de quem colocaria. Sugeri a SAE e, logicamente, a Casa Civil. Mas era uma reunião difícil porque o Sardenberg tem uma certa maneira de pensar o assunto. O Ministério das Relações Exteriores tem, também, mas não se dedica demais a tratar dessa matéria. O Ministério do Exército, o Emfa e a Casa Militar reúnem três generais, mais a Marinha e a Aeronáutica: era uma discussão pesada, difícil. Muitas vezes os desempates se deram pelos civis. E foi quando conseguimos encaminhar uma solução diferente daquela clássica, que era fazer igual ao Emfa ou a qualquer outro país, ainda que hipotético, haja vista aquelas leituras malfeitas do que acontecia mundo afora.

Foram muitas reuniões?

Foram muitas, mas nunca mais de duas por mês. Aconteceram de outubro ou novembro de 1997 a outubro de 1998. O clima nunca foi fácil, por causa das divergências de opiniões. O Zenildo, por exemplo, queria liquidar o assunto de qualquer maneira porque achava enjoado ter que ir a tanta reunião. Eu achava que o assunto devia ser debatido profundamente porque, nós, militares, deveríamos chegar a um consenso. Então, a metodologia foi aquela proposta pela Marinha: análise do problema em todos os detalhes. Eu acho que isso foi extremamente positivo. Mas chegou a um ponto em que o Emfa insistia em fazer a estrutura igual à sua, e o Exército queria fazer uma estrutura em que houvesse um chefe do Estado-Maior, praticamente com todos os poderes, o que tornava inútil ter o Ministério da Defesa. No meu entender, isso era desastroso porque iríamos, simplesmente, ter o Ministério das Forças Armadas. O Exército não queria, exatamente, a proposta do Emfa, mas queria algo em que houvesse um chefe do Estado-Maior forte, um Estado-Maior clássico. Também não tem nexos no Ministério de Defesa, porque os Estados-Maiores do Exército, da Marinha e da Aeronáutica têm uma estrutura que não serve para um ministério. E há um certo exagero: o Exército exagera um pouco demais na concentração de poder no Estado-Maior. As coisas na Marinha andam um pouco mais rápido por causa disso. Os civis e a Casa Militar também nos apoiaram.

Chegou a haver votação?

Uma vez, o Zenildo sugeriu uma votação, e o Clóvis disse: “Não tem cabimento, porque, afinal de contas, quem decide é o presidente”. Mas insistiu, fez-se uma votação, e o resultado foi quatro a três — Emfa, Exército e Aeronáutica de um lado e nós do outro com a Casa Militar, a SAE e o Itamarati. No meu entender, para dar pureza ao Ministério da Defesa, o

Estado-Maior deveria ser exclusivamente operacional. Mas o argumento do Leonel e dos generais, seus assessores no Emfa, era que esse Estado-Maior não ia ter o que fazer porque somos um país pacífico. Eu disse: “Então, acaba com as Forças Armadas, ora! Temos que treinar na paz a situação de guerra. E esse Estado-Maior tem que viver permanentemente trabalhando nisso”.

Depois de esse modelo estar definido, não houve mais nenhuma conversa conjunta dos ministros sobre a implantação do Ministério da Defesa?

Não. Aí é que houve, para mim, um certo mal-estar. Eu dizia que deveríamos estabelecer um cronograma de implantação. Não se implanta um ministério da noite para o dia. Mas o Clóvis Carvalho dizia: “Não; vamos implantar no dia 1º de janeiro de 1999, de qualquer maneira, não há mais reunião”. A imprensa então começou a divulgar um imbróglio, notícia palaciana, dizendo que eu era contra, que eu não queria largar o Ministério da Marinha.

O general Zenildo saiu uma semana antes de terminar o primeiro mandato do presidente, não foi?

O Zenildo saiu porque não estava mais interessado. No meu caso, fiquei esperando o presidente dizer o que deveria fazer. Pedi ao presidente, várias vezes, mas ele não me disse nada até a última hora.

Então, a impressão de que a saída dos ministros militares foi uma atitude conjunta para demonstrar o desagrado com o Ministério da Defesa não tem fundamento?

Isso é a imprensa. Não tem fundamento. Eu me propunha, se o presidente quisesse, continuar, dando todo apoio ao ministro da Defesa. Por que ser contra?

Também se especulou muito sobre quem seria o ministro da Defesa. Terminou sendo Elcio Álvares, mas também se falou em ACM e Marco Maciel.

Para início de conversa, eu sempre fui defensor de que deveria ser um civil, enquanto o Exército e a Aeronáutica preferiam um militar. Acho essencial a participação da classe política no problema de defesa. Depois, a principal atuação do Ministério da Defesa, em relação à política de defesa, não é assunto exclusivamente militar. E mais, quem estiver lá, tem que estar mais ou menos equidistante das três forças. Se tiver o viés de

uma delas, com essa diferença de pensamento que temos acerca do que é o fundamental, logicamente vai estar puxando a brasa para sua sardinha.

Achava que tinha que ser um político sensato, não impetuoso, e por isso acho que o ACM não ia dar certo. O ACM é uma capacidade, um líder, tem uma série de coisas respeitáveis, mas é autoritário. O Marco Maciel seria aceitável, porque é uma pessoa extraordinária. Todos aceitavam com a maior tranquilidade.

A escolha de Élcio Álvares, que não era um nome nacionalmente tão conhecido e que havia perdido uma eleição, não bateu para os militares como um baixo prestígio político?

No meu entender, não. O presidente já disse isso, e eu posso repetir: quem sugeriu o nome do Élcio Álvares ao presidente fui eu. Conheci o Élcio Álvares na minha função de ministro, quando ele era líder do governo no Senado. Assisti à sua participação, sempre muito positiva, nas reuniões ministeriais. Não era um maria-vai-com-as-outras, apresentava os problemas, era um bom articulador político. Conversei com os almirantes, que acharam boa a indicação, e sugeri esse nome ao presidente quando ele me consultou.

O sr. falou que, se o presidente tivesse pedido, o sr. continuaria como comandante da força, mesmo deixando de ser ministro.

E vou dizer por quê. Primeiro, porque comecei um trabalho dentro da Marinha que considero importantíssimo e que estava inconcluso. Se pudesse ver aquilo concluído, ia achar ótimo. E segundo, gostaria de ver a implantação do Ministério da Defesa. Dediquei-me de corpo e alma a isso. Por que eu haveria de não querer continuar ajudando a implantá-lo? Achava, inclusive, que era uma forma de mostrar que não estávamos contra.

Numa certa ocasião, até pensei: não tem cabimento, depois de ser ministro, deixar de ser. Mas, passado um pouco, refleti: qual a importância de ser ministro? Eu não tenho a vaidade da posição. Tanto que saí do ministério e no dia seguinte estava carregando compras na rua, com a maior facilidade. Cheguei a essa conclusão e vi que poderia cooperar. Mas eu nunca poderia dizer: “Quero continuar”.

A Marinha foi a última a fazer a escolha do ministro-chefe da força. O que a imprensa noticiou é que o sr. teria indicado uma pessoa que não era da preferência do almirantado.

Não houve isso. Para início de conversa, eu nunca indiquei ninguém e disse que nunca indicaria ninguém. Também não houve reunião do

almirantado para isso. O presidente não precisava me explicar os motivos de sua escolha. Só que ele nunca disse quem era o escolhido. No tal almoço, no dia 29, ele discutiu como ia ser a substituição no Exército, na Aeronáutica, e não falou sobre a da Marinha. Pensei que tivesse resolvido que o da Marinha continuaria. Fiquei esperando a indicação. Até que, no dia 30, mandaram perguntar qual era o nome do meu substituto. Eu disse: “Não sei, pergunta ao presidente”. Liguei para o Élcio: “Élcio, estão cobrando o nome do meu substituto”. “Quem você indica?” “Não indico, não é praxe da Marinha indicar.” Se tivessem conversado comigo, com antecipação, eu poderia ter discutido a personalidade dos almirantes possíveis de serem escolhidos. Mas, chega assim, de última hora, e me pergunta quem é. Sei lá quem é! O presidente deveria ter pensado nisso há mais tempo.

O Cardoso então convidou o almirante Lacerda, que disse que não podia aceitar, porque achava que aquele processo estava errado. O Lacerda era o secretário-geral da Marinha. Na ordem hierárquica, seria o terceiro. O primeiro era o Chagasteles, e o segundo era o Dumont, comandante de Operações Navais — agora [1999] chefe do Estado-Maior da Armada. Depois o Élcio me ligou e disse que o escolhido era o Chagasteles. Tudo bem. Mandeí servir um uísque, chamei o Chagasteles e brindamos ao novo ministro.

MAURO JOSÉ MIRANDA GANDRA

NASCEU EM 1933, no Rio de Janeiro. Concluiu o curso da Escola de Aeronáutica, hoje Academia da Força Aérea, no final de 1954. Durante o governo de João Goulart, serviu na Base Aérea de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Foi ajudante-de-ordens do ministro Eduardo Gomes e, em seguida, serviu no Grupo de Transporte Especial (GTE). De março de 1971 a março de 1974, permaneceu no Gabinete Militar como adjunto da subchefia da Aeronáutica. Foi comandante do GTE (1977-79) e da Comissão Aeronáutica Brasileira na Europa, em Londres. Ao retornar ao Brasil, passou quatro meses na Diretoria de Ensino e, em seguida, assumiu o comando da Ecemar, função que exerceu até 1985. No ano seguinte, cursou a Escola Superior de Guerra. Em seguida, foi para a Diretoria de Material da Aeronáutica e, depois, para a Secretaria de Economia e Finanças. Foi promovido a brigadeiro em março de 1983 e a tenente-brigadeiro em novembro de 1991. Foi, durante dois anos, diretor do Departamento de Aviação Civil e, de agosto a novembro de 1994, acumulou a chefia do Estado-Maior da Aeronáutica. Foi ministro da Aeronáutica de janeiro a novembro de 1995, quando pediu demissão. Em 1998, assumiu a presidência do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, cargo que deixou em novembro de 2000 para dirigir o Instituto do Ar da Universidade Estácio de Sá.

Depoimento concedido a Celso Castro e Maria Celina D'Araujo em sete sessões realizadas no Rio de Janeiro entre 23 de setembro e 10 de novembro de 1998.

Como se acompanhava, na Aeronáutica, o processo de abertura?

A verdade é a seguinte: a Marinha e principalmente a Aeronáutica, nesse processo da Revolução de 1964, foram sempre caudatárias do Exército. Uma coisa que me marcava, e acredito que também devesse marcar o povo como um todo, era a “troca de guarda” dos presidentes, dos chefes do Emfa, sempre com gente do Exército. Esse ressentimento sempre houve na Aeronáutica, porque não havia um rodízio no Emfa que lhe desse aquela característica, vamos dizer, multifacetada, em termos de todas as forças, como era a idéia original. Politicamente, nós éramos sempre caudatários do processo.

Como eu era ligado ao Délio, no caso específico do governo Figueiredo, achei muito positiva sua ida para o ministério. Nos cinco primeiros anos, Délio fez uma administração excelente. Eu disse aos componentes do seu gabinete e do Cisa, talvez uns três meses depois que ele saiu do ministério — nessa época eu já era brigadeiro: “Vocês fizeram cinco anos e meio de excelente administração, mas nos últimos seis meses fizeram todas as besteiras que podiam ter feito nos cinco anos anteriores”. Eles levaram o Délio, inclusive, a fazer aquele pronunciamento lá em Salvador, com aquela incursão, vamos dizer, pública, junto ao Antônio Carlos. Era a inauguração de um aeroporto, em 2 de julho, em Salvador, data magna da Bahia. Imagina-se que o Délio tenha sido induzido pelo Figueiredo e pelo gabinete a fazer aquele pronunciamento. O pronunciamento não exaltava, mas fazia ressaltar a figura de Maluf, que no caso não teria sido traído — o traidor teria sido o vice-presidente Aureliano Chaves.

Eu e muitos de nós que eram ligados ao Délio tentamos mudar a cabeça dele quanto àquele pronunciamento. Não diretamente, porque eu não tinha essa condição, mas liguei para dois amigos íntimos dele. Nessa época eu era comandante da Ecemar. No sábado, li, creio que na coluna do Swann, uma nota dizendo: “O ministro da Aeronáutica vai fazer um pronunciamento-bomba em Salvador”. Liguei para o Tavera, que era o chefe de gabinete do Délio: “Tavera, o que está acontecendo?” “Não está acontecendo nada.” Mas isso não me satisfaz. Aí liguei para o Correia Neves, que já era quatro estrelas e tinha sido meu comandante. Ele disse: “O Délio está aí com um pronunciamento, nós estamos querendo convencê-lo a não fazer”. Aí liguei para o Luís Felipe, com quem eu não tinha muita intimidade, mas era chefe do Cisa. Ele foi mais reticente: “É, existe aí um problema...” Soube que muitas pessoas também tentaram fazer o brigadeiro Délio mudar de idéia. Não posso assegurar, mas o que a gente soube é que o Délio tinha duas versões, entregou as duas ao

Figueiredo, que escolheu a mais radical. Fizeram a cabeça do Figueiredo de que o Aureliano, quando o Figueiredo estava operado, teria extrapolado a condição de vice-presidente, trabalhado muito... Chegava lá sete horas da manhã, essas coisas que a gente sabe.

É preciso que se veja a lealdade do Délio ao Figueiredo. Até porque havia umas brincadeiras: o Délio não era um dos primeiros da turma, era talvez o antepenúltimo, e o Figueiredo era “tríplice coroado”.³¹ Quando Figueiredo assumiu, Délio estava no STM. Na minha cabeça, o Figueiredo, um homem extremamente articulado no Exército, convidaria o Deoclécio, que era da mesma turma, mas que era um homem tido como mais intelectual. Délio e Deoclécio tinham entre eles, muito discretamente, uma disputa. Até por serem da mesma turma, do mesmo grupo.

Quando o ministro Délio fez esse discurso, houve um sussurro na imprensa de que se tentava articular a prorrogação do mandato de Figueiredo. Brizola, aliás, era um proponente dessa solução.

Eu sempre ouvi isso como especulação, nunca vi articulação. O que a gente sabia, também em nível de especulação, mas com mais probabilidade de ser verdade, era a vontade do Octávio Medeiros de ser candidato, e isso foi mais ou menos desarmado por todo um processo de desgaste. Acho até que todo o grupo viu que isso não podia mais se efetivar, e aí também os políticos já tinham as suas ambições, o próprio Maluf. Uma coisa que entendi, mas não entrava na minha cabeça, é que se o Figueiredo tivesse ungido o Aureliano como candidato, o Aureliano teria sido eleito presidente, indiretamente, não tenho dúvidas. Não teria havido o racha entre Maluf de um lado, Andreazza do outro, um negócio complicado.

Voltando ao discurso do ministro Délio, qual foi a recepção na Aeronáutica?

Não foi boa. Foi um desgaste muito grande. Eu acho que havia um grupo que achava que a solução era Maluf, e isso conduziu um pouco o processo. As pessoas são um pouco simplistas quando fazem observações como: “Fulano queria que fosse o Maluf e induziu o Délio a fazer aquilo”. Não é bem assim; é um somatório de fatos. Como eu disse, havia o Figueiredo de um lado, querendo fazer uma demonstração política através do Délio, coisa que não tinha que ser feita. Na verdade, o Délio reacendeu a imagem de ACM.

³¹ Isto é, obtivera o primeiro lugar de sua turma nos cursos das três escolas militares: Aman, EsAO e Eceme.

A partir daí, ACM virou o fiador da Nova República. Nesse momento, ele era o único político civil com coragem para enfrentar um ministro militar.

Isso, na verdade, não se pode tirar do ACM. Ele pode ter seus defeitos, mas tem uma coragem moral muito grande. E na Bahia ele manda. Fui, quando ministro, à inauguração do aeroporto de Porto Seguro. Essa figura de beija-mão não é conversa, é verdadeira — as pessoas beijam as mãos dele, é impressionante.

Com esse episódio do discurso, o alto comando da Aeronáutica rachou, não?

Rachou. Mas não foi propriamente nesse episódio, nós estamos falando daqueles cinco meses das tolices. Houve também problemas de promoção, problemas que a gente chama de “carona”. E houve o caso de o Délio advogar o cargo de ministro, já para o governo Tancredo, para o brigadeiro Luís Felipe, enquanto quem estava, vamos dizer, correndo por fora era o próprio brigadeiro Moreira Lima. Aí houve realmente uma dissensão no alto comando. Ficaram claramente duas facções, tanto que, por exemplo, quando o Moreira Lima foi ser ministro, o Saulo, que era mais antigo, pediu transferência para a reserva. Tinha também o Pavam, que tinha pedido transferência para a reserva antes porque o Délio não tinha nomeado o Protásio, seu indicado, para a chefia do Estado-Maior. Então, o problema não foi só o discurso. Nos últimos seis meses da administração Délio, houve uma série de desencontros que foram desgastando o ministro e a chefia do gabinete, que era do brigadeiro Taveira, e isso foi criando as duas facções.

Mas essas facções atuavam de forma consistente nesses episódios?

Não. Elas só passaram a ser consistentes, realmente, quando da escolha do ministro Moreira Lima. Uma coisa que causou um pouco de espécie foi sua postura logo depois que assumiu, já com Sarney. Veio aquela figura de Nova República, e a gente reagiu um pouco, às vezes, à postura do ministro Moreira Lima em relação, digamos, ao que tinha sido o período autoritário, porque ninguém pode esquecer que ele também participou. Então aquelas críticas, às vezes, eram coisas que desagradavam a gente. Eram críticas um pouco ao regime militar, um pouco à administração do Délio. Moreira Lima tinha sido chefe de Estado-Maior do Délio no Comgar, e é a tal coisa: a gente vê o sujeito se desgastar, fazer tolices, mas a lealdade deve permanecer. E muitas coisas boas foram feitas, houve mais ou menos uma revolução dentro do Ministério da Aeronáutica naqueles cinco anos e meio do Délio, até porque ele tinha apoio do Figueiredo.

Mas não havia nenhuma conotação contrária em termos da abertura. Já estava todo o mundo consciente de que devia haver uma abertura, de que tinha que ser um civil, o Tancredo Neves seria bem-vindo, qualquer um que viesse seria bem-vindo. Aí o que começa a incomodar são aquelas posturas. Por exemplo, uma coisa que a mim incomodou extremamente era aquela figura de “entulho autoritário”. Eu me lembro que era comandante do Ecemar e foi lá o secretário executivo do Ministério da Justiça. Ele passou a exposição falando sobre entulho autoritário. Eu tinha 32 oficiais-coronéis na sala que já estavam com aquela figura por aqui e pensei: “Vai dar bolo”. No intervalo, chamei uns três: “Segurem a barra”. Mas era uma das coisas que incomodavam, entende? Quando terminou a conferência e se entrou nos debates, eu disse: “Sr. secretário, eu gostaria de fazer duas perguntas, uma de resposta muito simples, é sim ou não. O sr. está acostumado ou já fez alguma palestra para um fórum desta natureza?” “Não, nunca fiz.” “A segunda pergunta é: o sr. não acha que seria muito mais apropriado para essa platéia que aqui está, em vez de o sr. usar essa expressão ‘entulho autoritário’, falar, por exemplo, ‘período de exceção’? Até porque período autoritário, ditadura, eu convivi com isso quase 40 anos de minha existência: foram os de Getúlio e mais 21”. Aí ele viu que estava falando em corda em casa de enforcado e que ali os enforcados não eram tão enforcados. E disse: “Não, não era bem isso, brigadeiro, não entenderam bem. Isso talvez tenha sido uma expressão indevida, mas é que ela está mais ou menos na moda...” Em suma, ele procurou se desculpar e eu, na verdade, estava dando uma satisfação aos 32 coronéis que estavam com aquele negócio engasgado.

E sobre aquele episódio dos retratos, envolvendo Délio e Moreira Lima?

Aquilo ali foi um grande imbróglio e um mal-entendido. Eu o coloquei dentro daquelas tolices feitas nos últimos seis meses. Claro que o homem da *Veja*, fazendo aquela montagem, usou o Moreira Lima. Naquela época, acho que a *Veja* ainda não era o *oraculus brasiliensis*, e o Délio podia passar uma borracha naquele negócio. Mas aí a gente sabe que ele foi a Belo Horizonte — porque tinha um bom relacionamento com o Tancredo Neves — se queixar do ministro Moreira Lima. Então o comentário que a gente fazia na FAB, na época, era o seguinte: ou o Délio desconhecia aquilo numa postura de grandeza, ou, se achasse que tinha sido uma agressão, cobrava do Moreira Lima e, dependendo da resposta, o prendia. Seria um episódio também extremamente desagradável. Em suma, foi um desgaste para o Délio e para o Moreira Lima. Mas tenho a impressão de que o Moreira Lima não teve culpa, ele foi levado pelo repórter.

Mas aí mudou o ministério, continuei na Ecemar, o brigadeiro Moreira Lima foi fazer uma palestra lá, e essa palestra deu panos para manga porque, fora do texto, ele criticou a administração anterior, dizendo que antes não precisava ser competente para ser ministro, bastava ser amigo do rei. Quando terminou a palestra, havia um burburinho tão grande que dei um daqueles gritos de voz de comando: “Auditório, atenção!” E houve um momento, na palestra do Moreira Lima, em que tive vontade de me retirar, tive aquele ímpeto, mas pensei: “Não, eu sou comandante, se eu sair daqui, sai muita gente comigo”. Isso foi muito comentado depois que saí da Ecemar.

O sr. então era claramente identificado com o grupo mais leal ao Délio.

Muito leal ao Délio. É a tal coisa, você pode achar que foram feitas besteiras, mas a lealdade é uma coisa importante. Depois fui penalizado: saí da Ecemar e quando chegou no ano seguinte, em 1986, eu e dois colegas que haviam sido do gabinete Délio fomos mandados para a ESG.

Como o sr. acompanhou a atuação dos militares na Constituinte? Quais eram os pontos considerados mais importantes?

Praticamente, a gente não participava disso. O Moreira Lima tinha um grupo no gabinete dele, inclusive um bacharel, rapaz muito cuidadoso. O que a gente se preocupava na época era com a chamada manutenção da ordem interna. A outra coisa que, vamos dizer, nos preocupava muito era o problema da aviação civil, que nós não queríamos que saísse do Ministério da Aeronáutica. A gente sempre achou que vinha gerenciando bem a aviação civil, até porque temos um sistema de aviação civil muito organizado. Nós, desde 1944, somos membros do primeiro grupo do conselho da Icao, Organização de Aviação Civil Internacional, que é o grupo dos 10 países mais importantes na aviação civil. Nosso medo era que, controlada e sob a égide de politicagem, ela pudesse degradar.

Hoje essas coisas já perderam um pouco o sentido porque, de certa forma, salvo se houver um esboroamento, a filosofia do governo de criar as agências reguladoras dá outra conotação. Depois tem o aspecto de que nós praticamente acabamos com as estatais, e com isso há menos influência política de cargos. Mas na época em que havia muitas estatais, uma muito cobiçada era a Infraero. As coisas agora são diferentes, vai ser criado o Ministério da Defesa, e sua estrutura provavelmente não vai dar muita margem a que se tenha ali um braço civil; a estrutura vai ser eminentemente militar.

Isso seria motivo de resistência da Força Aérea ao Ministério da Defesa?

A grande resistência ao Ministério da Defesa é o medo de que venha a ser apenas mais um escalão e um cabide. Isso a gente ouve, por exemplo, de várias Forças Armadas. Quando era ministro, estive com o comandante da Força Aérea Argentina e ele se disse indignado porque os funcionários do Ministério da Defesa de lá tinham uma série de regalias e ganhavam mais até do que os próprios oficiais. Também se dizia que as Forças Armadas americanas, depois que criaram o Ministério da Defesa, nunca ganharam nenhuma guerra, o que de certa forma é verdade, a não ser a partir da Guerra do Golfo. Mas, na verdade, acho que o processo de criação do Ministério da Defesa está sendo bem conduzido, mais do que eu esperava.

Quais foram os principais personagens desse processo?

O grande articulador desse projeto é o Leonel. Ele foi colocado no Emfa com esse objetivo. No dia em que o presidente me chamou para conversar sobre minha posição em relação ao Ministério da Defesa eu disse que, se fosse para haver uma conciliação operacional e um pouco de conciliação administrativa, eu achava que era importante. Entretanto, se fosse só para trazer o segmento militar sob um controle civil mais estreito, considerando que o Exército e as Forças Armadas ainda têm aquela cultura de pai da pátria, eu achava que era melhor que o presidente olhasse nos olhos de seus ministros, e não nos de um intermediário. Lembrava a ele que, mesmo eleito com grande maioria, ainda era um homem vindo de uma área socialista. Falei claramente que isso era uma coisa que ainda preocupava.

O sr. acha que a Marinha partilha da sua visão de que o processo de criação do Ministério da Defesa foi bem conduzido?

A Marinha conseguiu o que ela queria: a aviação naval. Ela queria a aviação naval completa, com asa fixa, com vôo no porta-aviões.

Foi um trade-off para o Ministério da Defesa?

Não sei se foi *trade-off*, porque é difícil a gente falar assim nesses termos, mas diria que foi uma medida de boa vontade.

E o Exército?

Acho que o Exército sempre gosta que se fale em Ministério da Defesa, porque ele é predominante. É uma questão de geoestratégia: não vai perder poder.

O sr. também aceita a “teoria da vitamina com abacate”?

É, o Ministério da Defesa ficaria da cor verde. Mas ele já é. Por que não dizer a verdade? O Exército tem essa passagem infeliz pelo governo. Foi um erro de estratégia manter o poder por tanto tempo, o que trouxe esse estigma para as Forças Armadas. O poder também tem o seu preço. Hoje, na Inglaterra e em todos os grandes impérios, o preço é o retorno dos colonizados. Nos Estados Unidos, teve uma época em que houve um retorno brutal de pessoal de Manilha. E o Exército, pela supremacia que teve no poder, hoje paga um preço muito mais alto do que as duas outras forças. O próprio presidente tem consciência disso; até porque o Exército é a força que tem o poder de discriminação da população. Porque é ele que está atomizado pelo país, nos quartéis, nas brigadas. E nisso o Exército brasileiro foi extremamente inteligente, porque tem essa preocupação, vinculada à cultura de pai da pátria. Eles são parte integrante da manutenção da nossa nacionalidade, da nossa soberania.

Eu mesmo já disse isso numa palestra: que a Amazônia não vai ser tomada por medidas bélicas normais. Ela pode ser tomada por outro tipo de medida: econômica, política. Mas, tipo Vietnã, essas coisas, seria impossível. O Exército seria o primeiro a formar as guerrilhas na Amazônia, para combater uma eventual invasão. Não tenho dúvida de que o Exército brasileiro não deixaria isso acontecer. O que, aliás, é uma tradição da nossa colonização. Quem levou além essas fronteiras, acabando com o Tratado de Tordesilhas, não ia deixar que essa coisa se esboroasse. Essa coisa é muito arraigada. É aquele espírito de missão, que é muito mais forte no Exército do que nas outras forças. Não que elas não tenham espírito de missão. Mas é que o espírito de missão é o princípio da rusticidade. O Exército tem aquela figura da rusticidade, que é um dos princípios de guerra.

Ao final do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, já havia expectativa de que o sr. viesse a substituir o ministro Lôbo?

O que na verdade acontecia era o seguinte: o Fernando Henrique queria muito manter o Lôbo. Tinham sido ministros juntos. Não sei as articulações de bastidores, mas acho que o poder desgasta um pouco, e o ministro Lôbo, naquela época, já estava um pouco desgastado porque, corajosamente, ele e o comandante do Comgar tiveram que fazer um corte muito significativo no número de horas de voo. Ele tinha conseguido um empréstimo bom que só foi ter resultados na minha gestão. Era um empréstimo de US\$300 milhões de um Banco do Brasil que tem em Cayman, que proporcionou a compra de suprimentos para resolver o pro-

blema de disponibilidade de uma série de aeronaves militares que estavam paradas etc. Mas a compreensão que se tinha na época, na tropa, era a de que se estava voando pouco.

O sr. já tivera contato com o presidente Fernando Henrique, antes do convite para o ministério?

Eu tive um contato com o presidente Fernando Henrique na época em que ele era senador e houve a crise da Varig. Fui lá no Senado com um camarada da Bus Allen, que era responsável pela auditoria, e o Rubel Thomas, presidente da Varig, que fora levar esse relatório da auditoria. Ele era senador, tinha um escritório no Senado e tinha acompanhado a crise das empresas aéreas. Ele apenas me viu, eu era o diretor do DAC, e ele já era candidato a presidente.

E o convite, como aconteceu?

Recebi um contato dizendo que o ministro das Comunicações, Djalma Moraes, queria conversar comigo. Por que Djalma Moraes? Porque Djalma Moraes tinha sido capitão do Exército, esteve em Barbacena, manteve alguns vínculos na área militar e era bastante ligado ao presidente Itamar. Lá encontrei o general Alberto Cardoso, também à paisana. É uma pessoa fabulosa, e o destino nos colocou juntos. Apareceu o Djalma Moraes: “Estão prontos?” Pegou o carro dele e fomos para a casa do presidente Fernando Henrique. Entramos e o Djalma Moraes me apresentou. O presidente começou a conversar comigo, saíram os dois, eu fiquei sozinho com ele, conversamos talvez uns 25 minutos. Ele me fez aqueles questionamentos sobre minha posição em relação ao Ministério da Defesa, a necessidade de que a Aeronáutica abrisse mão do cargo do Emfa, me perguntou sobre o ministro Lôbo, disse que queria aproveitar o ministro Lôbo porque era um quadro que ele não podia dispensar. Concordei com ele em gênero, número e grau, ele disse que eu aguardasse, que eu ia ser notificado num determinado momento, que naquela hora ainda não iam ser liberados os nomes.

Confesso que, quando fui conversar com o Djalma Moraes, até porque me pediram discrição, eu não disse nada ao Lôbo. No dia seguinte, fui encontrá-lo logo de manhã e me lembro que ele ficou surpreso. Ele tinha estado, na véspera, com o presidente eleito, que não lhe falara sobre esse assunto. O Lôbo estava à espera de um cargo. Ele é um homem de Brasília, a mulher dele também; está em Brasília há 25, 30 anos. Até que apareceu uma posição na Telebrás, por intermédio do Djalma, que resolveu essa preocupação do Fernando Henrique, de arranjar um cargo para ele.

Vamos conversar sobre o órgão de informações da Aeronáutica, o Secint. Em primeiro lugar, só para ter uma idéia de ordem de grandeza, quantos oficiais nele trabalham?

Pouca gente, se forem 10, é muito. Agora, o Secint tem articulações: no caso dos Comares, com os A2; no caso dos grandes comandos, das bases, com a seção de inteligência. Então, ele tem sempre um sistema, que é uma teia de aranha, e tem ligações. Existem documentos que são trocados entre esses órgãos, sem que, necessariamente, o comandante tome conhecimento; são documentos horizontais. Mas isso, muitas vezes, acontece em outros setores também. Por exemplo, o setor técnico tem muitos documentos horizontais. Eles fogem, um pouco, àquela figura específica da estrutura, em linha, da organização militar.

Por que se mudou o nome de “informações” para “inteligência”, de Cisa para Secint?

A mudança de nome tem um pouco de retirada de um emblema estigmático, vamos dizer assim. Uma apropriação, talvez indébita, do termo inteligência, porque inteligência, para nós, não significa, necessariamente, informações. É uma apropriação de um termo inglês, *intelligence*. Na verdade, estruturalmente, o serviço de informações, principalmente na Aeronáutica, pelo que pude observar no período em que passei no Estado-Maior, que foram seis meses, e depois, no ministério, realmente mudou muito. Eu diria que, em alguns pontos, praticamente, passou a inexistir.

O Secint passou a ser subordinado ao Estado-Maior da Aeronáutica, deixou de ser subordinado ao ministro da Aeronáutica. Essa mudança foi mais doutrinária, achando-se que informações, no Ministério da Aeronáutica, tinham que ser mais de natureza estratégico-militar do que de natureza político-administrativa — política no sentido não partidário, mas no sentido da política nacional, da administração nacional, dos reflexos dessa administração no Ministério da Aeronáutica.

Quando digo que o setor ficou muito falto de informações é porque ele passou a se valer muito mais de análise de textos publicados na mídia do que, propriamente, informações. E o segmento de operações foi atrofiado porque ele tinha sido maximizado na época da repressão, em que usavam, realmente, o serviço de operações para estourar aparelhos, prender pessoas etc. Isso dava, vamos dizer, substância ao órgão de operações. Com o desmantelamento dessa figura de operações, o órgão também se retraiu, em termos de agentes e de coleta de informações. Acho

que, hoje, quem tem o melhor sistema de coleta de informações são as revistas de fim de semana: a *IstoÉ*, a *Veja* e, agora, a *Época*.

Mas o que ocorreu na prática? As pessoas desses serviços foram passadas para a reserva?

Não acompanhei isso no dia-a-dia. Mas as pessoas começaram a ser destinadas a outras funções. Até porque, no serviço de informações, havia muitos descontentes, principalmente na área de intendência, em que o camarada se achava marginalizado porque é uma atividade-fim menos nobre. No que me cabe, tive um problema e eu acho que é bom ficar registrado. Nós tínhamos um escalão recuado, aqui no Rio de Janeiro, que funcionava na Ilha do Governador. Estava subordinado ao Secint, e o comandante da área percebeu que esse órgão estava um pouco fora do controle. Esse negócio aconteceu porque, num determinado seqüestro, detectou-se que o telefonema tinha sido feito de uma área telefônica da Unifa. Por isso, o comandante da zona aérea foi chamado pelo governador Marcelo Alencar. O comandante começou a rastrear para ver se descobria de onde tinha sido aquilo. Era um tenente-coronel que chefiava esse segmento e, num determinado momento, pediu uma reunião com o governador, à revelia do comandante, dizendo que tinha condição de resolver o problema do seqüestro. Nós ficamos muito preocupados porque foi uma extrapolação, digamos, da linha de comando. E, aí, resolvemos desativar ou, pelo menos, minimizar isso. Foi o que foi feito.

Isso responde, de certa forma, à pergunta. Na verdade, ninguém passou para a reserva. Nós apenas tiramos as pessoas e as colocamos em outros lugares. Lembrei ao homem do Secint que isso era um fato muito perigoso, porque era mais ou menos o mesmo que desativar minas terrestres. Você desativa uma mina aqui, mas nunca sabe qual vai ficar. Um dia você está andando, pisa numa. E nós tivemos conseqüências, porque, não posso afirmar, mas acho que algumas *inside informations* saíram de dentro do próprio Comar para prejudicar o comandante, que tinha me levado o problema.

Em informações, existe uma norma que diz o seguinte: quem não precisa saber de alguma coisa, não deve saber. Mas isso não impede que o órgão que está tratando do assunto dê conhecimento ao seu chefe, a quem é subordinado. Como é que um tenente-coronel pede uma audiência, vai falar com o governador, por conta própria? Depois, vendo outras atitudes, configurava-se que aquele órgão estava com excesso de autonomia num momento em que isso já não era mais, vamos dizer, previsto. Daí a pouco, poderia haver um problema. Então, vamos atacar esse problema.

Aquilo foi a gota d'água que faltava. Na verdade, não se detectou nada que fosse conluio com os seqüestradores, o objetivo do tenente-coronel era bom; ele só não soube conduzir o processo. Eu só estou mencionando isso para dizer como as coisas, depois, passaram a ser tratadas. A gente evitava que isso acontecesse. Tive muita sorte, nesse aspecto, porque o chefe de Estado-Maior — que era primo da sogra da minha mulher, e a irmã dele é madrinha da minha neta mais velha —, o brigadeiro Ulisses, era um homem do setor de informações. Ele foi o único oficial da Aeronáutica a ser chefe de uma agência do SNI, a de Belém. É um homem muito sério. Então, isso tudo foi feito sob o crivo dele. Não fiz isso sozinho. Eu tinha o chefe do Secint, mas discuti com Ulisses, *pari passu*, o que íamos fazer.

Uma vez, também, pedi uma informação, e me vieram com uma colagem de uma porção de reportagens da imprensa. Eu disse: “Isso aí, qualquer pessoa faz, não precisa pedir ao Secint”. Agora, é a tal coisa: eles continuavam agindo, tendo algumas ligações com os outros órgãos de informações, mas sem aquela predominância que houve no passado.

No funcionamento normal do Secint, quais as preocupações mais freqüentes?

Hoje, o principal móvel da informação interna é o estado de espírito da tropa. Tanto que temos uma enquete, se não me engano, semestral, que é feita em coordenação com o Cecomsaer.

Como repercutiu na Aeronáutica o início de funcionamento da Comissão dos Desaparecidos?

A gente ouvia muito falar nisso e estava esperando. Fui o último a ser ouvido. Uma vez, fui a uma reunião — acho que no Exército —, onde estavam o Zenildo, o Mauro e o Leonel. O Jobim e o Gregori foram lá, levaram o problema, e me lembro de que os dois estavam muito reticentes em relação à comissão, que queria ampliar a lista original de 136. Diziam que não era possível, que aquilo já estava estabelecido etc. A tônica que foi sempre passada era, realmente, aquela, de que ali não se estava tratando de governo, se estava tratando de uma questão de Estado, que determinadas pessoas tinham sido colocadas sob a guarda do Estado e que o Estado não tinha dado a guarda conveniente, pelo contrário etc. Dentro dessa tônica, concordei, achei que era válido. Posso assegurar que eles tinham uma propositura honesta, de boa-fé. Entretanto, acho que esse processo foi absolutamente viciado. E me senti iludido. Mas faço questão de destacar que, pelo que percebi do Jobim — com quem tive um excelente relacionamento — e do próprio José Gregori, que às vezes é

criticado —, não percebi, jamais, má-fé. Acho que eles, de certa forma, foram ingênuos. A comissão foi montada de uma tal maneira que, bem ou mal, já tinha *parti pris*. Porque cinco membros da comissão, sabidamente, já tinham posição definida. Então, tudo aquilo que o Jobim e o José Gregori me disseram, na prática não aconteceu. Um dos maiores problemas que houve foi o das indenizações do Lamarca e do Marighella, notadamente a do Lamarca, porque o Exército considera o Lamarca um traidor. É normal que o Exército o considere assim: o sujeito que rouba armas e some, seja qual for o motivo, é traidor. Depois, tem outra coisa mais grave: é que, no caso do Lamarca, especificamente, a sua família nunca foi desamparada pelo Estado. Ele foi considerado morto, e a mulher dele recebe uma pensão. Na época, era uma pensão limitada, mas era uma pensão.

No caso dos 136 que foram julgados, não tenho dúvida; acho que é válido. Aquela tese de que o Estado não tratou daquele pessoal, tudo bem. Agora, vêm aqueles que foram mortos pelo terrorismo, pela guerrilha. Esses homens estavam cumprindo sua missão. As mulheres deles estão amparadas. As famílias estão amparadas; não têm que receber ressarcimento nenhum. Então, houve uma série de desvios de uma coisa que era para virar a página — página que considero, se não negra, pelo menos cinza, no processo de anistia, de “cicatrização” do problema do confronto desse período autoritário.

O Clube Militar, nessa época, entra com ações contra as viúvas que receberam indenização, publica slogans como “Terrorismo, nunca mais!”, coloca faixa de luto. A repercussão na Força Aérea, entre os oficiais da ativa, foi menor?

Os oficiais, hoje, estão muito mais preocupados com outros aspectos. Os clubes militares têm muito saudosismo. Por isso, talvez, a repercussão não tenha sido tão grande. Eu acredito que o ministro Zenildo não quis incendiar a nação. Já basta um episódio, às vezes exógeno, para incendiar uma nação, como esse negócio, agora, do Pinochet.³² O Chile estava quieto, e inventa-se um troço que pode jogar uma nação que estava pacificada no meio de um ciclone.

O sr. acha que estava pacificada? Ou estava silenciada?

Mas o que é preciso para pacificar uma nação? Haver um atrito entre as forças? Ou o que aconteceu no país, ao longo de tantos anos de Re-

³² Refere-se à prisão do ex-ditador chileno na Inglaterra, a pedido da Justiça espanhola.

pública, com tantas anistias como nós tivemos, não é mais importante do que exacerbar ânimos? É a tal coisa: tenho a impressão de que isso é uma espécie de estímulo. O Oriente Médio está pacificado? Não vai ser pacificado nunca, porque vem um camarada e dá uma espetadinha na ferida, vem outro e faz o mesmo. Já houve anistia, e anistia real, pois um Theodomiro, um assassino que deu um tiro na nuca de um sargento, em Pernambuco, hoje é juiz. O Gabeira não enfiou um revólver na cabeça de um embaixador e hoje é deputado federal? Ninguém fala disso. Não me conformo. Se há uma pessoa que gostaria de virar essa página da história sou eu — até porque não fui ativo nisso, graças a Deus.

Na comemoração do 31 de março de 1995, pela primeira vez não houve ordem do dia conjunta dos ministros militares. Por quê?

O Mauro me procurou — acho que nesse ano era minha vez de fazer a nota — e sugeriu que a gente não fizesse a ordem do dia. A idéia era apaziguar os ânimos, desarmar os espíritos. Eu imediatamente concordei e conseguimos convencer o Zenildo e o Leonel. Os dois ainda relutaram: “Mas isso é uma tradição!” Nós dissemos que tínhamos que esquecer, virar essa página. Inclusive, dei uma entrevista a *O Globo* em que dizia que essa página tinha que ser virada. Depois, num artigo, “Síndrome de perseguição”, digo que isso é muito difícil!³³ Talvez seja realmente difícil. Vi pessoas que tiveram parentes assassinados em 1935 ficarem durante gerações com essa coisa na cabeça. Mas acho que cabe às pessoas equilibradas da nação virarem essa página. Eu dizia que devíamos acabar com essa síndrome de que havia revanchismo, perseguição, e que entendia as dificuldades de um Serra, de um Malan, numa hora de cortes etc. E fazia outras considerações. Não me arrependo disso, mas me arrependo, hoje, de ter achado que esse lado de boa vontade pudesse ter sido entendido. Porque, na verdade, acho que continuou havendo revanchismo. Tenho a impressão de que o José Gregori, o Jobim e o próprio presidente procuraram isso. Mas, é que, de ambos os lados, aparecem pessoas para futucar as coisas.

“Revanchismo” é um termo que já ouvimos em muitas entrevistas com militares. Como o sr. o definiria?

Eu defino da seguinte maneira: as pessoas que hoje estão beirando a casa dos 50 anos são as que em 1968 estavam dentro — embora, às vezes, não ativos — daquele processo estudantil, que foi generalizado no mun-

³³ *O Globo*, 15-7-1995.

do, a começar pela França. Acho que um dos maiores erros que a Revolução cometeu foi em relação à juventude, prender estudantes, moças, coisas que a gente sabe que tinham acontecido na época de Getúlio Vargas, em que se violentaram moças — não violentar, propriamente, mas queimar bico de seio; a gente ouvia falar disso da polícia de Filinto Müller. Eu era menino, rapaz, e ouvia falar nisso. Não sei se houve a mesma coisa, mas só o fato de botar uma mulher nua e deixá-la 24 horas num lugar fechado já cria uma condição de degradação psicológica total. Fazia-se isso para que, no dia seguinte, ela pudesse dizer alguma coisa que, provavelmente, não ia levar a lugar nenhum, porque uma moça com 17, 18 anos não poderia ter, com raríssimas exceções, alguma informação. Então, esse foi um erro muito grande da Revolução. E isso teve um efeito irradiador, multiplicador. Porque diziam: “Fulana está presa no DOI-Codi”. Numa universidade, isso tem efeito irradiador na juventude, que é justamente aquele grupo mais reativo, mais contestador.

Eu tive um caso na minha família, durante o governo Médici. Uma de minhas tias era casada com Adão Pereira Nunes, que foi deputado, um comunista célebre. Ele era médico, tinha atendido uma pessoa que havia sofrido um tiro, provavelmente ainda numa escaramuça dessas; isso deve ter sido nos idos de 1972. Ele não notificou o caso, a enfermeira que estava com ele também não, porque era muito amiga dele. Depois, não sei por que cargas d’água, chegaram à enfermeira, que acabou dizendo que quem tinha atendido fora ele. Entraram na casa da minha tia, pegaram as crianças, botaram na janela: “Diz onde ele está, senão eu vou jogar essa criança aqui!” Isso é um absurdo! O sujeito, para fazer um troço desses, tem que ser um tarado, um maluco. É um sujeito que perdeu a noção, e quem está comandando perdeu também a direção, o comando.

Começou então a pressão, lá em casa, para que eu fizesse alguma coisa, porque eu era tenente-coronel e estava no Gabinete Militar. Procurei saber, pedi ao meu chefe, que era o Correia Neves, e ele falou com o Medeiros — que, depois, foi chefe do SNI —, que mandou me dizer que ele estava bem, não estava sendo maltratado, eu podia ficar tranquilo. Dois dias depois que recebi essa informação de que ele estava bem, parece que deixaram visitá-lo. Fui ao Correia Neves e entreguei o cargo, disse que estava numa posição difícil. Aí ele falou com o Figueiredo e disse que não era nada daquilo, que eles compreendiam perfeitamente. Esse negócio, para as famílias que passaram por isso, é terrível.

Então isso aconteceu, teve um processo irradiador terrível. Muitos desses contestadores, até por uma questão de viés intelectual e profissional, se transformaram em jornalistas e, hoje, são pessoas de 50 anos; e

mídia faz a opinião pública. Então, esse é um quadro que dificilmente vai ser desarmado. Hoje mesmo, nós vamos ter, no programa *Você decide*, da Globo, a história de uma moça que foi guerrilheira, conheceu um rapaz, o rapaz sumiu numa dessas batidas de aparelho, ela casou e, agora, está reencontrando o camarada, cujo ator, casualmente, é o mesmo que fez o Lúcio Flávio, o Reginaldo Faria. Então, isso é uma maneira de estar permanentemente mantendo as mentes nacionais dentro de um processo de condenação de uma coisa que teve seus percalços. Mas, se a gente fizer um rescaldo, principalmente em relação a Uruguai e Argentina, vai ver que foi uma coisa muito menor. Foi uma distorção; era uma guerra aberta. Mas, quer distorção maior do que um grupo seqüestrar dois embaixadores? Isso é uma loucura, também. E eu não tenho dúvidas de que o seqüestro do embaixador foi o estopim de um processo de repressão muito sério, como foi Xambioá. A nação tinha que, não de maneira literária, virar a página; tinha que virar, efetivamente, essa página.

Mas talvez uma sociedade não vire páginas da história, não pare de olhar para trás. O que é preciso, talvez, é olhar com outros olhos para o passado.

Está bem. Mas o tratamento é desigual. Por que o camarada vai atrás do Fayad? O Gabeira é um sujeito elogiado pela crítica, não? Então, a sociedade, na minha cabeça, foi forjadamente preconceituosa, em termos do que é anistia. Não tenho dúvida.

Voltando à comemoração do dia 31 de março: foi iniciativa do ministro Mauro ou teve alguma coisa do Palácio do Planalto?

Nada, absolutamente.

Foi difícil convencer o Exército?

Não foi. O Zenildo e o Leonel ficaram um pouco reticentes. Mas aí eles saíram, voltaram, nós chegamos a um acordo. É claro que algumas pessoas — eu não me lembro bem se foi aquele grupo Guararapes — reclamaram.

O sr. não encontrou resistência na Aeronáutica?

Não, até porque a decisão foi minha e eu não consultei ninguém. Só na hora em que nós conversamos. Também não houve resistência. A decisão era minha, mas tinha, também, um respaldo de uma cultura já vigente. Porque ninguém é maluco.

A idéia para não fazer a ordem do dia conjunta do 31 de março era apaziguar os ânimos? Implicava admitir a culpa de que os militares, por um período, se apoderaram do poder?

Não era isso, não. Meu pensamento é o seguinte: houve um fato político, na verdade, uma distorção do que era a norma das intervenções militares — porque antes eram intervenções militares, em que o sujeito entregava o governo a um civil e voltava para os quartéis. Ali, houve a permanência no poder, que trouxe um desgaste, uma série de problemas, mas trouxe também avanços — nem vou falar de desenvolvimento, mas de crescimento. Pode ser um exagero, mas na época o Brasil era visto pelo comunismo internacional como uma presa ideal. Tinha todos os ingredientes: um problema social terrível e uma sociedade agrícola vivendo completamente na miséria. E tentou-se corrigir isso através de uma ação de força.

O sr. pensou na possibilidade de os ministros militares pedirem desculpas à nação pelas mortes, fazer o que o comandante do Exército argentino, o general Balza, fez?

Não, não pensei. Para que isso acontecesse era preciso, primeiro, que milhões de pessoas que têm essa consciência antimilitar também viessem a público dizer: “Desculpem por termos tido pessoas que foram para a guerrilha, por termos matado gente com tiro na nuca, seqüestrado embaixador...”

Talvez a esquerda seja mais fragmentada. Mas várias pessoas que participaram da luta armada fizeram suas autocríticas e hoje têm atitudes respeitadas para com as Forças Armadas. Já os militares reagem mais corporativamente, não?

Cuidado, porque não podemos confundir espírito de corpo com corporativismo. Corporativismo é uma coisa que sempre tem esse lado depreciativo. Agora, espírito de corpo é uma coisa que o militar tem, sobretudo, porque começa a conviver, desde os primeiros momentos de juventude, com os companheiros. A consciência que temos é a seguinte: era uma guerra, e numa a guerra não há muita ética — a verdade é essa. Não só de quem está comandando, como de quem está agindo. De quem está comandando, porque perdeu o comando; de quem está agindo, porque tem um certo sadismo — uma pessoa, para fazer certas coisas, tem que ser sádica. Ninguém faz isso com um cachorro! Como é que faz com uma pessoa?

Vamos falar sobre a sua saída do ministério, no meio de uma série de denúncias da imprensa a respeito daquilo que ficou conhecido como o “caso Sivam”.

Estamos falando de denúncias não comprovadas, sendo que, no meu caso, a denúncia é a seguinte: dormi na casa de um amigo, o José Afonso, que era representante da Raytheon,³⁴ durante uma visita a Belo Horizonte, mais nada. É um absurdo eu não poder dormir na casa de um amigo que conheço há 10 anos. Recebi o José Afonso 10, 12 vezes, no meu gabinete. Se eu quisesse fazer alguma coisa, não ia fazer na casa dele. Saiu na *IstoÉ* que eu tinha ficado na casa dele. Quando vi a revista, liguei para o presidente Fernando Henrique, disse que precisávamos conversar. Ele disse: “Faça o seguinte: o sr. não venha agora para o Palácio da Alvorada porque tem muito repórter. Venha amanhã para o Palácio do Planalto, às 11h, porque há a cerimônia da bandeira às 12h”.

Quando cheguei ao Palácio do Planalto, começamos a conversar e eu disse: “Presidente, não venho aqui entregar o cargo porque o cargo é seu. Já lhe disse há 10 dias que não me sinto responsável por nada, mas gostaria de dizer ao sr. uma coisa, por questão de lealdade: é muito difícil para um governo conviver com um ministro militar desgastado na mídia”. Pelo que ele tinha me dito na véspera, imaginava que ele fosse dizer: “Não, o sr. não se preocupe”. Mas o presidente não disse isso. Ele disse: “O sr. vai ter muito problema, vai ser muito perseguido pela imprensa, como foi o doutor Pêrsio Arida no caso do Banco Central”. Entendi a mensagem, achei que estaria atrapalhando o governo: “Presidente, então, dentro desse espírito, só há uma solução: a minha substituição. O sr. não precisa ficar preocupado”. “O sr. vai para onde?” “Eu não vou para lugar nenhum, já sou oficial da reserva — eu tinha passado para a reserva em março —, vou para casa.”

Quando estávamos saindo, o presidente disse: “Não vamos dar divulgação agora, vamos à cerimônia”. E eu: “Presidente, isso é muito difícil, a imprensa está lá, as pessoas estão sabendo o que está acontecendo, eu estou aqui com o sr. Vou sair daqui pelos fundos, vou para casa, vou fazer uma nota dizendo que entreguei o cargo ao sr. Essa é a melhor solução”. Na porta, ainda lembrei daquela preocupação do presidente em colocar o Lobo noutra função e disse: “Presidente, eu sei que os senhores, políticos, num caso destes, têm sempre uma preocupação. Eu quero dizer o seguinte: eu não quero nenhum cargo, seja executivo ou de conselho. O

³⁴ José Afonso Assunção, presidente da empresa aérea Líder, representava a Raytheon, empresa que ganhou a concorrência para o Projeto Sivam — Sistema Integrado de Vigilância da Amazônia.

sr. não se preocupe comigo, vou ficar muito bem”. Aí ele disse: “Por essas e outras que cada vez mais admiro o sr”.

Saí, pedi ao chefe de gabinete para apanhar minha mulher e meu neto de três anos, que estavam me esperando no palanque, fui em casa e fiz essa nota, datada de 19-11-1995, da qual muito me orgulho e na qual digo: “Em função do lamentável episódio de escuta telefônica no qual meu nome é citado, resolvi entregar o cargo de ministro de Estado da Aeronáutica ao excelentíssimo sr. presidente da República, professor Fernando Henrique Cardoso, que, após tê-lo aceitado, ficou de escolher o meu substituto. Ao fazê-lo, inspirou-me sobretudo a vontade de preservar o governo e a Força Aérea de polêmicas indesejáveis no presente quadro nacional. Pelo aspecto mais subjetivo da questão, penso que o chefe militar não pode conviver com a dúvida no olhar de seu subordinado. A nação e a Força Aérea são muito mais importantes do que o homem e sua carreira. Os milhares de subordinados, os muitos companheiros e os diversos segmentos da sociedade que comigo conviveram durante esses 45 anos saberão, certamente, julgar a correção de minha decisão”. Aqui tem um erro, na verdade são 46.

O sr. acha que nesse meio tempo o presidente conversou com alguém?

Acho que conversou com alguém, provavelmente de São Paulo. Tem um aspecto interessante, uma especulação, mas que vou citar. Antes de falar do problema do Pêrsio Arida, ele tinha me dito: “Este fim de semana para mim foi terrível: tive que decretar a falência da família das minhas netas”. Foi aquela intervenção, no sábado, do Proer no Banco Nacional. Então há especulações de que minha demissão teria sido uma cortina de fumaça. Não acredito, acho que o que realmente aconteceu foi o fato de que minha permanência seria problemática para o governo. Talvez eles nem soubessem que minha saída pudesse ter tido uma repercussão tão violenta na mídia, em termos de linchamento — da noite para o dia o sujeito é linchado sem ter sido julgado. O filho do Hélio Fernandes, de quem eu não me lembro o nome, fez uma carta a *O Globo* dizendo que era a primeira vez na República que um ministro militar era demitido por corrupção.

Fiz minha carta de demissão no dia 20, no dia seguinte fiz a passagem do ministério e recebi um recado, através do chefe de gabinete, de que o presidente estava me convidando para um almoço na quinta-feira. O almoço foi realizado no Palácio do Planalto, com a presença do Sardenberg, do Lampreia, do Clóvis, dos outros ministros militares, do chefe do Emfa, do general Cardoso e do próprio presidente. Foi um

momento tenso, porque aquilo foi uma espécie de satisfação dada pelo presidente. Muitos dos meus amigos achavam que eu não devia ter aceitado o convite, mas não sou desse tipo. Foi um episódio político, o presidente sempre foi extremamente educado comigo, e nesse período todo nunca fiz uma crítica sequer ao governo. Publicamente, jamais. Acho horrível a pessoa sair cuspidando no prato que comeu.

Num determinado momento, o presidente me perguntou como eu estava me sentindo: “Olha presidente, estou me sentindo muito mal, nunca podia imaginar que, mesmo tendo saído, pudesse sofrer um linchamento moral como sofri. Mas vou lhe dizer uma coisa: se isso tiver servido, de alguma forma, para preservar a soberania de um território extremamente importante como a Amazônia, e também para cristalizar um processo de liberdade individual em que as pessoas possam ir, vir e ficar livremente nesse país...” Soube depois, por fontes fidedignas, que o presidente comentou que se teria arrependido.

O sr. não acha que foi ingenuidade ter-se hospedado na casa do empresário?

Claro que passa para todo o mundo como ingenuidade, mas acho que foi mais grave. Foi excesso de autoconfiança. Nunca podia imaginar que a aura de honestidade que me cercava pudesse ser posta em questão. Eu tinha a impressão de que era absolutamente infenso a qualquer desconfiança e que podia fazer o que quisesse, que a aura de seriedade, de honestidade, ia ser uma proteção tão forte que eu estaria livre de qualquer suspeita. Mas os homens que têm bons propósitos geralmente são ingênuos, modéstia à parte, porque não podem acreditar que a natureza humana seja tão perversa.

Alguns colegas seus acham que o presidente Fernando Henrique não lhe manifestou a solidariedade devida.

Quando houve o caso da compra de votos da reeleição, o falecido ministro Sérgio Motta também teve denúncias sérias contra ele. No entanto, vocês se lembram muito bem qual foi a posição do presidente. Todos conhecemos o Instituto de Pesos e Medidas, não é? Pois bem, no dia da minha demissão eu disse que foi criado o Instituto de Dois Pesos e Duas Medidas. Mas olha, agradeço a Deus pelo fato de não ter tido esse apoio, pois provavelmente teria sido talvez até mais marcado do que fui. Uns meses depois, em junho, o Lobo me procurou e me convidou para ir para o lugar do almirante Serpa, em Nova York. Disse que não queria. Mas não posso deixar de considerar, também, que num determinado mo-

mento, provavelmente por influência do general Alberto Cardoso, o presidente foi correto comigo. Foi quando ele fez uma carta de reparação.³⁵

Como foi a repercussão da sua saída na força?

A repercussão na força eu procurei, desde o primeiro momento, amortecer. Chamei o pessoal do alto comando, disse que não queria nenhum pronunciamento coletivo. E o alto comando não deixou que um grande número de oficiais-generais fizesse um manifesto. Bloqueei isso, pedi para que não fizessem. Agora, na verdade, não achei muito forte a nota que o alto comando fez: foi ainda muito dúbia. E já que nós estamos fazendo um depoimento, acho que depois, no Senado, o ministro Lôbo, na verdade, não me defendeu. Quem me defendeu foi o brigadeiro Oliveira. Mas entendo: o brigadeiro Lôbo tem a característica de não ser combativo na defesa, nem dele mesmo. São coisas passadas.

Houve um jantar na sua saída, não?

Logo depois que saí houve um jantar com 300 pessoas, feito pela comunidade da aeronáutica civil. Foi no hotel Rio Palace, antigo Cassino Atlântico. Acho que uma semana depois teve um almoço de adesão no Clube da Aeronáutica, com umas 500 pessoas, foi muito interessante.

Mas o sr. acha que a força não lhe deu o apoio que precisava?

Eu não diria a força propriamente, eu diria mais o alto comando. Isso pode ser uma distorção, mas viam-se manifestações fora da força, principalmente depois dessa reparação do presidente. No início deste ano [1998] estive com o presidente em Brasília para tratar de assuntos de aviação

³⁵ O texto da carta, datada de fevereiro de 1997, é o seguinte:

“Prezado brigadeiro Gandra,

Tendo lido, recentemente, reportagens que trouxeram à tona, na imprensa, comentários maledicentes e inverídicos a respeito da honrada conduta de V. Ex^a à frente do Ministério da Aeronáutica, tomo a iniciativa de escrever-lhe, para reiterar minha opinião nunca modificada sobre a retidão de seu comportamento em todos os atos daquela gestão.

Incluo nesse rol suas decisões na área do Projeto Sivam. (...)

Essas razões de respeito e admiração levaram-me a solicitar ao ministro da Aeronáutica que lhe apresentasse minha intenção de nomeá-lo assessor militar na ONU, onde muito bem representaria o país. Mais uma vez, V. Ex^a demonstrou a têmpera do caráter, declinando esse reconhecimento justo, para evitar assemelharem-no a uma compensação.

Tenho sido, pois, testemunha privilegiada da sua coerência de atitudes. Esta carta, como disse, visa a demonstrá-lo. Peço-lhe divulgá-la aos que lhe são caros. Estou enviando cópia para o ministro da Aeronáutica e para minha assessoria de imprensa.

Receba a amizade do Fernando Henrique Cardoso.”

civil. Eu tinha dito a ele, no dia em que saí do ministério, que uma pessoa do Executivo que não tivesse cargo político e que tivesse um trauma administrativo desses dificilmente teria recuperação moral. Porque o político é linchado e numa próxima eleição é eleito, tudo é apagado. Ele concordou comigo.

Em fevereiro de 1996, depois de minha saída do ministério e da carta que ele fez, eu lhe disse: “Eu nunca podia imaginar que a repercussão dessa carta fosse mudar o rumo dos acontecimentos, em termos, digamos, de uma recuperação”. E agradei. Agradei porque ele colocou a chancela da Presidência da República nessa carta em que ele, inclusive, se penaliza um pouco e menciona que não aceitei compensações. Esse caso mostra que a mídia é uma espécie de anjo e demônio: da mesma maneira que execra, restabelece.

ALBERTO MENDES CARDOSO

NASCEU EM 1940, em São Paulo. Fez o curso da Academia Militar das Agulhas Negras entre 1960 e 1962. Em 1965, passou oito meses na força de paz da OEA na República Dominicana. Até 1981, serviu durante vários anos na Aman, período em que também cursou a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (1975-77). Fez um curso de Estado-Maior no Uruguai (1982), de onde voltou para ser instrutor da Eceme até 1986. No ano seguinte, assumiu o comando do 11^o Batalhão de Infantaria de Montanha, em São João del Rei, de onde retornou, em 1989, para a Aman, agora como comandante do Corpo de Cadetes. Em 1991, foi servir em Brasília, no gabinete do ministro do Exército, Carlos Tinoco. Em dezembro daquele ano, foi nomeado para a subchefia do Exército da Casa Militar da Presidência da República. Em março de 1994, foi promovido a general-de-brigada e assumiu o comando da 2^a Brigada de Infantaria, em Niterói. Depois de sete meses nessa função, foi convidado para ser chefe da Casa Militar do presidente Fernando Henrique Cardoso. Em abril de 1995, passou a acumular também a chefia da Subsecretaria de Inteligência, posteriormente tornando-se o primeiro chefe da Agência Brasileira de Inteligência. Com a extinção da Casa Militar, em setembro de 1999, tornou-se o primeiro chefe do recém-criado Gabinete de Segurança Institucional.

Depoimento concedido a Celso Castro em duas sessões realizadas em Brasília nos dias 14 de abril e 23 de setembro de 1999 (a segunda entrevista contou com a participação de Priscila Brandão Antunes).

O convite para a Casa Militar foi uma surpresa?

Sim, não conhecia ainda o presidente. O ministro Zenildo havia me dito: “Em abril de 1995, você vai assumir a Aman”. O então comandante iria ser promovido e deixaria o cargo. Fiquei satisfeito, pois iria completar um ciclo e um sonho. Realmente, a Aman me emociona demais. Mas aconteceu o convite e vim para cá. Aceitei, pois acreditava muito na minha própria filosofia de vida, segundo a qual todo fato marcante, toda encruzilhada ou bifurcação, pode parecer uma coincidência ou um acaso. Eu creio muito nas coincidências, mas não nos acasos. Há tramas nas grandes linhas da vida quando é necessário tomar as decisões. Mas, para tomá-las, sempre me questiono por que isso aconteceu.

Foi o que ocorreu nessa ocasião. O presidente estava me convidando, aqui no Lago Sul, em dezembro de 1994 — nos conhecemos ali —, e eu pensando: por quê? Não por meus méritos. Talvez tenha tido uma carreira que tivesse me colocado nesse universo dos convidáveis, mas por que eu? Por que nesse momento? Será que o meu destino profissional era voltar para a Academia como comandante e ali me realizar? Por que o destino, a vida, está me apresentando essa opção? Enquanto o presidente falava, eu fazia uma série de raciocínios. Entre eles, pensei: existe alguma razão maior para eu ser o chefe da Casa Militar.

Creio muito em intuições e, naquele momento, quando o presidente estava dizendo o que achava da Casa Militar, eu — ainda sem decidir se aceitaria ou não o convite — sugeri que poderia usar sua Casa Militar em outras situações que não apenas aquelas tradicionais de assessoramento militar, de sua segurança, coordenação de viagens, que são coisas importantes, mas muito restritas para a capacidade do pessoal que serve aqui, homens muito bem escolhidos pelos seus comandos — Marinha, Exército, Aeronáutica. Então, conversando e trocando idéias, ele finalmente perguntou: “Suas idéias são boas, general. Como ficamos?” E eu: “Aceito, vamos trabalhar juntos”. Mas com a convicção de que haveria uma razão para aquela “coincidência”.

O sr. mencionou que, na ocasião, tinha a idéia de que a Casa Militar poderia passar a ter um perfil diferente.

Não pensei em um novo perfil da Casa Militar. Pensei no melhor aproveitamento do pessoal que vem para cá e que é muito preparado. Ficavam com aquelas atribuições tradicionais que citei e com uma grande carga de capacidade intelectual e de criatividade pouco utilizada. Então, propus ao presidente que usasse mais a Casa Militar para estudos na área militar, na área de segurança e de defesa nacional. E, assim, a coisa

foi caminhando. Ele passou a fazer algumas solicitações, como uma política de defesa nacional, que acabou saindo, com grande participação dessas pessoas.

A SAE não quis ficar com a Subsecretaria de Inteligência — SSI, não é?

Não quis. Então, o presidente vinculou a SSI à Secretaria Geral da Presidência, com o Fernando Cardoso como assessor especial. Mas o Fernando, por diversas razões, acertadamente resolveu encerrar o seu trabalho no órgão. Então, o presidente transferiu a SSI para a Casa Militar, em 14 de abril, quando assumi. E lá acabamos colocando como subsecretário um amigo meu de ginásio, coronel da reserva, excepcional, Ariel De Cunto. Tinha uma mente aberta, um democrata. Está fazendo um belo trabalho.³⁶ As coisas foram caminhando até que, no ano passado [1998], o presidente decidiu criar a Secretaria Nacional Antidrogas. Encomendou-nos um estudo, avaliamos muito o problema e fizemos uma proposta contra a presença dessa secretaria na Casa Militar. Segundo essa proposta, ela deveria ser subordinada diretamente ao presidente, como acontece em vários países. Mas o presidente decidiu alocá-la na Casa Militar. Com isso, ficamos com o que hoje chamo de “Casa Militar convencional”, parte da inteligência e parte do combate às drogas, o que acabou resultando, na prática, numa coisa muito boa, pois o combate às drogas é absolutamente dependente da inteligência, de informações, e o fato de estarem os dois subordinados a nós facilitou a troca de informações, nos dois sentidos.

Isso não resultou num acúmulo muito grande de tarefas para o sr.?

Eu achava. Mas, hoje em dia, com grande cooperação da minha mulher, que acaba prejudicada na parte do convívio familiar, a parte da Casa Militar, essa dita “convencional”, e, mais ainda, essas atribuições novas das drogas acabaram se mostrando, não por minha capacidade, mas por aquela capacidade do nosso pessoal de que falei, suaves, em termos relativos. Tenho na Senad — Secretaria Nacional Antidrogas, oficiais ajudando o juiz Wálter Maierovitch, diga-se de passagem, uma pessoa que está fazendo um trabalho magnífico e que caiu do céu para o Brasil. Então, existem oficiais ajudando lá, os oficiais das subchefias tradicionais da Casa Militar se ajustaram bem, pude delegar muito. E, com a virada do mandato, veio para nós mais uma atribuição, a Secretaria Executiva do

³⁶ Foi demitido do cargo, em 1-12-2000, por ter-se recusado a desligar da Abin um militar funcionário acusado de ter participado de tortura durante o regime militar.

Conselho de Defesa Nacional, o que realmente exigiu uma adaptação interna na nossa organização. Coloquei ali pessoas muito boas, que já vinham atuando na Secretaria Executiva da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Credena).

Deixe-me explicar uma coisa: com a vinda da inteligência para cá, passei a ser bem-informado, pois todo final de dia chegava uma documentação grande; periodicamente, têm-se relatórios especiais, e eu ia formando na cabeça quadros prospectivos, alguns deles bons, e outros preocupantes. E ia mandando as informações, seja para o presidente, seja, por delegação dele, para os ministros das áreas de interesse daquelas informações. Muitas vezes, via um quadro futuro possível e via — por estar acompanhando os acontecimentos todos — qual seria a estratégia recomendável para aquele caso. Mas não tinha mandato para propor estratégia. Eu era apenas o homem que encaminhava as informações e elaborava, talvez, um cenarinho futuro, mas sem mandato para isso. Respeito muito os meus limites, sou muito a favor de “cada macaco no seu galho”. Logicamente, conversava com o presidente sobre os quadros que via, o presidente tomava as suas providências, mas eu me continha.

Entretanto, quando veio para cá a Secretaria Executiva da Credena e, agora com mais força, a Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional, considero esses novos encargos uma possibilidade de exercer um mandato para propor estratégias. E tem sido muito bom. Porque, como lhe disse, tem gente competente ali que, realmente, propõe boas estratégias e está assumindo bem a nova atribuição. Além disso, havia aqui um subchefe do Exército, excepcional, o coronel Alves. Com a saída de um outro coronel, chefe de gabinete, o Alves teve que acumular as funções, e comecei a ver que ele tinha capacidade para novos encargos. E, realmente, passou a ser aqui o meu principal assessor. Foi promovido a general e consegui com o presidente e com o Exército que ele ficasse aqui. Hoje em dia, o general Alves está exercendo uma atividade importantíssima, que é um exemplo da divisão de trabalho existente aqui dentro, que evita a minha sobrecarga. Tenho auxiliares muito bons, e o Alves é um símbolo disso. Pude fazer mais delegações para ele, agora que é só subchefe da Casa Militar. Estamos acabando com as subchefias das forças, uma adaptação necessária com o Ministério da Defesa, e, no nosso organograma, ficaremos assim: embaixo a SSI, o subchefe militar e a Senad (Secretaria Nacional Antidrogas). Um pouco acima, a Secretaria Executiva da Credena e a do Conselho de Defesa. E, no outro lado, encontra-se o Conade (Con-

selho Nacional Antidrogas), presidido pelo chefe da Casa Militar, pois a Casa Militar acabou sendo o órgão central do sistema nacional antidrogas.³⁷

Na sua trajetória profissional, o sr. não atuou na área de inteligência. O sr. fez cursos específicos?

Num período muito curto. Quando terminei a Escola de Estado-Maior, fui para Salvador, e o oficial de estado-maior, quando chega novo no quartel-general, normalmente faz um rodízio e passa por todas as seções do Estado-Maior. E ali na 6ª Região Militar eu estava estagiando como adjunto, na 2ª Seção, pela primeira vez entrando nessa área de informações, como se chamava na época, quando veio o fornecimento de uma vaga aqui no curso de analistas da EsNI — Escola Nacional de Informações. Não era um curso, era um estágio de analista de 20, 21 dias. E eu, como adjunto da 2ª Seção, vim fazer esse estágio. Foi o ano de 1978. Eu me apaixonei pelo trabalho de inteligência. Vi como era importante esse trabalho de transformar indícios, informes, em conhecimento. Passei o resto do ano de 1978 como adjunto da 2ª Seção mas, já no ano seguinte, fui para a 3ª Seção, a de Operações. E nunca mais tratei do assunto de inteligência. Mas, por aquele início, eu me apliquei muito — até mesmo por lazer e por *hobby* — em análises; mas para uso pessoal mesmo. Eu estive sempre interessado nesse tipo de trabalho. Talvez esse fato de ter vindo a inteligência para cá tenha começado em 1978, dentro daquelas coincidências não-casuais, eu não sei.

Vou mostrar o trecho de um pequeno livro que escrevi em 1986 sobre a atividade de inteligência. É uma análise da obra de Su Tzu, quando ele fala em informações. Ele emite opiniões sobre as pessoas que devem trabalhar em inteligência. Diz ele:

“Portanto, somente o governante esclarecido e o general sensato — isso é na antiguidade chinesa — empregarão o maior talento do Exército para fins de espionagem — era o nome que ele dava para a atividade de inteligência — e, assim, obterão grandes resultados”. E eu comentava: “A interpretação moderna deve ampliar os conceitos para informações — na época, era informações que se chamava — destinando a esse importante e nobre ofício os melhores talentos e caracteres disponíveis. Tal providência não se constitui num mero jogo de palavras, ou em simples preocupação com a forma: ela significa, acima de tudo, o cuidado em preservar uma atividade que deve ser, essencialmente, ética — eu quero reforçar essa idéia de ética —, fundamentada num quadro de valores que cultuem

³⁷ Quando esta parte do depoimento foi concedida, o Gabinete Militar ainda não havia sido transformado em Gabinete de Segurança Institucional.

a verdade, sem conotações relativas, a honra, que condena o anonimato, e a conduta pessoal clara e sem subterfúgios. Representa o reconhecimento do poder de que dispõe quem domina informações, e a conseqüente necessidade de esse indivíduo não as manipular distorcidamente e não utilizá-las em proveito próprio ou de grupos que não sejam destinatários ou clientes legais do seu trabalho”.³⁸

Aqui está a essência do código de ética que implantamos na inteligência. É estar o analista, ou quem trabalha com inteligência, mergulhado permanentemente num código de valores morais que mostram rumos éticos para ele.

O SNI foi extinto em 1990, pelo presidente Collor. Estamos em 1999 e ainda falta a aprovação do Projeto de lei nº 3.651, de 1997, que cria a Abin e que está no Senado. O sr. acha que esse tempo longo tem, em boa parte, a ver com o estigma que ficou associado à atividade de informações?

Concordo plenamente. Eu tenho usado esse argumento. Quando nós recebemos, em abril de 1996, esse encargo da inteligência — da Abin —, minha primeira preocupação foi fugir de hábitos meus de discricção, de não aparecer, e me abrir para a imprensa. Para, justamente, por meio da mídia, chegar à sociedade e tentar mudar essa visão — e acho que conseguimos, em grande parte —, expondo idéias que poderiam vir a atenuar esse estigma, que, no fundo, tem suas razões. Já estive várias vezes no Congresso, nas universidades. Expus repetidamente essas idéias, desenvolvidas, desdobradas, mas sempre fica aquele cuidado. Por exemplo, o deputado Genoíno tem um cuidado muito grande em manter absolutamente controlado o Serviço de Inteligência pelo Congresso, o que não dá certo.

Talvez esse estigma, pelo que andei meditando, se deva em grande parte ao fato de, no passado, se ter permitido que o serviço de inteligência também realizasse ações policiais. Esse é um dos nossos pontos básicos, uma das nossas idéias-chave: em nenhuma circunstância o serviço de inteligência pode deter, interrogar pessoas, em termos de inquirições não-voluntárias, enfim, ter poder de polícia judiciária, ainda que tácita ou informalmente. Não pode. Isso cria uma visão falaciosa que, no curto prazo, dá resultados positivos, mas traz em si o germe do estigma, da autodesmoralização. Polícia para um lado, inteligência para outro. E, se for necessário realizar ações policiais para fins de obter indícios, informes, que sejam feitas por um órgão policial. Da mesma forma, as ações policiais decorrentes de conhecimentos produzidos pelo serviço de inte-

³⁸ Cardoso, 1987:95.

ligência têm que ser feitas por órgãos policiais. Aí está, talvez, a pedra de toque da autoproteção do serviço de inteligência.

Nós entrevistamos várias pessoas que atuaram na área de informações durante o regime militar. Uma justificativa que sempre davam era a de que não havia uma estrutura policial preparada para enfrentar a luta armada e que, por isso, as Forças Armadas tiveram que se envolver em operações de repressão. Qual é a sua visão?

Ser engenheiro de obra feita é muito fácil. Criticar coisas feitas no passado é fácil e até desonesto. Creio que as Forças Armadas se viram obrigadas a entrar no combate a forças que já estavam organizadas. A organização dessas forças acabou adquirindo uma natureza de guerrilha — guerrilha urbana ou rural, como foi o caso de Xambioá — e superou a capacidade de reação dos órgãos policiais que não são formados para combater paramilitarmente. Então, esse é um aspecto que levou ao envolvimento das Forças Armadas no combate às forças irregulares, que já existiam.

Pessoas envolvidas na atividade de informações durante o regime militar afirmam que houve necessidade de criar estruturas novas, dentro das Forças Armadas, que acabaram tendo um grau de autonomia bastante grande.

Tenho a impressão de que os chefes da época devem ter tido uma dificuldade muito grande desse tipo. Imagino que muitos deles, tendo vivido aquele período dos anos 1920, dos anos 1930, deviam ter em mente o risco que se corria de politização das Forças Armadas, de distorção na formação profissional. Felizmente esse risco se concretizou em poucos casos, foram casos individuais. Um ou outro envolvimento de uma ou outra unidade, quase que caracterizando um envolvimento institucional nessa distorção, mas que não contaminou — vamos chamar dessa forma, na falta de uma expressão melhor — as Forças Armadas como um todo. Mas estigmatizou. E aí temos um segundo estigma. Além daquele da inteligência, sobre o qual já conversamos, temos esse, que é injusto. Porque, como procurei mostrar, houve distorções apenas em casos individuais ou de pequenos grupos. Não nas Forças Armadas. Eu, por exemplo, creio que 99% da oficialidade estavam nos quartéis, trabalhando normalmente.

Essa necessidade que as Forças Armadas tiveram de combater, seja a guerrilha urbana, seja a rural, levou à preocupação com a formação do oficial, ainda na Academia Militar, e certamente dos sargentos, na Escola

de Formação de Sargentos. Creio que mais de 90% das unidades de infantaria do Exército Brasileiro não entraram nesse combate, mas havia tenentes preparados para isso. E essa preparação, realmente, cria uma distorção na formação do oficial. Primeiro, porque ele é preparado contra um inimigo interno, inimigo esse que se diferenciava dos amigos internos apenas pela concepção ideológica. Em tudo o mais, era idêntico: nacionalidade, sangue etc. Isso cria uma distorção que acompanha toda a geração que foi formada assim. E essa distorção acaba se manifestando, também, numa concepção política. Durante muito tempo, partidos de oposição eram considerados inimigos. E aí cabe mencionar o esforço do presidente Geisel, que foi rigoroso, radical mesmo, no sentido da reversão das conseqüências que vinham dessa concepção.

O sr. acha que a permanência de 21 anos no poder causou desgaste para a instituição militar?

Muitíssimo. Mas vamos procurar ser bem realistas. De vez em quando, ponho-me a pensar sobre o que teria acontecido ao mundo — veja só que pretensão, mas veja só como também há um cunho de lógica — se não tivesse havido no Brasil uma reação que impedisse — como impediu — a comunização do país. Não é querer ver comunista atrás de poste, não; não aconteceu em Cuba? Então, eu imagino: se Cuba, tão pequeninha, tão próxima dos Estados Unidos, até hoje é, vamos chamar, um dos últimos baluartes do comunismo, o que teria acontecido em toda a América Latina e, por extensão, ao resto do mundo, se o Brasil tivesse sucumbido? Se aqui tivéssemos uma República Popular, teria havido a abertura feita pelos governos militares? Teria caído o muro de Berlim com a facilidade que caiu? Parece muita pretensão, mas o Brasil seria uma base geográfica e política fortíssima para o comunismo. E essas são perguntas que ficam para, de certa forma, se valorizar um pouco o que aqueles companheiros fizeram na época.

Conversando com militares a respeito do período que se seguiu à transição política, sempre vem à tona o tema do “revanchismo”.

Não creio no revanchismo como um movimento ou uma conspiração. Há revanchismo, em termos de ressentimentos individuais ou de pequenos grupos. Não acredito no revanchismo institucionalizado. Eu diria o seguinte: a verdadeira transição foi feita no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique — transição dos governos militares e de seus ideários para um governo de plena democracia. Um episódio como

o da indenização às famílias foi a pedra de toque porque testou nossos valores militares.

Nesse processo, acho que o caso Lamarca foi emblemático. Segundo os jornais, o sr. teria estimulado a divulgação de laudo cadavérico e informado que não havia risco de desobediência militar.

Quanto ao laudo, não; isso já estava sendo divulgado pelo ministro da Justiça. Mas quanto a esse aspecto de não haver risco para a disciplina, sim. Corri um risco calculado ao afirmar isso, mas um risco baseado numa convicção. Na época, até talvez por uma dessas intuições a que já me referi, eu tivesse sido ajudado a criar a seguinte idéia: havia um sentimento não de revolta, mas de inquietação.

O Clube Militar exibiu faixa de luto, e havia um incentivo — de militares, a maioria na reserva — para que esse caso se tornasse um caso-limite.

É, havia esse incentivo de não se aceitar a decisão da indenização. Então, voltamos ao campo da ética, que é fortíssimo para nós. Pegue o estatuto dos militares e leia do artigo 27 ao 31. Ali está nosso código de ética. Então, ali qual era o teste? Era checar, verificar a força dos nossos valores. Como? No embate dos nossos valores com antivalores.

Vejamos o que Lamarca representava em relação a nós: ele era o antivalor. O antivalor camaradagem, o antivalor lealdade, o antivalor honestidade, o antivalor patriotismo. Quando esse depositário de tantos antivalores passa a ser valorizado por uma pequena facção e até um pouco romantizado, e oficialmente sua família passa a ser cogitada para receber indenizações, surge o clima de estímulo à indisciplina, não nos novos oficiais, mas naqueles mais antigos. Aí começa, imagino, na mente de cada um deles, um embate muito sério entre os seus valores — disciplina, respeito à hierarquia, respeito à vontade da nação, convicção de que é um servidor do Estado — e os antivalores representados pela figura do Carlos Lamarca.

Quando, em algumas entrevistas, garanti que não ia haver problema institucional de indisciplina, procurei mostrar — e graças a Deus acertei — que nunca um valor, quando é autêntico, quando é realmente consciente, pode ser superado por um antivalor. Para nós, o valor da disciplina é sagrado, tanto que imagino o conflito dos chefes do movimento de 1964, ao optarem pela sedição contra o chefe do Estado.

O caso Lamarca acabou sendo um grande teste para os valores militares. Mas no geral essa situação de indenização das famílias dos desaparecidos nunca esteve tão perto da situação crítica de 1964. Daí eu ter tido

certa tranquilidade, na época, ao afirmar que não haveria indisciplina. Esse teste nos fortaleceu, inclusive internamente, na nossa auto-estima.

*Houve agora o indiciamento do capitão envolvido no caso Riocentro e que não tinha, até então, sido ouvido como réu; fala-se em novo inquérito. O sr. faria essa mesma aposta em relação à reabertura do caso Riocentro, hoje em dia?*³⁹

Não vai haver nada em termos de instituição. A mesma coisa que falei na época, hoje falo até com uma dose de risco menor, porque houve um amadurecimento de ambos os lados: da chamada sociedade civil e dos servidores do Estado, incluídas as Forças Armadas. E afianço, qualquer que seja a solução do novo inquérito do Riocentro, que de maneira nenhuma haverá reações institucionais. Claro que pode haver uma ou outra reação pessoal, mas não uma reação de vulto. Só que, atualmente, há uma diferença. Na época do problema do Lamarca, eu usei a figura do valor e do antivalor. Tudo o que o Lamarca representava em termos de valores militares — espírito de corpo, companheirismo, camaradagem, lealdade aos companheiros, aos chefes — era um antivalor. E o que se discutia é que valores fundamentais fossem arranhados. Eu dizia: “Jamais um antivalor pode ser mais forte do que um valor”. Pelo menos nas Forças Armadas. No caso do Riocentro, não se trata de um antivalor; trata-se de um valor da democracia, de apurar completamente indícios de ameaça à democracia.

Os jornais publicaram, em primeira página, uma foto do sr. abraçando a viúva do deputado Marcelo Rubens Paiva, no momento em que o presidente Fernando Henrique assinava a lei de indenizações às famílias dos desaparecidos políticos. Houve depois algumas reações de militares em relação a esse abraço?

Houve. Mas não há nada como tempo e coerência. O que foi aquilo? Trabalho aqui na Presidência e, na época, havia uma cerimônia que envolvia alguma coisa que dizia respeito a nós, a nossos valores. A cerimônia ia acontecer no gabinete do presidente, e eu, como chefe da Casa Militar, achei que devia comparecer, já que não tínhamos outros ministros militares, mesmo porque não foi uma grande cerimônia nem houve grandes convites. O que aconteceu? A d. Eunice estava ali representando o conjunto das famílias dos desaparecidos. Terminada a cerimônia, houve os cumprimentos ao presidente e a ela. Ali estava eu e também a cum-

³⁹ O caso foi novamente arquivado em 23-5-2000.

primentei. Lembro que a Ana Tavares, a secretária de imprensa, comentou com alguém: “Vai ser a foto do ano”. Minha intenção ali foi apenas cumprimentar uma senhora que sofreu e estava se mantendo muito digna, uma brasileira apenas. E houve aquele abraço. Aquela fotografia acabou sendo simbólica também.

No imediatismo de algumas pessoas, aquilo foi considerado traição, mas tive muita tranquilidade em manter a coerência ao longo do tempo. Tenho certeza de que isso acabou ajudando as Forças Armadas, porque saiu numa primeira página de *O Globo* e em outros jornais. Ajudou a mostrar que as Forças Armadas tinham superado o teste do valor contra o antivalor. Acho que foi bom. Ainda que fosse uma coincidência, não foi acaso.

*Agora o sr. tornou-se chefe do Gabinete de Segurança Institucional. Isso vinha sendo pensado já há bastante tempo?*⁴⁰

Vinha, sim. A Casa Militar veio recebendo atribuições e, à exceção da Senad, as outras atribuições repetiam mais ou menos o que tinha existido na Presidência da República, só que nunca com tanta concentração. A inteligência, que veio para cá em abril de 1996, era antes um organismo independente. O antigo Conselho de Segurança Nacional foi extinto, não teve sucedâneo, e o presidente foi sentindo a necessidade de criar órgãos que atendessem àquele vazio. Assim, ele criou a Credena, a Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e atribuiu à Casa Militar, na virada do governo, a Secretaria Executiva da Credena e a Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional. Já disse que essas duas secretarias executivas na Casa Militar, ou em qualquer outro órgão, desde que juntas, representam um elo efetivo entre governo e Estado nos assuntos referentes à segurança nacional ou segurança institucional, como está sendo chamado agora. Aí a Senad veio para cá, e nada mais natural do que procurar uma denominação para um órgão que realmente expresse o que esse órgão faz. Há um espírito de corpo, uma tradição na Casa Militar: as pessoas que aqui estão ficam meio tristes porque parece que a Casa Militar teve um decréscimo na sua importância, mas não é isso. O que aconteceu é que a Casa Militar deixa de ser Casa Militar quando chega no pico. Nunca tinha havido uma Casa Militar com tantas atribuições — não digo “tanto poder”. Então, deixa de ser Casa Militar depois de 60 anos, quando está no pico da sua atividade, em benefício do governo e do Estado.

⁴⁰ Esta parte da entrevista foi realizada imediatamente após o anúncio, em coletiva à imprensa, da extinção da Casa Militar e sua substituição pelo GSI.

Nessa discussão, não se pensou na possibilidade de essa estrutura ficar, por exemplo, no Ministério da Defesa?

Não, porque veja: o Ministério da Defesa trata, como o nome diz, de defesa nacional. A defesa é um instrumento da segurança. A segurança é uma concepção, é um sentimento, é um estado, decorrência de diversas medidas. Então não se deve misturar um órgão setorial executor de medidas que levam à sensação de segurança, um sistema de defesa institucional, que abrange defesa nacional e segurança pública, com, por exemplo, a Senad. Ou seja, esse órgão, que na maioria dos países é diretamente subordinado ao presidente da República, preocupa-se com a política e com as propostas estratégicas para atingir os objetivos políticos de segurança. O Ministério da Defesa é um órgão que planeja e executa a defesa. Defesa é uma medida que permite chegar ao estado de segurança. O entendimento talvez fique um pouco difícil, porque há uma certa sutileza na diferença, mas eu sintetizaria assim: segurança é um estado de coisas, defesa são medidas para se chegar a esse estado de coisas.

Mas o sr. não entende que a missão da atividade de inteligência está intimamente relacionada à questão da defesa?

Sim, mas tem uma outra coisa: a atividade de inteligência tem diversos níveis de clientes. Há o nível mais alto, que é o do presidente da República. O serviço de inteligência que trabalha com o presidente da República como cliente tem que produzir o que chamamos de informações estratégicas. Se entendermos que estratégia é um caminho para atingir objetivos de uma política, os conhecimentos de natureza estratégica para o presidente da República são aqueles dados que ele precisa para completar uma estratégia de governo, ou estratégias setoriais que permitam chegar aos objetivos da política de governo. Digo completar porque o processo decisório de um presidente da República é multifacetado — ele recebe dados e elementos de decisão de diversas direções, origens e áreas, não apenas governamentais. Nós tínhamos um vazio nesses dados elaborados desde a extinção do Serviço Nacional de Informações. À medida que se reorganiza um sistema de inteligência com outros moldes, esse vazio é preenchido. Os dados da inteligência entram no processo decisório do presidente com diversos outros dados, muitas vezes até na mesma área, mas elaborados desse ponto de vista específico.

Baixando um pouco, quando se raciocina com a inteligência que tem que ser produzida para o sistema de defesa nacional, vai haver outro tipo de enfoque. São informações sobre efetivos, armamentos, reequipamentos de diversos países, uma possível invasão, coisas desse tipo.

Dentro do próprio Ministério da Defesa, há uma secretaria de política, estratégia e assuntos internacionais. Nessa secretaria há um órgão de inteligência. No Estado-Maior da Defesa há outro, de inteligência operacional, que deixa de ser estratégica e vai tratar das informações sobre os possíveis teatros de operações. Então já baixa o nível, tem que elaborar e produzir conhecimentos voltados para o preparo e o emprego das forças nos possíveis teatros de operações, dentro das diversas hipóteses de conflito. Baixando um pouco, relaciona-se inteligência operacional com teatro de operações. Em seguida, entra-se na área da tática. Aí já vem a inteligência militar, voltada especificamente para o campo de batalha.

Como o sr. compreende a missão da atividade de inteligência no nível presidencial? Que tipos de informações devem ser providos?

Em todas as áreas da atividade governamental, cobrindo todo o espectro. Alguém pode dizer: “Então, vai estar se superpondo aos órgãos setoriais, aos ministérios”. Não é isso. Para responder bem à pergunta, tenho que falar um pouco no sistema de inteligência. Você não pode ter, principalmente hoje em dia, a pretensão de possuir um órgão, uma Agência Brasileira de Inteligência, com a competência e a capacidade de cobrir todos os temas da ação governamental. É impossível. Por mais rico que seja um país, precisa-se de um sistema com um órgão central, que no nosso caso é a Abin. E esse sistema terá capilaridade. Imagina-se que venhamos a ter um sistema brasileiro de inteligência, do qual participem todos os órgãos federais.

Essa era a estrutura do SNI, não?

Exatamente, mas não haverá mais as ASIs que existiam nas estatais. Quem poderá compor esse sistema são os órgãos federais, principalmente aqueles voltados para defesa, relações externas, segurança. E, como estamos numa Federação, mediante convênio, os órgãos estaduais que o desejarem poderão participar. Qual governador não desejará participar de um sistema que pode lhe fornecer dados importantes sobre os diversos temas de sua ação governamental? Continuando, órgãos municipais, órgãos de natureza privada, universidades, centros de estudos estratégicos, centros de excelência de uma maneira geral, sindicatos, ONGs, todos poderão participar. Porém, não recebem todas as informações. É muito natural, em inteligência, a compartimentação. Quem pertence a um sistema de inteligência tem que entender isso: há uma compartimentação e um direcionamento de conhecimentos.

A Credena é o órgão encarregado de elaborar a política nacional de inteligência. Já há um avanço grande nisso em relação ao que tínhamos anteriormente. A política nacional de informações era elaborada pelo SNI; agora, por um órgão colegiado de governo. Essa política nacional de inteligência é apresentada, antes de ser colocada em execução, a uma comissão mista do Congresso que faz o controle externo da Abin, para aperfeiçoamentos — não para avaliar, mas para sugerir e aperfeiçoar. Uma vez aperfeiçoada e aprovada pelo presidente, torna-se a referência para a Abin elaborar o Plano Nacional de Inteligência.

Gostaria de ouvir a sua opinião a respeito da antiga Secretaria de Assuntos Estratégicos. Um pouco da idéia original da SAE não acabou vindo para o gabinete?

Veio. A Secretaria de Assuntos Estratégicos foi criada no governo do presidente Collor para substituir o que estavam chamando de Saden, que substituiu a Secretaria Geral do Conselho de Defesa Nacional. Porém, criada a SAE, nem todos os temas da Secretaria Geral do Conselho de Defesa Nacional foram para ela. Um ou outro foi para um ou outro ministério, como o Ministério do Planejamento, o Ministério da Integração, ou secretarias. Mas aquilo que significava atividade preocupada com a segurança acabou ficando sem dono.

E a SSI?

A SSI é outra história. A inteligência foi para a SAE, daí o nome de Subsecretaria de Inteligência, muito canalizada, bem podada e praticamente sem produzir um bom produto de inteligência. No governo do presidente Itamar, foi mantida assim, no governo do presidente Fernando Henrique, foi retirada da SAE e ficou inicialmente vinculada à Secretaria Geral da Presidência e mais tarde à Casa Militar. A conclusão a que cheguei a partir do momento em que recebemos as funções de inteligência é que esta produz informações diárias ao presidente da República, algumas periódicas, em relatórios especiais. Mas o fato é que, recebendo e lendo tudo isso, eu ia formando um quadro de possíveis cenários na minha cabeça. O presidente me delegou poder para encaminhar aqueles documentos aos ministérios específicos ou aos órgãos que eu achasse mais adequados. E muitos, claro, iam para o próprio presidente. O fato é que esses documentos iam para os órgãos, mas não de uma forma integrada. A informação é integrada, mas no momento em que se tem que transformar essa informação em medidas práticas — no caso, em estratégias —, deve-se reintegrá-las para que não haja divergências entre as ações mi-

nisteriais decorrentes daquelas informações. Acontecia que o cenário ficava na cabeça, os documentos eram difundidos, e não se via ou pelo menos não se transformavam em ação eficaz. Então, comecei a imaginar: “É preciso um órgão que reintegre essas informações e as transforme em estratégias”. E quanto mais vinham acontecendo as crises, muitas vezes prenunciadas, que pegavam o governo meio de surpresa, mais me convencia de que se precisava ter um órgão parecido com a antiga Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Até então essas informações chegavam até o sr. sem passar por uma agência de análise?

Elas vinham analisadas, mas como informação. E entravam numa máquina — vamos chamar pretensiosamente isso aqui de máquina — um pouco emperrada e não eram elaboradas porque não havia capacidade nem tempo para elaborar, reintegrar e transformar aquelas informações em propostas de estratégias. A SAE começou a fazer isso de uma forma incipiente, e depois foi se percebendo que precisava se expandir. Expandiu-se, eu tirei gente aqui da própria Casa Militar, coloquei lá e hoje temos um órgão que começa a se consolidar e faz as vezes de elaboradora de propostas e estratégias nesse campo da segurança e de previsão de crises.

O sr. mencionou a formação das pessoas que estavam na SAE. Isso explicaria por que a SAE nunca quis assumir a SSI?

Não explico isso de uma forma negativa, depreciativa. De certa maneira, pelo menos teoricamente, a Subsecretaria de Inteligência iria funcionar produzindo inteligência, mas não junto com a SAE, que iria elaborar seus altos estudos estratégicos. Mas isso não se mostrou eficaz.

O sr. falou, em entrevista coletiva à imprensa, que estavam sendo corrigidos defeitos em relação ao projeto da Abin. Quais seriam esses defeitos?

O projeto da Abin saiu da Casa Militar em setembro de 1996; hoje é setembro de 1999 e ainda está no Congresso, porque ficou sendo aperfeiçoado no Executivo um ano. Foi para o Congresso em setembro de 1997, saiu da Câmara em janeiro de 1999, foi para o Senado — foi a última votação do último dia da convocação extraordinária. Está lá no Senado sendo aperfeiçoado, mas sempre dentro do nosso objetivo. Nós propusemos o controle externo, e no nosso projeto de lei havia quase que uma regulamentação desse controle. A Câmara ampliou não a regulamentação, mas o conceito de controle externo. Ou seja, o controle externo seria

feito por um órgão qualquer que o Congresso iria criar por decreto legislativo. Ficou muito vago. Isso permitia seja uma coisinha pequena, seja uma coisa grande. No Senado isso foi corrigido ou aperfeiçoado. O projeto de lei prevê agora uma comissão mista das duas casas legislativas, com três membros de cada casa. Logicamente, uma vez aprovado no Senado, tem que voltar à Câmara, porque houve uma modificação do projeto de lei que a Câmara remeteu. E é um novo trabalho. Mas o que eu ia dizer, com relação à correção de algumas distorções da atual Subsecretaria de Inteligência — não é preciso dar exemplos, além do caso dos “grampos” —, é que não são distorções só de mente, mas também organizacionais.

Também há uma cultura institucional, não?

É verdade. Não que as pessoas que agora são citadas como suspeitas, algumas sendo indiciadas, representem uma cultura institucional. Elas são produto dessa frouxidão que vem desde o governo Collor, que acabou com o SNI, imaginando com isso resolver o grande problema da inteligência. Pelo contrário, ficou um sistema solto.

E provavelmente muitos desses ex-agentes do SNI acabaram por fazer serviço de segurança particular.

Sem dúvida, quase todos. Porque era gente altamente especializada, tecnicamente muito preparada, e muitos organizaram firmas de segurança. Alguns realmente fazendo segurança, outros já distorcendo. Como no Rio, até pouco tempo atrás, você pegava um jornal e lia: “Detetive particular, grampos...” Dando inclusive o preço. Muitos desses eram do antigo sistema.

O sr. não acha que o ingresso de funcionários na Abin apenas por concurso público é um tema delicado?

Extremamente delicado. É o único país do mundo onde o ingresso no serviço de inteligência se dá mediante concurso. Mas isso é imposição constitucional. Não se entra no serviço público senão por concurso. Não conseguimos escapar disso ainda — creio que futuramente poderemos. Como está, é uma vulnerabilidade. Para esse último concurso tivemos 9 mil candidatos para 120 vagas, em dois turnos de 60. Ao se inscrever, o candidato admite que, uma vez aprovado e classificado no concurso, terá a vida vasculhada. Não é ideologia, tanto que na primeira leva de concursados há alguns militantes de partidos políticos. Só que eles têm que se comprometer a abandonar a prática política, porque passam a ser servidores do Estado. A ideologia dele, se é que a gente pode chamar

assim, é o Estado, no sentido da preservação da sociedade. Então, os aprovados têm a sua vida vasculhada: dívidas, ficha policial, constituição familiar.

Temos pessoas muito boas advindas do concurso, mas podemos também recrutá-las pelo processo de assinalação, como se costuma chamar no jargão da inteligência. Nisso o Canadá é o nosso modelo. No Canadá eles “plotam” os futuros servidores do serviço de inteligência desde a entrada na universidade e acompanham sua vida. Em algum momento, aquela pessoa vai saber que vem sendo acompanhada e que há interesse do Estado em que ela venha para o seu serviço de inteligência. Irá então escolher: se disser sim, continua sendo acompanhada, se disser não, deixa de ser. Acompanhada no sentido de ir fazendo a seleção, dentro do aspecto moral, caráter, personalidade e atributos para o serviço de inteligência. Essa é uma forma ideal. Hoje em dia, o concurso é uma das formas de recrutar pessoas. Fazemos requisição no próprio serviço público e fazemos a contratação por meio de cargos de natureza especial, cargos de confiança, os DAS, e as funções gratificadas.

Em relação à questão das drogas, como se vai dar a relação da Abin com a Polícia Federal?

Primeiro, a resposta genérica: o combate a qualquer tipo de crime organizado, no caso particular, ao narcotráfico, depende fundamentalmente de inteligência. Não só humana, mas de produto, informações. No caso das drogas, temos três vertentes de ação: prevenção, tratamento dos dependentes e repressão. A Polícia Federal, como todo órgão policial, tem o seu setor de inteligência, que produz informações e inteligência de natureza policial. Agora, se o combate ao narcotráfico se mantiver apenas baseado em ações policiais, de combater a quadrilha, seu chefe e ramificações, vai acontecer o que vinha acontecendo antes no Brasil: apenas êxitos na repressão. Êxitos relativos e aparentes, pois também vinham aumentando o crime, o número de usuários, a quantidade de droga que entrava e passava pelo país. Porque o combate, ainda que eficaz, estava compartimentado à área da repressão.

A Senad foi criada pelo presidente da República com a finalidade de coordenar todas as ações, em âmbito nacional e internacional, de prevenção, tratamento e repressão. Na repressão, a Senad criou um novo nível de combate ao narcotráfico que estamos chamando de “barão da droga”, de capitalista da droga. O trabalho da Senad é coordenar órgãos que nunca trabalharam juntos. Por exemplo, fazemos a coordenação da Polícia Federal com a Coaf, que é um conselho de acompanhamento da ativida-

de financeira (entenda-se: lavagem de dinheiro), com a Polícia Federal, com a Copei, que é um órgão de inteligência da Receita Federal, com a Coana, também da Receita Federal. O Ministério Público entra nessa coordenação, logicamente como convidado. As Forças Armadas estão sendo coordenadas nesse sentido. Enfim, há uma coordenação ampla feita pela Senad que visa a atacar o capitalista da droga e também permear toda essa coordenação até o nível da ação policial, sem interferir na ação. Essa coordenação, a partir de quando entra a ação policial específica, é de facilitação, prevendo, por exemplo, o apoio das Forças Armadas, operacionalizando uma diretriz do presidente de fevereiro de 1996.

De qualquer forma, essa estrutura não prescinde da Polícia Federal, com sua prerrogativa judicial de prender.

Nunca. Um órgão de inteligência não pode ter, de maneira nenhuma, poder de polícia judiciária. Quando se mistura atividade de inteligência com poder de polícia, dá errado. Você não pode exercer ações policiais para buscar informes, nem ações policiais decorrentes de informes encontrados. Então essa cooperação, não só em termos de troca de inteligência, mas de transformação de inteligência em diligência policial, é imprescindível. Ocorre que há corporativismo de parte a parte, como porcos-espinhos que na época do frio não podem se encostar. Isso está sendo amainado, não só entre a inteligência federal e a Polícia Federal, como principalmente entre a Polícia Federal e a Senad.

Quando surgiu a Senad, em junho de 1998, certos setores da Polícia Federal comentaram: “Estão criando um órgão para acabar com o monopólio constitucional da Polícia Federal no combate ao narcotráfico”. Porém, não há esse monopólio. A Constituição é claríssima: a Polícia Federal tem essa atribuição sem que isso queira dizer que outros órgãos da administração pública também não tenham seus deveres e atribuições. O fato é que perdemos muito tempo com isso, passamos mais de um ano. E a Senad evoluindo muito na prevenção e derrapando na repressão. Porque foram necessárias grandes mudanças no Ministério da Justiça e na própria Polícia Federal, para se ter um caminho pavimentado e fácil, como é atualmente. Há uma cooperação, não total, mas muito grande hoje em dia. Passamos do inexistente para o quase total.

Esse corporativismo da Polícia Federal, o sr. pensa que vem do órgão achar que está perdendo prestígio?

Todo espírito de corpo corre o risco de se transformar em corporativismo contraproducente, na medida em que, por razões reais ou não,

parcelas daquela organização passam a achar que estão sendo ameaçadas por órgãos externos a ela. E passam a agir defensivamente.

O documento “Política de Defesa Nacional”, que o sr. preparou, está cumprindo seu papel ou vai ser revisto?

Uma pequena correção. Esse documento não foi preparado por mim, nem pela Casa Militar, mas por um comitê retirado da Credena. Nós, de certa forma, estimulamos que o assunto fosse levado à Credena. Apresentamos umas idéias básicas e, como Secretaria Executiva da Credena, fizemos o acompanhamento. Mas, na realidade, foi elaborado por um comitê misto, composto de Itamarati, Forças Armadas, Justiça, a própria Casa Militar, a Casa Civil, a SAE. Agora, é claro que tem que ser revisto. Toda política é sujeita à atualização, e imagino que já esteja chegando a época dessa atualização. Até pelo fato de ter sido criado o Ministério da Defesa. O próprio presidente da República, quando expediu a diretriz de orientação para os estudos referentes ao Ministério da Defesa, colocou como finalidade de sua criação a otimização do sistema de defesa nacional. Então, o próprio Ministério da Defesa, ao ser criado, se transformou no órgão central do Sistema de Defesa Nacional. Um sistema que não tinha um órgão central. Mais ou menos, cada força imaginava como seria a defesa nacional. Atualmente temos o Ministério da Defesa como o órgão central, portanto há um sistema caracterizado. Isso já basta para se pensar em atualizar a política de defesa nacional. Mas há os acontecimentos que estão à solta, e cada vez atropelando mais as mentes que pensam em segurança e defesa. Então, imagino que essa política de defesa deva ser atualizada pelo menos anualmente. No órgão central do Sistema de Defesa Nacional, temos a Secretaria de Política Estratégica e Assuntos Internacionais, onde imagino venha a ser feito o reestudo da nossa política de defesa nacional.

A criação do Ministério da Defesa demorou quatro anos. A que o sr. atribui esse longo prazo?

Falo atualmente com convicção. Foi um prazo que a própria natureza das coisas estipulou. Com muita percepção, o presidente sabia que o prazo seria esse, tanto que em nenhum momento ele estipulou datas para receber propostas. Ao assumir o governo, em 1995, atribuiu ao Emfa a coordenação das Forças Armadas para uma proposta de Ministério da Defesa. Então começou a estudar, a discutir. Em nenhum momento se discutiu se devia ter ou não Ministério da Defesa. Durante esse período

em que esteve exclusivamente a cargo das Forças Armadas apresentar uma proposta, ocorreram muitas discussões, algumas até mais acaloradas — é natural —, sem que isso representasse dissensões. E o Emfa e os ministérios fizeram vários estudos.

A Marinha também apresentou uma proposta.

A Marinha também tinha uma proposta completa, que não atendia exatamente à idéia do presidente, mas era boa. Em setembro de 1997, o presidente também recebeu a proposta do Emfa. De posse desses delineamentos, o presidente instituiu um grupo de trabalho interministerial, composto dos quatro ministros militares e agora entrando o Ministério das Relações Exteriores, a SAE, a Casa Civil e a Casa Militar. E assim se trabalhou a partir de outubro de 1997, até o final de outubro de 1998, quando a proposta ficou pronta.

Nesse processo de preparar a proposta final, houve uma série de divergências em relação ao formato...

Mas aí já eram divergências de detalhes e não macrodivergências. Esse grupo de trabalho conduziu os estudos por fases. Houve uma fase muito importante, em que se constituíram 10 grupos de peritos para especificar qual nível de integração o Ministério da Defesa deveria exercer em atividades que vinham sendo realizadas pelos ministérios militares. Depois, essas atividades e os níveis de integração que se imaginavam no Ministério da Defesa foram organizados em grandes blocos, e destes acabaram surgindo as grandes divisões do Ministério da Defesa. E assim foi indo o trabalho. É lógico que num grupo que tinha suas peculiaridades e maneiras específicas de imaginar a defesa de um país houvesse discussões. Mas nunca se chegou a divergências, a discussões ásperas.

Não ficou clara uma divisão entre a Marinha, de um lado, o Exército e a Força Aérea, de outro?

Em alguns pontos, mas não no todo. Havia uma corrente que achava que o Estado-Maior da Defesa deveria ter atribuições estratégicas. E outra achava que deveria ter atribuições apenas de natureza operacional, ou seja, de planejamento do emprego e preparação das forças para os teatros de operações. Acabaram vingando as atribuições apenas de natureza operacional, e as de nível estratégico foram para a secretaria de política e estratégia.

O Ministério da Defesa foi criado, mas demorou a assumir plenamente o seu papel. O sr. concorda?

O que acontece é o seguinte: o ministro extraordinário foi nomeado em 1º de janeiro de 1999 e, de janeiro a junho, trabalhou no exame das normas legislativas. E trabalhou nisso com muito empenho. Achava uma injustiça, quando via algumas ironias insinuando que ele era a rainha da Inglaterra. Ele, de fato, ainda não era comandante das forças, porque os ministérios ainda existiam, mas estava fazendo o seu trabalho de ministro extraordinário trabalhando em cima da legislação. No momento em que foi criado o Ministério da Defesa, ele começou a assumir as suas funções de ministro, e as Forças Armadas deixaram de ter os seus antigos ministérios. Ele recebeu o acervo do Emfa, instalou-se, e o ministério está funcionando — não diria 100% —, fazendo a coordenação entre as três forças. Já absorveu a condução de problemas específicos dos militares, como a previdência social, vem tratando de reequipamento das forças e hoje é a interface das Forças Armadas com a Presidência. Vejo com muita alegria o ministro Élcio Álvares se referir a problemas militares como em termos de “nós”.

Como o sr. vê esse momento, em termos da sua carreira?

Vimos como a Casa Militar foi recebendo novas atribuições. Veio a inteligência, o que me empolgou, no sentido de reconstruir um sistema de inteligência democrático, moderno, adaptado aos tempos que o Brasil vive. Em seguida veio a Senad, a secretaria antidrogas, e, na medida em que ia me enfronhando no assunto, ia conhecendo as conseqüências da dependência, a ameaça à sociedade, a desagregação da família, o desafio à autoridade — que é princípio básico para a democracia — e como o narcotráfico consegue inocular a corrupção no organismo nacional. Não comecei a encarar de um ponto de vista messiânico, mas fui me empolgando, até mais do que com a inteligência. E vi o quanto se pode ajudar o povo brasileiro, consolidando um sistema nacional antidrogas eficaz. Sei que não vamos zerar o problema, mas pode-se controlá-lo. E mais: por intermédio do combate ao narcotráfico, um dia poderemos vir a ter também um órgão mais amplo de combate ao crime organizado que toma conta do mundo. O narcotráfico, numa estimativa da ONU, movimenta anualmente de 3 a 5% do produto bruto mundial. O Brasil ainda é um país de passagem, mas se transforma num mercado bom. O nosso produto interno bruto é de US\$800 bilhões, mas, se houver 1% disso envolvido com as drogas, são US\$8 bilhões. Daí a justificativa para a calúnia, o se-

qüestro, o homicídio hediondo. Agora estamos vendo as revelações da CPI do narcotráfico, que está fazendo um belo trabalho pelo país.

À medida que isso tudo foi acontecendo, fui vendo que aqui era o meu destino, em termos de ajudar o país, por intermédio da ação governamental. Sintetizaria da seguinte forma: essas atribuições que chegaram para cá — inteligência, drogas e agora a secretaria da Credena — se transformaram na missão da minha vida, particularmente as drogas. Você falou em termos de carreira. Eu gostaria muito de um dia chegar a dizer como Paulo: “Combati o bom combate. Completei a carreira e não perdi a fé”. Eu talvez esteja a ponto de dizer: “Combati o bom combate, interrompi a carreira e não perdi a fé”. Com isso quero dizer o seguinte: identifiquei a missão de minha vida, e é em direção a ela que tenho que ir. E se aparecem óbices, têm de ser afastados. Muitas vezes com dor, nesses 42 anos de serviço ativo e com uma perspectiva relativamente boa de vir a chegar ao último posto da carreira. A fé não se perde, não perdi a fé, mas apareceu uma nova, que é essa missão das drogas e da inteligência. Por outro lado, compreendo que há uma incompatibilidade hierárquica em um general de três estrelas ser ministro e não haver ministros militares. Eu entendo isso, e em alguns momentos há constrangimentos, mais meus do que de outras pessoas. Mas não há condição de estar nesse cargo e não ser ministro. A principal razão é que o presidente tem que ter nesse cargo gente que trata com drogas, que combate o que há de mais sórdido no país. Tem que ter essa pessoa preservada em termos de foro especial, porque senão qualquer primeira instância da Justiça a pega. Tem que ser um cargo de ministro para ter mais condições de coordenar outros ministros, governadores, discutir com governadores e secretariados, discutir no exterior; fazer convênios. Pragmaticamente, tenho que ser ministro e estar na reserva.

Estive recentemente com o ministro Passarinho, ele me elogiou muito e disse: “O Exército perderá um bom general”. E eu indaguei: “O sr. acha que o sacrifício compensa?” “Compensa, general, compensa.” E é assim que eu penso. E voltando a Paulo — não sou evangélico, mas gosto muito das epístolas de Paulo —, posso dizer: “Combati o bom combate, de ninguém cobicei nem vestes, nem prata, nem ouro”. Isso eu posso dizer.

CRONOLOGIA

25 de abril de 1984

Derrotada a proposta de emenda constitucional que previa eleições diretas para presidente da República.

10 de agosto de 1984

Agentes da Polícia Civil prendem, em Brasília, dois sargentos, um capitão e um major — todos vinculados ao Centro de Informações do Exército (CIE) —, que colavam cartazes na cidade vinculando o candidato oposicionista, Tancredo Neves, a movimentos de esquerda.

11 de agosto de 1984

Convenção do PDS escolhe Paulo Maluf como candidato situacionista à presidência da República.

4 de setembro de 1984

Na inauguração do Aeroporto 2 de julho, em Salvador (BA), Délio Jardim de Matos, ministro da Aeronáutica, profere discurso atacando os dissidentes do PDS que não apoiavam Maluf e haviam formado a Frente Liberal. O governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, responde ao discurso, criticando o ministro.

15 de janeiro de 1985

Eleição de Tancredo Neves e José Sarney, respectivamente, para a presidência e vice-presidência da República, pelo Colégio Eleitoral.

14 de março de 1985

Na véspera da posse, Tancredo Neves é internado no Hospital de Base de Brasília, onde se submete a uma operação de emergência.

15 de março de 1985

O vice-presidente eleito, José Sarney, assume o cargo de presidente da República. O general João Batista Figueiredo não lhe passou pessoalmente o cargo, saindo do palácio pela porta dos fundos.

21 de abril de 1985

Morte de Tancredo Neves.

24 de maio de 1985

Reaberto pela Justiça o caso do jornalista Alexandre von Baumgarten, ligado ao SNI e desaparecido em outubro de 1982. Arquivado, o caso foi reaberto em 1989.

12 de agosto de 1985

A deputada Bete Mendes, em comitiva oficial no Uruguai, reconhece o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, adido militar nesse país, como torturador do DOI-Codi de São Paulo em 1970, época em que esteve presa.

29 de outubro de 1985

O Superior Tribunal Militar dá parecer contrário à reabertura do inquérito do Riocentro.

27 de fevereiro de 1986

Lançado o Plano Cruzado.

18 de setembro de 1986

A Comissão Afonso Arinos, criada para propor um anteprojeto constitucional, entrega seu relatório a Sarney.

15 de novembro de 1986

Eleição de senadores e deputados federais para a Assembléia Nacional Constituinte, e de governadores e deputados estaduais. Expressiva vitória do PMDB em todo o país.

21 de novembro de 1986

Lançado o Plano Cruzado II.

10 de dezembro de 1986

O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana cria comissão para averiguar o desaparecimento de 125 pessoas durante o regime militar.

1º de fevereiro de 1987

Instalada a Assembléia Nacional Constituinte, que terá Ulysses Guimarães como seu presidente.

12 de junho de 1987

Lançado o Plano Bresser.

Outubro de 1987

Soldados tomam de assalto a prefeitura de Apucarana em protesto por melhores salários. O capitão líder do movimento foi condenado a três anos de prisão.

Fevereiro de 1988

Diante do cancelamento de uma audiência, o então governador de Alagoas, Fernando Collor, chama o general Ivan de Souza Mendes de “generaleco”.

2 de junho de 1988

Aprovado na Constituinte o mandato presidencial de cinco anos para o presidente José Sarney.

3 de setembro de 1988

A Assembléia Nacional Constituinte encerra seus trabalhos.

5 de outubro de 1988

Promulgada a nova Constituição.

9 de novembro de 1988

Três operários em greve morrem na Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, durante conflito com soldados do Exército que invadiram a empresa.

31 de dezembro de 1988

Naufrágio da embarcação *Bateau Mouche*, no Rio de Janeiro. Inquérito da Marinha responsabiliza vários oficiais por falhas na fiscalização da embarcação.

15 de janeiro de 1989

Lançado o Plano Verão.

5 de fevereiro de 1989

Concedido asilo político ao general Alfredo Stroessner, deposto por golpe de Estado no Paraguai.

23 de maio de 1989

O general Euclides Figueiredo chama o ministro do Exército de covarde por não ter defendido o general Newton Cruz das acusações no caso Baumgarten. Foi punido com 10 dias de prisão domiciliar.

2 de junho de 1989

O ministro do Exército pune o general Newton Cruz por ter protestado contra a prisão de Euclides Figueiredo.

15 de novembro de 1989

Eleições em primeiro turno para presidente da República. Os dois primeiros colocados são Fernando Collor de Mello e Luís Inácio (Lula) da Silva.

17 de dezembro de 1989

Eleições em segundo turno para a presidência da República dão vitória a Collor.

15 de março de 1990

Posse de Fernando Collor de Mello na presidência da República. Um dos primeiros atos do governo foi a extinção do SNI.

11 de abril de 1990

Congresso aprova o Plano Collor.

18 de setembro de 1990

O presidente Fernando Collor viaja com os ministros militares para a serra do Cachimbo, no sul do Pará, onde despeja uma pá de cal no buraco construído pela Aeronáutica para testes nucleares, simbolizando o fim de projetos desse tipo no país.

31 de janeiro de 1991

Lançado o Plano Collor II.

Fevereiro de 1991

Três soldados brasileiros são mortos por guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia em ataque a um posto do Exército no rio Traíra, fronteira do Brasil com a Colômbia. Em seguida, o Exército brasileiro reagiu e, segundo a versão oficial da instituição, matou sete guerrilheiros colombianos.

8 de maio de 1991

Demissão da ministra da Fazenda, Zélia Cardoso de Mello.

30 de outubro de 1991

O ministro do Exército, Carlos Tinoco, comparece à Câmara para esclarecer acusações de superfaturamento na compra de fardas.

Janeiro de 1992

Três ministros deixam o governo acusados de corrupção ou favorecimento: Rogério Magri, Margarida Procópio e Alcení Guerra.

5 de maio de 1992

O vice-presidente Itamar Franco desliga-se do PRN, criticando o novo ministério constituído após a renúncia ministerial coletiva de março de 1992.

20 de maio de 1992

Pedro Collor acusa seu irmão e presidente da República de ter vínculos com esquemas ilícitos de seu tesoureiro de campanha e amigo, Paulo César Farias, o PC.

26 de maio de 1992

O Congresso Nacional cria CPI para apurar as denúncias de Pedro Collor sobre P.C. Farias.

10 de junho de 1992

O secretário do presidente, Cláudio Vieira, dá depoimento no Congresso sobre a “Operação Uruguai”.

28 de junho de 1992

Francisco Eriberto França, ex-motorista de Ana Acióli Gomes, secretária particular do presidente Collor, declara que costumava pegar cheques e dólares nas empresas de Paulo César Farias para pagar contas pessoais de Fernando Collor.

22 de julho de 1992

CPI conclui que as reformas na Casa da Dinda, residência do presidente Collor, foram pagas por P.C. Farias e correntistas fantasmas.

16 de agosto de 1992

Primeiras manifestações de rua pedindo o *impeachment* do presidente.

25 de agosto de 1992

Nota conjunta do ministério afirma que os ministros permanecerão nos cargos para garantir a governabilidade do país.

26 de agosto de 1992

CPI aprova relatório do deputado Amir Lando, responsabilizando o presidente Collor por irregularidades no governo.

7 de setembro de 1992

Em diversas cidades do país, manifestantes vestem-se de preto em resposta ao pedido de Collor para que a população vestisse, nesse dia, verde e amarelo.

29 de setembro de 1992

A Câmara dos Deputados autoriza a abertura do processo de *impeachment* contra o presidente Collor.

2 de outubro de 1992

O presidente Fernando Collor recebe notificação do Senado de seu afastamento da presidência da República, para que se proceda à apuração das irregularidades de que é acusado. O vice-presidente Itamar Franco assume temporariamente a presidência.

29 de dezembro de 1992

O Congresso vota a condenação de Collor por crime de responsabilidade. Collor renuncia à presidência da República e fica impedido de concorrer a cargos eletivos e ocupar cargos públicos por oito anos.

21 de abril de 1993

Plebiscito nacional mantém a forma republicana e o sistema presidencialista de governo.

1º de julho de 1994

Lançado o Plano Real.

3 de outubro de 1994

Fernando Henrique Cardoso é eleito presidente da República no primeiro turno.

1º de janeiro de 1995

Posse de Fernando Henrique na presidência da República.

20 de maio de 1995

A empresa Esca é afastada do Projeto Sivam depois de denúncias de irregularidades.

23 de maio de 1995

Criada a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos. O Ministério da Justiça decide que o Estado reconheceria a morte dos desaparecidos políticos e pagaria indenização às famílias.

28 de agosto de 1995

No aniversário de 16 anos da Lei de Anistia, o governo apresenta projeto de lei que prevê o pagamento de indenizações para os familiares dos desaparecidos.

18 de novembro de 1995

Divulgado escândalo dos “grampos” envolvendo negociações no Projeto Sivam. O Banco Central intervém no Banco Nacional.

19 de novembro de 1995

Mauro Gandra pede demissão do cargo de ministro da Aeronáutica.

Fevereiro de 1996

Fernando Henrique divulga carta elogiando a atuação do ex-ministro Gandra, da Aeronáutica.

17 de fevereiro de 1997

Cerca de 1.300 militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, oriundos de várias partes do país, iniciam marcha a Brasília.

25 de fevereiro de 1997

Aprovada a emenda constitucional que permite a reeleição do presidente da República, governadores e prefeitos.

13 de maio de 1997

A imprensa noticia que o ministro Sérgio Motta teria comprado votos no Congresso para garantir a aprovação da emenda da reeleição.

Junho de 1997

As Forças Armadas anunciam um calendário de comemorações do qual não constam as do dia 31 de março de 1964. O governo começa a indenizar as famílias de desaparecidos.

12 de junho de 1997

Insatisfeita com os baixos salários, a Polícia Militar de Minas Gerais entra em greve.

20 de junho de 1997

O Brasil adere ao TNP, Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares.

29 de julho de 1997

Conflitos em Fortaleza, Ceará, entre tropas de choque da PM e policiais civis e militares que protestam por melhores salários.

Dezembro de 1997

A Marinha efetua compra de aviões A-4 do Kuwait para equipar o porta-aviões *Minas Gerais*.

4 de abril de 1998

Exonerado o subdiretor de saúde e médico do Exército, general-de-brigada Ricardo Agnesse Fayad (nomeado para o cargo em fevereiro), acusado de participar de sessões de tortura no DOI-Codi do Rio de Janeiro, entre 1968 e 1973.

19 de novembro de 1998

Fernando Henrique envia ao Congresso o projeto que cria o Ministério da Defesa e transforma os ministérios do Exército, Marinha e Aeronáutica em comandos militares.

1º de janeiro de 1999

Élcio Álvares é nomeado ministro extraordinário da Defesa até que o projeto que cria o ministério seja aprovado no Congresso.

9 de junho de 1999

Lei Complementar cria o Ministério da Defesa. Os três ministérios militares são transformados em comandos.

18 de janeiro de 2000

Depois de várias denúncias, Élcio Álvares é demitido do Ministério da Defesa e substituído pelo advogado Geraldo Quintão.

23 de maio de 2000

Por 10 votos a um, o Superior Tribunal Militar decide pelo arquivamento definitivo do inquérito que investiga o caso do Riocentro.

Junho de 2000

Aberto inquérito policial-militar no Comando Militar da Amazônia para apurar denúncias, veiculadas pela imprensa brasileira, de que os colombianos mortos no conflito do rio Traíra, em fevereiro de 1991, não eram guerrilheiros, e sim, garimpeiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Cardoso, Alberto. *Os treze momentos. Análise da obra de Su Tzu*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1987.
- D'Araujo, Maria Celina & Castro, Celso (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro, FGV, 1997.
- ____ & ____ (orgs.). *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro, FGV, 2000.
- ____; Soares, Gláucio Ary Dillon & Castro, Celso (orgs.). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.
- ____. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995a.
- ____. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995b.
- Ferraz, Francisco César Alves. Influência militar na atual política brasileira: erosão ou retirada? *Revista de Sociologia e Política*, 13:179-82, nov. 1999.
- Hunter, Wendy. *Eroding military influence in Brazil – politicians against soldiers*. Chapel Hill, University of North Carolina, 1997.
- Martins Filho, João Roberto & Zirker, Daniel. *The Brazilian Armed Forces after the Cold War: overcoming the identity crisis*. Chicago, 1998. (Paper presented at Lasa Congress.)
- Oliveira, Eliézer Rizzo de. *De Geisel a Collor. Forças Armadas, transição e democracia*. Campinas, Papirus, 1994.
- ____ & Soares, Samuel Alves. Forças Armadas, direção política e formato institucional. In: D'Araujo, Maria Celina & Castro, Celso (orgs.). *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro, FGV, 2000. p. 98-124.
- Soares, Gláucio Ary Dillon & D'Araujo, Maria Celina (orgs.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro, FGV, 1994.
- Tollefson, Scott D. *Civil-military relations in Brazil: the myth of tutelary democracy*. Washington, 1995. (Paper presented at Lasa Congress.)

Ustra, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o silêncio*. Brasília, Terra, 1987.

Zaverucha, Jorge. *Rumor de sabres: tutela militar ou controle civil?* São Paulo, Ática, 1994.

_____. *Frágil democracia. Collor, Itamar, FHC e os militares (1990-1998)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

A

Abin: ver Agência Brasileira de Inteligência
Abreu, José Leitão de, 80
Academia da Força Aérea, 67, 145, 227, 243, 293
Academia Militar das Agulhas Negras, 45, 77-8, 115, 124, 126, 138, 171, 203, 206, 209, 249, 295, 315-6, 321
ACM: ver Magalhães, Antônio Carlos
AFA: ver Academia da Força Aérea
Agência Brasileira de Inteligência, 86, 249, 257, 259, 315, 317, 320, 327-30, 371
Agência Espacial Brasileira, 186
Agenor: ver Carvalho, Agenor Francisco Homem de
Alencar, Marcelo, 303
Alfonsín, Raul, 88
Aliança Renovadora Nacional, 150
Almeida, José Américo de, 205
Almeida, Reinaldo Melo de, 79, 205
Álvares, Élcio, 40-1, 220, 223, 247, 290-2, 335, 344
Alves: ver Carvalho, Jorge Alves de
Aman: ver Academia Militar das Agulhas Negras
Amaral: ver Oliveira, José Maria do Amaral
Amazonas, João, 198
Andrade, César de, 276
Andreazza, Mario, 295

Antônio Carlos: ver Magalhães, Antônio Carlos
Aquino, Paulo Neves de, 118
Araripe Macedo: ver Macedo, Joelmir de Araripe
Archer, Renato, 54
Arena: ver Aliança Renovadora Nacional
Arida, Pérsio, 310-1
Arinos, Afonso, 19, 56, 95
Arnaldo: ver Pereira, Arnaldo Leite
Assembleia Nacional Constituinte, 17, 21, 60-1, 119, 208, 338-9
Assunção, José Afonso, 310
Aureliano: ver Chaves, Aureliano
Azevedo, José Carlos de Almeida, 98

B

Balza, Martín, 309
Banco Central, 84, 237, 250, 310, 343
Banco do Brasil, 300
Banco Nacional, 311, 343
Barelli, Walter, 192
Barros, José Elislande Bayo de, 149
Barros, Sebastião do Rêgo, 222
Bastos, Nialdo Neves de Oliveira, 127
Batista, Carlos Almeida, 41
Belham, George, 70
Berenguer: ver César, Alfredo Henrique de Berenguer
Bertolino: ver Gonçalves Neto, Bertolino Joaquim

Bolsonaro, Jair, 127, 178
 Bonoso, Paulo, 55
 Borja, Célio, 111, 132, 183
 Bornhausen, Jorge, 33, 106, 113, 131-2, 134, 164
 Braga, Pedro de Araújo, 143
 Braga, Saturnino, 208
 Branco, José Hugo Castelo, 79, 81, 85
 Branco, Rafael de Azevedo (almirante), 55
 Bräuer, Walter, 40-1
 Brizola, Leonel de Moura, 186, 200, 295
 Burnier, João Paulo Moreira, 68

C

Cabral, Bernardo, 18, 76, 98, 100
 Cahim, Romildo, 85
 Calheiros, Renan, 25, 157
 Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 318, 325
 Câmara dos Deputados, 32, 34, 80, 106, 121, 132, 140, 178-80, 182-3, 190, 197, 199, 281, 329-30, 340, 342
 Campos, Mauricio, 139
 Campos, Roberto, 87
 Cardoso, Alberto Mendes, 10, 42-3, 224, 259-60, 279, 292, 301, 311, 313
 Cardoso, Álvaro, 254
 Cardoso, Fernando, 31, 36, 249, 255, 317
 Cardoso, Fernando Henrique, 9-10, 13, 37-42, 45, 55, 71, 104, 168, 190, 203, 208, 217, 219-20, 223, 227, 238, 243, 249, 257, 261, 278, 288, 300-1, 310-13, 315, 322, 324, 328, 343, 344
 Cardoso, Newton, 136
 Carvalho, Agenor Francisco Homem de, 9, 26, 34, 89, 100, 106, 113, 122-6, 128, 131-2, 157, 159, 164, 173, 210
 Carvalho, Clóvis, 38, 220, 222-3, 289-90, 311
 Carvalho, Jorge Alves de, 318
 Carvalho, Jorge José de, 181
 Casa Civil da Presidência da República, 33, 81, 85, 106, 113, 124, 289, 333-4
 Casa Militar da Presidência da República, 8-9, 18, 25, 30, 33-4, 36, 38, 41-3, 55, 77-9, 81, 84-6, 89, 99-101, 106, 113, 122, 124-5, 157, 161, 164, 173, 176, 184, 220, 245, 249-50, 253-6, 259, 289, 293, 307, 315-9, 324-5, 328-9, 333-5
 Castelo Branco, Humberto de Alencar, 36, 104, 116, 155, 183, 212, 264
 Castro, Fidel, 197
 Castro, Jalcias da Silva, 114
 Ccomsex: ver Centro de Comunicação Social do Exército
 Cecomsaer: ver Centro de Comunicação Social da Aeronáutica
 Cemig: ver Companhia Energética de Minas Gerais
 Cenimar: ver Centro de Informação da Marinha
 Central Única dos Trabalhadores, 147, 156
 Centro de Comunicação Social da Aeronáutica, 304
 Centro de Comunicação Social do Exército, 22, 126-7, 137, 140
 Centro de Informações da Aeronáutica, 68, 160, 231, 251, 294, 307
 Centro de Informações da Marinha, 193, 251
 Centro de Informações do Exército, 15, 31, 69, 125-7, 133, 136, 210, 215-6, 250-3, 337
 Centro de Inteligência da Aeronáutica, 160
 Centro de Inteligência do Exército, 249
 Centro de Operações de Defesa Interna, 307, 338, 344
 Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, 127
 Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo, 145
 Centro Tecnológico da Aeronáutica, 101, 166, 229

- Cerqueira, Nilton, 143
 César, Alfredo Henrique de Berenguer, 70
 César: ver Andrade, César de
 Chagasteles, Sérgio Gitirana Florencio, 278, 292
 Chaves, Aureliano, 70, 72, 74, 307, 338, 344
 Chesf: ver Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
 Chico Buarque: ver Hollanda, Francisco Buarque de
 CIE: ver Centro de Informações do Exército
 Cindacta: ver Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo
 Cisa: ver Centro de Informações da Aeronáutica
 Clóvis: ver Carvalho, Clóvis
 Clube Militar, 44-5, 143-4, 198, 212, 224, 305, 323
 Coana: ver Coordenação Geral do Sistema Aduaneiro
 Cobae: ver Comissão Brasileira Aero-Espacial
 Codi: ver Centro de Operações de Defesa Interna
 Coelho Neto, José Luís, 216
 Coimbra, Marcos, 76, 100, 106, 151
 Collor de Mello, Fernando, 9, 13, 24-8, 30, 32-6, 45, 65-6, 76, 85-6, 88-91, 93, 98-100, 102-3, 106-111, 113, 115, 121-5, 127, 129-35, 143, 145, 151-3, 158-60, 164-5, 168, 171, 173, 177, 179, 182-6, 190, 211, 214, 217, 228, 230, 233-4, 256-7, 271-4, 320, 328, 339-40, 342
 Collor de Mello, Pedro, 106, 182, 341
 Collor, Lindolfo, 100, 102, 103
 Collor, Rosane, 111
 Comando Aéreo Regional, 145, 303
 Comando de Operações Navais, 191
 Comando de Operações Terrestres, 126, 171-2, 249
 Comando de Transporte Aéreo, 67
 Comando Geral de Apoio, 67
 Comando Militar da Amazônia, 344
 Comando Militar do Leste, 77, 115, 143, 203, 212
 Comando Militar do Planalto, 142-3
 Comando Militar do Sudeste, 115, 143, 203, 208
 Comando Militar do Sul, 77, 90
 Comando Naval da Amazônia Ocidental, 266
 Comando Geral do Ar, 67, 296, 300
 Comar: ver Comando Aéreo Regional
 Comgar: ver Comando Geral do Ar
 Comissão Aeronáutica Brasileira, 293
 Comissão Afonso Arinos, 18-9, 93-6, 338
 Comissão Brasileira Aero-Espacial, 139
 Comissão de Defesa da Câmara, 22, 139
 Comissão Especial dos Desaparecidos Políticos, 24, 43-4, 193, 198, 223, 280, 304, 342
 Comissão Naval Brasileira, 261
 Comissão Parlamentar de Inquérito, 40-1, 131, 273, 336, 341
 Companhia Docas do Rio de Janeiro, 112
 Companhia Energética de Minas Gerais, 213
 Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, 199
 Companhia Siderúrgica Nacional, 186, 339
 Conade: ver Conselho Nacional Antidrogas
 Congresso Nacional, 18, 29-30, 32, 35, 48, 56, 75, 95, 99, 104-5, 111-2, 117, 119, 131, 133, 138, 147, 149, 153-6, 159, 162, 175-6, 178-80, 187, 206-7, 220, 222-3, 238-9, 247, 258, 320, 328-30, 340-4
 Conselho de Chefes de Estados-Maiores, 288

Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, 338
 Conselho de Defesa Nacional, 38, 86-7, 96, 318
 Conselho de Segurança Nacional, 77, 81, 84-8, 124, 255, 325
 Conselho Nacional Antidrogas, 318
 Coordenação Geral do Sistema Aduaneiro, 332
 Corpo de Cadetes, 315
 Corpo de Fuzileiros, 190
 Corrêa, Villas-Bôas, 218
 Correa Neto, Ulisses Pinto, 304
 Correia, Maurício, 142, 187, 193, 224
 Correia Neto, Jonas de Moraes (general), 127, 153, 172
 Correio Aéreo Nacional, 145, 229
 Costa e Silva, Artur da, 199
 Coter: ver Comando de Operações Terrestres
 Coutinho, Luiz Guilherme de Freitas, 208
 Covas, Mário, 57, 98-9, 117
 CPEAEx: Curso de Política, Estratégia e Alta Administração
 CPI: ver Comissão Parlamentar de Inquérito
 CPOR: ver Centro de Preparação de Oficiais de Reserva
 Creden: ver Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional
 Cruz, Newton, 142-3, 339-40
 CSN: ver Conselho de Segurança Nacional
 CTA: ver Centro Tecnológico da Aeronáutica
 Curso de Política, Estratégia e Alta Administração, 205
 CUT: ver Central Única dos Trabalhadores

D

Da Silva, Euclimar Lima, 84

DAC: ver Departamento de Aviação Civil
 De Cunto, Ariel, 317
 Délio (brigadeiro): ver Mattos, Délio Jardim de
 Délio (general): ver Monteiro, Délio de Assis
 Dellamora, Carlos Afonso, 68
 Denys, Odylio, 77, 79
 Denys, Rubens Bayma, 25, 77, 79, 116
 Deoclécio: ver Siqueira, Deoclécio Lima de
 Departamento de Aviação Civil, 76, 293, 301
 Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, 192
 Destacamento de Operações de Informações, 307, 338, 344
 Di Tella, Guido, 169, 219
 Dias, José Carlos, 41
 Dieese: ver Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
 Djalma: ver Moraes, Djalma
 Docenave: ver Vale do Rio Doce Navegação S.A.
 DOI: ver Destacamento de Operações de Informações
 Domingues, Afif, 89
 Dornelles, Francisco, 69
 Dumont, Paulo Augusto Garcia, 292
 Dumont, Santos, 146
 Dutra, Eurico Gaspar, 70

E

Ecemar: ver Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica
 Eceme: ver Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
 Eduardo Jorge: ver Pereira, Eduardo Jorge Caldas
 Élcio: ver Álvares, Élcio
 Elislande ver: Barros, José Elislande Bayo de

Embraer: ver Empresa Brasileira de Aeronáutica
 EME: ver Estado-Maior do Exército
 Emfa: ver Estado-Maior das Forças Armadas
 Empresa Brasileira de Aeronáutica, 235-7, 240
 Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária, 163, 227, 233, 238, 298
Época, 41, 303
 Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército, 205
 Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, 67, 293-4, 297-8
 Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 54, 77, 115, 171, 203, 205-8, 249, 295, 315
 Escola de Guerra Naval, 53-4, 93-5, 189, 261, 270
 Escola de Inteligência do Exército, 215, 251
 Escola Nacional de Informações, 185, 214, 249, 257, 319
 Escola Naval, 53, 58-9, 93, 189, 261
 Escola Superior de Guerra, 53, 84, 112, 115, 128, 171, 183, 189, 203, 293, 298
 ESG: ver Escola Superior de Guerra
 EsNI: ver Escola Nacional de Informações
 Estado-Maior da Aeronáutica, 67, 145, 227, 232, 256, 293, 302
 Estado-Maior da Armada, 93, 100, 105, 112, 189-91, 261, 269, 276, 292
 Estado-Maior da Marinha, 256
 Estado-Maior das Forças Armadas, 8-9, 18, 22, 25, 34, 36-8, 41, 54-5, 59, 94, 99-101, 104, 112, 123, 127, 148, 153, 171-7, 180-1, 183, 185-6, 217, 219-20, 245, 256, 269, 277, 281, 287-90, 294, 299, 301, 311, 333-5
 Estado-Maior do Exército, 21, 25, 27, 115, 117, 126, 171-3, 203, 209-10, 252, 256, 315
 Estevão, Luís, 25, 157

F

FAB: ver Força Aérea Brasileira
 Falcão, Armando, 213
 Farani, José, 79-80
 Faria, Reginaldo, 308
 Farias, Paulo César, 25, 30, 35, 89, 107-8, 131-3, 135, 157, 200, 341
 Fayad, Ricardo Agnesse, 83, 225, 308, 344
 FBI: ver Federal Bureau of Intelligence
 Federal Bureau of Intelligence, 260
 Fernandes, Hélio, 311
 Fernandes, Nelson, 199
 Fernando Collor: ver Collor de Mello, Fernando
 Fernando Henrique: ver Cardoso, Fernando Henrique
 Fernando: ver Collor de Mello, Fernando
 Ferola, Sérgio Xavier, 286
 Ferraz, Francisco César Alves, 47
 Figueiredo, Cláudio Barbosa de, 215-6
 Figueiredo, Euclides, 142-3, 339-40
 Figueiredo, João Batista de Oliveira, 57, 68-70, 72-3, 197, 208-9, 255, 294-6, 307, 337
 Fiúza, Ricardo, 33, 113, 131-2, 134, 157, 164
 Fleury Filho, Luiz Antônio, 273
 Flores, Mário César, 19-20, 29, 32-6, 56, 65, 86, 93, 132, 135-6, 153, 162, 165-6, 183, 215, 239-40, 255, 258, 265, 271-2, 274-7
 Fonseca, Maximiano da Silva, 94
 Força Aérea Brasileira, 26, 42, 128, 146, 220, 222, 238-9, 244, 259, 279, 284, 297, 299, 305, 311, 334
 Fragomeni, Carlos, 84
 França, Francisco Eriberto, 341
 Franco, Itamar, 13, 33, 36-7, 53, 86, 91, 93, 102-3, 108, 113, 115, 132, 134-7, 162-3, 171, 183, 186-7, 189-90, 192, 203, 210, 213-4, 216-7, 219,

224, 227, 233-4, 239-40, 242, 249-50, 253-7, 274, 276-7, 301, 328, 341-2
 Freire, Carlos Edmundo Lacerda, 292
 Freire, Roberto, 283
 Frente Liberal, 69, 337
 Frota, Sílvio, 203
 Fujimori, Alberto, 155, 165
 Fuljaro, Eduardo Oinegue, 176

G

Gabeira, Fernando, 218, 306, 308
 Gabinete Civil: ver Casa Civil da Presidência da República
 Gabinete de Segurança Institucional, 42, 315, 319, 325
 Gabinete Militar: ver Casa Militar da Presidência da República
 Gabriela, Marília, 150, 154, 221
 Gandra, Mauro José Miranda, 11, 15, 24, 37, 44-5, 76, 227, 238-40, 279, 285, 293, 313, 343
 Garcia, Hélio, 72, 136
 Geisel, Ernesto, 9, 15, 39, 79, 199, 263-4, 322
 Geisel, Orlando, 115, 171
 Genoíno, José, 149, 320
 Getúlio: ver Vargas, Getúlio
 Góes: ver Monteiro, Pedro Aurélio de Góes
 Goldenberg, José, 111
 Gomes, Ana Acióli, 341
 Gomes, Carlos Tinoco Ribeiro, 21-2, 25-6, 28, 31-6, 91, 100, 102, 104, 115, 153, 162, 165-6, 172-3, 184, 210-1, 213-4, 252, 315, 340
 Gomes, Eduardo, 67, 70, 146, 293
 Gonçalves Neto, Bertolino Joaquim, 70
 Gonçalves, Leonidas Pires, 8, 10, 17, 20, 54-5, 59, 63, 72, 79-80, 88, 96-7, 116-7, 121-2, 126, 138, 151, 204-5, 207-9, 214, 216, 262, 270
 Goulart, João, 67, 200, 264, 293
 Graef, Lars, 221

Gregori, José, 44, 225, 280, 282, 304-6
 Guerra, Alcení, 111, 341
 Guimarães, Ulysses, 18, 32-3, 63, 72, 76, 80, 88, 98, 106-7, 117, 132, 199, 262, 271, 338
 Gustavo: ver Júlio, Gustavo Manoel Fernandes

H

Haddad, Paulo, 192
 Hargreaves, Henrique, 193, 254
 Holanda, Haroldo, 136
 Hollanda, Francisco Buarque de, 201
 Hunter, Wendy, 13

I

Incra: ver Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
 Infraero: ver Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária
 Instituto do Açúcar e do Alcool, 124
 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 84
 IRA: ver Irish Revolutionary Army
 Irish Revolutionary Army, 196
 IstoÉ, 256, 303, 310
 Itamar: ver Franco, Itamar
 Itamarati: ver Ministério das Relações Exteriores
 Ivan (almirante): ver Serpa, Ivan da Silveira
 Ivan (general): ver Mendes, Ivan de Souza
 Ivan Serpa: ver Serpa, Ivan da Silveira

J

Jaguaribe, Hélio, 111
 Jango: ver Goulart, João
 Jânio: ver Quadros, Jânio
 Jatene, Adib, 111
 João VI (dom), 219
 Jobim, Nelson, 44, 280, 282, 304-6

Jonas: ver Correia Neto, Jonas de Mo-
rais
Jones, Stuart Edgar Angel, 68
José Américo: ver Almeida, José
Américo de
Júlio, Gustavo Manoel Fernandes, 84
Juraszeck, Jaime José, 215-6

K

Karam, Alfredo, 55, 94
Keynes, John Maynard, 13
Kubitschek de Oliveira, Juscelino, 79,
152

L

Lacerda: ver Freire, Carlos Edmundo
Lacerda
Lacerda Netto, Luís Felipe Carneiro de,
71, 294, 296
Lafer, Celso, 111
Lamarca, Carlos, 43-4, 75, 198-9, 209,
223-5, 281, 305, 323-4
Lampreia, Luiz Felipe, 222, 311
LBA: ver Legião Brasileira de Assistên-
cia
Legião Brasileira de Assistência, 111
Leonel, Benedito Onofre Bezerra, 9-10,
36-9, 45, 55, 213-4, 220, 223, 268,
277, 287, 290, 299, 304, 306, 308
Leonidas: ver Gonçalves, Leonidas Pi-
res
Lepesqueur Sobrinho, Romero, 172
Lima, Haroldo, 193
Lima, Hélio Ibiapina, 45
Lima, Octávio Júlio Moreira, 15-6, 55,
67, 88, 146, 148, 151-2, 154, 270,
296-8
Lima, Wilberto, 122
Lima Sobrinho, Barbosa, 182
Lôbo, Lélvio Viana, 190, 227
Lucena, Humberto, 213
Lucena, Zenildo Gonzaga Zoroastro
de, 17, 20, 23-5, 27, 31, 36-40, 44-5,

99, 114, 136, 203, 265, 267-8, 270,
278, 281, 288-90, 304-6, 308, 316
Ludwig, Rubem, 79
Luís Felipe: ver Lacerda Netto, Luís
Felipe Carneiro de
Lula: ver Silva, Luís Inácio (Lula) da
Luttemberg, José Antônio, 110

M

Macedo, Joelmir de Araripe, 67
Machado, Ademar da Costa, 71
Maciel, Marco, 72, 74, 221, 247-8, 290-1
Magalhães, Antônio Carlos, 15-6, 68-70,
72, 146, 214, 221, 247, 290-1, 294-6,
337
Magri, Antonio Rogério, 111, 341
Maia, Jorge do Paço Matoso, 53
Maierovitch, Wálter, 327
Malan, Pedro, 306
Maluf, Paulo, 15, 68-70, 72-3, 94, 116,
146, 294-5, 337
Marcílio: ver Moreira, Marcílio Mar-
ques
Marighella, Carlos, 43, 119, 193, 198,
281, 305
Marron, Carlos, 285
Martins Filho, João Roberto, 14
Mattos, Délio Jardim de, 15-6, 68-74,
146, 166, 294-8, 337
Mauro César: ver Pereira, Mauro César
Rodrigues
MDB: ver Movimento Democrático
Brasileiro
Medeiros, Otávio, 15
Médici, Emílio Garrastazu, 94, 197,
199
Melo, Márcio de Souza e, 68
Mello, Zélia Cardoso de, 25, 29, 104,
111, 137-8, 180, 184, 209, 211, 340
Mendes, Ivan de Souza (general), 8, 24,
54-5, 65-6, 79-80, 88-9, 122-3, 127,
173, 339
Mendes (general): ver Ribeiro, Luiz
Antônio Rodrigues Mendes

Mendes, Bete, 82, 338
 Menem, Carlos, 88
 Mercosul, 9, 36, 47, 89, 168
 Ministério da Ação Social, 111
 Ministério da Aeronáutica, 37, 41, 67, 76, 145, 154, 158, 163, 227, 237-8, 240, 244, 279, 296, 298, 302, 313
 Ministério da Defesa, 8, 13, 18, 23, 36-7, 40-3, 59-61, 95, 120, 122, 127, 179, 192, 206, 215, 219-20, 222-3, 242-6, 268-70, 275, 277-8, 286-91, 298-301, 318, 326-7, 333-5, 344
 Ministério da Fazenda, 192, 237, 250
 Ministério da Integração, 328
 Ministério da Justiça, 297, 332, 342
 Ministério da Marinha, 9, 53, 58, 93, 102, 110, 112, 193, 261, 290
 Ministério das Comunicações, 277
 Ministério das Relações Exteriores, 37-8, 84, 100, 118, 132, 137, 167-8, 219-20, 222, 245, 278, 289, 333-4
 Ministério do Exército, 22, 60, 115, 139, 289
 Ministério do Planejamento, 328
 Miranda, Expedito Hermes Rego, 84
 Miranda, Sérgio, 283
 Molina Pico, 285
 Monteiro, Pedro Aurélio de Góes, 194
 Monteiro, Sócrates da Costa, 15, 22, 26, 30-1, 33-6, 76, 100-2, 104, 113-4, 129, 132, 136, 145, 151-2, 162, 169, 228, 233
 Monteiro, Tânia, 280
 Montoro, Franco, 208
 Moraes Rego, 15
 Moraes, Djalma, 213, 277, 301
 Moreira, Antônio Joaquim Soares, 210
 Moreira, Marcílio Marques, 111, 132, 137, 179-80
 Moreira Lima (brigadeiro): ver Lima, Octávio Júlio Moreira
 Motta, Sérgio, 312, 343
 Movimento Democrático Brasileiro, 136, 197, 199

Movimento Rural dos Trabalhadores Sem Terra, 147, 343
 MRE: ver Ministério das Relações Exteriores
 MST: ver Movimento Rural dos Trabalhadores Sem Terra
 Müller, Filinto, 307
 Murilo (brigadeiro): ver Santos, Murilo

N

Nahas, Nagi, 200
 Neves, João Alberto Correia, 294, 307
 Neves, Risoleta, 78
 Neves, Tamoio Pereira das, 126, 210
 Neves, Tancredo, 9, 15-7, 20, 53-5, 60, 69-74, 77-81, 94, 97, 116-7, 146, 204, 296-7, 337-8
 Nialdo: ver Bastos, Nialdo Neves de Oliveira
 Nóbrega, Mailson da, 88
 NPOR: ver Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva
 Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp, 99
 Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva, 36, 127, 186
 Nunes, Adão Pereira, 307

O

O Globo, 22, 139-40, 222, 306, 331, 325
 OAB: ver Ordem dos Advogados do Brasil
 OEA: ver Organização dos Estados Americanos
 Oliveira, José Maria do Amaral (almirante), 55, 262
 Oliveira, Marcos Antônio (brigadeiro), 239-40, 313
 Oliveira, Eliézer Rizzo de, 46, 48, 99
 Oliveira, Euclides Quandt de, 194
 Oliveira, Protásio Lopes de, 296

ONU: ver Organização das Nações Unidas
 Ordem dos Advogados do Brasil, 224
 Organização das Nações Unidas, 145, 168, 171-2, 189, 335
 Organização do Tratado do Atlântico Norte, 222
 Organização dos Estados Americanos, 145, 315
 Otan: ver Organização do Tratado do Atlântico Norte
 Otávio, Paulo, 25, 157
 Othon: ver Silva, Othon Luís Pinheiro da

P

Paiva, Eunice, 43, 324
 Paiva, Marcelo Rubens, 324
 Paiva, Rubens, 43
 Partido Comunista do Brasil, 193, 195
 Partido Democrático Social, 15, 69, 337
 Partido do Movimento Democrático Brasileiro, 63-4, 136, 150, 338
 Partido dos Trabalhadores, 132, 156, 168, 182
 Partido Social Democrata, 78
 Passarinho, Jarbas, 111, 180, 336
 Paulo César: ver Farias, Paulo César
 Paulo Otávio: ver Otávio, Paulo
 Pavan, Clóvis, 149
 PCdoB: ver Partido Comunista do Brasil
 P. C. Farias: ver Farias, Paulo César
 PDS: ver Partido Democrático Social
 Pedro Paulo: ver Ramos, Pedro Paulo Leoni
 Pedrosa, José Júlio, 276-7
 Pereira, Arnaldo Leite, 217, 277
 Pereira, Eduardo Jorge Caldas, 257, 259, 277
 Pereira, Francelino, 78
 Pereira, Mauro César Rodrigues, 11, 22-4, 27, 36-40, 99, 220, 242, 261
 Pereira, Renato Costa, 167
 Pereira, Tarcísio Jorge Caldas, 277

Perón, Juan, 200
 Petrobras, 203, 217, 277
 Pinheiro, Ibsen, 31, 34, 132, 155, 182
 Pinochet, Augusto, 305
 Pinto, Edmundo Barreto, 73
 Pires, Valter, 115
 Piva, Hugo de Oliveira, 166
 PMDB: ver Partido do Movimento Democrático Brasileiro
 Polícia Federal, 108, 185, 259-60, 331, 332
 Portobrás, 112, 192
 Prestes, Luís Carlos, 194, 198
 Procópio, Margarida, 111, 341
 Proer: ver Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional
 Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional, 311
 Projeto Calha Norte, 84, 89-90, 124-5
 Protásio (brigadeiro): ver Oliveira, Protásio Lopes de
 PSD: ver Partido Social Democrático
 PT: ver Partido dos Trabalhadores

Q

Quadros, Jânio, 152, 264
 Quêrcia, Orestes, 208
 Quintão, Geraldo, 41, 344

R

Rademaker, Augusto, 94
 Ramos, Pedro Paulo Leoni, 25, 86, 90, 100-1, 103, 124-5, 157, 186, 211
 Ramos, Saulo, 87, 143, 296
 Rebelo, Alcyr, 151
 Rebelo, Aldo, 193
 Régis, Edson, 199
 Reguffe, Paulo César de Aguiar, 56-7
 Renault: ver Ribeiro, Renault Mattos
 Rezende, Íris, 72

Ribeiro, Luiz Antônio Rodrigues Mendes, 84
 Ribeiro, Renault Mattos, 80
 Richa, José, 214
 Romão, Wilson, 103

S

Sabóia, Henrique, 17-20, 25, 53, 88, 94-8, 109, 112, 114, 151, 262, 265, 270-2
 Saden: ver Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional
 SAE: ver Secretaria de Assuntos Estratégicos
 Salgado, Plínio, 194
 Salgado Filho, Joaquim Pedro, 73
 Sampaio, Plínio de Arruda, 149
 Santana, João, 25, 112, 138, 209
 Santos, Murilo, 73, 152, 172
 Santos, Sílvio, 89
 Santos, Theodomiro Romeiro dos, 306
 Sardenberg, Ronaldo, 86, 259, 289, 311,
 Sarney, José, 10, 13, 15-8, 20, 46, 53, 55-6, 58, 60-5, 67, 69, 72-3, 75, 77, 79-83, 85, 88-90, 93, 95-8, 101, 117, 121, 125, 127, 143, 150, 160, 194, 197, 204-6, 214, 217, 262, 265, 270, 296, 337-9
 Sarney, Marli, 89
 Sebastião: ver Barros, Sebastião do Rêgo
 Secint: ver Secretaria de Inteligência da Aeronáutica
 Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional, 84, 86-7, 90, 255, 328
 Secretaria de Assuntos Estratégicos, 25, 31, 36, 38, 86, 90, 93, 100, 102-3, 124-5, 183, 185, 211, 214, 220, 240, 245, 251, 255, 257-9, 289, 317, 328-9, 333-4
 Secretaria de Inteligência da Aeronáutica, 231-2, 302-4

Secretaria Nacional Antidrogas, 317-8, 325-6, 331-2, 335
 Seixas, Pedro Ivo, 152
 Senad: ver Secretaria Nacional Antidrogas
 Senado Federal, 32, 80, 106, 110, 121, 132, 140-2, 179-80, 183, 197, 291, 301, 313, 320, 329-30, 342
 Serpa, Ivan da Silveira, 20, 36, 44, 114, 189, 274-6, 278, 312
 Serra, José, 41, 247, 306
 Serviço Nacional de Informações, 8, 15, 18, 24-5, 30-1, 54-5, 65, 86, 90, 100, 102-3, 108, 122-6, 133, 143, 159, 173, 177, 182, 185-6, 210, 214, 250-2, 255, 257-8, 273, 304, 307, 320, 326-8, 330, 338, 340
 Silva, José Luiz Lopes da, 220
 Silva, Luís Inácio (Lula) da, 25, 66, 76, 89, 98-9, 132, 271, 340
 Silva, Osires, 98, 111
 Silva, Othon Luís Pinheiro da, 166, 272
 Siqueira, Deoclécio Lima de, 71-2, 74, 295
 Sistema de Vigilância da Amazônia, 235-40, 247, 257, 278-9, 310, 313, 342-3
 Sivam: ver Sistema de Vigilância da Amazônia
 SNI: ver Serviço Nacional de Informações
 Soares, Jô, 154
 Soares, Samuel Alves, 46, 48
 Sócrates: ver Monteiro, Sócrates da Costa
 Souto, Flávio Acanam, 84
 STF: ver Supremo Tribunal Federal
 STJ: ver Superior Tribunal de Justiça
 STM: ver Superior Tribunal Militar
 Su Tzu, 319, 345
 Superior Tribunal de Justiça, 247
 Superior Tribunal Militar, 41, 70-3, 76, 121, 143, 276, 295, 338, 344

Supremo Tribunal Federal, 121, 175, 247, 255
Swann, 294

T

Tamoio: ver Neves, Tamoio Pereira das
Tancredo: ver Neves, Tancredo
Tavares, Ana, 325
Taveira, Néelson, 296
TCU: ver Tribunal de Contas da União
Teixeira, Aníbal, 81
Telebrás, 227, 301
Tenório, Luiz, 225
Thomas, Rubel, 301
Tinoco: ver Gomes, Carlos Tinoco Ribeiro
Tiradentes, 194
TNP: ver Tratado de Não-Proliferação Nuclear
Tollefson, Scott D., 14
Tratado de Não-Proliferação Nuclear, 167-8, 278-9, 343
Tribunal de Contas da União, 139-40

U

Ulysses: ver Guimarães, Ulysses Silveira

UNE: ver União Nacional dos Estudantes
União Nacional dos Estudantes, 184
Unifa: ver Universidade da Força Aérea
Universidade da Força Aérea, 303
Ustra, Brilhante, 83, 338

V

Vale do Rio Doce Navegação S.A., 53
Vargas, Getúlio, 147, 165, 196-7, 297, 307
Veja, 22, 73, 80, 107, 137, 140, 146, 176-7, 256, 281, 297, 303
Veloso, Caetano, 201
Veneu, Antonio Luiz Rocha, 22, 32, 34, 104-5, 153, 171, 178, 182
Vieira, Gleuber, 204

Z

Zaverucha, Jorge, 12-4
Zélia: ver Mello, Zélia Cardoso de
Zenildo: ver Lucena, Zenildo Gonzaga Zoroastro de
Zirardo, 218
Zirker, Daniel, 14

Este livro reúne entrevistas inéditas com os principais chefes militares da Nova República. O objetivo é compreender a visão dos militares sobre a experiência democrática brasileira do pós-1985. O livro reconstitui os principais eventos políticos da Nova República, mostra como as Forças Armadas procuraram se adaptar a esse novo contexto e desfaz a imagem simplista de que os militares teriam uma visão monolítica de si mesmos e da sociedade.

DEPOIMENTOS DE:

HENRIQUE SABÓIA,
OCTÁVIO JÚLIO MOREIRA LIMA,
RUBENS BAYMA DENYS,
MÁRIO CÉSAR FLORES,
CARLOS TINOCO RIBEIRO GOMES,
SÓCRATES DA COSTA MONTEIRO,
ANTONIO LUIZ ROCHA VENEU,
IVAN DA SILVEIRA SERPA,
ZENILDO ZOROASTRO DE LUCENA,
LÉLIO VIANA LÔBO,
FERNANDO CARDOSO,
MAURO CÉSAR RODRIGUES PEREIRA,
MAURO JOSÉ MIRANDA GANDRA
E ALBERTO MENDES CARDOSO.

ISBN 85-225-0339-7

